Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Financiamento de campanhas eleitorais e *lobby* da indústria de
bebidas açucaradas e seus insumos no Congresso Nacional

Aline Brandão Mariath

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Nutrição em Saúde Pública para obtenção do
título de Doutora em Ciências.

Área de concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientadora: Dra. Ana Paula Bortoletto Martins

São Paulo

2021

Financiamento de campanhas eleitorais e *lobby* da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos no Congresso Nacional

Aline Brandão Mariath

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientadora: Dra. Ana Paula Bortoletto Martins

Versão Corrigida

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ao Rodrigo Brittes, *my soulmate*.

AGRADECIMENTOS

Ao Rodrigo Brittes, que esteve incondicionalmente de mãos dadas comigo durante toda esta jornada;

Aos meus pais, Jacqueline e Luiz Guilherme, por sempre terem apoiado e acreditado em seus filhos e construído os pilares da Educação que me permitiram chegar aqui;

À Ana Paula Bortoletto Martins, que aceitou me orientar nesta caminhada;

À Larissa Galastri Baraldi, que sempre esteve à disposição para as “consultorias” em análise de dados no Stata;

Aos Professores Dra. Inês Rugani Ribeiro de Castro, Dr. Wagner Pralon Mancuso e Dra. Luciene Burlandy Campos de Alcântara pelas contribuições que enriqueceram esta Tese;

A todos os amigos e colegas, das mais variadas áreas de formação – incluindo a ciência política e economia –, pelas conversas e trocas de experiências que de alguma forma colaboraram para o desenvolvimento desta Tese; e

À Câmara dos Deputados, que permitiu meu afastamento de minhas atividades profissionais pelo período de um ano para cursar os créditos em disciplinas necessários à obtenção deste título.

MARIATH, A. B. **Financiamento de campanhas eleitorais e lobby da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos no Congresso Nacional**. 2021. Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RESUMO

Introdução: A tributação de bebidas açucaradas integra um conjunto de políticas públicas recomendadas para combater a obesidade e doenças crônicas não transmissíveis associadas à má-alimentação. Contudo, enfrenta grande oposição da indústria, que emprega estratégias e práticas de atividade política corporativa (APC) para impedir sua adoção. **Objetivo:** Avaliar se a APC da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos – especialmente o financiamento de campanhas eleitorais e o *lobby* – influenciou o processo decisório sobre a tributação de bebidas açucaradas no Congresso Nacional na 55ª Legislatura (2015-2019). **Métodos:** Avaliaram-se as contribuições financeiras do setor de bebidas às campanhas eleitorais dos candidatos ao Senado Federal (2010 e 2014) e à Câmara dos Deputados (2014), a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral. As contribuições foram descritas segundo variáveis sociodemográficas, regionais, partidárias, e comparadas utilizando-se os testes de Qui-quadrado e Exato de Fisher. Para avaliar o efeito das contribuições sobre a chance de eleição utilizou-se o modelo linear generalizado com regressão binomial negativa. Identificaram-se as propostas legislativas relacionadas à tributação de bebidas açucaradas que tramitaram na legislatura. Selecionaram-se quatro propostas para estudo de caso e, aplicando-se a Análise Qualitativa Comparativa, buscou-se explicar sua aprovação no Senado Federal e a subsequente rejeição na Câmara dos Deputados. **Resultados:** Contribuíram para as campanhas 56 grupos empresariais que produzem bebidas açucaradas e 62 que produzem insumos (açúcar e concentrados de frutas). Em 2010, predominaram as contribuições de indústrias de insumos; em 2014, as das indústrias de bebidas açucaradas. Prevaleceu a participação de grupos filiados à Abir, Unica e CitrusBR. Os recursos beneficiaram 96 candidatos ao Senado e 585 à Câmara, contribuindo para a eleição de 48 Senadores e 237 Deputados Federais. Para o estudo de caso, foram selecionados quatro projetos de Decreto Legislativo que visavam manter um benefício tributário às empresas do setor que atuam na Zona Franca de Manaus (ZFM). Os interesses das grandes indústrias de refrigerantes prevaleceram no Senado, onde o voto favorável foi explicado pelas seguintes condições, isoladas ou conjuntamente, relativas aos Senadores: representar Estado com área de livre comércio da Superintendência da ZFM; pertencer ao PSDB; ter recebido financiamento de campanha do setor; ter um interesse atendido por um dos Senadores com interesse na manutenção dos benefícios para a indústria de refrigerantes na ZFM; representar Estado do Norte/Nordeste; ter interesse em benefícios fiscais para sua região; e ter sido eleito em 2010. Na Câmara, determinaram a rejeição a ausência de articulação entre os representantes do Amazonas e a deliberação na Comissão de Finanças e Tributação, onde se destacava um grupo de parlamentares favoráveis às pequenas e médias indústrias de refrigerantes. Em ambas as Casas houve baixa sensibilização quanto à questão de saúde pública envolvida. **Conclusão:** É notável a atuação do empresariado para manter o *status quo* que beneficia o setor, na contramão da recomendação de saúde pública. Dados a intensa participação e o poder de influência da indústria no processo decisório, o caminho para o aumento da tributação de bebidas açucaradas no Brasil será longo e repleto de obstáculos.

Descritores: açúcares, atividade política corporativa, bebida açucarada, impostos, financiamento eleitoral, *lobby*, política pública.

MARIATH, A. B. [Electoral campaign financing and lobbying from the sugary drinks and their inputs industries in the Brazilian legislature]. 2021. Thesis - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Portuguese.

ABSTRACT

Introduction: Sugary drinks taxation is among a set of recommended public policies to tackle obesity and diet-related non-communicable diseases. However, it faces strong opposition from the industry, which uses corporate political activity (CPA) strategies and practices to prevent it. **Objective:** To assess whether CPA of the sugary drinks and their inputs industries – especially electoral campaign financing and lobbying – have influenced decision-making on sugary drinks taxation in the 55th Congress of the Brazilian legislature (2015-2019). **Methods:** Data on campaign contributions from the sector to congressional candidates (Federal Senate in 2010 and 2014 and Chamber of Deputies in 2014), available from the Superior Electoral Court, were assessed. Contributions were described according to variables related to sociodemographics, region, and political party. Generalized linear model analysis with negative binomial regression was used to assess the effect of the contributions on the chances of election. Legislative proposals related to sugary drinks taxation considered during the 55th Congress were identified. Four of them were selected for a case study to explain their approval in the Federal Senate, using the Qualitative Comparative Analysis, and their subsequent rejection in the Chamber of Deputies. **Results:** Fifty-six corporate groups that produce sugary drinks and 62 that produce their inputs (sugar and fruit concentrates) contributed to the campaigns. In 2010, contributions from input industries prevailed while in 2014 those from sugary drinks industries did. Participation from corporate groups associated to Abir, Unica, and CitrusBR also prevailed. Contributions benefited 96 candidates to the Federal Senate and 585 to the Chamber of Deputies and helped elect 48 Senators and 237 Federal Deputies. Four Legislative Decree bills aimed at keeping tax benefits to soda industries which operate in the Manaus Free Trade Zone (MFTZ) were selected for the case study. The interests of major sugary drink industries prevailed in the Federal Senate, where the favorable votes of the Senators were explained by the following conditions, isolated or combined: representing a State with free trade area of the MFTZ; being filiated to PSDB; having received campaign contributions from the sector; having an interest promoted by one of the Senators who supported the maintenance of the tax benefits to soda industries in the MFTZ; representing a State from the North or Northeast; defending tax benefits for their own region; having being elected in 2010. In the Chamber of Deputies, rejection of the bills was determined by the absence of political articulation of the representatives of Amazonas State and the deliberation in the Finance and Taxation Committee, where there was a group of members who were favorable to the interests of soda industries based in other States. Members of both legislative Houses showed little concern regarding the public health issue involved. **Conclusion:** The actions taken by the private sector to maintain the status quo are remarkable and go against public health recommendations. Given the intense participation of the industry in the decision-making process and their political power, the path to sugary drinks taxation in Brazil will be long and full of obstacles.

Key-words: corporate political activity, electoral campaign financing, lobbying, public policy, sugar-sweetened beverages, sugars, taxes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 O PAPEL DAS BEBIDAS AÇUCARADAS NA EPIDEMIA DE OBESIDADE E OUTRAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS RELACIONADAS À MÁ ALIMENTAÇÃO	14
1.2 CONSUMO E MERCADO DE BEBIDAS AÇUCARADAS NO BRASIL	16
1.3 A TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE PÚBLICA	20
1.4 ATIVIDADE POLÍTICA CORPORATIVA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS	25
1.5 ATIVIDADE POLÍTICA CORPORATIVA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS PARA INFLUENCIAR O PROCESSO DECISÓRIO NO CONGRESSO NACIONAL	30
1.5.1 Financiamento Empresarial de Campanhas Eleitorais	31
1.5.2 Grupos de Interesse e <i>Lobby</i> no Congresso Nacional	34
1.6 JUSTIFICATIVA	38
2 OBJETIVOS	40
2.1 OBJETIVO GERAL	40
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	40
3 MÉTODOS	41
3.1 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS E SEUS INSUMOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS DE CANDIDATOS À 55ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL	41
3.1.1 Levantamento dos dados referentes à participação financeira nas campanhas eleitorais	41
3.1.2 Organização dos dados referentes às contribuições financeiras para as campanhas eleitorais	42
3.1.3 Definição, identificação e classificação das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos	43
3.1.4 Análise dos Dados	50
3.2 PROPOSTAS LEGISLATIVAS RELACIONADAS À TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS	53
3.3 ESTUDO DE CASO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS NO PROCESSO DECISÓRIO	54
3.3.1 Análise Qualitativa Comparativa	57
a) Definição das condições	58
b) Elaboração da matriz de dados	58
c) Redução da tabela-verdade ou minimização booleana	58
d) Apresentação dos resultados	59
3.3.2 Aspectos Éticos	60
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
4.1 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS E SEUS INSUMOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS DE CANDIDATOS À 55ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL	62
4.1.1 Perfil das empresas doadoras	62
4.1.2 Características das contribuições de campanha eleitoral	64
4.1.3 Contribuições de campanha eleitoral segundo filiação das empresas em associações industriais	73
4.1.4 Perfil dos candidatos segundo financiamento pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos	79

4.1.5	A importância das contribuições das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos para a eleição dos candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional	82
4.1.6	Perfil dos eleitos segundo financiamento pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos	85
4.1.7	Considerações finais relativas à análise do financiamento de campanhas eleitorais pela indústria de bebidas açucaradas e seus insumos	89
4.2	PROPOSTAS LEGISLATIVAS RELACIONADAS À TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS QUE TRAMITARAM NA 55ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL	92
4.3	ESTUDO DE CASO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS NO PROCESSO DECISÓRIO RELATIVO À TRIBUTAÇÃO DE CONCENTRADOS DE REFRIGERANTES	99
4.3.1	Contexto político para publicação do Decreto nº 9.394/2018 e seus desdobramentos imediatos	99
4.3.2	A manobra tributária que subsidia a produção de concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus	101
4.3.3	O posicionamento da Receita Federal do Brasil sobre os créditos tributários concedidos às indústrias de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus	103
4.3.4	Análise do investimento eleitoral da indústria de concentrados de refrigerantes com interesse na Zona Franca de Manaus	105
4.3.5	A participação dos grupos de interesse	108
a)	As grandes indústrias de refrigerantes estabelecidas na Zona Franca de Manaus	109
b)	As pequenas e médias indústrias de refrigerantes estabelecidas em outras unidades da federação	111
c)	A sociedade civil	113
4.3.6	A vitória “de lavada” da indústria de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus no Senado Federal	114
4.3.7	A “zebra” na Câmara dos Deputados	137
5	CONCLUSÕES	153
6	REFERÊNCIAS	156
ANEXOS	169	
	Anexo 1: Links para acesso às informações publicamente disponíveis sobre a tramitação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 e dos PDC nº 696/2018, 699/2018 e 1.011/2018	169
	Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	173
	Anexo 3: Questionário	174
	Anexo 4: Transcrições das entrevistas	175
	Anexo 5: Participação financeira das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, segundo grupo empresarial, nas campanhas eleitorais dos candidatos às 55ª Legislatura do Congresso Nacional	201
	Anexo 6: Links para acesso às fichas de tramitação das proposições legislativas relacionadas à tributação de bebidas açucaradas que tramitaram na 55ª Legislatura do Congresso Nacional	207
	Anexo 7: Comparativo entre os encaminhamentos de votação do PDS nº 57/2018 no Plenário do Senado Federal em 04 e 10 de julho de 2018.	208
	Anexo 8: Argumentos favoráveis e contrários à aprovação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 no Senado Federal.	211
	Anexo 9: Descrição das condições testadas na Análise Qualitativa Comparativa	218
	Anexo 10: Matriz de dados utilizada na Análise Qualitativa Comparativa	220
	Anexo 11: Resultados da Análise Qualitativa Comparativa gerados pelo FsQCA	221

Anexo 12: Argumentos favoráveis e contrários à aprovação do PDC nº 1.011/2018 e seus apensados 966/2018 e 969/2018 na Câmara dos Deputados.....	222
CURRÍCULOS LATTES	225

LISTA DE SIGLAS

Abir	Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes
Afrebras	Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil
ALC	Área de Livre Comércio
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos (Senado Federal)
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça (Senado Federal)
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (Câmara dos Deputados)
CFT	Comissão de Finanças e Tributação (Câmara dos Deputados)
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CitrusBR	Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Câmara dos Deputados)
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família (Câmara dos Deputados)
DCNTs	Doenças crônicas não transmissíveis
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
Pasep	Contribuição para Programas de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PDC	Projeto de Decreto Legislativo (Câmara dos Deputados)
PDS	Projeto de Decreto Legislativo (Senado Federal)
PIS	Contribuição para Programas de Integração Social

POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
QCA	Análise Qualitativa Comparativa (<i>Qualitative Comparative Analysis</i>)
RFB	Receita Federal do Brasil
Sindirefri	Sindicato Nacional da Indústria de Refrigerantes
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
Unica	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
ZFM	Zona Franca de Manaus

1 INTRODUÇÃO

O mundo enfrenta uma epidemia de obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) associadas à má alimentação (especialmente diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e alguns tipos de cânceres), com importantes consequências para a saúde pública e a economia. Esse adoecimento tem sido consistentemente relacionado ao aumento do consumo de produtos ultraprocessados¹, dentre eles as bebidas açucaradas (SWINBURN et al., 2011; MONTEIRO; CANNON, 2019). Nesse contexto, as indústrias de produtos ultraprocessados, especialmente as grandes corporações transnacionais, têm sido apontadas como um dos principais vetores dessas doenças: desenvolvem constantemente novos produtos que, apesar de cada vez mais acessíveis, são-lhes altamente lucrativos, e empregam agressivas estratégias de *marketing* para comercializá-los (HASTINGS, 2012; STUCKLER; NESTLE, 2012; MOODIE et al., 2013; SACKS et al., 2013).

Diante dos modestos avanços até agora alcançados para barrar o aumento dessas doenças, as intervenções sobre os padrões ambientais e sistêmicos que determinam as escolhas alimentares destacam-se como o melhor caminho a ser trilhado (SWINBURN et al., 2011; NOVAK; BROWNELL, 2012). Para tanto, recomenda-se a adoção de um amplo conjunto de ações que, em sua maioria, implicam mudanças importantes nas atividades das empresas envolvidas na produção e comercialização de ultraprocessados, podendo impactar seus custos de produção, volumes de vendas e, consequentemente, seu lucro (WHO, 2004; NOVAK; BROWNELL, 2012; UNITED NATIONS, 2012; NIEBYLSKI et al., 2015).

¹ Por produtos (alimentos e bebidas) ultraprocessados, entende-se: “formulações industriais que apresentam elevadas palatabilidade e densidade energética e altos teores de gorduras, especialmente as saturadas e *trans*, açúcares adicionados, sódio e aditivos alimentares” (MONTEIRO et al., 2019).

A necessidade de regulamentação governamental das práticas desse setor tem sido amplamente defendida: seus compromissos e códigos de autorregulação assumidos voluntariamente têm se mostrado insuficientes e a legitimidade da sua participação em ações em saúde pública é bastante questionada devido ao impacto negativo sobre a saúde associado ao consumo de seus produtos. A implementação de medidas regulatórias mandatórias, todavia, enfrenta grandes dificuldades devido à oposição das empresas e de seus aliados (SWINBURN et al., 2011; STUCKLER; NESTLE, 2012; NOVAK; BROWNELL, 2012; ROBERTO et al., 2015; SMITH et al., 2016).

Apesar de frequentemente a indústria de ultraprocessados mostrar-se interessada em atuar conjuntamente com os governos, a literatura aponta que ela emprega uma variedade de estratégias de negócios relacionadas ao desenvolvimento e *marketing* de produtos, à influência nos debates sobre políticas públicas e ao questionamento sobre as evidências do prejuízo à saúde causado pelo seu consumo com o objetivo de minimizar os riscos de regulação e maximizar seu lucro (NESTLE, 2007; FREUDENBERG; GALEA, 2008; MIALON et al., 2015; SMITH et al., 2016).

Nas próximas seções, será apresentada a fundamentação teórica que alicerça o presente estudo. Primeiramente, aborda-se o papel das bebidas açucaradas na epidemia de obesidade e DCNTs associadas à má alimentação (item 1.1). Em seguida, apresentam-se dados que reforçam a importância do Brasil como mercado consumidor desses produtos (item 1.2). Na seção seguinte, debruça-se sobre a tributação das bebidas açucaradas como uma medida regulatória em saúde pública (item 1.3). Apresentam-se então o conceito de atividade política corporativa e o principal modelo atualmente adotado para classificar as estratégias e práticas empregadas pelo setor para influenciar as decisões do setor público (item 1.4). Finalmente, discorre-se sobre as práticas de atividade política corporativa da indústria de bebidas açucaradas que se

relacionam diretamente com a atividade legislativa no Congresso Nacional: o financiamento de campanhas eleitorais e a prática de *lobby* (item 1.5).

1.1 O PAPEL DAS BEBIDAS AÇUCARADAS NA EPIDEMIA DE OBESIDADE E OUTRAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS RELACIONADAS À MÁ ALIMENTAÇÃO

Em meados dos anos de 1980, a preocupação relacionada ao consumo de bebidas açucaradas, em especial os refrigerantes, se limitava a questões de saúde bucal, enfatizando-se o aumento do risco de cáries e perdas dentárias, que atingia sobretudo as crianças (ISMAIL et al., 1984; ISMAIL, 1986).

Apenas com a escalada da obesidade e de outras DCNTs associadas à má alimentação começou-se a chamar a atenção para o papel das bebidas açucaradas no ganho de peso corporal. Em 2006, Malik et al. publicaram uma revisão sistemática de literatura em que confirmavam haver evidências suficientes acerca da relação entre a ingestão desse tipo de produto e o risco de ganho de peso e ressaltaram a importância de adotar medidas para reduzir o seu consumo (MALIK et al., 2006). Anos mais tarde, em 2013, o mesmo grupo de pesquisa publicou nova revisão sistemática, desta vez com meta-análise, confirmando a conclusão do estudo anterior (MALIK et al., 2013).

Outras revisões sistemáticas, com ou sem meta-análises, elaboradas por diferentes grupos de pesquisadores, também apresentam resultados na mesma direção. É o caso, por exemplo, dos estudos de Morenga et al. (2013), que encontraram relação entre o consumo de açúcares e o peso e gordura corporais – neste caso, incluídos tanto bebidas quanto alimentos

açucarados; de Ruanpeng et al. (2017), que agruparam os resultados de ensaios clínicos aleatorizados controlados em que se comparou o consumo de bebidas açucaradas ou artificialmente adoçadas *versus* nenhuma ingestão; e de Patel et al. (2018), que apontam que o consumo de bebidas lácteas saborizadas pode promover aumento do ganho de peso corporal em crianças e adolescentes.

Apesar de reiteradamente confirmada por estudos científicos, essa relação de causa e efeito é frequentemente questionada, especialmente em pesquisas financiadas pela própria indústria de bebidas açucaradas e, portanto, com conflito de interesses (NESTLE, 2007; NESTLE, 2015; SCHILLINGER et al., 2016). Ademais, ensaios clínicos com seres humanos têm comprovado que a restrição ao consumo desses produtos promove reduções significativas no peso e índice de massa corporais (EBBELING et al., 2006; CHEN et al., 2009). Atribui-se o ganho de peso e gordura corporais promovido pelo consumo de bebidas açucaradas ao seu baixo poder de saciedade, que leva ao aumento da ingestão calórica sem a devida compensação por meio da redução da ingestão de outros alimentos (BROWN et al., 2008; VARTANIAN et al., 2017).

Em vista dessa consistente relação, cada vez mais pesquisas têm explorado os efeitos do consumo desses produtos também sobre a ocorrência de outras doenças frequentemente associadas à obesidade e à má alimentação.

Em uma revisão sistemática com meta-análise, Imamura et al. (2015) estimaram que o consumo diário de uma porção de 250 ml de bebida açucarada estava associado a uma incidência 13% maior de diabetes tipo 2, independentemente da adiposidade corporal. Quanto aos efeitos sobre a saúde cardiovascular, Malik et al. (2014) apontam para o aumento da pressão arterial e para a maior incidência de hipertensão com o consumo de pelo menos 340 ml de bebidas açucaradas ao dia, enquanto uma revisão mais recente, de Schwingshackl et al. (2017), encontrou associação positiva para o risco de hipertensão arterial quando comparadas as

categorias de menor e de maior consumo de bebidas açucaradas, bem como para incrementos de 250 ml no seu consumo diário.

Buscou-se nesta seção apresentar o estado da arte acerca dos efeitos das bebidas açucaradas sobre a saúde, baseado principalmente nos estudos de revisão sistemática de literatura disponíveis. Destaca-se que os malefícios do seu consumo não se limitam àqueles aqui descritos. Outras associações já relatadas na literatura, porém com resultados não tão consistentes, incluem: maior ocorrência de albuminúria; hipocalcemia e risco aumentado de fraturas ósseas; síndrome metabólica; maior risco de mortalidade por doenças cardiometabólicas; maior risco de cânceres de mama e endométrio; menor sobrevivência entre pacientes com câncer do trato digestivo alto; maior risco de hepatocarcinoma celular, etc. (SHOHAM et al., 2008; KING et al., 2013; CHANDRAN et al., 2014; MILES et al., 2016; STEPIEN et al., 2016; MICHA et al., 2017; VARTANIAN et al., 2017; SUNDBORN et al., 2019).

1.2 CONSUMO E MERCADO DE BEBIDAS AÇUCARADAS NO BRASIL

No Brasil, o consumo das bebidas açucaradas e, especialmente, dos refrigerantes, vinha aumentando ao longo dos anos, conforme evidenciado a partir dos principais inquéritos nacionais que avaliaram o consumo alimentar da população. Nas áreas metropolitanas, a participação relativa dos refrigerantes no total de calorias dos alimentos adquiridos para consumo domiciliar aumentou 400% no período entre 1974/1975 e 2002/2003, passando de 0,4% para 2,1%. Quando estimada a participação dos refrigerantes nas calorias adquiridas para os domicílios brasileiros de áreas urbanas e rurais em 2002/2003, esta era de 1,5% (LEVY-COSTA

et al., 2005). Também em 2002/2003, o consumo de refrigerantes fora do domicílio foi relatado por 12% dos brasileiros (BEZERRA; SICHIERI, 2010). Um estudo mais recente, em que se avaliou a evolução da participação dos açúcares de adição na dieta da população residente nas áreas metropolitanas, identificou que a contribuição dos refrigerantes para a fração de açúcares de adição oriunda dos alimentos processados aumentou 200%, passando de 6,1% em 1987/1988 para 18,8% em 2002/2003 (LEVY et al., 2012).

Em 2008, 24,6% dos participantes do estudo Vigitel (Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) – adultos residentes nas capitais brasileiras e Distrito Federal que possuem telefone fixo – referiram consumir refrigerantes ou suco artificial com açúcar cinco ou mais dias por semana (MALTA et al., 2012). A partir dos dados do módulo de consumo alimentar da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 verificou-se a presença de sucos e refrescos em 39,8% e de refrigerantes em 23% dos registros alimentares no primeiro dia (SOUZA et al., 2013). O consumo de refrigerantes fora do domicílio foi relatado por 40,2% dos brasileiros, com um consumo médio *per capita* de 100 ml/dia (BEZERRA et al. 2013). Ainda com base na mesma pesquisa, Pereira et al. (2015) estimaram que o consumo de bebidas açucaradas pela população brasileira – consideradas bebidas com sabor e adoçadas, refrigerantes, bebidas à base de soja, bebidas esportivas e energéticos – era de 122 ml/dia e 188 Kcal/dia *per capita*, representando 2,8% da ingestão energética diária média.

A partir dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), conduzida em 2013, estimou-se que 23,4% da população adulta brasileira consumiam refrigerante ou suco artificial regularmente, ou seja, em pelo menos cinco dias por semana (CLARO et al., 2015; MALTA et al., 2015). O consumo de refrigerantes e sucos artificiais no dia anterior à coleta de dados foi referido para 32,3% das crianças menores de dois anos de idade (JAIME et al., 2016).

A pesquisa de base populacional nacional mais recente que avaliou o consumo alimentar foi a POF 2017-2018. Pela primeira vez, nota-se uma redução no consumo de refrigerantes entre os brasileiros: sua frequência reduziu de 23,0% na POF 2008-2009 para 15,4%. Essa redução, todavia, foi mais pronunciada no estrato de maior renda. Apesar desse resultado aparentemente positivo, o refrigerante faz parte do grupo de alimentos com maior consumo, com média *per capita* de ingestão de 67,1 ml/dia (4,0 vezes maior que a de refrescos e sucos industrializados e 4,5 vezes maior que a de bebidas lácteas) e seu consumo fora do domicílio foi relatado por 31,1% da população. Observou-se ainda uma redução no consumo de refrescos e sucos industrializados e que o consumo de bebida láctea se manteve estável, embora tenha aumentado no quarto de maior renda e reduzido nos demais (IBGE, 2020). As causas para essas mudanças ainda são desconhecidas, mas podem ter sido influenciadas por questões como a redução do poder aquisitivo das famílias ou a substituição por opções de bebidas percebidas pela população como “mais saudáveis” (no caso, as bebidas lácteas).

Do ponto de vista do mercado, o consumo de bebidas açucaradas enfrenta um declínio nos países de renda elevada em decorrência do aumento das escolhas por alternativas mais saudáveis. Nos EUA, por exemplo, o consumo de refrigerante reduziu 25% entre 1998 e 2004. As possibilidades de crescimento se voltam então para os países de renda média e baixa, onde o consumo atual é relativamente baixo e há mais perspectivas de crescimento econômico, tornando os lucros das empresas potencialmente maiores. De fato, no período entre 1997 e 2009, o consumo *per capita* de bebidas açucaradas cresceu 5,2% nos países de renda média e baixa, sugerindo que o consumo poderia dobrar num período de 15 anos (TAYLOR; JACOBSON, 2016).

Essa variação é confirmada pelo relatório *Nielsen Global Health and Wellness Survey*, publicado em 2015, que avaliou as tendências mundiais de alimentação saudável: embora tenha havido uma queda global de 1% nas vendas de refrigerantes nos dois anos anteriores, sendo a

maior diminuição observada na América do Norte (-8%), as vendas do produto cresceram 16% no Oriente Médio e 6% na América Latina. Na publicação, destaca-se o crescente aumento do poder de compra nos países em desenvolvimento e afirma-se que estes são atraentes mercados para expansão das vendas (NIELSEN, 2015).

Uma análise da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) aponta as importantes mudanças ocorridas na região das Américas. No ano 2000, as vendas de refrigerantes na América do Norte somavam US\$ 61 bilhões e, na América Latina, US\$ 38 bilhões. Treze anos mais tarde, as vendas na América do Norte estabilizaram-se após um crescimento de 25%, enquanto na América Latina dobraram e ultrapassaram aquelas da América do Norte, alcançando a cifra de US\$ 81 bilhões (PAHO, 2015).

Este cenário chama a atenção para o Brasil como importante “galinha dos ovos de ouro”: com seus mais de 200 milhões de habitantes, está na 5ª posição entre os países mais populosos do mundo e em primeiro lugar na América do Sul. Cervieri Jr. (2017) ressalta que fatores como o clima tropical e a elevada população, com grande proporção de jovens, contribuem para o aumento da demanda por bebidas geladas.

No que diz respeito ao mercado nacional, os refrigerantes, juntamente a outras bebidas não alcóolicas (excluídos sucos e refrescos de frutas), representam 45,7% da produção do setor de bebidas (CERVIERI JR et al., 2014; CERVIERI JR; 2017). Segundo estimativas da OPAS, a venda anual *per capita* de bebidas ultraprocessadas (incluindo refrigerantes, sucos de frutas e vegetais, bebidas esportivas e energéticas e cafés e chás prontos para o consumo) aumentou de 69,5 para 90,9 litros no Brasil entre 2000 e 2013 (PAHO, 2015). Desde 2011, o país ocupa a terceira posição entre os maiores consumidores mundiais de cerveja e refrigerantes, atrás apenas dos EUA e da China. Especificamente no que diz respeito aos refrigerantes, sua produção no Brasil aumentou de 10.594 milhões de litros em 2005 para 17.540 milhões de litros em 2012, reduzindo-se para 16.908 milhões de litros em 2013. Embora o consumo anual em 2012 tenha

sido estimado em 85 litros/habitante, o país ainda ocupava a 12^a posição mundial no *ranking* de consumo (CERVIERI JR et al., 2014; CERVIERI JR; 2017).

Assim como pode ser observado no mercado global, o setor no Brasil é fortemente concentrado e caracterizado pela presença de empresas e marcas líderes. Estima-se que, em 2015, os grandes fabricantes de refrigerantes respondiam por aproximadamente 80% do mercado brasileiro – sendo que somente a Coca-Cola, que atua no país por meio do Sistema Coca-Cola Brasil (formado pela Coca-Cola Brasil e grupos empresariais independentes), era responsável por 61%. A segunda maior fatia pertencia à Ambev (19%), que além de produzir e distribuir suas marcas é responsável pela produção dos produtos da PepsiCo no país. O restante do mercado, 20%, era representado por empresas de menor porte e atuação regional, que produzem as chamadas “tubáinas” (CERVIERI JR et al., 2014; CERVIERI JR; 2017).

Por fim, de acordo com a organização *Center for Science in the Public Interest*, o Brasil é bastante importante para os dois maiores fabricantes mundiais de refrigerantes: em 2012, representava 20% do crescimento global da Coca-Cola, destacando-se como um dos maiores mercados da empresa, e contribuiu significativamente para a receita e lucros da PepsiCo (TAYLOR; JACOBSON, 2016).

1.3 A TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE PÚBLICA

Cada vez mais tem-se defendido que o combate à obesidade e DCNTs associadas à má alimentação deve pautar-se em ações que melhorem os sistemas alimentares para toda a população, e não apenas com foco no indivíduo. Nesse contexto, destaca-se a adoção de

políticas fiscais, dentre elas a tributação de bebidas açucaradas. Por meio delas, podem-se influenciar os padrões de consumo, estimulando a opção por produtos mais saudáveis e, conseqüentemente, reduzindo o adoecimento. Ao mesmo tempo, aumenta-se a arrecadação governamental para financiar ações de saúde e bem estar da população (NOVAK; BROWNELL, 2012; THOW et al., 2018).

Em 2015, uma revisão sistemática de literatura já sugeria haver evidências consistentes de que a tributação de produtos não saudáveis seria efetiva para melhorar o comportamento alimentar de populações (NIEBYLSKI et al., 2015). Depois disso, publicou-se uma grande variedade de estudos, tanto experimentais quanto simulações a partir de dados observacionais que empregaram estimativas de elasticidade de preços. Seus resultados também apontaram que o aumento do custo das bebidas açucaradas é capaz de promover uma redução de suas compras e, portanto, de seu consumo (ORTUN et al., 2016; CARO et al., 2017; STACEY et al., 2017; ACTON; HAMMOND, 2018; ACTON et al. 2019).

Não é de hoje que as principais autoridades sanitárias recomendam esse tipo de medida. Em 2004, no documento Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já incluía as políticas fiscais para influenciar os preços entre as ações a serem adotadas pelos governos para encorajar hábitos alimentares saudáveis e a prática de atividade física, ainda que de uma forma genérica (WHO, 2004). Posteriormente, em 2012, a Declaração Política das Nações Unidas sobre Doenças Não Transmissíveis reforçou a importância da adoção de intervenções multisetoriais, custo-efetivas e com alcance para todas as populações para reduzir o impacto dos principais fatores de risco para as DCNTs, nelas incluídas as políticas fiscais (UNITED NATIONS, 2012).

De forma explícita, a tributação das bebidas açucaradas como uma política fiscal para o combate à obesidade figurou pela primeira vez em um documento oficial da OMS em 2016, com a publicação do Relatório da Comissão pelo Fim da Obesidade Infantil (WHO, 2016).

Mais recentemente, em 2017, a organização reforçou na publicação “Taxes on sugary drinks: why do it?” a recomendação para que os governos implementem essa medida regulatória, com aumento de pelo menos 20% no preço final dos produtos (WHO, 2017).

Até 2018, a tributação de bebidas açucaradas já tinha sido adotada tanto em nível nacional, em países como Arábia Saudita, Barbados, Bélgica, Brunei, Chile, Espanha, Fiji, Finlândia, França, Ilhas Maurício, México, Noruega, Samoa, Tonga e Vanuatu, quanto em localidades como o território britânico de Santa Helena e, nos EUA, como as cidades de Albany, Berkeley, Boulder, Oakland, Filadélfia e o território indígena *Navajo Nation* (THOW et al., 2018). Desde então, também implementaram a medida as cidades de Seattle, Washington D.C. e San Francisco, nos Estados Unidos.

O México foi o primeiro país a instituir esse tipo de tributo, em janeiro de 2014. Estabeleceu-se um imposto de 1 peso por litro de bebidas não lácteas e não alcóolicas adicionadas de açúcar, o que representava um aumento de aproximadamente 10% no preço final dos produtos. Em uma análise do impacto da medida, encontrou-se uma aceleração na redução das compras de refrigerantes esperadas para 2014, alcançando 12% em dezembro e totalizando 6% quando considerado todo o ano. A maior redução foi observada para os domicílios de menor condição socioeconômica, que atingiu 17,4% em dezembro daquele ano. Houve ainda um aumento de 4% nas compras de bebidas não tributadas, em especial de água engarrafada, cujo consumo foi maior nos domicílios com condição socioeconômica mediana (COLCHERO et al., 2016). Em um estudo mais recente, foi demonstrado que as maiores reduções na compra de bebidas açucaradas, bem como das calorias e açúcares consumidos por meio delas, ocorreram nos dois primeiros anos após o início da tributação (2014 e 2015), começando a se nivelar em 2016. Como resultado, em 2016 observou-se uma redução de 108 ml (-37%), 18 Kcal (-21%) e 5 g de açúcar (-23%) consumidos por dia provenientes de bebidas açucaradas em comparação ao ano de 2012 (PEDRAZA et al., 2019).

No Chile, a tributação sobre as bebidas açucaradas foi iniciada em outubro de 2014. Lá, ao passo em que se aumentou em 5% o imposto sobre os produtos com mais de 6,25 g de açúcar adicionado para cada 100 ml, reduziu-se em 3% a tributação sobre aqueles que estivessem abaixo desse ponto de corte. As estimativas obtidas a partir da análise do impacto da medida em curto-prazo (12 meses) sugerem que houve uma redução significativa, de 21,7%, no volume de compras das bebidas açucaradas sujeitas à maior tributação, com consequente redução de 15,1% no consumo de açúcar adicionado proveniente desses produtos. Ao mesmo tempo, não foi observado aumento significativo no volume de compras dos produtos cuja tributação fora reduzida (NAKAMURA et al., 2018).

Em junho de 2015, o governo de Barbados instituiu uma tributação *ad valorem* de 10% sobre as bebidas açucaradas, incluindo refrigerantes, bebidas à base de frutas, bebidas esportivas e sucos de frutas. O novo tributo promoveu uma redução de 4,3% nas vendas de bebidas açucaradas (-8,6 ml *per capita*/semana) e aumento de 5,2% nas vendas de bebidas não açucaradas (+6,1 ml *per capita*/semana). Evidenciou-se ainda que o novo imposto reduziu em 7,2% as vendas das bebidas mais caras, ao passo que aumentou em 6,5% as das bebidas de preço intermediário (ALVARADO et al., 2019).

Por se tratar de uma intervenção relativamente recente e de nem todos os países disporem de dados adequados relativos ao consumo, ainda são poucas as avaliações sobre o impacto da medida. Até o momento, também se desconhecem os seus efeitos sobre a saúde da população. Apesar disso, a julgar pelos resultados já conhecidos, é bastante provável que a tributação das bebidas açucaradas contribua para a redução do adoecimento por obesidade e outras DCNTs associadas à má alimentação, especialmente se tomada em conjunto com outras políticas recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Acredita-se que no Brasil, do ponto de vista da saúde populacional, o aumento da tributação sobre as bebidas açucaradas poderá ter algum impacto – ainda que limitado – sobre

a escalada do sobrepeso e da obesidade. Isso porque, no país, principalmente entre a população menos favorecida do ponto de vista socioeconômico, há uma associação inversa entre o preço dos produtos ultraprocessados em geral e o excesso de peso corporal. A partir de dados da POF 2008-2009, estimou-se que cada aumento na ordem de 1% nos preços desses produtos poderia levar a uma redução de 0,33% e 0,59%, respectivamente, nas prevalências de sobrepeso e de obesidade (PASSOS et al., 2020). Do ponto de vista econômico, um recente estudo produzido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) analisou os cenários envolvendo a adoção de um novo tributo sobre as bebidas adoçadas, nos mesmos moldes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Estabeleceram-se três diferentes alíquotas (20%, 35% e 50%), iguais entre as diferentes categorias de bebidas adoçadas e isentas para outras categorias de bebidas. Nas simulações empregadas, verificou-se que a melhor alíquota seria na ordem de 47,6%, gerando uma maior arrecadação de 7,10 bilhões de reais em tributos por ano, tomando-se por base o ano de 2018. Como efeitos à imposição do novo tributo destacam-se o aumento no emprego, uma vez que haveria uma substituição no consumo de bebidas açucaradas não-alcóolicas por outras bebidas cuja mão de obra para produção é mais intensiva, e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). A destinação da receita tributária exclusivamente para a saúde pública teria como resultado um aumento ainda maior no PIB – 7% em comparação ao caso base – e efeitos proporcionalmente maiores na geração de empregos (FIPE, 2020).

No Brasil, a adoção de medidas regulatórias que aumentem a tributação de bebidas açucaradas deve se dar prioritariamente por meio de Lei federal ordinária, sancionada pelo Presidente da República após aprovação em ambas as Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal), pois é atribuição do Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, incluindo as que regem o sistema tributário, a arrecadação e a distribuição de rendas. Uma alternativa para a implementação da medida no país seria por meio da alteração das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes

sobre esse tipo de produto, as quais podem ser estabelecidas por meio de Decreto editado pelo Presidente da República (BRASIL, 1988).

1.4 ATIVIDADE POLÍTICA CORPORATIVA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS

Entende-se por atividade política corporativa “um conjunto de ações com o objetivo de influenciar, direta ou indiretamente, instituições públicas ou o processo de tomada de decisões públicas”. Por meio delas, busca-se reduzir incertezas, mitigar ou eliminar possíveis ameaças e criar oportunidades no ambiente corporativo (ATTARÇA, 2005; LORD, 2000). Pode ser adotada pelas empresas para criar-lhes benefícios financeiros diretos ou indiretos, para mudar ou criar políticas que as favoreçam, ou simplesmente com o objetivo de manter as leis e políticas atuais, direcionando esforços para barrar medidas que as ameacem (LUX et al., 2012). Trata-se de um tópico híbrido de pesquisa que se mostra relevante para a área de saúde pública, conforme ficou evidenciado a partir do estudo da indústria do tabaco e, mais recentemente, da indústria de produtos ultraprocessados (MIALON et al., 2015; ULUCANLAR et al., 2016).

Hillman et al. (2004) apontam as características relativas à empresa e ao ramo industrial de sua atuação que se relacionam ao seu engajamento em atividade política corporativa. Dentre aquelas concernentes à empresa que mais possivelmente se destacam na indústria de bebidas açucaradas e seus insumos podem-se citar o seu tamanho, a sua folga organizacional (recursos disponíveis acima daqueles necessários para sua manutenção operacional e de seus negócios) e a sua dependência em relação ao governo. Tanto o tamanho da empresa – que pode ser definido com base em seu volume de vendas, ativos, fatia de mercado ou número de funcionários –

quanto a existência de elevada folga operacional podem indicar sua disponibilidade de recursos financeiros para o engajamento político. De fato, empresas maiores são normalmente mais politicamente ativas e apresentam maior poder político e econômico. Já a dependência em relação ao governo não se limita às receitas por meio de vendas diretas, mas também inclui o custo imposto pela regulação. Em relação às características referentes ao ramo industrial, tanto as empresas com maiores fatias de mercado quanto aquelas que atuam em ramos mais concentrados tendem a apresentar maior engajamento em atividade política corporativa. Além disso, mesmo empresas competidoras em seu ramo de atuação podem cooperar com seus rivais em busca de benefícios políticos, atuando por intermédio de associações.

A atividade política corporativa desempenhada por empresas ou por suas associações pode ser classificada como proativa ou reativa. Ações proativas incluem a abordagem de tomadores de decisão do governo por representantes empresariais informando-lhes do impacto de possíveis regulações ou legislações; a tentativa de reduzir a regulação governamental; contribuições para campanhas eleitorais; *lobby* ou outros tipos de influência nos processos legislativos ou regulatórios. As empresas podem ainda agir reativamente, por exemplo, monitorando o desenvolvimento de regulações ou legislações de forma a se adequar antes de sua entrada em vigor (HILLMAN et al., 2004). Cabe ressaltar, no entanto, que a atividade política corporativa somente é efetiva quando capaz de influenciar os representantes do governo a atuarem em favor da empresa ou do setor (LUX et al., 2012).

A atividade política corporativa de diversos ramos industriais relacionados à saúde pública já foi amplamente detalhada, com destaque para as indústrias do tabaco, do álcool e farmacêutica. Especialmente em relação à indústria do tabaco, pelo fato de suas influências negativas sobre as políticas de saúde pública terem sido extensamente documentadas e levadas à tona em decorrência dos processos judiciais que sofreu, entende-se que essas informações

auxiliam a contextualizar as práticas adotadas pela indústria de produtos ultraprocessados, incluindo as bebidas açucaradas (MIALON et al., 2015).

O monitoramento da atividade política corporativa da indústria de produtos ultraprocessados relacionada à saúde pública ainda é bastante incipiente. Apesar disso, há evidências científicas suficientes para apontar que a indústria de bebidas açucaradas é bastante engajada nesse tipo de prática, já tendo sido relatados, por exemplo, o patrocínio a organizações relacionadas à saúde pública, o financiamento de pesquisas científicas, a prática de *lobby* contra legislação regulatória, a disseminação de mensagens com o objetivo de tirar o foco das bebidas açucaradas como causadoras de obesidade, a prática de ações de responsabilidade social corporativa, a ameaça de uso de medidas legais contra a regulação governamental, entre outras (ELLIOT-GREEN et al., 2016; AARON; SIEGEL, 2017; SERODIO et al., 2018; DU et al., 2018; SACKS et al., 2018; GEORGE, 2019; HESSARI et al., 2019; SERODIO et al., 2020).

Considerando que os estudos sobre a atividade política corporativa da indústria de ultraprocessados não têm sido sistemáticos, Mialon et al. (2015) propuseram um modelo para a classificação das estratégias e práticas adotadas pelo setor e uma metodologia para coleta de dados. Esse modelo foi definido a partir de uma revisão de literatura que incluiu publicações na área de negócios e acerca das práticas adotadas pela indústria do tabaco. As principais práticas foram identificadas e agrupadas em seis estratégias: 1) “Informações e mensagens”, que compreende a disseminação de informações favoráveis às suas atividades para influenciar as políticas de saúde e nutrição em seu benefício; 2) “Incentivos financeiros”, que abrange a distribuição de auxílios financeiros, presentes ou outros incentivos para tomadores de decisão (incluindo políticos e partidos políticos); 3) “Recrutamento de apoiadores”, por meio da qual se fomenta a formação de opinião favorável ao setor, seja pelo público em geral ou por *stakeholders* como a mídia e a comunidade de saúde pública; 4) “Estratégias legais”, que incluem o uso ou ameaça de uso de processos judiciais contra políticas públicas ou aqueles que

se opõem às práticas do setor; 5) “Substituição de políticas públicas”, por meio da qual são propostas alternativas tais como iniciativas voluntárias de autorregulação sempre que o setor é ameaçado de regulação governamental; 6) “Fragmentação e desestabilização da oposição”, em que são empregadas práticas para fragmentar e desestabilizar grupos ou indivíduos que criticam ou se opõem aos produtos ou práticas do setor ou que defendam políticas que possam impactar negativamente seus negócios.

Desde então já foram descritas as estratégias e práticas adotadas pela indústria de ultraprocessados em Fiji, na Austrália, na França, na Tailândia, na União Europeia, e na América Latina e Caribe, empregando-se tanto a classificação quanto a metodologia propostas (MIALON et al., 2016a; MIALON et al., 2016b; MIALON et al., 2017; MIALON; MIALON, 2017; JAICHUEN et al., 2018; MIALON; MIALON, 2018; TSELENGIDIS; ÖSTERGREN, 2019; MIALON; GOMES, 2019). A análise conjunta dos resultados desses estudos chama a atenção para dois pontos em especial: a confirmação de que, quando engajada em atividade política corporativa, a indústria de produtos ultraprocessados emprega práticas bastante similares àquelas das indústrias do tabaco e do álcool; e a identificação de que as estratégias se repetem nas diferentes localidades, o que pode ser explicado porque, em geral, a maioria dos atores incluídos são as grandes empresas transnacionais (JAICHUEN, et al. 2018; MIALON; MIALON, 2018).

Destes estudos, o único que mapeou exclusivamente a atividade política corporativa relacionada à regulação de bebidas açucaradas foi aquele conduzido por Tselengidis e Östergren (2019), em que se avaliaram os argumentos e táticas empregados no *lobby* contra a tributação de bebidas açucaradas na União Europeia. Nele, identificou-se o uso das estratégias “Informações e mensagens”, “Recrutamento de apoiadores”, “Substituição de políticas públicas” e “Fragmentação e desestabilização da oposição”.

No Brasil, ainda há uma importante lacuna de conhecimento acerca da atividade política corporativa da indústria de produtos ultraprocessados. Do ponto de vista acadêmico, a primeira descrição de que se tem notícia diz respeito às análises sobre o processo de regulação de publicidade de alimentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), iniciado em 2005 e que resultou na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 24/2010. De acordo com Henriques et al. (2014), o setor regulado não escondeu seu posicionamento contrário à versão preliminar da norma e sua preferência pela manutenção do *status quo*. Baird (2016) examinou a ação política dos grupos de interesse empresariais nesse processo – representados pela Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia) e pela Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (Abir) – em que ficou evidente a sua intervenção junto à Anvisa e aos Poderes Executivo e Legislativo para influenciar os resultados da política pública. Para o autor, o acesso privilegiado dos lobistas, facilitado pelo grande poder econômico da indústria, contribuiu para a elaboração de uma versão mais branda do regulamento. Como resultado, na redação final da norma foram excluídos elementos relacionados à publicidade direcionada à criança que constavam na proposta inicial, tornando-a menos restritiva (HENRIQUES et al., 2014).

Recentemente, foram avaliados os argumentos empregados pelas associações de indústrias de produtos ultraprocessados durante as etapas iniciais do desenvolvimento de um novo sistema de rotulagem nutricional frontal pela Anvisa, após a manifestação do órgão favorável à adoção da rotulagem frontal de advertência. Os argumentos identificados foram agrupados em duas categorias. A primeira incluiu aqueles que buscavam legitimar a participação da indústria no processo de elaboração da política: a indústria gera oportunidades econômicas, protege o direito individual de escolha do consumidor e apresenta outras soluções para o problema da obesidade e DCNTs. A segunda incluiu aqueles que questionavam a política de rotulagem nutricional frontal e a adoção da rotulagem de advertência: questionamentos

acerca do processo de elaboração da política e do papel da Anvisa nesse processo, questionamentos acerca da ciência na qual a agência embasou suas decisões, necessidade de coerência entre a política que estava sendo discutida e outras normas e experiências nacionais e internacionais, e riscos econômicos e sociais decorrentes da adoção do modelo por ela proposto (MIALON et al., 2020).

Não são conhecidos, no país, estudos que tenham tratado especificamente da indústria de bebidas açucaradas.

1.5 ATIVIDADE POLÍTICA CORPORATIVA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS PARA INFLUENCIAR O PROCESSO DECISÓRIO NO CONGRESSO NACIONAL

As estratégias e práticas de atividade política corporativa podem ser empregadas pela indústria de bebidas açucaradas e seus insumos nos mais diversos contextos, em qualquer etapa do processo de elaboração de políticas públicas e em múltiplas arenas decisórias.

Dentre as estratégias e práticas descritas na seção anterior, destacam-se duas em particular com maior potencial de influenciar a tomada de decisão dentro do Congresso Nacional: o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, que faz parte da estratégia “Incentivos financeiros”, e o *lobby* junto aos parlamentares, incluído na estratégia “Informações e mensagens”. Essas práticas são classificadas por Lord (2000), respectivamente, como orientadas por pressão e orientadas por informação e são apontadas por McMenamin (2012) como os principais meios pelos quais as empresas buscam que seus interesses sejam atendidos pelos políticos e seus partidos.

Com frequência, mas não necessariamente, o financiamento de campanha e o *lobby* estão relacionados. Para McMenemy (2012), o financiamento político pode ser, de certa forma, considerado como parte do processo de *lobby*, pois aumenta as chances de sucesso do lobista. Ambas as práticas serão abordadas em maior profundidade a seguir.

1.5.1 Financiamento Empresarial de Campanhas Eleitorais

A participação do setor empresarial no processo eleitoral por meio de doações para campanhas políticas é uma prática antiga e bastante disseminada em todo o mundo. McMenemy (2012) sugere que suas contribuições podem ser pragmáticas, por meio das quais se busca um retorno financeiro, ou ideológicas, com o objetivo de influenciar a disputa política. Ambas as motivações podem ter consequências políticas e econômicas. Entre os benefícios decorrentes da disponibilização de recursos eleitorais, Mancuso (2015) aponta o acesso facilitado aos tomadores de decisão, a celebração de contratos com o governo, a obtenção de regulações favoráveis e a realização de gastos públicos que lhes favoreçam.

Consequentemente, o financiamento de campanha por setores empresariais economicamente poderosos pode transformar políticos em agentes de alguns grupos de interesse. Os eleitos podem ter maior risco de representar seus financiadores do que os cidadãos, priorizando em sua tomada de decisão os interesses particulares em detrimento do bem comum (RUBIO, 2005; FERREIRA, 2011).

Santos et al. (2015a) citam dois modelos teóricos para explicar o financiamento de campanhas eleitorais por grupos de interesse na tentativa de influenciar as decisões governamentais. Para um deles, o de criação de renda, o objetivo seria se beneficiar das decisões

públicas por meio de legislações favoráveis; para o outro, o modelo de extração de renda, seria de evitar intervenções negativas por parte do governo, por meio da “não ação”. Além disso, nem sempre a decisão das empresas relativas às doações de campanha se dá em busca de influência política futura, mas também pode ser uma compensação por aspectos retrospectivos (HEILER et al., 2015).

É preciso ter em mente, todavia, que os benefícios a serem obtidos pelas empresas financiadoras de campanhas são incertos, conforme apontado por Speck (2012). O autor afirma que 1) não há garantias sobre o resultado eleitoral; 2) não se conhecem os temas que serão incluídos na agenda de debates e votação; e 3) o poder de decisão dos representantes eleitos é desconhecido.

Além disso, a concessão de benefícios às empresas doadoras somente ocorrerá se e quando os eleitos tiverem algum poder de influenciar as rotinas da administração pública (SPECK, 2012). Tanto que uma tática frequentemente adotada é o financiamento prioritário de candidatos com maior capital político, que apresentam maior potencial de ocupar cargos importantes e com maior capacidade de influenciar o processo decisório (ARAÚJO et al., 2015). Assim, extrapolando-se esse contexto para o Poder Legislativo, é provável que os benefícios sejam mais facilmente conseguidos por meio da atuação dos parlamentares em pontos críticos do processo de produção de leis do que por meio da votação de proposições.

Ressalta-se que, devido ao princípio do mandato livre, os legisladores utilizam-se de sua própria discricionariedade para definir como promover o bem público. O fato de as decisões serem complexas, haver uma multiplicidade de interesses envolvidos e não existirem parâmetros para se avaliar se o bem público está sendo perseguido dificulta a identificação de desvios de compromisso (SPECK, 2012).

No Brasil, o financiamento de campanhas eleitorais é disciplinado pela Lei nº 9.054, de 30 de setembro de 1997. Esse dispositivo permitia que pessoas jurídicas contribuíssem com até

dois por cento de seu faturamento bruto no ano anterior à eleição para as campanhas eleitorais. Essas contribuições eram então somadas aos recursos oriundos do Fundo Partidário, aos recursos próprios e às doações de pessoas físicas (BRASIL, 1997). No entanto, em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos legais que autorizavam as contribuições de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2015). Encerrou-se então, após um período de quase 20 anos, a participação financeira direta do empresariado nos processos eleitorais brasileiros.

Embora seja amplamente sugerido que o financiamento de campanha tenha reflexos sobre o comportamento parlamentar, essa relação é bastante difícil de ser comprovada. No Brasil, até o momento, poucos estudos realizaram esse tipo de avaliação, sendo que nenhum deles teve como escopo o financiamento pela indústria de bebidas açucaradas.

Santos et al. (2015a) investigaram a influência do financiamento de campanha sobre o comportamento dos Deputados Federais, avaliado por meio das votações nominais em matérias de interesse da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no período de 1999 a 2007 (51ª e 52ª Legislaturas). Encontraram significância estatística para a proporção de recursos de campanha provenientes de empresas e a cooperação parlamentar com os interesses da CNI, mas não para a proporção de recursos oriundos da indústria como um todo. Por sua vez, Cruz (2015) observou que, durante a 54ª Legislatura, a agenda rural na Câmara dos Deputados se apoiou na base eleitoral dos deputados – representada pelo voto agropecuário, calculado a partir dos votos municipais recebidos pelo parlamentar multiplicados pelo peso do Produto Interno Bruto agropecuário municipal – e não no financiamento de campanha de origem rural.

Mais recentemente, Machado (2016) analisou o comportamento frente ao financiamento de campanha de origem industrial e encontrou um elevado número de casos em que o

parlamentar age por interesses ideológicos, por fazer parte da coalizão de governo. Mas também observou que as contribuições financeiras da indústria – em seu trabalho representada pela CNI – para as campanhas eleitorais influenciaram o comportamento parlamentar favoravelmente aos temas de interesse do setor.

Diante do exposto, parece pouco provável que o financiamento de campanha seja capaz de, isoladamente, explicar o comportamento parlamentar. Santos et al. (2015), com base em extensa revisão de literatura, afirma que: 1) as contribuições de campanha parecem somente garantir o acesso aos parlamentares quando o tema em questão tem pouca visibilidade e quando há indiferença ou posicionamento favorável da opinião pública quanto ao assunto; 2) no caso de temas técnicos ou especializados, consequentemente pouco acessíveis ao público, a influência dos grupos com mais recursos seria facilitada pela assimetria de informação; 3) as demandas particulares sobrepõem-se ao interesse público quando os benefícios são concentrados para grupos de interesse menores e mais organizados e os custos, disseminados por todo o eleitorado; 4) o financiamento de campanha é capaz de influenciar o comportamento parlamentar quando o tema em questão não for partidário nem ideológico; 5) o financiamento de campanha somente assegura sua influência quando reforçado pelo *lobby*.

1.5.2 Grupos de Interesse e *Lobby* no Congresso Nacional

Nos processos de decisões políticas em sistemas democráticos há a interação de diversos atores, incluindo grupos que representam interesses organizados (grupos de pressão, movimentos sociais, interesses privados, etc.), considerados instrumentos de mediação entre a sociedade e o Estado (MANCUSO, 2004b; SANTOS, 2014). Segundo Diniz e Boschi (1999),

no Brasil, essa mediação se dá predominantemente e tradicionalmente por meio da representação corporativa de interesses no interior do aparelho burocrático.

Mancuso (2004b) destaca haver na literatura diversas definições para grupos de interesse, algumas mais abrangentes – incluindo todos os tipos de grupos, independentemente das atividades que realizam, de seu grau de organização e das clivagens – e outras mais restritas, cujo foco se limita àqueles que apresentam demandas ao poder público. Pode ainda ser utilizada a expressão sinônima grupos de pressão como uma forma de evidenciar a atividade que caracteriza a sua atuação. Apesar das pequenas diferenças entre as inúmeras definições, há um consenso entre os estudiosos: grupos de interesse ou de pressão são aqueles que entram em contato com os tomadores de decisão do poder público com o objetivo de influenciá-los nas decisões que lhes dizem respeito.

O número crescente de organizações representativas de interesses no Congresso Nacional contribui para o aumento da competição entre os grupos e, conseqüentemente, para o aprofundamento e intensificação do *lobby* (SANTOS, 2014), definido por Mancuso e Gozetto (2011b) como a defesa de interesses específicos junto a membros do poder público que têm autonomia para tomar decisões políticas.

No Brasil, o *lobby* não é uma atividade regulamentada e ainda é envolvido por um “estigma de marginalidade”, especialmente devido aos inúmeros escândalos de corrupção denunciados pela mídia que envolvem políticos (MANCUSO; GOZETTO, 2011a). No entanto, é considerado por Graziano (1997) como uma representação técnica e especializada: ainda que o lobista represente interesses especiais, dispõe de informações e conhecimentos técnicos e políticos especializados. Isso pode ser importante porque os tomadores de decisão frequentemente precisam deliberar sobre questões complexas e sobre as quais nem sempre dispõem de informações completas (MANCUSO; GOZETTO, 2011a).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o *lobby* lícito pode ser positivo, pode ter consequências indesejáveis quando há grande desequilíbrio de forças e grupos de interesses mais fortes e organizados são excessivamente privilegiados, agravando as desigualdades já existentes e colocando em xeque o interesse público (MANCUSO; GOZETTO, 2011a). Grupos com maior potencial de mobilização e mais recursos têm mais chances de obter resultados que lhes sejam favoráveis, como é o caso do setor industrial brasileiro (DINIZ; BOSCHI, 1999; MANCUSO, 2004a).

As atividades de *lobby* podem ocorrer em diferentes momentos do processo decisório, como por exemplo: na escolha dos tomadores de decisão, na definição da agenda decisória e na formulação de propostas para lidar com os itens dessa agenda, durante o debate e a negociação das propostas e, finalmente, no próprio momento da tomada de decisão (MANCUSO, 2004b; MANCUSO; GOZETTO, 2011b). Assim, a articulação dos interesses empresariais no Congresso Nacional pode se dar em qualquer estágio da produção legislativa, desde a formulação das proposições até a deliberação dos parlamentares acerca de possíveis vetos presidenciais às proposições aprovadas. Pode acontecer de inúmeras formas, dentre as quais o contato direto com o parlamentar e seus assessores, o contato indireto por meio de correspondências, o acompanhamento de reuniões, a participação em consultas e audiências públicas, o contato com a assessoria técnica, entre outras (MANCUSO, 2007; MANCUSO; GOZETTO, 2011b; SANTOS et al., 2017).

Na condução dos trabalhos legislativos, há inúmeros atores com papéis-chave que podem ser alvo de pressão política pelos grupos de interesse. Dentre eles, destacam-se os Presidentes das Comissões, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os relatores das proposições legislativas e os líderes partidários e de Governo. Há ainda uma série de instrumentos previstos nos regimentos internos das Casas Legislativas que podem ser empregados estrategicamente para acelerar, postergar ou até mesmo barrar a tramitação de

proposições, contribuindo para atender às suas demandas ou para influenciar o resultado final do processo decisório. Entre esses instrumentos podem-se citar de forma exemplificativa e não exaustiva a prerrogativa dos Presidentes das Casas Legislativas e das Comissões para definir as pautas de discussão e deliberação; a realização de audiências públicas; a apresentação de emendas (inclusive as do tipo substitutiva, alterando completamente a proposta original); além de inúmeros tipos de requerimentos e recursos.

Do ponto de vista da arena para o exercício do *lobby*, a literatura nacional de ciência política aponta a preferência pela atuação nas instâncias internas e intermediárias do processo legislativo. Destaca-se então o papel das Comissões, onde ocorre parte significativa dos trabalhos legislativos e a atuação dos parlamentares é menos evidente. Além disso, nos Plenários das Casas Legislativas é apreciada apenas uma pequena proporção das proposições convertidas em lei e normalmente as decisões dependem do alinhamento com o Executivo, sendo o comportamento parlamentar normalmente explicado pela presença do presidencialismo de coalizão (DINIZ; BOSCHI, 1999; SANTOS, 2002; LIMONGI, 2006; SANTOS, 2014; MANCUSO; GOZETTO, 2011b).

Para Santos et al. (2017), a dificuldade em se determinar o verdadeiro poder de influência dos grupos de interesse está em como demonstrar que a tomada de decisão pelo poder público (ou ainda a não decisão) decorreu do *lobby* ou da transferência de recursos de campanha, pois há inúmeros outros fatores que poderiam estar envolvidos nesse processo. A partir dos resultados de seu estudo, os autores afirmam que a influência do *lobby* existe, mas, assim como a do financiamento de campanha, parece ser condicional. Entre as condições favoráveis à influência dos lobistas, apontam: 1) ausência de outros grupos de interesse suficientemente fortes para induzir resultados diferentes; 2) pouca visibilidade do tema em questão; 3) tecnicidade e especialização da matéria; 4) pragmatismo e moderação ideológica dos decisores;

5) exercício do *lobby* associado a doações de campanha; 6) benefícios concentrados para o grupo de interesse, mas difusos para o eleitorado.

1.6 JUSTIFICATIVA

Não há dúvidas quanto ao papel da indústria de bebidas açucaradas, principalmente as grandes corporações transnacionais, no aumento do consumo desse tipo de produto pelas populações. Também está clara a sua atuação para barrar ou atenuar medidas regulatórias do setor público – dentre elas o aumento da tributação sobre bebidas açucaradas – que tenham o objetivo de proteger a saúde da população, promover ambientes alimentares saudáveis e prevenir e controlar a obesidade e outras DCNTs. Embora este debate tenha se ampliado mundialmente e mais atenção esteja sendo direcionada a essa temática, ainda são escassos os estudos que avaliem o poder de influência do setor nos processos decisórios em políticas públicas, especialmente no Brasil.

Frente ao poder econômico e político das indústrias de bebidas açucaradas, faz-se necessário explorar sua capacidade de influenciar a tomada de decisão no Congresso Nacional em proposições legislativas que de alguma forma impactem suas atividades industriais e comerciais. Acredita-se que essa influência poderia se dar não apenas pela indústria de bebidas açucaradas propriamente dita, mas também por empresas relacionadas ao agronegócio que produzem insumos utilizados na fabricação desse tipo de produto.

Partiu-se da premissa que o setor atuaria principalmente por meio de contribuições financeiras para campanhas eleitorais e de atividades de *lobby* exercidas ao longo da tramitação de proposições que lhes fossem sensíveis. Os resultados aqui apresentados serão importantes

não apenas para o Brasil, mas também para outros países em desenvolvimento, onde em geral ainda há pouca regulação e grande interesse da indústria na manutenção de um contexto regulatório favorável às suas atividades industriais e comerciais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Avaliar se a atividade política corporativa da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos – em especial o financiamento de campanhas eleitorais e o *lobby* – influenciou o processo decisório sobre a tributação de bebidas açucaradas no Congresso Nacional na 55ª Legislatura (2015-2019).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a participação financeira das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos nas campanhas eleitorais dos candidatos a cargos eletivos no Congresso Nacional e o perfil dos eleitos financiados;
- Descrever as propostas legislativas relacionadas à tributação de bebidas açucaradas em tramitação no Congresso Nacional;
- Avaliar as condições relacionadas ao sucesso ou insucesso da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos na influência de um processo decisório relativo à tributação de bebidas açucaradas no Congresso Nacional.

3 MÉTODOS

A pesquisa que originou esta Tese foi dividida em dois componentes: o primeiro, com abordagem quantitativa, tratou do objetivo específico relativo à participação financeira das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos nas campanhas eleitorais de candidatos ao Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) para a 55ª Legislatura, compreendida entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2019 (item 3.1). O segundo, com abordagem qualitativa, tratou dos objetivos relacionados às propostas legislativas relacionadas à tributação de bebidas açucaradas em tramitação no Congresso Nacional neste período (item 3.2) e à avaliação do sucesso da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos para influenciar um processo decisório (item 3.3).

3.1 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS E SEUS INSUMOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS DE CANDIDATOS À 55ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL

3.1.1 Levantamento dos dados referentes à participação financeira nas campanhas eleitorais

Avaliaram-se as contribuições financeiras às campanhas eleitorais de candidatos a cargos eletivos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para a 55ª Legislatura (2015-2019). Para tanto, utilizaram-se informações referentes aos candidatos a Deputados Federais

nas Eleições 2014 e a Senadores nas Eleições 2010 e 2014, considerando que estes últimos têm mandatos com duração de oito anos e a cada legislatura renovam-se 1/3 ou 2/3 dos representantes.

Havia distinções nas prestações de contas dos candidatos ao Senado Federal junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nos anos de 2010 e 2014. Em 2010, as contas dos titulares, 1º e 2º suplentes poderiam ser prestadas tanto em conjunto como individualmente. Em 2014, todas as prestações de contas levaram com consideração as receitas e despesas da chapa. Optou-se então, para os dados de 2010, somar as receitas dos 39 candidatos a 1º suplente e 22 candidatos a 2º suplente que prestaram contas separadamente às receitas de seus titulares.

Criou-se um banco de dados em arquivo .dta com informações extraídas do repositório de dados do TSE (TSE, 2018) relativas a todos os indivíduos cuja candidatura fora deferida (ou deferida com recurso) pelas autoridades eleitorais e que prestaram contas de campanha.

3.1.2 Organização dos dados referentes às contribuições financeiras para as campanhas eleitorais

a) Variáveis relativas aos candidatos

Extraíram-se as seguintes variáveis relativas aos candidatos: nome, número do cadastro de pessoa física (CPF) – que, por sua natureza única, foi adotado como identificador dos candidatos –, nome de urna do candidato, ano da eleição, cargo ao qual concorreu, unidade da federação, partido político, data de nascimento, sexo, cor, estado civil, grau de instrução, ocupação e resultado eleitoral. Destes dados, apenas a variável cor/raça não estava disponível para os candidatos que concorreram no ano de 2010, pois esta informação (autorreferida) somente passou a ser solicitada a partir de 2012.

b) Variáveis relativas à prestação de contas

Dentre as variáveis relacionadas à prestação de contas, consideraram-se aquelas referentes à captação de recursos para a campanha eleitoral: valor da receita, nome do doador, CPF ou CNPJ do doador, nome do doador na Receita Federal e setor econômico do doador para os pleitos de 2010 e 2014. Nos dados disponibilizados pelo TSE referentes ao pleito de 2010 não constava a classificação do setor econômico dos doadores. Esta limitação foi resolvida com o auxílio do Dr. Bruno Carazza dos Santos, que cedeu o levantamento dessas informações que havia realizado anteriormente para sua pesquisa de doutorado.

A partir de 2014 o TSE, por meio da Resolução nº 23.406/2014, obrigou que as prestações de contas de campanha informassem a origem dos recursos repassados por intermédio de partidos políticos ou de outros candidatos. Isso tornou o processo mais transparente, pois permitiu rastrear as contribuições de origem empresarial recebidas de forma indireta pelos candidatos. Assim, para este ano coletaram-se ainda as variáveis nome do doador originário, CPF ou CNPJ do doador originário, nome do doador originário na Receita Federal e setor econômico do doador originário quando as contribuições de campanha foram realizadas de forma indireta (TSE, 2014).

3.1.3 Definição, identificação e classificação das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos

a) Definição das empresas de interesse

Para fins desta pesquisa, consideraram-se como pertencentes à indústria de bebidas açucaradas todas as empresas do setor de alimentos e bebidas que tivessem em seu portfólio de

produtos pelo menos um tipo de bebida com açúcares adicionados (refrigerantes, energéticos, isotônicos, sucos tipo néctar, bebidas à base de soja, refrescos em pó, xaropes, chás prontos adoçados, iogurtes e bebidas lácteas, pós para o preparo de leite achocolatado e cafés com leite em pó). Optou-se ainda por incluir nesta categoria as empresas distribuidoras/transportadoras pertencentes a grandes grupos empresariais fabricantes de refrigerantes por se entender que esta é uma atividade necessária à comercialização de seus produtos. Distribuidoras e transportadoras independentes foram desconsideradas, com exceção daquelas que se identificasse, a partir de seus sítios na internet, que distribuíam exclusivamente os produtos do grupo empresarial de interesse.

O grupo de indústrias de insumos compreendeu as empresas que produzem e/ou comercializam ingredientes reconhecidamente utilizados na produção de bebidas açucaradas: açúcar e afins (xaropes, maltodextrina, etc.) e concentrados de frutas (importante insumo para a produção de sucos tipo néctar). Embora os aditivos alimentares, de modo geral, sejam largamente utilizados para a produção de bebidas açucaradas, decidiu-se pela não inclusão de empresas que fabricam esse tipo de insumo devido à dificuldade em se determinar de forma precisa se os aditivos por elas produzidos são empregados especificamente para a fabricação de bebidas açucaradas.

b) Identificação das empresas de interesse

A identificação das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos partiu das variáveis “setor econômico do doador” e “setor econômico do doador originário”, que se baseiam nos códigos e denominações da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e representam a atividade econômica principal da empresa cadastrada junto à Receita Federal.

A utilização unicamente desta variável para definir se uma empresa cumpre o critério de inclusão no estudo apresentaria duas limitações importantes. A primeira delas é que, com

grande frequência, a atividade econômica de uma empresa não se restringe àquela cadastrada como “principal” junto à Receita Federal, pois é possível cadastrar inúmeras atividades econômicas secundárias. Assim, filtrá-las apenas por atividade econômica principal poderia resultar na exclusão de importantes atores. Para exemplificar essa limitação: uma empresa cuja atividade econômica principal era “Fabricação de álcool” ou “Cultivo de cana-de-açúcar” poderia potencialmente ter entre suas atividades secundárias a produção de açúcar. Já uma grande empresa cuja atividade econômica principal fosse “Fabricação de biscoitos” poderia incluir entre suas atividades secundárias a produção de algum tipo de bebida açucarada.

A segunda limitação decorre do fato de que médios e grandes grupos empresariais frequentemente são compostos por diversas empresas ou detêm vários números de registro (CNPJs), que podem ser cadastrados junto à Receita Federal com atividades econômicas que não necessariamente refletem todas aquelas desempenhadas pelo grupo como um todo.

Diante disso, realizou-se o processo de identificação das empresas de interesse em quatro etapas:

Etapa 1: As empresas cujos setores econômicos principais estavam diretamente relacionados à produção de bebidas açucaradas ou seus insumos (por exemplo: “Fabricação de açúcar em bruto”, “Fabricação de refrigerantes”; “Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas”, entre outras) foram prontamente classificadas como pertencentes ao setor de bebidas açucaradas.

Etapa 2: Selecionaram-se todas as categorias relativas ao setor econômico que potencialmente poderiam incluir empresas relacionadas à produção de bebidas açucaradas e seus insumos (por exemplo: “Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente”; “Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente”; “Comércio atacadista de cerveja, chope

e refrigerante”; “Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados”; “Cultivo de cana-de-açúcar”; “Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar”; “Fabricação de álcool”; “Fabricação de biscoitos e bolachas”; “Fabricação de cervejas e chopes”; “Fabricação de laticínios”; “Fabricação de outras bebidas não alcoólicas não especificadas anteriormente”; “Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes”; “Torrefação e moagem de café”; entre outras). Procedeu-se então à verificação individual dos CNPJs junto ao sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil (RFB) para identificar se dentre as atividades econômicas secundárias constava alguma relacionada especificamente à produção de bebidas açucaradas e/ou seus insumos. Nesta etapa foram também consultados, quando disponíveis, os *websites* das empresas em busca de informações adicionais que pudessem subsidiar a tomada de decisão.

Etapa 3: Selecionaram-se algumas categorias de atividade econômica que, apesar de aparentemente “genéricas”, poderiam incluir CNPJs de empresas pertencentes principalmente a grandes grupos relacionados ao setor de interesse (por exemplo: “Atividades associativas não especificadas anteriormente”; “Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica”; “Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários”; “Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente”; “Corretoras de contratos de mercadorias”; “Envasamento e empacotamento sob contrato”; “Gestão de ativos intangíveis não-financeiros”; “Holdings de instituições não-financeiras”; “Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo”; “Serviços combinados de escritório e apoio administrativo”; entre outras). Novamente, procedeu-se à verificação individual dos CNPJs junto ao *website* da RFB e, quando pertinente, nos sítios eletrônicos das empresas.

Etapa 4: Para aquelas empresas cuja atividade econômica principal deixava claro não haver nenhuma relação com a produção de bebidas açucaradas e seus insumos, realizou-se primeiramente uma busca visual em suas razões sociais na tentativa de se localizar empresas pertencentes aos médios e grandes grupos empresariais identificados nas etapas anteriores. Finalmente, as empresas restantes foram classificadas como não pertencentes ao grupo de empresas de interesse.

Para a classificação das empresas que constavam como ativas no período da realização desta pesquisa, prevaleceram as atividades econômicas (principal e secundárias) atuais, constantes no *website* da RFB. No caso de empresas inativas (também chamadas de “baixadas” ou cujas atividades haviam sido encerradas), considerando que frequentemente a RFB deixa de disponibilizar as atividades econômicas secundárias, considerou-se preferencialmente a atividade econômica principal informada no *website* da RFB. Se esta não estivesse disponível, considerou-se a atividade econômica apresentada na prestação de contas junto ao TSE.

O processo de tomada de decisão para a classificação das empresas encontra-se esquematizado na Figura 1.

Figura 1: Processo de tomada de decisão para a classificação das empresas como pertencentes ou não à indústria de bebidas açucaradas e seus insumos:

c) Classificação das empresas de interesse

As empresas selecionadas a partir dos critérios apresentados no item anterior foram classificadas como “indústrias de bebidas açucaradas” ou “indústrias de insumos para bebidas açucaradas”. Devido à prática comumente adotada pelas grandes empresas no Brasil de utilizar diversos CNPJs para realizar doações de campanhas eleitorais, agruparam-se as empresas de acordo com seu nome fantasia e/ou grupo empresarial.

Em seguida, classificaram-se as empresas de acordo com o tipo de produto ou insumo produzido. Para as indústrias de bebidas açucaradas, as categorias foram: 1) bebidas lácteas, 2) bebidas não lácteas e 3) bebidas lácteas e não lácteas. Estas foram classificadas adicionalmente de acordo com tipo de bebida açucarada que produziam, em categorias não mutuamente excludentes. Para as indústrias de insumos, foram: 1) açúcar, 2) concentrados de frutas; 3) açúcar e concentrados de frutas.

Em um segundo momento, as empresas/grupos empresariais foram classificadas segundo sua filiação em associações industriais. Definiram-se inicialmente como associações de interesse aquelas diretamente relacionadas à produção de bebidas açucaradas e/ou de seus insumos e que têm representantes cadastrados junto à 1ª Secretaria da Câmara dos Deputados: Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcolólicas (Abir), Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (Afrebras), Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), Sindicato Nacional da Indústria de Refrigerantes (Sindirefri) e União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Adicionalmente, optou-se pela inclusão da Viva Lácteos devido à sua recente participação no compromisso voluntário para redução do teor de açúcares em alimentos industrializados (BRASIL, 2018c; BRASIL, 2018d).

Para a classificação das empresas como filiadas ou não à Abir, CitrusBR, Unica e Viva Lácteos foram utilizadas as listas de associados disponibilizadas em seus *websites*. Já a classificação das empresas como filiadas ou não à Afrebras e ao Sindirefri baseou-se em

notícias veiculadas em seus *websites*, visto que seus associados não se encontram divulgados de forma consolidada.

3.1.4 Análise dos Dados

Quando pertinente, os resultados são apresentados de forma separada para cada ano eleitoral e Casa Legislativa, de forma a evitar comparações diretas, em especial dos valores das contribuições de campanha. Primeiramente, porque se tratam de três processos eleitorais distintos e independentes: dois para o Senado Federal, cujos representantes, renovados alternadamente a cada quatro anos, são eleitos por votação majoritária para mandatos de oito anos, e um para a Câmara dos Deputados, cujos representantes são eleitos por votação proporcional para mandatos de quatro anos.

Em segundo lugar, há uma importante diferença nas exigências para a prestação de contas de campanha. Até as eleições de 2010, as contribuições empresariais somente precisavam ser declaradas se recebidas diretamente pelos candidatos. As regras não permitiam rastrear a origem dos recursos repassados pelos partidos políticos ou por outros candidatos e favoreciam a realização de doações “ocultas” (aquelas em que se utilizavam intermediários para esconder o vínculo entre o doador original e o candidato beneficiado). Assim, a participação da indústria de bebidas açucaradas e de seus insumos aparece subestimada para os candidatos ao Senado Federal nesse ano e, conseqüentemente, ainda que os valores fossem atualizados, não poderiam ser comparados com os de 2014. Assim, somente foi possível agrupar os dados relativos aos candidatos ao Senado Federal para variáveis qualitativas.

Após a análise exploratória inicial dos dados, identificou-se a necessidade de agrupar algumas das variáveis: a) as unidades da federação foram agrupadas nas macrorregiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul; b) as idades, calculadas com base na data da eleição, foram categorizadas em: menores de 35 anos (categoria que incluiu apenas candidatos à Câmara dos Deputados, que podem ser eleitos a partir dos 21 anos de idade), de 35 a 50 anos incompletos, de 50 a 65 anos incompletos, e maiores de 65 anos; c) quanto à cor/raça os candidatos foram agrupados como brancos e não brancos; d) quanto ao estado civil, agruparam-se os casados com os viúvos, bem como os separados com os divorciados; e) a escolaridade foi agrupada de forma dicotômica, em com ou sem ensino superior completo; f) a ocupação foi agrupada também de forma dicotômica, sendo classificados como políticos profissionais aqueles candidatos que informaram ao TSE ocuparem algum cargo político eletivo; g) os partidos políticos foram classificados de acordo com suas coligações em cada um dos pleitos como “não coligados”, “coligação de oposição ao Governo Federal” e “coligação com o Governo Federal”; h) no resultado da eleição para os candidatos à Câmara dos Deputados, não eleitos e suplentes foram classificados como “não eleitos” e eleitos por coeficiente partidário e eleitos por média como “eleitos”.

Os candidatos foram então classificados de forma dicotômica como financiados ou não financiados pelo setor de bebidas açucaradas, considerando-se conjuntamente os recursos da indústria de bebidas açucaradas propriamente ditas e de seus insumos. Dado o grande volume de repasses por intermédio dos partidos políticos, optou-se por não se fazer distinção quanto ao tipo de origem da contribuição empresarial (se ocorreu diretamente ao candidato ou indiretamente, por intermédio de partido político ou de outro candidato).

A organização e análise dos dados foram realizadas com o software Stata IC versão 15 (STATA CORP, 2017). Os gráficos foram construídos no Excel 2016. Na análise descritiva empregaram-se: 1) para testar a associação entre variáveis categóricas independentes, os testes

do Qui-quadrado ou Exato de Fisher monocaudal, a depender das frequências encontradas; 2) para avaliar a chance de os candidatos financiados por empresas do setor de bebidas açucaradas e seus insumos serem eleitos aplicou-se o modelo linear generalizado com regressão binomial negativa (BARROS; HIRAKATA, 2003).

Na construção dos modelos lineares generalizados com regressão binomial negativa, optou-se por utilizar apenas os dados relativos ao conjunto de candidatos que haviam recebido algum tipo de recurso de origem empresarial, independentemente do setor, tendo em vista que estes por si só apresentam mais chances de serem eleitos que os demais (MANCUSO, 2015). Consideraram-se como variável independente o financiamento de campanha eleitoral do candidato por indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos (sim ou não) e como variável dependente o resultado eleitoral (eleito ou não eleito). No modelo ajustado, testaram-se as variáveis: logaritmo do total de recursos de campanha eleitoral (dada a distribuição não paramétrica dos valores), sexo, categoria de idade, estado civil, conclusão de nível superior de escolaridade, político profissional, região da unidade federativa pela qual concorreu e participação em coligação partidária. A variável cor/raça foi incluída no modelo multivariado apenas para os candidatos à Câmara dos Deputados, uma vez que esse dado não era conhecido para a maior parte dos candidatos ao Senado Federal, eleitos em 2010.

Para todas as análises, estabeleceu-se um nível de significância de 95% (ou seja, as diferenças com $p < 0,05$ foram consideradas estatisticamente significativas).

3.2 PROPOSTAS LEGISLATIVAS RELACIONADAS À TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS

Para identificar as propostas legislativas que endereçassem questões relacionadas à tributação de bebidas açucaradas no Congresso Nacional durante a 55ª Legislatura (2015-2019), conduziu-se um levantamento nas bases de dados internas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A busca foi realizada em dezembro de 2018, ao final da legislatura, antes que parte das proposições viesse a ser arquivada, atendendo às normas dos regimentos internos das Casas Legislativas. Na Câmara dos Deputados, a busca foi realizada no Sistema de Acompanhamento Legislativo (Sileg), em versão que dispõe de mais opções de filtros e cujo acesso é disponibilizado aos servidores públicos que trabalham na Casa, e incluiu palavras-chave baseadas nos assuntos de interesse (refrigerantes, açúcar, bebidas açucaradas). No Senado Federal, a busca foi conduzida pelo Serviço de Pesquisas Legislativas (Sepel) da Coordenação de Estatísticas, Pesquisa e Relatórios Legislativos, a partir da estratégia empregada para a pesquisa das propostas em tramitação na Câmara dos Deputados.

A seleção inicial das propostas legislativas identificadas foi realizada com base na leitura das suas ementas e da explicação das ementas: aquelas que indicavam que poderiam incluir qualquer dispositivo que atendessem aos critérios de elegibilidade foram então lidas na íntegra para a tomada de decisão.

Decidiu-se pela inclusão tanto das propostas que visassem ao aumento da tributação de bebidas açucaradas, conforme a recomendação da OMS, quanto aquelas que porventura tivessem o objetivo oposto – de reduzir os tributos para esse setor – supondo-se que em ambos

os casos haveria, em alguma medida, atuação da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos para influenciar o processo decisório.

Definidas as propostas de interesse, realizou-se uma conferência nas suas fichas de tramitação disponíveis nos *websites* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, buscando-se a identificação de proposições apensadas que porventura não tivessem retornado a partir das buscas nas bases de dados.

Esse levantamento subsidiou a seleção do caso para a análise da influência da indústria de bebidas açucaradas no processo decisório.

3.3 ESTUDO DE CASO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS NO PROCESSO DECISÓRIO

Diante da ausência de pesquisas brasileiras que investiguem a possível atuação da indústria de bebidas açucaradas para influenciar o processo decisório em matérias de seu interesse no Congresso Nacional, a multiplicidade de estratégias que poderiam estar sendo empregadas e de atores envolvidos, bem como o pequeno número de proposições legislativas que são efetivamente convertidas em lei, optou-se por conduzir uma análise exploratória, por meio de um estudo de caso.

Esta etapa da pesquisa buscou explicar quais fatores tornaram possível o desfecho de interesse, permitindo o entendimento do processo e não o efeito de uma variável específica. Entre as vantagens de sua utilização, destaca-se que os estudos de caso são capazes de considerar um conjunto amplo e variado de fatores explicativos; auxiliam no entendimento acerca das percepções e motivações de importantes atores e na identificação dos processos pelos

quais os fatores cognitivos se formam e se modificam; e seu desenho permite levar em conta fatores explicativos internos e externos (BLATTER; HAVERLAND, 2012).

Selecionou-se como caso a tramitação de um conjunto de projetos Decreto Legislativo que tinham como objetivo sustar os efeitos do Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018 (BRASIL, 2018a), que modificou a alíquota do IPI incidente sobre os concentrados de refrigerantes. Tratam-se das únicas proposições legislativas na temática de interesse desta pesquisa sobre as quais houve a efetiva tomada de decisão durante o período analisado. Informações mais detalhadas acerca do caso serão apresentadas nos Resultados e Discussão desta Tese.

Coletaram-se evidências relativas a todo o processo legislativo da matéria selecionada, desde sua apresentação, com destaque para:

- a) a iniciativa das proposições legislativas;
- b) informações concernentes ao relacionamento dos parlamentares envolvidos no processo legislativo (autor e relatores da proposição, Presidente e membros da(s) Comissão(ões) em que as proposições tramitaram) com a indústria de refrigerantes;
- c) a participação da indústria de refrigerantes durante as etapas da tramitação da proposição, seja individualmente, por meio de lobistas com vínculos diretos com as empresas, ou coletivamente, por meio de grupos de pressão como as associações industriais;
- d) quaisquer outras práticas de atividade política corporativa, além do financiamento de campanha e do *lobby*, adotadas pela indústria de refrigerantes no período da tramitação da matéria analisada;
- e) a participação de organizações da sociedade civil que fazem *advocacy* por políticas públicas de saúde e alimentação saudável, incluindo a adoção de políticas fiscais para o aumento da tributação sobre as bebidas açucaradas.

Especificamente, buscou-se identificar as condições que poderiam estar relacionadas à aprovação ou rejeição da matéria em análise e que, portanto, não necessariamente se limitam às observações descritas anteriormente. Foram então coletadas quaisquer outras observações e evidências que se mostrassem relevantes para o processo de tomada de decisão dos parlamentares, ainda que não dissessem respeito ao setor industrial afetado pela medida.

Inicialmente, as observações e evidências foram coletadas a partir de informações publicamente disponíveis, especialmente nos sítios de internet do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, incluindo as fichas de tramitação das proposições, o conteúdo disponível em relatórios, pareceres e emendas apresentados em cada uma das Comissões e/ou no Plenário das Casas Legislativas; o conteúdo de notas taquigráficas das reuniões e sessões; e os resultados relacionados à votação (quando disponíveis e aplicáveis). Os *links* para acesso a essas informações encontram-se no Anexo 1. Adicionalmente, foram solicitadas algumas informações por meio da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011).

A partir dessas observações e evidências publicamente disponíveis, foram identificados e selecionados os atores envolvidos no processo legislativo das proposições em questão, segundo seu potencial em fornecer detalhes acerca da atuação da indústria de refrigerantes: autor(es); relator(es); presidentes e parlamentares titulares e suplentes das Comissões em que as proposições tramitaram e seus assessores; parlamentares que em algum momento tivessem manifestado posicionamento favorável ou contrário à matéria; servidores das Casas Legislativas lotados nas Comissões em que as proposições tramitaram; servidores lotados nas Consultorias Legislativas das Casas e que pudessem ter acompanhado direta ou indiretamente o processo legislativo em questão; representantes da indústria de refrigerante ou de suas associações e atores da sociedade civil que tivessem se engajado de alguma forma no processo. Empregou-se ainda o método de amostragem por bola de neve para identificar atores adicionais.

Todos os envolvidos no processo foram convidados para entrevistas, que tiveram como escopo principal o processo legislativo da matéria em questão.

As informações coletadas dos documentos e por meio das entrevistas foram utilizadas para a descrição do caso em questão e dos eventos ocorridos em períodos críticos do processo legislativo. Buscou-se coletar evidências sobre as percepções e as motivações dos principais atores envolvidos e a sequência de processos causais. Foram então elaborados contrafactuais e/ou reflexões teóricas para explicar os desfechos (BLATTER; HAVERLAND, 2012).

3.3.1 Análise Qualitativa Comparativa

Para o Senado Federal, onde foi adotado o processo de votação nominal, sendo conhecidos os votos de 39 parlamentares, aplicou-se a Análise Qualitativa Comparativa (QCA) para explicar a tomada de decisão.

Esse é um método baseado na teoria dos conjuntos e na álgebra booleana, que busca identificar relações e explicar a complexidade causal de fenômenos sociais a partir de relações de pertencimento entre conjuntos (RAGIN, 2008; RIHOUX, 2008; SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012).

A QCA viabiliza a condução de estudos em que não seria possível utilizar um método puramente exploratório para conduzir uma análise aprofundada de cada um dos casos, tampouco aplicar testes de hipóteses convencionais, devido à ausência de poder estatístico para tanto (RAGIN; RUBINSON, 2009). Permite a análise de causas múltiplas e conjunturais ou equifinalidade, quando há uma variedade de caminhos em diferentes casos que explicam o

mesmo desfecho. Admite ainda que uma condição pode atuar tanto em favor quanto contra um desfecho (MUNCK, 2004; RAGIN; RUBINSON, 2009; SCHLOSSER et al., 2009).

Para a aplicação da QCA seguiram-se as seguintes etapas:

a) Definição das condições

Utilizou-se a QCA de forma indutiva, definindo-se as condições que poderiam explicar o voto favorável a partir das observações e evidências coletadas ao longo do estudo de caso e considerando-se cada parlamentar que registrou seu voto como uma unidade de análise.

b) Elaboração da matriz de dados

Em uma planilha do Excel, construiu-se uma matriz de dados em que as linhas representavam as unidades de análise (Senadores) e as colunas representavam as condições que poderiam explicar seu voto. As condições foram classificadas de forma dicotômica, onde 0=ausente e 1=presente, assim como o desfecho, em que 0=voto contrário e 1=voto favorável, para a aplicação da variante *crisp set* da QCA, que permite o processamento de dados categóricos binomiais (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012).

c) Redução da tabela-verdade ou minimização booleana

Procedeu-se então à “redução da tabela-verdade” ou “minimização booleana”, a partir da análise da matriz de dados pelo software fs/QCA v. 3.0 (RAGIN; DAVEY, 2016), buscando-se apontar quais condições ou configurações de condições explicariam o resultado.

Nesse processo, testaram-se todas as condições pré-estabelecidas, com o objetivo de se explicar o maior número possível de votos, gerando o menor número possível de contradições lógicas, que ocorrem quando combinações semelhantes de condições resultam em desfechos distintos em diferentes casos (RIHOUX, 2008).

Foram identificadas as condições ou configurações de condições necessárias, suficientes, INUS e SUIN para os desfechos de interesse (RAGIN; RUBINSON; 2009). Uma condição ou configuração de condições é considerada necessária quando presente em todos os casos em que o desfecho de interesse ocorre. Sua ausência implica a não ocorrência desse desfecho. São consideradas suficientes as condições ou configurações de condições que, uma vez presentes, o desfecho de interesse também o estará – ainda que nem todos os casos com o desfecho de interesse as apresentem. Condições INUS são aquelas que, embora isoladamente insuficientes, são parte necessária de uma condição que por si só não é necessária, mas é suficiente para o desfecho. Já as condições SUIN são aquelas suficientes, mas que são uma parte não necessária de uma configuração de condições que é insuficiente, mas necessária para o resultado (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012).

Adotou-se o ponto de corte de 0,75, recomendado para o tipo *crisp set* da QCA, para que as condições ou configurações de condições fossem consideradas suficientes para o desfecho de interesse (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012).

d) Apresentação dos resultados

São apresentados os resultados parcimoniosos (*parsimonious solution*) da redução da tabela verdade realizada pelo fs/QCA, que expressam as diversas combinações causais associadas com a presença do desfecho na forma de equações booleanas. Nelas, representam-se a união de conjuntos como adição (+) e a intersecção entre os conjuntos como multiplicação (*); letras maiúsculas representam a presença de uma condição e letras minúsculas, sua ausência (RAGIN; RUBINSON; 2009).

3.3.2 Aspectos Éticos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 04267518.5.0000.5421 e seguiu as normas previstas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde sobre pesquisa envolvendo seres humanos.

Os convites para as entrevistas foram iniciados em março de 2020, às vésperas da decretação de emergência mundial em saúde pública frente à pandemia de Covid-19 pela OMS. Devido à adoção de medidas de distanciamento social, de restrição de acesso ao Congresso Nacional e de trabalho remoto pelos parlamentares e servidores, tanto os convites quanto as entrevistas precisaram ser realizados, em sua maioria, por meio digital ou por telefone.

Os atores foram informados sobre os objetivos da pesquisa, o caráter voluntário da participação (e que inclusive poderiam dela desistir em qualquer tempo), o risco de desconforto ao responder algumas perguntas e as medidas que seriam empregadas para o total resguardo do sigilo das fontes. Solicitou-se àqueles que concordaram em participar a assinatura de duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 2), das quais uma ficou em posse do pesquisador e a outra, do participante. Para as entrevistas que não foram presenciais, o TCLE foi enviado assinado por e-mail e solicitou-se que fosse assinado e retornado também por meio digital.

Quatro entrevistas foram realizadas pessoalmente, antes da adoção das medidas de distanciamento social. As demais (sete entrevistas) foram conduzidas por meio de ligações telefônicas ou via Skype. Utilizaram-se questionários semiestruturados com questões abertas, elaboradas individualmente, de acordo com a etapa do processo que o entrevistado acompanhou

e sua experiência individual. Portanto, no Anexo 3 apresentam-se apenas as perguntas gerais comuns a todos aqueles que acompanharam o processo legislativo da matéria.

Dada a natureza sensível do conteúdo de algumas das entrevistas, foi tomado um conjunto de medidas para assegurar o total sigilo da identidade dos entrevistados. Todas as entrevistas gravadas digitalmente, quando consentido pelo participante, foram por mim transcritas. Para a apresentação dos resultados os participantes foram identificados por códigos e sem qualquer distinção de gênero.

Os códigos foram atribuídos aos entrevistados da seguinte forma: 1) aqueles que tinham relação com o Senado Federal, SF, os que tinham relação com a Câmara dos Deputados, CD; 2) parlamentares foram identificados com P, independentemente da posição no processo e se permaneciam no cargo à época da entrevista ou não; servidores públicos (incluindo os assessores parlamentares) foram referidos como S; 3) representantes do setor de bebidas foram referidos como REP e os de organizações da sociedade civil foram referidos como SC. A numeração nos códigos representa a sequência em que as entrevistas foram conduzidas.

Por fim, todas as entrevistas cuja gravação foi autorizada foram transcritas e os registros fornecidos aos entrevistados para comentários e correções sempre que requisitados. Apresentam-se apenas as transcrições em que não há qualquer possibilidade de identificação do entrevistado (Anexo 4).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS E SEUS INSUMOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS DE CANDIDATOS À 55ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL

4.1.1 Perfil das empresas doadoras

Identificaram-se ao todo 56 grupos empresariais que apresentam pelo menos uma bebida açucarada em seu portfólio de produtos e 62 grupos empresariais com ramos de atividade relacionados à produção de insumos para bebidas açucaradas dentre as pessoas jurídicas que contribuíram para campanhas eleitorais de candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional.

Dentre os grupos empresariais que produzem bebidas açucaradas, 48,2% produzem apenas bebidas não lácteas (n=27), 42,9% produzem somente bebidas lácteas (n=24) e 8,9% produzem os dois tipos de bebidas (n=5). Considerando a multiplicidade de tipos de bebidas açucaradas produzidos pelas indústrias identificadas, a Figura 2 apresenta a distribuição dos subtipos de bebidas produzidos pelos grupos empresariais identificados. Aqui, optou-se pela classificação em categorias não excludentes, tendo em vista a presença de grupos empresariais que apresentavam em seu portfólio tipos distintos de bebidas açucaradas. Destacam-se principalmente as bebidas lácteas prontas, produzidas por 39,3% dos grupos empresariais (n=22), os refrigerantes, produzidos por 25,0% (n=14), e os sucos e refrescos prontos, produzidos por 23,2% deles (n=13).

Figura 2: Distribuição dos subtipos de bebidas açucaradas produzidos pelos grupos empresariais que contribuíram financeiramente para a campanha eleitoral de candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional, segundo subtipo de bebida.

Quanto aos grupos empresariais fabricantes de insumos para produção de bebidas açucaradas, 93,6% produziam apenas açúcares (n=58), 4,8% produziam concentrados de fruta (n=3) e 1,6% produziam tanto açúcares quanto concentrados de fruta (n=1).

Entre os grupos empresariais identificados figuram alguns dos maiores doadores de campanhas no Brasil, conforme *ranking* elaborado por Carazza (2018) com dados referentes ao período de 2002 a 2014: a Construtora Queiroz Galvão, grupo que detém a Queiroz Galvão Alimentos, em 5ª posição; a Construtora Norberto Odebrecht S.A., grupo que detém usinas açucareiras, em 9ª posição; o grupo Cervejaria Petrópolis, em 11ª; a Sucocítrico Cutrale Ltda., em 15ª; e a Recofarma Indústrias do Amazonas Ltda., que faz parte do grupo Coca-Cola Brasil, em 20ª posição. A lista completa dos grupos empresariais de interesse para este estudo com sua respectiva participação financeira nas campanhas eleitorais dos candidatos às 55ª Legislatura do Congresso Nacional encontra-se no Anexo 5.

4.1.2 Características das contribuições de campanha eleitoral

Em conjunto, o setor de bebidas açucaradas e seus insumos contribuiu, de forma direta, com R\$ 7.001.887,50 para as campanhas de candidatos ao Senado Federal em 2010. Em 2014, as contribuições diretas e indiretas somaram R\$ 20.904.024,09 para os candidatos ao Senado Federal e R\$ 57.300.634,52 para os candidatos à Câmara dos Deputados. Esses recursos auxiliaram no custeio das campanhas de 25,9% dos candidatos ao Senado Federal em 2010 (51 de 197 candidatos) e 28,3% em 2014 (45 de 159 candidatos), bem como das campanhas de 11,7% dos candidatos à Câmara dos Deputados em 2014 (585 de 4.985 candidatos).

A participação do setor em uma proporção relativamente reduzida de candidaturas era de certa forma esperada, mesmo estando presentes grandes grupos empresariais que figuram entre os grandes doadores nas eleições nacionais. Embora as empresas fossem, até 2015, os principais responsáveis pelo financiamento eleitoral no país, as contribuições de campanha em geral eram bastante concentradas tanto em sua origem quanto destino, com poucas empresas aportando valores significativos e poucos candidatos recebendo grandes somas em contribuições (SPECK, 2012; MANCUSO; SPECK, 2014; HEILER et al., 2015).

Já a participação proporcionalmente maior nas candidaturas ao Senado Federal pode refletir tanto o menor número de candidatos em relação ao número de cadeiras disponíveis quanto o fato de que para este cargo há pesquisas de intenção de voto e a eleição é majoritária. Essas características facilitariam a decisão pela alocação dos recursos empresariais nas campanhas de candidatos com maiores chances de vitória (SILVA; GONÇALVES, 2019).

Apresentam-se a seguir, para cada cargo e ano eleitoral, o número de grupos empresariais que produzem bebidas açucaradas e seus insumos que contribuíram para as campanhas, o número de candidatos beneficiados e o valor total declarado pelos candidatos.

As informações relativas às candidaturas ao Senado Federal em 2010 estão descritas na Tabela 1. Chama a atenção principalmente a participação dos grupos empresariais relacionados à produção de bebidas não lácteas, que representou 81,7% do volume declarado oriundo de empresas produtoras de bebidas açucaradas propriamente ditas e beneficiou 30 candidatos, e à produção de açúcares, cujas contribuições totalizaram 94,4% do volume declarado oriundo das indústrias de insumos e beneficiaram 33 candidatos.

Tabela 1: Distribuição das contribuições diretas de campanha das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, declaradas pelos candidatos ao Senado Federal em 2010 segundo setor industrial, número de grupos empresariais, candidatos beneficiados e valores doados.

Setor Industrial	Grupos empresariais (n)	Candidatos beneficiados (n)	Contribuições Diretas (R\$) (%)
Bebidas Açucaradas			
Bebidas lácteas	3	4	227.200,00 (8,9%)
Bebidas não lácteas	8	30	2.094.000,00 (81,7%)
Bebidas lácteas e não lácteas	2	4	240.000,00 (9,4%)
Total	13	35	2.561.200,00 (100%)
Insumos			
Produção e venda de açúcares	24	33	4.190.687,50 (94,4%)
Produção de açúcares e concentrados de frutas	1	1	250.000,00 (5,6%)
Total	25	33	4.440.687,50 (100%)
Total Geral	38	51	7.001.887,50

Observações: 1) Não foram identificadas contribuições de grupos empresariais produtores apenas de concentrados de fruta; 2) Há candidatos que foram financiados por mais de uma empresa ou grupo empresarial relacionado à indústria de bebidas açucaradas e seus insumos. Portanto, os valores totais apresentados não representam o somatório dos subgrupos.

Nas Tabelas 2 e 3 apresentam-se, respectivamente, os resultados referentes às contribuições para candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados em 2014. Novamente, entre as indústrias de bebidas açucaradas prevalecem as contribuições das indústrias de bebidas não lácteas (59,0% do total declarado pelos candidatos ao Senado Federal e 59,9% dos candidatos à Câmara dos Deputados) e, entre as indústrias de insumos, as

contribuições dos grupos empresariais relacionados à produção de açúcares (78,7% do total declarado pelos candidatos ao Senado Federal e 85,6% dos candidatos à Câmara dos Deputados). A mudança nas regras de prestação de contas adotada neste ano permitiu que se conheçam os valores oriundos do setor disponibilizados aos candidatos de forma indireta. Para ambas as Casas Legislativas prevaleceram as contribuições repassadas aos candidatos por intermédio dos partidos políticos, com uma única exceção: para os candidatos à Câmara dos Deputados, o maior montante oriundo de empresas relacionadas à produção e venda de açúcares foi destinado diretamente aos candidatos.

Entre as contribuições declaradas pelos candidatos ao Senado Federal recebidas de candidatos a outros cargos, identificou-se o repasse de valores oriundos das indústrias de bebidas açucaradas não lácteas, de indústrias de bebidas lácteas e não lácteas e de indústrias de açúcar. Já entre os candidatos à Câmara dos Deputados, houve repasses por outros candidatos de recursos oriundos de todos os tipos de indústrias relacionadas à produção de bebidas açucaradas. Notam-se recursos transferidos por intermédio de candidatos a outros cargos, ao Senado Federal e, surpreendentemente, por candidatos à própria Câmara (neste caso, dois candidatos receberam recursos repassados por um concorrente do mesmo partido político e estado da federação – dados não apresentados).

Tabela 2: Distribuição das contribuições de campanha das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, declaradas pelos candidatos ao Senado Federal em 2014, segundo setor industrial, número de grupos empresariais, número de candidatos beneficiados e tipo das contribuições (diretas e indiretas).

Setor Industrial	Grupos empresariais (n)	Candidatos beneficiados (n)	Contribuições Diretas (R\$)	Contribuições Indiretas (R\$)		Valor Total das Contribuições (R\$) (%)
				Partidos políticos	Candidatos a outros cargos	
Bebidas Açucaradas						
Bebidas lácteas	4	3	990.000,00	349.539,97	0	1.339.539,97 (9,7%)
Bebidas não lácteas	3	31	230.000,00	5.382.732,50	2.502.999,75	8.115.732,25 (59,0%)
Bebidas lácteas e não lácteas	1	11	1.880.000,00	2.107.298,25	320.667,59	4.307.965,84 (31,3%)
Total:	8	36	3.100.000,00	7.839.570,72	2.823.667,34	13.763.238,06 (100,0%)
Insumos						
Produção e venda de açúcares	20	19	1.671.000,00	3.593.048,00	356.738,03	5.620.786,03 (78,7%)
Produção de concentrados de frutas	2	3	570.000,00	950.000,00	0	1.520.000,00 (21,3%)
Total:	22	21	2.241.000,00	4.543.048,00	356.738,03	7.140.786,03 (100%)
Total Geral	30	45	5.341.000,00	12.382.618,72	3.180.405,37	20.904.024,09

Observações: 1) Não foram identificadas contribuições de grupos empresariais produtores de açúcares e de concentrados de fruta; 2) Não foram identificados repasses de contribuições por outros candidatos ao Senado Federal ou por candidatos à Câmara dos Deputados; 3) Há candidatos que foram financiados por mais de uma empresa ou grupo empresarial relacionado à indústria de bebidas açucaradas e seus insumos. Portanto, os valores totais apresentados não representam o somatório dos subgrupos.

Tabela 3: Distribuição das contribuições de campanha das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, declaradas pelos candidatos à Câmara dos Deputados em 2014, segundo setor industrial, número de grupos empresariais, número de candidatos beneficiados e tipo das contribuições (diretas e indiretas).

Setor Industrial	Grupos empresariais (n)	Candidatos beneficiados (n)	Contribuições Diretas (R\$)	Contribuições Indiretas (R\$)			Valor Total das Contribuições (R\$) (%)	
				Partidos políticos	Candidatos ao Senado	Outros candidatos à Câmara		Candidatos a outros cargos
Bebidas Açucaradas								
Bebidas lácteas	21	44	1.863.290,00	2.894.960,00	0	0	13.940,55	4.772.190,55 (12,5%)
Bebidas não lácteas	23	320	2.294.903,00	18.072.492,00	2.578,00	1.515,45	2.493.585,50	22.865.073,95 (59,9%)
Bebidas lácteas e não lácteas	5	83	2.080.000,00	8.249.541,50	199.986,00	0	7.215,00	10.536.742,50 (27,6%)
Total:	49	399	6.238.193,00	29.216.993,50	202.564,00	1.515,45	2.514.741,05	38.174.007,00 (100%)
Insumos								
Produção e venda de açúcares	50	184	12.452.729,00	3.466.957,00	144.221,34	0	314.690,56	16.378.597,90 (85,6%)
Produção de concentrados de frutas	2	129	925.653,94	1.689.518,13	0	0	132.857,55	2.748.029,62 (14,4%)
Total:	52	289	13.378.382,94	5.156.475,13	144.221,34	0	447.548,11	19.126.627,52 (100%)
Total Geral:	101	585	19.616.575,94	34.373.468,63	346.785,34	1.515,45	2.962.289,16	57.300.634,52

Observações: 1) Não foram identificadas contribuições de grupos empresariais produtores de açúcares e de concentrados de fruta; 2) Há candidatos que foram financiados por mais de uma empresa ou grupo empresarial relacionado à indústria de bebidas açucaradas e seus insumos. Portanto, os valores totais apresentados não representam o somatório dos subgrupos.

Em 2014, ficaram evidentes os vultuosos valores intermediados pelos partidos políticos. Esta relevante participação indireta do setor de bebidas açucaradas e seus insumos era esperada, refletindo análises anteriores mais abrangentes sobre o financiamento eleitoral no Brasil (CERVI, 2016; MANCUSO et al., 2018). Ressalta-se que, até 2015, havia um crescimento do papel dos partidos como intermediários de recursos financeiros empresariais, principalmente quando se tratavam de grandes doadores de campanha, chegando ao ponto em que as contribuições empresariais representavam quase a totalidade das transferências aos candidatos (MANCUSO; SPECK, 2014; SPECK; CAMPOS, 2015; CERVI, 2016).

Possíveis explicações para a destinação de recursos empresariais de forma indireta aos candidatos incluem: a) a contribuição ao partido político criaria um vínculo com a agremiação, que detém maior capacidade de articular e coordenar políticas públicas; b) se a escolha do candidato que recebeu os recursos partiu do próprio partido, este pode tê-los direcionado àqueles com maiores chances de vitória, por exemplo; c) se a escolha do candidato que recebeu os recursos partiu da empresa, a doação intermediada pelo partido poderia tratar-se de artifício para não apontar os laços criados com o eleito a partir do financiamento de campanha. Independentemente da estratégia adotada, é fato que o dinheiro importa para o sucesso eleitoral (SPECK, 2012; MANCUSO et al., 2018). Considerando então que as estratégias individuais empregadas pelas empresas, partidos e candidatos para a distribuição dos recursos são desconhecidas neste estudo, tomou-se a precaução de não comparar os valores de contribuições diretas e indiretas. Ademais, acredita-se que qualquer tipo de doação poderia ser suficiente para criar um relacionamento entre doador e eleito: 1) se o destino final do dinheiro (candidato) vem “marcado” desde sua origem (empresa), o efeito da doação indireta para o estabelecimento de uma relação empresa-candidato poderia ser o mesmo daquele gerado por uma doação direta; 2) mesmo que o destino final de uma contribuição indireta para um dado candidato não seja

definido *a priori* pela empresa doadora, o caminho percorrido pelo dinheiro é conhecido por ambas as partes (pelo menos para as eleições de 2014).

No ano de 2014, quando é conhecida a origem dos repasses indiretos, verifica-se que a participação das indústrias de bebidas açucaradas foi maior que a das empresas que produzem insumos para esses produtos, representando 65,8% do total de recursos do setor de bebidas açucaradas destinados aos candidatos ao Senado Federal e 66,6% daqueles destinados aos candidatos à Câmara dos Deputados. Esse resultado pode ser um reflexo do elevado poder econômico de alguns grupos empresariais ligados à produção das bebidas açucaradas (neles incluídos empresas ligadas às multinacionais Coca-Cola e Ambev e a Cervejaria Petrópolis, que repassou como “laranja” contribuições oriundas da Construtora Norberto Odebrecht). Mas, poderia também representar uma diferença na estratégia de participação nos processos eleitorais. Segundo Carazza (2018), o setor do agronegócio – no qual se incluem as empresas que produzem os insumos para bebidas açucaradas – habitualmente elege seus empresários, eliminando assim a necessidade de intermediários políticos.

Apresentam-se nas Figuras 3, 4 e 5 os *rankings* dos cinco maiores doadores de campanha eleitoral dentre as indústrias de bebidas açucaradas propriamente ditas e as indústrias de insumos para sua produção em cada uma das eleições avaliadas (Senado Federal 2010, Senado Federal 2014 e Câmara dos Deputados 2014, respectivamente).

Figura 3: Os cinco maiores doadores de campanha eleitoral dentre as indústrias de bebidas açucaradas propriamente ditas e as indústrias de insumos para sua produção aos candidatos ao Senado Federal em 2010.

Figura 4: Os cinco maiores doadores de campanha eleitoral dentre as indústrias de bebidas açucaradas propriamente ditas e as indústrias de insumos para sua produção aos candidatos ao Senado Federal em 2014.

Figura 5: Os cinco maiores doadores de campanha eleitoral dentre as indústrias de bebidas açucaradas propriamente ditas e as indústrias de insumos para sua produção aos candidatos à Câmara dos Deputados em 2014.

Entre as indústrias de bebidas açucaradas, Ambev, Coca-Cola e Grupo Petrópolis figuram entre as cinco maiores doadoras nos três pleitos analisados. Entre as indústrias de insumos, o único grupo a aparecer nos três pleitos é a Copersucar. Em 2010, todos os maiores doadores dessa categoria eram indústrias de açúcar. Em 2014, chama-se a atenção para a participação da Atvos, pertencente ao grupo Odebrecht, primeira colocada no *ranking* tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados, e à Cutrale, única indústria de concentrados de frutas na lista.

4.1.3 Contribuições de campanha eleitoral segundo filiação das empresas em associações industriais

Analisaram-se os valores recebidos de empresas filiadas às associações industriais de interesse. Entre os candidatos ao Senado Federal em 2010, identificou-se a participação de nove grupos filiados à Unica, cujas contribuições somaram R\$ 2.465.000,00 e beneficiaram 20 candidatos; seis grupos empresariais filiados à Abir, cujas contribuições somaram R\$ 1.875.000,00 e beneficiaram 27 candidatos (destes, apenas um grupo pertencia ao Sistema Coca-Cola Brasil); e apenas um grupo empresarial filiado à CitrusBR, cuja contribuição no valor de R\$ 250.000,00 beneficiou um único candidato. Os valores declarados em 2014 pelos candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados encontram-se descritos nas Tabelas 4 e 5, respectivamente.

Em todos os pleitos, destacam-se principalmente a participação de empresas filiadas à Abir e à Unica. Mais uma vez, reitera-se que os valores nominais das contribuições dos diferentes pleitos não devem ser comparados entre si.

Tabela 4: Contribuições de campanha das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, segundo filiação às associações industriais de interesse, número de grupos empresariais, número de candidatos beneficiados e tipo das contribuições (diretas e indiretas), declaradas pelos candidatos ao Senado Federal em 2014.

Associação industrial	Grupos empresariais (n)	Candidatos beneficiados (n)	Contribuições Diretas (R\$)	Contribuições Indiretas (R\$)		Valor total declarado pelos candidatos (R\$)
				Partidos políticos	Candidatos a outros cargos	
Bebidas Açucaradas						
Viva Lácteos	2	1	875.000,00	349.539,97	0	1.224.539,97
Abir	8*	32	1.680.000,00	5.615.778,00	2.773.667,50	10.069.445,50
Sindirefri	0	0	0	0	0	0
Afrebras	0	0	0	0	0	0
Total:			2.555.000,00	5.965.317,97	2.773.667,50	11.293.985,47
Insumos						
Unica	5	14	730.000,00	3.276.282,75	345.323,03	4.351.605,78
CitrusBR	2	3	570.000,00	950.000,00	0	1.520.000,00
Total:			1.300.000,00	4.226.282,75	345.323,03	5.871.605,78

* Destes, cinco grupos empresariais pertenciam ao Sistema Coca-Cola Brasil.

Observação: não foram identificados repasses de contribuições por outros candidatos ao Senado Federal ou por candidatos à Câmara dos Deputados.

Tabela 5: Contribuições de campanha das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, segundo filiação às associações industriais de interesse, número de grupos empresariais, número de candidatos beneficiados e tipo das contribuições (diretas e indiretas), declaradas pelos candidatos à Câmara dos Deputados em 2014.

Associação industrial	Grupos empresariais (n)	Candidatos beneficiados (n)	Contribuições Diretas (R\$)	Contribuições Indiretas (R\$)				Valor total declarado pelos candidatos (R\$)
				Partidos políticos	Outros candidatos à Câmara	Candidatos ao Senado Federal	Candidatos a outros cargos	
Bebidas Açucaradas								
Viva Lácteos	8	17	1.205.000,00	3.064.960,00	0	0	11.534,30	4.281.494,30
Abir	13*	308	2.058.923,00	18.663.944,00	1.515,45	2.578,00	2.418.172,75	23.145.133,20
Sindirefri	1	3	32.500,00	0	0	0	0	32.500,00
Afrebras	3	6	333.880,00	0	0	0	0	333.880,00
Total:			3.630.303,00	21.728.904,00	1.515,45	2.578,00	2.429.707,05	27.793.007,50
Insumos								
Unica	11	137	8.274.942,00	3.092.671,50	0	144.221,34	223.615,56	11.735.450,40
CitrusBR	1	29	923.000,00	857.210,00	0	0	132.857,55	1.913.067,55
Total:			9.197.942,00	3.949.881,50	0	144.221,34	356.473,11	13.648.517,95

* Destes, oito grupos empresariais pertenciam ao Sistema Coca-Cola Brasil.

Comparou-se então a proporção dos valores recebidos de grupos empresariais associados em relação àqueles oriundos das empresas não associadas cujas atividades se relacionavam diretamente ao escopo das associações industriais de interesse. Apresentam-se, nas Figuras 6, 7 e 8 (respectivamente: Senado Federal 2010, Senado Federal 2014 e Câmara dos Deputados 2014), as distribuições dos recursos de campanha eleitoral oriundos do setor de bebidas açucaradas e seus insumos declarados pelos candidatos a cada um dos pleitos, segundo filiação das empresas doadoras em associações. Observa-se que as contribuições de empresas associadas à Abir, Unica e CitrusBR sempre prevalecem em relação às das não associadas, variando entre 60,6% e 100% das contribuições de todas as empresas do setor que essas associações representam. A participação financeira de grupos empresariais associados à Viva Lácteos, Sindirefri e Afrebras, por sua vez, foi bastante modesta em comparação com os valores totais das contribuições de cada setor. Estas duas últimas, inclusive, somente contribuíram para a campanha de candidatos à Câmara dos Deputados em 2014.

Figura 6: Distribuição dos recursos de campanha eleitoral oriundos do setor de bebidas açucaradas e seus insumos segundo filiação dos doadores às associações industriais de interesse, declarados pelos candidatos ao Senado Federal em 2010.

Figura 7: Distribuição dos recursos de campanha eleitoral oriundos do setor de bebidas açucaradas e seus insumos segundo filiação dos doadores às associações industriais de interesse, declarados pelos candidatos ao Senado Federal em 2014.

Figura 8: Distribuição dos recursos de campanha eleitoral oriundos do setor de bebidas açucaradas e seus insumos segundo filiação dos doadores às associações industriais de interesse, declarados pelos candidatos à Câmara dos Deputados em 2014.

No caso da Viva Lácteos, é possível que os resultados deste estudo reflitam um período em que as empresas associadas ainda não estivessem suficientemente articuladas para atuar coletivamente por seus interesses, principalmente por meio de contribuições para campanhas eleitorais (CANAL RURAL, 2014). Não se pode descartar também a possibilidade de que o foco da atividade política corporativa dessa associação em particular não seja necessariamente junto aos parlamentares no Congresso Nacional, tendo em vista que até fevereiro de 2020 não tinha representante cadastrado junto à 1ª Secretaria da Câmara dos Deputados para atuar na Casa.

Em relação à Afrebras e ao Sindirefri, apesar de suas filiadas terem sido identificadas a partir de notícias veiculadas em seus sítios na internet, é pouco provável que a não inclusão de algum grupo a elas associado tivesse impacto relevante no resultado, visto que ambas as associações representam pequenos e médios fabricantes de refrigerantes, cujo poder econômico é consideravelmente inferior ao das grandes empresas associadas à Abir.

Estes resultados apontam que um grupo de empresas que se organizam coletivamente para defender seus interesses nos processos de elaboração de políticas públicas – associadas à Abir, Unica e CitrusBR – contribuíram para as campanhas eleitorais dos candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional com um volume total de recursos expressivamente maior que seus pares não filiados. Do ponto de vista da possibilidade do exercício de pressão sobre os parlamentares eleitos, este resultado é preocupante, principalmente porque tanto a Unica quanto a Abir participam ativamente de discussões relativas à tributação de bebidas açucaradas em audiências públicas no Congresso Nacional.

4.1.4 Perfil dos candidatos segundo financiamento pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos

Apresentam-se na Tabela 6 as características dos candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional segundo financiamento de campanha pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos.

Os recursos das empresas do setor favoreceram de forma mais significativa, em todos os pleitos, candidatos com escolaridade superior, que declararam como profissão junto ao TSE cargos políticos eletivos e cujos partidos pertenciam a alguma coligação. Para as eleições de 2014, tanto para o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados, foram beneficiados em proporção significativamente maior que os demais os candidatos brancos, mais velhos, e pertencentes à coligação de situação – alinhada com o Executivo Federal, que buscava a reeleição. Quanto ao sexo, estado civil e região de representação encontrou-se associação significativa apenas para o conjunto de candidatos à Câmara dos Deputados, em que aqueles do sexo masculino, representantes da região Nordeste e casados e separados foram mais favorecidos.

Esse perfil de contribuições de campanha pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos está alinhado com o do setor empresarial como um todo: preferência por candidatos do sexo masculino, brancos, com elevado grau de instrução, profissionais da política e pertencentes a organizações partidárias estruturadas (CERVI et al., 2015; MANCUSO et al., 2016; MANCUSO et al., 2018).

Tabela 6: Perfil dos candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional segundo financiamento pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos.

Financiamento de Campanha Eleitoral pela Indústria de Bebidas Açucaradas e seus Insumos									
Características	Senado Federal			Senado Federal			Câmara dos Deputados		
	2010		p	2014		p	2014		p
	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não	
	% (n)	% (n)		% (n)	% (n)		% (n)	% (n)	
Sexo									
Masculino	26,9 (46)	73,1 (125)	0,47	26,2 (33)	73,8 (93)	0,24	13,6 (489)	86,4 (3110)	<0,001
Feminino	19,2 (5)	80,8 (21)		36,4 (12)	63,6 (21)		6,9 (96)	93,1 (1290)	
Cor / raça									
Branca	n.d.	n.d.		35,2 (38)	64,8 (70)	<0,01	14,0 (427)	86,0 (2616)	<0,001
Não branca	n.d.	n.d.		13,7 (7)	86,3 (44)		8,1 (158)	91,9 (1784)	
Idade									
<35 anos	-	-	0,13	-	-	<0,001	9,9 (69)	90,1 (625)	<0,001
≥35 e <50 anos	20,0 (14)	80,0 (56)		15,6 (10)	84,4 (54)		10,0 (206)	90,0 (1853)	
≥50 e <65 anos	25,6 (23)	74,4 (67)		29,0 (20)	71,0 (49)		13,1 (244)	86,9 (1618)	
≥ 65 anos	37,8 (14)	62,2 (23)		57,7 (15)	42,3 (11)		17,8 (66)	82,2 (304)	
Estado civil									
Solteiro	19,0 (4)	81,0 (17)	0,72	19,4 (6)	80,6 (25)	0,46	7,7 (105)	92,3 (1264)	<0,001
Casado ou viúvo	26,2 (37)	73,8 (104)		30,1 (31)	69,9 (72)		13,5 (400)	86,5 (2554)	
Separado ou divorciado	28,6 (10)	71,4 (25)		32,0 (8)	68,0 (17)		12,1 (80)	87,9 (582)	

Continua

Tabela 6: Perfil dos candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional segundo financiamento pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos.

Continuação

Características	Financiamento de Campanha Eleitoral pela Indústria de Bebidas Açucaradas e seus Insumos								
	Senado Federal			Senado Federal			Câmara dos Deputados		
	2010		p	2014		p	2014		p
	Sim % (n)	Não % (n)		Sim % (n)	Não % (n)		Sim % (n)	Não % (n)	
Região									
Norte	13,9 (5)	86,1 (31)		29,3 (12)	70,7 (29)		6,6 (36)	93,4 (509)	
Nordeste	27,0 (20)	73,0 (54)	0,18	27,1 (13)	72,9 (35)	0,98	15,8 (158)	84,2 (843)	<0,001
Centro-oeste	40,0 (10)	60,0 (15)		30,4 (7)	69,6 (16)		12,4 (46)	87,6 (325)	
Sudeste	21,6 (8)	78,4 (29)		25,0 (7)	75,0 (21)		11,0 (269)	89,0 (2185)	
Sul	32,0 (8)	68,0 (17)		31,6 (6)	68,4 (13)		12,4 (76)	87,6 (538)	
Ensino superior									
Não	14,0 (6)	86,0 (37)	<0,05	13,9 (5)	86,1 (31)	<0,05	7,3 (166)	92,7 (2094)	<0,001
Sim	29,2 (45)	70,8 (109)		32,5 (40)	67,5 (83)		15,4 (419)	84,6 (2306)	
Político profissional									
Não	10,0 (28)	80,0 (112)	<0,01	21,5 (28)	78,5 (102)	<0,001	8,7 (380)	91,3 (4003)	<0,001
Sim	40,4 (23)	59,6 (34)		58,6 (17)	41,4 (12)		34,1 (205)	65,9 (397)	
Coligação partidária									
Sem coligação	8,6 (7)	91,4 (74)		0,0 (0)	100,0 (56)		4,5 (49)	95,5 (1033)	
Situação	36,1 (26)	63,9 (46)	<0,001	51,0 (26)	49,0 (25)	<0,001	17,6 (292)	82,4 (1365)	<0,001
Oposição	40,9 (18)	59,1 (26)		36,5 (19)	63,5 (33)		10,9 (244)	89,1 (2002)	

Quando distribuídos segundo o grau de dependência nas contribuições de campanha oriundas das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, observa-se uma baixa proporção de candidatos com dependência elevada (mais de 25% de contribuições de campanha de origem empresarial provenientes do setor), com percentuais que variam entre 2,5% a 6,9% (Tabela 7). Vale lembrar que, em 2010, não era possível conhecer as contribuições repassadas de forma indireta aos candidatos, o que faz com que os recursos oriundos do setor possivelmente se encontrem subestimados para essa eleição.

Tabela 7: Distribuição dos candidatos ao Senado Federal em 2010 e 2014 e à Câmara dos Deputados em 2014 segundo sua dependência nas contribuições de campanha das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos.

Dependência de contribuições do setor de bebidas açucaradas	Senado Federal 2010 % (n)	Senado Federal 2014 % (n)	Câmara dos Deputados 2014 % (n)
Nenhuma	74,1 (146)	71,7 (114)	88,2 (4400)
Baixa	23,4 (46)	21,4 (34)	7,8 (387)
Elevada	2,5 (5)	6,9 (11)	4,0 (198)

Observações: 1) baixa dependência: recursos do setor de bebidas açucaradas e seus insumos representando < 25% das contribuições de origem empresarial; elevada dependência: recursos do setor de bebidas açucaradas e seus insumos representando $\geq$ 25% das contribuições de origem empresarial.

4.1.5 A importância das contribuições das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos para a eleição dos candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional

Na Tabela 8, apresentam-se os resultados relativos à associação entre o financiamento de campanha pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos e a eleição dos candidatos.

Tabela 8: Associação entre o financiamento de campanha pelo setor de bebidas açucaradas e o sucesso eleitoral de candidatos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional.

Financiamento pelo setor de bebidas açucaradas	Modelo Sem Ajuste			Modelo Ajustado ^a		
	<i>Razão de prevalência</i>	IC de 95%	<i>p</i>	<i>Razão de prevalência</i>	IC de 95%	<i>p</i>
Senado Federal						
Não	referência			referência		
Sim	2,10	1,43-3,08	0,000	1,96	0,81-4,75	0,132
Câmara dos Deputados						
Não	referência			referência		
Sim	3,36	2,89-3,90	0,000	1,27	1,06-1,52	0,008

Observações:

^a Senado Federal: ajuste para a variável total de receitas de campanha eleitoral; Câmara dos Deputados: ajuste para as variáveis total de receitas de campanha eleitoral, sexo, cor/raça, região da unidade da federação representada, nível superior, político profissional, coligação.,

Nos modelos sem ajuste, os candidatos ao Senado Federal financiados por empresas relacionadas ao setor de bebidas açucaradas apresentaram 2,10 vezes mais chances de serem eleitos que aqueles que não receberam recursos empresariais oriundos do setor (IC de 95%=1,43-3,08; $p=0,000$). Já entre os candidatos à Câmara dos Deputados, aqueles que contaram com financiamento de campanha do setor tiveram 3,36 vezes mais chances de serem eleitos que os não financiados (IC de 95%=2,89-3,90; $p=0,000$). Nos modelos ajustados, a associação somente se manteve para os candidatos à Câmara dos Deputados, que apresentaram chance 1,27 vez maior de eleição quando contaram com financiamento de campanha oriundo de indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos (IC de 95%=1,06-1,52; $p=0,008$). A ausência de associação para os candidatos ao Senado Federal pode ser um reflexo tanto do menor número de candidatos, reduzindo o poder estatístico do teste, quanto da subestimação da participação do empresariado nas eleições de 2010, em que se desconhece a origem das contribuições indiretas.

O dinheiro é muito importante para custear as campanhas e, conseqüentemente, para o sucesso eleitoral. O valor total das receitas dos candidatos correlaciona-se positivamente ao número de votos obtidos, e os eleitos normalmente contam com volume de recursos significativamente maior do que os não eleitos. É certo que o financiamento influencia o resultado, mas a expectativa de vitória também pode facilitar a arrecadação de recursos pelos candidatos (SPECK, 2012; CERVI et al., 2015; SANTOS, 2015; SPECK, 2016; SILVA; CERVI, 2017).

Cervi et al. (2015), ao avaliar o peso das variáveis “ocupação”, “tipo de partido político” e “financiamento das campanhas” no desempenho eleitoral dos candidatos à Câmara dos Deputados nas Eleições 2010, encontraram o que chamam de “reforço mútuo” entre elas. Os candidatos que se declaram políticos profissionais, em especial aqueles que buscam a reeleição, têm maiores chances de êxito. Esses profissionais da política também tendem a se concentrar nos maiores partidos políticos e a receber mais recursos para suas campanhas. Portanto, o dinheiro é apenas uma de um complexo conjunto de variáveis que explicam o resultado eleitoral, nem sempre facilmente mensuráveis.

O custo da eleição também pode variar significativamente entre as unidades da federação, a depender de fatores como o tamanho do eleitorado, o número de cadeiras, o número de candidatos, a densidade demográfica, as características socioeconômicas da região, a facilidade de deslocamento do candidato, entre outros (LEMOS et al., 2010; SPECK, 2012; MANCUSO et al., 2018). E mesmo entre os eleitos há uma grande heterogeneidade em suas características de financiamento de campanha (SPECK; MARCIANO, 2015).

Não somente o dinheiro importa, mas também a sua fonte. Até as eleições de 2014, as empresas eram as principais responsáveis pelo financiamento de campanhas no país. Em 2010, o financiamento empresarial direto foi a principal fonte de recursos para os candidatos à Câmara e ao Senado, sendo que as candidaturas ao Senado Federal foram financiadas quase

exclusivamente por esse setor (quando somados os recursos diretos e indiretos). Em 2014, 2/3 dos recursos dos candidatos à Câmara dos Deputados tinham origem empresarial (MANCUSO; SPECK, 2014; MANCUSO et al., 2018).

Diante desse cenário, os resultados da presente análise sugerem que os significativos recursos distribuídos pela indústria de bebidas açucaradas e seus insumos aumentam a chance de eleição dos candidatos beneficiados. O fato de que a associação significativa foi consistente somente entre aqueles que apresentavam baixa dependência do setor poderia ser um indicativo de que, na verdade, o que importa é a diversificação dos recursos de origem empresarial, possivelmente refletindo o apoio político de outros setores economicamente importantes.

Ainda que uma relação direta de causa e efeito não possa ser apontada, o dinheiro das indústrias de bebidas açucaradas e de seus insumos colaborou para a eleição de mais da metade dos Senadores (59,3%; n=48) e quase metade dos Deputados Federais (46,2%; n=237) para a 55ª Legislatura do Congresso Nacional. Destaca-se que 333 suplentes à Câmara dos Deputados, que poderiam vir a assumir o cargo em algum momento durante a legislatura, também contaram com recursos de campanha do setor.

4.1.6 Perfil dos eleitos segundo financiamento pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos

As características sociodemográficas dos eleitos para a 55ª Legislatura do Congresso Nacional segundo financiamento de campanha pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos estão apresentadas na Tabela 9. No Senado Federal, houve associação significativa apenas para os eleitos em 2010, quando aqueles que se beneficiaram dos recursos desse setor eram significativamente mais jovens que seus pares. Na Câmara dos Deputados encontrou-se

associação significativa para aqueles da região Sudeste, com ensino superior completo e que eram políticos profissionais.

No que diz respeito à dependência dos eleitos das contribuições das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, 4,9% dos Senadores apresentavam uma dependência elevada (n=4), enquanto entre os Deputados Federais estes eram 6,6% da composição da Casa (n=34).

Apesar de esta ter sido a bancada oficialmente eleita para o Congresso Nacional, lembre-se que sua composição pode ter mudado ao longo da Legislatura, à medida que os parlamentares fossem nomeados para outros cargos políticos (por exemplo, Ministros de Estado), se licenciassem para tratamento de saúde ou por interesses particulares ou, ainda, falecessem (foi o caso, por exemplo, dos Senadores Itamar Franco, em 2011, e Luiz Henrique da Silveira, em 2015). Tendo em vista essa natureza relativamente dinâmica da composição do parlamento, as alterações serão consideradas posteriormente, no contexto da análise da tramitação das proposições legislativas de interesse para este estudo.

Tabela 9: Perfil dos eleitos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional segundo financiamento de campanha pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos.

Características	Senado Federal			Senado Federal			Câmara dos Deputados		
	2010		p	2014		p	2014		p
	Financiados % (n)	Não Financiados % (n)		Financiados % (n)	Não Financiados % (n)		Financiados % (n)	Não Financiados % (n)	
Sexo									
Masculino	86,2 (25)	88,0 (22)	0,58	84,2 (16)	75,0 (6)	0,61	92,4 (219)	88,0 (243)	0,10
Feminino	13,8 (4)	12,0 (3)		15,8 (3)	25,0 (2)		7,6 (18)	12,0 (33)	
Cor / raça									
Branca	n.d.	n.d.		84,2 (16)	75,0 (6)	0,61	83,1 (197)	77,5 (214)	0,11
Não branca	n.d.	n.d.		15,8 (3)	25,0 (2)		16,9 (40)	22,5 (62)	
Idade									
<35 anos	-	-	p<0,05	-	-	0,48	10,1 (24)	10,9 (30)	0,54
≥35 e <50 anos	38,0 (11)	12,0 (3)		15,8 (3)	37,5 (3)		32,5 (77)	29,3 (81)	
≥50 e <65 anos	31,0 (9)	64,0 (16)		42,1 (8)	25,0 (2)		45,2 (107)	50,4 (139)	
≥ 65 anos	31,0 (9)	24,0 (6)		42,1 (8)	37,5 (3)		12,2 (29)	9,4 (26)	
Estado civil									
Solteiro	0	4,0 (1)	0,27	15,8 (3)	25,0 (2)	0,66	13,9 (33)	15,6 (43)	0,86
Casado ou viúvo	69,0 (20)	80,0 (20)		68,4 (13)	75,0 (6)		73,8 (175)	72,8 (201)	
Separado ou divorciado	31,0 (9)	16,0 (4)		15,8 (3)	0		12,3 (29)	11,6 (32)	

Continua

Tabela 9: Perfil dos eleitos à 55ª Legislatura do Congresso Nacional segundo financiamento de campanha pelas indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos.

Continuação

Características	Senado Federal			Senado Federal			Câmara dos Deputados		
	2010		p	2014		p	2014		p
	Financiados % (n)	Não Financiados % (n)		Financiados % (n)	Não Financiados % (n)		Financiados % (n)	Não Financiados % (n)	
Região									
Norte	13,8 (4)	40,0 (10)		21,0 (4)	37,5 (3)		5,5 (13)	18,8 (52)	
Nordeste	34,5 (10)	32,0 (8)		31,6 (6)	37,5 (3)		30,8 (73)	28,3 (78)	
Centro-oeste	24,1 (7)	4,0 (1)	0,11	15,8 (3)	12,5 (1)	0,88	8,4 (20)	7,6 (21)	p<0,001
Sudeste	17,2 (5)	12,0 (3)		15,8 (3)	12,5 (1)		40,5 (96)	30,1 (83)	
Sul	10,4 (3)	12,0 (3)		15,8 (3)	0		14,8 (35)	15,2 (42)	
Ensino superior									
Não	10,4 (3)	28,02 (7)	0,15	15,8 (3)	25,0 (2)	0,61	16,0 (38)	23,6 (65)	p<0,05
Sim	89,6 (26)	72,0 (18)		84,2 (16)	75,0 (6)		84,0 (199)	76,4 (211)	
Político profissional									
Não	55,2 (16)	36,0 (9)	0,18	68,4 (13)	62,5 (5)	1,00	40,5 (96)	56,5 (156)	p<0,001
Sim	44,8 (13)	64,0 (16)		31,6 (6)	37,5 (3)		59,5 (141)	43,5 (120)	
Coligação partidária									
Sem coligação	10,4 (3)	8,0 (2)		-	-		3,8 (9)	7,2 (20)	
Situação	62,1 (18)	80,0 (20)	0,38	52,6 (10)	62,5 (5)	0,69	59,9 (142)	58,7 (162)	0,23
Oposição	27,5 (8)	12,0 (3)		47,4 (9)	37,5 (3)		36,3 (86)	34,1 (94)	

4.1.7 Considerações finais relativas à análise do financiamento de campanhas eleitorais pela indústria de bebidas açucaradas e seus insumos

Como ponto forte desta etapa da pesquisa, destacam-se os métodos empregados para a identificação das empresas e grupos empresariais que contribuíram para as campanhas eleitorais ora avaliadas. A busca de um leque ampliado de atividades econômicas e a verificação dos CNPJs das empresas e grupos empresariais certamente contribuíram para uma estimativa mais acurada da participação do setor de bebidas açucaradas e seus insumos. Apesar disso, os critérios de seleção adotados têm duas limitações principais.

A primeira diz respeito ao uso da classificação atual da atividade econômica. Para as empresas que deixaram de existir no período, não foi possível realizar uma conferência minuciosa das informações sobre sua atuação. Diversas empresas mudaram completamente sua atividade econômica, o que poderia ser indicativo de que não eram economicamente relevantes ou se tratavam de empresas de fachada. Também o fato que, via de regra, a atividade econômica principal da empresa prevalecia para a tomada de decisão sempre que não houvesse informações publicamente disponíveis na internet faz com que empresas do setor possam ter sido desconsideradas.

A segunda relaciona-se à identificação de empresas do setor de alimentos e bebidas açucaradas e seus insumos pertencentes a grandes grupos cujo ramo principal de atuação é bastante distinto daquele de interesse para o presente estudo. Quando isso ocorreu, somente foram selecionadas aquelas empresas cujos CNPJs estavam direta ou indiretamente associados à produção de bebidas açucaradas e seus insumos. Este foi o caso, por exemplo, das usinas açucareiras pertencentes ao grupo Odebrecht, as quais foram selecionadas para o presente estudo, enquanto as empresas relacionadas à construção civil foram desconsideradas.

Este trabalho apresenta ainda algumas limitações inerentes a qualquer análise quantitativa do financiamento de campanha eleitoral no Brasil, além das já citadas dificuldade de comparação entre pleitos por conta da mudança das regras de prestações de contas e impossibilidade de se conhecerem as motivações para as transferências indiretas.

Pode ter havido contribuições de campanha por pessoas físicas que tivessem algum tipo de relação com o setor de bebidas açucaradas. A inexistência de bancos de dados públicos com informações agregadas sobre a participação societária de pessoas físicas torna muito difícil esse tipo de identificação. De qualquer forma, assume-se que a impossibilidade de cruzar esses dados não tenha impacto significativo nos resultados, considerando que a proporção de recursos oriundos de pessoas físicas nas eleições analisadas neste estudo é bastante inferior à de pessoas jurídicas e de partidos políticos.

Outra limitação relaciona-se às contribuições de campanha não oficializadas, ou seja, aquelas realizadas por meio de “caixa dois”. É necessário admitir que este tipo de recurso não pode ser mensurado, assim como não é possível identificar os candidatos por ele beneficiados. Qualquer análise da participação financeira do empresariado em campanhas eleitorais, portanto, poderá estar subestimada.

É especialmente importante destacar que pelo menos dois grupos empresariais envolvidos em recentes escândalos de corrupção figuram entre os doadores de campanha de interesse para este estudo. A Construtora Norberto Odebrecht S.A. distribuiu estrategicamente as contribuições de campanha eleitoral pelas inúmeras empresas que compunham o grupo, incluindo usinas de cana de açúcar, de forma a utilizar os limites previstos em lei e desviar a atenção da opinião pública em relação a essas contribuições. E a Cervejaria Petrópolis atuou como sua “laranja”, intermediando a distribuição de recursos lícitos e ilícitos provenientes da construtora em troca de negócios futuros a serem realizados pelas duas empresas (CARAZZA, 2018).

Supõe-se que essas duas questões poderiam ter consequências distintas no exercício de influência sobre os parlamentares eleitos. No caso de grandes grupos atuantes em múltiplos setores econômicos, não se pode desconsiderar que mesmo as contribuições repassadas pelas empresas não relacionadas ao setor de bebidas açucaradas e seus insumos poderiam ser utilizadas futuramente como moeda de troca em caso de ameaça regulatória. Quanto ao uso de empresas “laranja” como intermediárias, não se sabe em que medida essas teriam algum poder de barganha junto aos parlamentares eleitos para atender a seus próprios interesses regulatórios.

Por fim, acredita-se que todas as limitações aqui descritas poderiam resultar em alguma subestimação na participação do setor de bebidas açucaradas e seus insumos, e não o contrário.

4.2 PROPOSTAS LEGISLATIVAS RELACIONADAS À TRIBUTAÇÃO DE BEBIDAS AÇUCARADAS QUE TRAMITARAM NA 55ª LEGISLATURA DO CONGRESSO NACIONAL

Durante o período analisado, tramitaram no Congresso Nacional ao todo nove propostas legislativas que tratavam, em alguma medida, da tributação de bebidas açucaradas, cujas principais características apresentam-se no Quadro 1. Destas, quatro eram projetos de Lei ordinária (sob a sigla PLS quando apresentados ou em tramitação no Senado Federal e sob a sigla PL quando apresentados ou em tramitação na Câmara dos Deputados), que tinham como objetivo o aumento de imposto ou a criação de novo imposto para esse tipo de produto. Outras cinco propostas tratavam-se de projetos de Decreto Legislativo (sob a sigla PDS quando apresentados ou em tramitação no Senado Federal e sob a sigla PDC quando apresentados ou em tramitação na Câmara dos Deputados), que visavam sustar atos normativos do Poder Executivo Federal. Os *links* para acesso às fichas de tramitação das propostas encontram-se no Anexo 6.

De autoria do Deputado Marcon (PT-RS) e apresentado em julho de 2012, o PDC nº 638/2012 tinha como objetivo sustar o Decreto nº 7.742/2012, que alterou as tabelas de incidência de IPI, Contribuição para Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) do setor de bebidas não-alcóolicas. Sua tramitação esteve restrita à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) durante o período em que foi apreciado. Em 2013, recebeu parecer favorável à aprovação, do Deputado Zeca Dirceu (PT-PR), porém foi arquivado ao final da legislatura. Em 2015, iniciada a 55ª Legislatura, foi desarquivado e, em outubro, recebeu novo parecer favorável, desta vez do Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO), bem como parecer da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

(Conof) da Câmara dos Deputados apontando que a aprovação da matéria não ensejaria impacto orçamentário negativo ao Estado. Depois disso, não houve qualquer outra manifestação, e o PDC nº 638/2012 sequer chegou a ser pautado para apreciação na Comissão. Ao final da 55ª Legislatura foi novamente arquivado.

O PLS nº 430/2016, apresentado pelo Senador Jorge Viana (PT-AC), foi a primeira iniciativa legislativa a tramitar no Congresso Nacional atendendo à recomendação da OMS e da OPAS em aumentar o preço das bebidas açucaradas como medida de saúde pública para o controle da obesidade. Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucaradas, a qual denomina Cide-Refrigerantes. Por não especificar os tipos de bebidas açucaradas aos quais o imposto se aplicaria ou estabelecer critérios relativos às quantidades de açúcar adicionado, apenas excluindo a aplicação às bebidas alcólicas, o projeto apresenta um escopo ampliado. Propõe ainda a destinação dos recursos arrecadados para o Fundo Nacional de Saúde, sem delimitar de que forma deverão ser empregados, conferindo autonomia aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi designado para tramitar apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Não recebeu emendas e foi distribuído para o relator, o Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o qual não se manifestou até dezembro de 2018. Foi então arquivado ao final da 55ª Legislatura.

O PL nº 8.541/2017 e seus apensados (PL nº 8.675/2017, PL nº 10.075/2018 e PL nº 250/2019) estavam sujeitos a apreciação conclusiva pelas seguintes comissões: Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O mais antigo deles, PL nº 8.541/2017, de autoria do Deputado Paulo Teixeira (PT-SP), é o primeiro projeto de lei a tramitar na Câmara dos Deputados com o objetivo de aumentar a

tributação sobre as bebidas açucaradas para combater a obesidade. Propõe alterações na Lei nº 13.097, de 2015, para aumentar o IPI incidente sobre as bebidas não alcoólicas adicionadas de açúcar, estabelecendo em 5% a alíquota incidente sobre o valor do produto no desembaraço aduaneiro e na saída dos estabelecimentos industriais ou equiparados e aumento em 25% nos valores de IPI, PIS/Pasep, Cofins, PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação para esses produtos.

Também em linha com a recomendação da OMS e da OPAS, o Deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES) apresentou o PL nº 8.675/2017, que propõe a criação da Cide sobre a importação e comercialização de bebidas não alcoólicas adicionadas de açúcar. Estabelecem-se alíquotas diferenciadas e progressivas, dependendo da quantidade de açúcar adicionado e veda-se a concessão de qualquer tipo de isenção tributária a esses produtos. Determina que os recursos arrecadados por meio do imposto deverão ser repassados ao Fundo Nacional de Saúde para que sejam preferencialmente empregados em programas e ações de prevenção e combate à obesidade, em especial a infantil.

Em 2018 foi apresentado o PL nº 10.075/2018, de autoria de Deputado Áureo Ribeiro (SD-RJ). Com uma proposta semelhante à do projeto do Deputado Paulo Teixeira (PT-SP), estabelece mudanças na Lei nº 13.097, de 2015, para aumentar o IPI sobre bebidas não alcoólicas adoçadas com açúcar, porém com tributação mais severa (estabelece o dobro da alíquota para bebidas com conteúdo de açúcar superior a 5 g/100ml e o triplo para produtos com conteúdo superior a 10 g de açúcar por 100ml) e estende a cobrança do imposto para néctares de frutas e repositores hidroeletrólitos. Além disso, proíbe que seja concedida qualquer isenção ou redução de IPI para bebidas não alcóolicas adoçadas com açúcar.

Ainda em 2018, durante a tramitação pela CSSF, os PLs nº 8.541/2017, 8.675/2017 e 10.075/2018 receberam parecer favorável à aprovação, na forma de um projeto de lei substitutivo apresentado pelo Deputado Jorge Silva (SD-ES). Esse substitutivo abarca as

principais recomendações dos projetos, propondo tanto o aumento do IPI quanto a criação da Cide sobre as bebidas não alcoólicas industrializadas adicionadas de açúcar, com alíquotas escalonadas a depender do teor de açúcar adicionado e previsão de que os recursos arrecadados sejam direcionados ao Fundo Nacional de Saúde. O relatório com o substitutivo não chegou a ser apreciado, tendo sido solicitada a retirada de pauta pelos Deputados Marcus Pestana (PSDB-MG) e Darcísio Perondi (MDB-RS) e requerida audiência pública pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP). Realizada em dezembro de 2018, a audiência pública contou com a exposição de representantes do Ministério da Saúde, da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas (Abir), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e da ACT Promoção da Saúde, uma entidade da sociedade civil organizada. As proposições foram arquivadas com o final da 55ª Legislatura.

O PDS nº 57/2018, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM) e o PDS nº 59/2018, do Senador Eduardo Braga (MDB-AM), assim como o PDC nº 966/2018 e o PDC nº 969/2018, de autoria do Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) e do Deputado Silas Câmara (PSD-AM), respectivamente, tratavam-se de projetos de Decreto Legislativo que tinham como objetivo sustar os efeitos do Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018. Esse Decreto, editado pelo então Presidente Michel Temer, reduziu o valor do IPI dos concentrados de refrigerantes de 20% para 4%. O PDS nº 57/2018 foi rapidamente aprovado no Senado Federal, após tramitar pela Comissão de Constituição de Justiça e pelo Plenário, e enviado para apreciação na Câmara dos Deputados, que atuou como Casa revisora da matéria. Lá, foi renumerado como PDC nº 1.011/2018 e a ele foram apensados o PDC nº 966/2018 e o PDC nº 969/2018. Apreciados na CFT, com decisão terminativa, foram rejeitados e arquivados ao final da 55ª Legislatura.

Quadro 1: Propostas legislativas relacionadas à tributação de bebidas açucaradas em tramitação na 55ª Legislatura do Congresso Nacional.

Proposta	Autor (partido)	Data de apresentação	Ementa	Situação ao final da 55ª Legislatura
PDC nº 638/2012	Dep. Marcon (PT-RS)	17/07/2012	Susta o Decreto nº 7.742, de 30 de maio de 2012.	Arquivada
PLS nº 430/2016	Sen. Jorge Viana (PT-AC)	23/11/2016	Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucaradas (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências.	Arquivada
PL nº 8.541/2017	Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	12/09/2017	Aumenta a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a importação ou saída de bebidas não alcoólicas adoçadas com açúcar.	Arquivada
PL nº 8.675/2017	Dep. Sérgio Vidigal (PDT-ES)	21/09/2017	Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a comercialização de bebidas processadas adicionadas de açúcar.	Arquivada
PL nº 10.075/2018	Dep. Aureo Ribeiro (SD-RJ)	18/04/2018	Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 15 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, a fim de elevar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre bebidas não alcoólicas adoçadas com açúcar. (Redução do consumo de açúcar).	Arquivada
PDS nº 57/2018	Sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) Sen. Omar Aziz (PSD-AM)	04/06/2018	Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.	Rejeitada
PDS nº 59/2018	Sen. Eduardo Braga (MDB-AM)	05/06/2018	Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.	Rejeitada
PDC nº 966/2018	Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM)	07/06/2018	Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.	Rejeitada
PDC nº 969/2018	Dep. Silas Câmara (PSD-AM)	07/06/2018	Susta o Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n. 8.950, de 29 de dezembro de 2016.	Rejeitada

Dentre as nove propostas identificadas, quatro tratavam-se de projetos de lei que visavam aumentar a tributação sobre bebidas açucaradas (PLS nº 430/2016 e PL nº 8.541/2017 e seus apensados 8.675/2017 e 10.075/2018), mostrando haver interesse por parte de um grupo de parlamentares em implementar essa política fiscal recomendada pela OMS e pela OPAS. De modo geral, propõe-se o aumento das alíquotas de impostos já existentes, tais como o IPI, PIS/Pasep e Cofins ou a criação de um novo tributo exclusivo para esse tipo de produto. Ressalta-se uma limitação dos projetos que estabelecem a majoração da tributação das bebidas açucaradas a partir de um aumento percentual calculado sobre a alíquota vigente do IPI. A tabela deste imposto é fixada por meio de Decreto do Poder Executivo Federal, independente de promulgação de leis em sentido formal, bastando apenas que sejam atendidas as limitações constitucionais previstas no Decreto-Lei nº 1.199/1971 (BRASIL, 1971). Com isso, pode ser facilmente alterada por iniciativa da Presidência da República e sem necessidade de tramitação pelo Congresso Nacional. Assim, uma medida como essa somente seria efetiva se houvesse o comprometimento do Poder Executivo em não reduzir os valores de IPI para compensar uma eventual sobretaxação.

Nota-se que ainda falta consenso quanto a sobre quais bebidas açucaradas a tributação deveria incidir. A tributação escalonada de acordo com o teor de açúcar presente nas bebidas, proposta em alguns dos projetos identificados, poderia contribuir para que os consumidores optem por versões com menor quantidade de açúcar adicionado (NAKAMURA et al., 2018; ALVARADO et al., 2019; PEDRAZA et al., 2019). Outra possível consequência seria o estímulo à reformulação dos produtos pela indústria de ultraprocessados, mas ainda não há evidências científicas dos países que já adotaram esse tipo de tributação de que isso realmente aconteça. Destaca-se ainda a preocupação, expressa em algumas das propostas, em destinar os valores arrecadados ao SUS, cujo financiamento é insuficiente e conta com reduzida participação de recursos fiscais (MENDES; FUNCIA, 2016).

As demais cinco propostas eram projetos de Decreto Legislativo, prerrogativa constitucional do Congresso Nacional para sustar os atos normativos infralegais do Presidente da República que se entenda que exorbitem de seu poder regulamentar (BRASIL, 1988). O primeiro deles, o PDC nº 638/2012, sustaria um Decreto que, segundo seu autor, privilegiava grandes indústrias de refrigerantes e não fazia justiça tributária junto aos pequenos fabricantes e aos fabricantes regionais.

Já aqueles apresentados em 2018 (PDS nº 57/2018 e 59/2018, e PDC nº 966/2018 e 969/2018) visavam anular os efeitos do Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018 (BRASIL, 2018a). Ao reduzir o IPI dos concentrados de refrigerantes de 20% para 4%, esse Decreto teve como efeito secundário a redução dos benefícios fiscais que beneficiavam as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM), principal polo nacional do setor, conforme será explicado em detalhes mais adiante. Se aprovados, os Decretos Legislativos favoreceriam a indústria de refrigerantes atuante na região, indo na contramão do que é preconizado como uma medida efetiva para a redução do consumo de bebidas açucaradas e o combate à obesidade e outras DCNTs associadas à má alimentação. Embora a matéria tenha logrado êxito no Senado Federal, foi rejeitada e arquivada na Câmara dos Deputados, sendo então selecionada para o estudo de caso desta pesquisa.

4.3 ESTUDO DE CASO: A INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS AÇUCARADAS NO PROCESSO DECISÓRIO RELATIVO À TRIBUTAÇÃO DE CONCENTRADOS DE REFRIGERANTES

Considerando o impacto do Decreto nº 9.394/2018 na tributação dos concentrados de refrigerantes produzidos na ZFM e que os projetos de Decreto Legislativo que visavam anular seus efeitos foram as únicas propostas relacionadas à temática de interesse para este estudo que tiveram sua tramitação concluída em ambas as Casas legislativas na 55ª Legislatura, selecionou-se este caso para análise. O processo legislativo em questão, além de bastante acelerado, foi marcado por embates políticos e pela atuação de três grupos de interesse. Ainda, desfechos distintos foram observados em cada Casa Legislativa: se no Senado Federal as grandes indústrias de refrigerantes que operam na ZFM saíram-se vitoriosas, o resultado político na Câmara dos Deputados foi-lhes desfavorável.

4.3.1 Contexto político para publicação do Decreto nº 9.394/2018 e seus desdobramentos imediatos

Em maio de 2018, uma greve de caminhoneiros sem precedentes, motivada principalmente pela insatisfação com os valores pagos pelos fretes e o preço do diesel, parou o Brasil durante dez dias. Essa paralisação foi encerrada mediante o compromisso do Poder Executivo Federal em estabelecer uma tabela com valores mínimos de frete e reduzir o preço final do diesel em R\$0,46 por litro. Para compensar a queda na arrecadação de impostos gerada

pela garantia de redução do preço do combustível, foi adotada uma série de medidas. Dentre elas estava a edição do Decreto nº 9.394/2018, em 30 de maio, que indiretamente reduziu os benefícios fiscais concedidos por meio de créditos calculados sobre o IPI às empresas que comprem concentrados de refrigerantes produzidos na ZFM (BRASIL, 2018a).

Essa decisão buscou colocar fim a uma situação há mais de 20 anos questionada pela RFB, que apontava um excesso de benefícios concedidos às empresas do setor atuantes na região, com consequente prejuízo à arrecadação de impostos (PINTO, 1997). E, a despeito de seu caráter eminentemente fiscal, teve consequência positiva do ponto de vista da saúde pública, pois corrigiria uma importante distorção em que, ao invés de se sobretaxarem produtos cujo consumo está associado à obesidade e DCNTs, seguindo a recomendação da OMS, subsidiava-se esse segmento industrial (WHO, 2017).

A reação das grandes indústrias de refrigerantes foi imediata: no dia seguinte à publicação do Decreto nº 9.394/2018, a Abir manifestou em nota seu posicionamento contrário à medida. Nela, apresentava estimativas do montante recolhido em impostos e do número de empregos gerados no Brasil, destacava sua atuação na ZFM e reclamava da ausência de diálogo do Governo Federal com o setor (JOBIM, 2018). Esse movimento podia ser esperado, considerando o impacto financeiro decorrente da medida.

Seguiu-se também uma rápida e articulada movimentação no Congresso Nacional, onde foram apresentados, menos de uma semana após a publicação do Decreto nº 9.394/2018, quatro projetos de Decreto Legislativo – dois no Senado Federal e dois na Câmara dos Deputados – com o objetivo de anular seus efeitos. Esta é uma medida prevista no artigo 49, inciso V da Constituição Federal, que dá competência exclusiva ao Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que se entenda que exorbitem de seu poder regulamentar (BRASIL, 1988).

4.3.2 A manobra tributária que subsidia a produção de concentrados de refrigerantes na Zona Franca de Manaus

Estabelecida em 1957, a ZFM tinha como objetivos iniciais o armazenamento, a conservação, o beneficiamento e a retirada de mercadorias e produtos provenientes do exterior e destinados ao consumo interno da Amazônia, de países limítrofes do Brasil ou que fossem banhados por águas tributárias do rio Amazonas (BRASIL, 1957). Uma década mais tarde, a ZFM foi ampliada e redefinida como “uma Área de Livre Comércio (ALC) de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos”. Na ocasião, atribuiu-se à Superintendência da Zona Franca (Suframa) a função de administrar as instalações e serviços da ZFM (BRASIL, 1967a; BRASIL, 1967b).

Ao longo dos anos, os benefícios foram estendidos a bens e mercadorias recebidos, beneficiados ou fabricados na ZFM destinados à utilização e consumo interno na Amazônia Ocidental (BRASIL, 1968). Foram também criadas ALC em cidades de fronteiras internacionais na Amazônia Ocidental e em Macapá, que contam com benefícios fiscais semelhantes aos da ZFM. Atualmente, são sete as ALC regulamentadas: Tabatinga, no Amazonas; Guajará-Mirim, em Rondônia; Macapá e Santana, no Amapá; Brasileia/Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre; e Boa Vista e Bonfim, em Roraima (SUFRAMA, 2020).

Embora inicialmente sua existência fosse prevista até 1997, a ZFM foi sucessivamente prorrogada. Na Constituição Federal de 1988, no Artigo 40 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, estendeu-se sua vigência por 25 anos a contar da data de sua

promulgação. Em 2014, por meio da Emenda Constitucional nº 83, o prazo de vigência dos seus benefícios foi novamente prorrogado por mais 50 anos, até 2073, e o das ALC de abrangência da Suframa até 2050 (SUFRAMA, 2020).

Existe uma política tributária bastante diferenciada para as empresas que atuam na ZFM. Do ponto de vista dos tributos federais, as vantagens incluem: redução do imposto de importação sobre os insumos destinados à industrialização ou proporcional ao valor agregado nacional quando se tratar de bens de informática; alíquota zero do PIS e do Cofins nas entradas e nas vendas internas entre indústrias e de 3,65% nas vendas de produtos acabados para o resto do país; redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais Não Restituíveis, exclusivamente para reinvestimentos; e, o principal ponto de interesse para este estudo: a isenção do IPI (SUFRAMA, 2020).

O IPI é um imposto que segue o chamado “princípio da não-cumulatividade”, conforme estabelecido no artigo nº 153, inciso II, da Constituição Federal. Para atendê-lo, deve-se compensar o valor devido em cada operação com o montante cobrado das anteriores. Assim, ao valor do imposto referente à saída do produto de um estabelecimento deduz-se o valor do imposto incidente nas operações anteriores relativas aos insumos para sua produção. Por este ser um imposto federal, tanto a incidência do IPI quanto a dedução dos valores relativos às operações anteriores ocorrem em qualquer ponto do território nacional (BRASIL, 1988; NADER; VALENTE, 2007).

A cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do IPI são disciplinadas pelo Decreto nº 7.212/2010 (BRASIL, 2010). Em seu Capítulo V, Seção 1, o dispositivo trata especificamente da ZFM e da Amazônia Ocidental², estabelecendo os critérios para a isenção do imposto na região. O único produto alimentar ao qual essas isenções não se aplicam são as bebidas alcólicas.

² Os territórios da Amazônia Ocidental, definidas no Decreto-Lei nº 291/1967, são: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Cria-se então um contrassenso: as indústrias de concentrados de refrigerantes da ZFM, além de não pagarem IPI por força da regulamentação que rege os incentivos fiscais à região, recebem créditos tributários, os quais são calculados sobre o valor de um imposto que não foi pago. Diante desse cenário, para essas empresas, quanto maior o valor do IPI, melhor. Ressalta-se que a diminuição do IPI de 20% para 4% promovida pelo Decreto nº 9.394/2018 somente reduziria o valor total de créditos tributários recebidos, não os eliminaria. Tampouco extinguiria quaisquer das demais vantagens tributárias asseguradas às indústrias da ZFM.

4.3.3 O posicionamento da Receita Federal do Brasil sobre os créditos tributários concedidos às indústrias de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus

Se por um lado os incentivos fiscais da ZFM são necessários para assegurar o desenvolvimento regional, por outro a RFB posiciona-se contrariamente ao que entende como um excesso de benefícios ao setor de refrigerantes que atua na região. Para o órgão, a concessão de créditos tributários às indústrias de refrigerantes e bebidas açucaradas da ZFM acaba por ferir o “princípio da seletividade”. De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 153, parágrafo 3º, a tributação do IPI deverá ser seletiva, baseada na essencialidade do produto. Portanto, enquanto as alíquotas de impostos cobrados sobre esses produtos deveriam ser elevadas, seguindo a mesma lógica aplicada ao tabaco, tem-se na verdade um IPI negativo e, portanto, um subsídio a sua produção (BRASIL, 1988; MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2018).

A RFB questiona também a relevância dos benefícios sociais decorrentes da atuação das empresas desse setor na ZFM frente a suas vantagens tributárias. Estima que, no ano de 2016, seu faturamento foi de R\$ 8,7 bilhões, com uma renúncia fiscal de quase R\$ 4 bilhões para o

governo, ao passo que mantinha somente 798 empregos diretos e remunerou os produtores de insumos da região em apenas R\$ 215 milhões (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2018).

Ainda de acordo com o órgão, essa desproporcionalidade de valores quando comparados o faturamento das empresas e a renda distribuída à população local seria fruto principalmente de um planejamento tributário abusivo. Para elevar o valor dos créditos tributários, as empresas utilizam estratégias que incluem: 1) a sobrevalorização de preços; 2) o cálculo de créditos tributários sobre insumos que não são identificados como concentrados; 3) a utilização do fornecedor de Manaus como intermediário no pagamento de despesas com publicidade e propaganda, o qual repassa esse custo para o preço dos concentrados, gerando assim mais créditos que posteriormente serão devolvidos para o fabricante; e 4) a omissão, por empresas que trabalham com marcas estrangeiras, dos valores pagos a título de direitos de uso dessas marcas, aumentando também a redução do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e os incentivos fiscais recebidos por meio do PIS/Cofins e do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2018).

Questões legais relativas à guarda do sigilo fiscal impedem que a RFB nomeie quais empresas estariam implicadas nesse planejamento tributário abusivo. No entanto, as características das estratégias empregadas para aumentar os valores dos créditos fictícios recebidos e a elevada concentração nacional de mercado do setor sugerem o envolvimento de pelo menos uma das multinacionais as quais, juntas, detêm mais de 80% do mercado nacional de refrigerantes. Além disso, o próprio órgão ressalta que o favorecimento tributário é maior para os fabricantes que trabalham com marcas estrangeiras, pois estes adquirem os insumos a preços mais elevados (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2018).

4.3.4 Análise do investimento eleitoral da indústria de concentrados de refrigerantes com interesse na Zona Franca de Manaus

As ameaças às indústrias de concentrados de refrigerantes instaladas na ZFM não são recentes. Conforme já mencionado, havia pelo menos 20 anos que a RFB questionava a concessão de créditos tributários às empresas do setor e esta era uma discussão recorrente no parlamento, como bem lembrou o Senador Humberto Costa (PT-PE) (CCJ, 13/06/2018). Diante disso, investigou-se junto aos dados de prestação de contas de campanha eleitoral como se deram as contribuições do setor às campanhas dos candidatos ao Congresso Nacional pelo Estado.

No ano de 2010, sete candidatos às duas cadeiras no Senado Federal prestaram contas junto ao TSE. A Arosuco, do grupo Ambev, contribuiu de forma direta apenas aos três que se destacavam nas pesquisas de intenção de voto: Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin e Arthur Virgílio Neto (este, não eleito) (CONGRESSO EM FOCO, 2010). A Sulamérica Importação e Exportação de Concentrados de Bebidas, que posteriormente passou a se nominar Wild Amazon Flavors Concentrados e Corantes para Bebidas Ltda. e, desde 2016, é controlada em sua totalidade pela ADM (Archer Daniels Midland Co.) (SCHROEDER, 2016), realizou contribuições diretas de campanha eleitoral unicamente para o então candidato Eduardo Braga.

Em 2014, as pesquisas apontavam para a eleição de Omar Aziz, que havia recentemente renunciado ao cargo de Governador para concorrer ao Senado Federal e contava com cerca de 50% das intenções de voto. Este foi o único candidato que recebeu recursos de campanha do setor de forma direta, provenientes da Recofarma, integrante do sistema Coca-Cola Brasil. Houve apenas mais um candidato beneficiado pelo setor: Francisco Ednaldo Praciano (PT), segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto, contou com recursos tanto da Recofarma

quanto da Arosuco, mas de forma indireta, por intermédio de seu partido político (G1 AM, 2014).

Entre os 68 candidatos à Câmara dos Deputados pelo Estado do Amazonas nas eleições de 2014 que prestaram contas de campanha eleitoral e informaram suas fontes de receitas, apenas quatro contaram com recursos de empresas do setor de refrigerantes, sendo que três deles receberam contribuições de indústrias de concentrados instaladas na ZFM.

Destes, somente dois saíram-se vitoriosos: Átila Lins (PP-AM), eleito por média de votos e que contou com recursos da Recofarma (integrante do Sistema Coca-Cola Brasil) tanto de forma direta quanto por intermédio do então candidato ao Senado, Omar Aziz (PSD-AM); e Pauderney Avelino (DEM-AM), eleito por coeficiente partidário, que contou com recursos diretos de campanha também da Recofarma, da Compar – Companhia Paraense de Bebidas, pertencente ao Grupo Simões e que fabrica e distribui produtos Coca-Cola na região norte (GRUPO SIMÕES, 2020) – e da Magistral. O terceiro candidato recebeu recursos da Recofarma, porém apenas por intermédio de seu partido político e, embora não eleito, foi incluído na lista de suplentes e assumiu o cargo posteriormente na legislatura: Eron Bezerra (PCdoB-AM).

O quarto candidato, Sabino Castelo Branco (PTB-AM), que também figurou na lista de suplentes e veio a ocupar o cargo de Deputado Federal durante a legislatura, recebeu, por intermédio de seu partido, recursos de campanha oriundos de outras empresas do setor: Spal (Coca-Cola Femsa) e Sorocaba Refrescos (também integrante do Sistema Coca-Cola Brasil). Embora não estejam instaladas na ZFM, ambas são associadas à Abir e, segundo um dos entrevistados (REP01), a Spal teria feito *lobby* junto aos Senadores durante a tramitação dos projetos de Decreto Legislativo naquela Casa.

Todos os candidatos à Câmara dos Deputados que contaram com recursos do setor em suas campanhas – de forma direta ou indireta – haviam ocupado cargos na 54ª Legislatura e

buscavam a reeleição em 2014. Destes, os dois que receberam recursos de forma direta tiveram seu primeiro mandato eletivo na Casa na 49ª Legislatura, iniciada em 1991, sendo que o Deputado Átila Lins (PP-AM) esteve presente em todas, e o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) esteve afastado da Câmara dos Deputados apenas na 53ª Legislatura.

Considerando o importante risco regulatório enfrentado pelo setor de concentrados na ZFM, supõe-se que suas contribuições se dariam pela expectativa de atuação futura e teriam como principais benefícios facilitar o acesso aos eleitos e evitar intervenção negativa por parte do governo, com a manutenção do *status quo* (McMENAMIN, 2012; MANCUSO, 2015; MANCUSO et al. 2016; CARAZZA, 2018). Esse investimento eleitoral certamente compensava às empresas, dados os vultuosos valores por elas recebidos por meio de créditos tributários. Contudo, também não se pode descartar a possibilidade de que as contribuições de campanha tenham sido compensações por alguma ação favorável às empresas do setor no passado, uma vez que todos os candidatos beneficiados tinham uma longa trajetória política no Estado (HEILER et al., 2015).

Não é possível saber se a busca por financiamento eleitoral parte das empresas ou dos candidatos, assim como são desconhecidos os critérios pelos quais as empresas distribuem recursos de campanha. Todavia, os dados sugerem que, principalmente em relação aos candidatos ao Senado Federal pelo Estado do Amazonas, sua motivação seja pragmática, e não ideológica, tendo em vista que parecem ser financiados aqueles com maiores chances de vitória, independentemente de sua orientação ser de esquerda ou de direita. Esse achado está em linha com a análise de Silva e Gonçalves (2019), que identificaram um efeito positivo das intenções de voto sobre as receitas dos candidatos ao Senado Federal em 2014, sugerindo que os doadores de campanha adotam um comportamento estratégico e priorizam as candidaturas mais viáveis do ponto de vista eleitoral.

Poucas candidaturas pelo Estado do Amazonas à Câmara dos Deputados contaram com recursos de campanha oriundos do setor, a despeito do risco regulatório. Todos os candidatos beneficiados buscavam a reeleição, sendo que os únicos que receberam contribuições diretas apresentavam destacada experiência política no Poder Legislativo. Esse achado corrobora a análise de Araújo et al. (2015), que apontou que os recursos empresariais de campanha eleitoral são prioritariamente direcionados àqueles com maior capital político e que, consequentemente, se eleitos, terão maiores chances de influência no processo decisório.

Mancuso et al. (2016) lembram que, embora as doações de campanha tenham algum efeito sobre o desempenho dos candidatos beneficiados, seu impacto sobre o resultado eleitoral é desconhecido. No caso da Câmara dos Deputados, a decisão de uma empresa sobre doar ou não a um candidato pode ser bastante complexa: não se sabe como outros doadores destinarão seus recursos; as eleições são proporcionais e, nem sempre, os mais votados serão eleitos; e não há pesquisas de intenção de votos que subsidiem a tomada de decisão.

4.3.5 A participação dos grupos de interesse

Identificou-se neste processo a atuação de três principais grupos de interesse. O primeiro deles, formado pelas grandes indústrias de refrigerantes estabelecidas na ZFM, defendia a sustação do Decreto nº 9.394/2018, com a consequente restauração da alíquota de IPI mais elevada, enquanto as pequenas e médias indústrias de refrigerantes e a sociedade civil, segundo e terceiro grupos de interesse, respectivamente, lutavam por sua manutenção. Como esperado, a defesa de interesses dos grupos não se limitou a suas exposições nas audiências públicas.

Especialmente no Senado Federal, todos os argumentos defendidos por cada um dos três grupos foram amplamente expostos por parlamentares durante as discussões.

a) As grandes indústrias de refrigerantes estabelecidas na Zona Franca de Manaus

O *lobby* das grandes indústrias de refrigerantes estabelecidas na ZFM foi bastante intenso no Senado Federal, onde ele se deu publicamente por meio da Abir, que representou o setor na audiência pública para instrução da matéria. Dentre seus associados estão empresas do Sistema Coca-Cola Brasil, a Ambev e a Wild Amazon. Foi relatada em entrevista (REP01) também a presença de representantes da Ambev, da Coca-Cola e da Coca-Cola FEMSA nos corredores da Casa e nos gabinetes dos parlamentares.

Um dos entrevistados (SFS03) afirmou que não acreditava que os projetos de Decreto Legislativo seriam aprovados, pois havia grande divisão de opinião entre os parlamentares. Relatou surpresa com a facilidade com que a matéria foi aprovada no Plenário, principalmente porque apenas o Estado do Amazonas teria interesse direto na manutenção do benefício fiscal. Citou que alguns assessores parlamentares teriam comentado a respeito do poder da Coca-Cola nos corredores do Senado Federal, o que teria contribuído para a aprovação. E atribuiu o resultado a um movimento de bastidores, que não teria sido levado a público.

Conforme confirmado por entrevistados (SFP01; REP01), parte do movimento pela sustação do Decreto nº 9.394/2018 teria sido realizada pelo Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), cuja família controla a empresa Solar Coca-Cola – segundo maior fabricante do sistema no Brasil e um dos 15 maiores no mundo (SOLAR COCA-COLA, 2020). Apesar de em momento algum o Senador ter se manifestado publicamente a respeito da matéria, um dos entrevistados (REP01) sugeriu que ele teria se valido de sua posição estratégica à época, quando presidia a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), como moeda de troca para convencer seus pares a votarem pela aprovação dos projetos de Decreto Legislativo. Destaca-se ainda a

menção ao Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) feita pela Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) quando afirmou “Vocês sabem hoje quanto é o mercado de refrigerante no Brasil? É altamente oligopolizado: 61% é a Coca-Cola, Senador Tasso Jereissati. O senhor sabe disto: 61% é a Coca-Cola, 19% é a Ambev, 7% é a Brasil Kirin e 13% são as regionais” (Plenário, 04/07/2018).

É possível que a Wild Amazon tenha intercedido junto ao Senador Eduardo Braga (MDB-AM). Dentre os que defendiam a aprovação dos projetos de Decreto Legislativo, o parlamentar foi o único a citar nomes de empresas instaladas na ZFM, defendendo que elas não se restringem à Coca-Cola e à Ambev. Chegou a mencionar, inclusive, que a ADM (Wild Amazon Flavors) fornecia concentrados para 41 pequenos engarrafadores de refrigerante (Plenário, 04/07/2018), dado que não foi encontrado publicamente disponível na internet e que não foi mencionado durante a audiência pública.

Na Câmara dos Deputados, a Abir declinou do convite para participar da audiência pública. No entanto, menos de duas semanas depois, em 10 de dezembro de 2018, a Associação esteve representada em outra audiência, realizada na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para discutir o PL nº 8.541/2017, que propõe o aumento do IPI incidente sobre as bebidas não alcoólicas adicionadas de açúcar. Um dos entrevistados (REP01) acredita que essa recusa teria sido uma estratégia para evitar a exposição da matéria, preservar a imagem da Associação e esvaziar a reunião.

Ressalta-se que essa ausência não necessariamente significa que representantes das empresas interessadas na sustação do Decreto nº 9.394/2018 não estivessem atuando junto aos Deputados para promover seus interesses. Contudo, a única evidência de sua participação surgiu em entrevista (REP01), em que se relatou a presença de representantes do setor na reunião em que a matéria fora votada e que estes teriam atuado, sem êxito, para que a deliberação não acontecesse.

- b) As pequenas e médias indústrias de refrigerantes estabelecidas em outras unidades da federação

As pequenas e médias indústrias de refrigerantes estabelecidas em outras unidades da federação atuaram principalmente por meio da Afrebras em ambas as Casas Legislativas e, em menor medida, do Sindirefri, cuja participação somente foi identificada na audiência pública na Câmara dos Deputados.

Estabelecida em 2005, a Afrebras representa os fabricantes nacionais de refrigerantes, conhecidos como “tubaínas”. Sempre se manifestou contrariamente aos benefícios fiscais concedidos às indústrias de concentrados que operam na ZFM, por favorecerem principalmente grandes empresas multinacionais em detrimento dos pequenos e médios fabricantes (AFREBRAS, 2020). Em 2013, capitaneou a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas, a qual defende seus interesses. Entre as principais pautas da Frente estão a defesa pela tributação proporcional para todas as empresas do setor e a redução da concentração de mercado (AGÊNCIA..., 2013; AGÊNCIA..., 2019).

Se, à época da tramitação da matéria, os nove Senadores em exercício signatários da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas representavam somente 11,1% da composição daquela Casa, a situação na Câmara dos Deputados era bastante distinta: os 218 Deputados signatários da Frente representavam pouco mais de 42% dos parlamentares. Um entrevistado (REP01) afirmou que o setor de fato conta com maior apoio na Câmara, em especial por parte de parlamentares do Paraná e de São Paulo, Estados onde estão instaladas as principais indústrias de refrigerantes de pequeno e médio porte. Segundo ele, há uma maior facilidade de acesso aos Deputados e, recentemente, os Senadores têm preferido não se engajar em Frentes Parlamentares. Destacou ainda como importantes apoiadores os Deputados Zeca Dirceu (PT-SP), primeiro presidente da Frente, Covatti Filho (PP-RS), Carlos Zarattini (PT-SP) e Fausto Pinato (PP-SP), presidente da Frente desde outubro de 2017.

A Afrebras elaborou um material impresso onde explicava a dinâmica do cálculo dos créditos tributários; apontava a distorção no valor do IPI de um produto intermediário (xarope), que deveria ser igual ou inferior ao do produto final (refrigerante); e acusava o superfaturamento do xarope pelas empresas que atuavam na ZFM com o intuito de gerar mais créditos tributários, que acabavam sendo utilizados para compensar o imposto devido sobre bebidas alcóolicas. Para a Associação, a situação gerava uma concorrência desleal no mercado de bebidas, com prejuízo principalmente para a competitividade das pequenas e médias indústrias instaladas em outros Estados da federação. Além disso, levava a uma importante perda de arrecadação para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com consequências econômicas negativas inclusive para o Amazonas. O material destacava ainda a Coca-Cola, a Ambev e a Brasil Kirin como as principais beneficiadas pela concessão de créditos tributários e questionava a relevância do número de empregos gerados no Polo Industrial de Manaus frente à significativa perda de arrecadação (SFS03; REP01).

No Senado Federal, a Afrebras participou da audiência pública e, de acordo com um dos entrevistados (REP01), atuou de forma intensa junto aos parlamentares: estima que cerca de 80% deles tenham sido abordados por representantes da Associação. Seu material impresso foi mencionado durante a discussão da matéria pela Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (Plenário, 04/07/2018) e os argumentos nele contidos foram amplamente empregados por parlamentares que lutavam pela manutenção do Decreto nº 9.394/2018.

Na Câmara dos Deputados, a Afrebras não apenas esteve presente na audiência pública como mantinha uma estreita relação com um grupo de parlamentares membros da CFT. Em uma das reuniões, o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), autor de um dos projetos de Decreto Legislativo, afirmou que a discussão relacionada aos benefícios fiscais concedidos ao setor de refrigerantes na ZFM estaria sendo promovida por essa Associação (CFT, em

05/12/2018). A atuação da Afrebras junto aos parlamentares apoiadores do setor é confirmada por um dos entrevistados (REP01).

c) A sociedade civil

A participação da sociedade civil se deu principalmente por meio da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Formada por organizações de interesse público, profissionais, associações e movimentos sociais, a Aliança tem por objetivo “desenvolver e fortalecer ações coletivas que contribuam para o Direito Humano à Alimentação Adequada por meio do avanço em políticas públicas para a garantia da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar no Brasil”. Sua agenda inclui campanhas de *advocacy* pelo aumento da tributação de bebidas açucaradas (ALIANÇA..., 2020).

Segundo entrevistados (SC01; SC02), sua atuação ocorreu por meio da distribuição de uma Carta Aberta e da realização de visitas a gabinetes de parlamentares favoráveis e contrários à matéria por representantes de instituições membros da Aliança. Ainda de acordo com eles, a incidência de ações de *advocacy* teria sido mais intensa no Senado Federal do que na Câmara dos Deputados.

No Senado Federal, a Aliança foi mencionada pelo Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ao defender a participação de um de seus representantes na audiência pública, e a Carta foi citada nas discussões durante a audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pela Senadora Ana Amélia (PP-RS), e no Plenário, pelo Senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Na Câmara dos Deputados, a Aliança não chegou a ser mencionada durante as discussões. Todavia, um entrevistado (CDP01) confirma ter sido abordado por representantes da sociedade civil para tratar da importância da tributação das bebidas açucaradas como uma medida de saúde pública.

Destaca-se que, em relação às audiências públicas, a sociedade civil somente foi convidada àquela realizada no Senado Federal.

Identificou-se também a participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão vinculado à Presidência da República. Por meio da Recomendação nº 008/2018, aponta-se a distorção tributária anterior à edição do Decreto nº 9.394/2018, que beneficiava em cerca de 7 bilhões de reais em incentivos fiscais um setor industrial cujo produto se relaciona à ocorrência das principais DCNTs associadas à má alimentação e impacta os custos dos serviços de saúde.

O documento foi protocolado junto à Presidência do Senado Federal na manhã de 20 de junho de 2018. Seu recebimento foi acusado pela Secretaria-Geral da Mesa em 05 de julho de 2018 e, somente em 13 de julho, depois de aprovada a matéria no Plenário, fora anexado aos autos do processo. Portanto, os Senadores não chegaram a tomar conhecimento do documento, conforme foi confirmado em entrevistas (SFS01; SFS02). Na Câmara dos Deputados, o ofício foi recebido pela CFT em 11 de julho de 2018 – ou seja, em tempo hábil para que os Deputados estivessem cientes da recomendação antes da discussão e deliberação da matéria.

4.3.6 A vitória “de lavada” da indústria de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus no Senado Federal

No Senado Federal, o PDS nº 57/2018, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM), foi apresentado em 04 de junho, apenas quatro dias após a publicação do Decreto presidencial, enquanto o PDS nº 59/2018 foi apresentado pelo Senador Eduardo Braga (MDB-AM) em 05 de junho. Os projetos de Decreto Legislativo

justificavam que o Decreto nº 9.394/2018, ao reduzir de imediato a alíquota de IPI dos concentrados de refrigerantes e, conseqüentemente, os créditos tributários devidos aos adquirentes dos extratos, violaria os artigos 40 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que asseguram os incentivos fiscais à ZFM. Também, ao aumentar direta e indiretamente a carga tributária das indústrias de refrigerantes, o Decreto nº 9.394/2018 violaria os princípios da não-surpresa tributária e da noventena. Ambos os projetos de Decreto Legislativo são iguais e há inúmeras semelhanças na redação de suas justificativas havendo, inclusive, três trechos idênticos.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, projetos de Decreto Legislativo devem ser submetidos à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e do Plenário, em turno único de discussão e votação (SENADO FEDERAL, 2018). Ambos os projetos foram então encaminhados à CCJ e prontamente foi designado relator das matérias o Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), em 05 de junho. Um dos entrevistados (SFS01) referiu que na definição das relatorias na CCJ são normalmente levados em conta o conhecimento técnico e o possível interesse do Senador. Não foi possível identificar a motivação para sua escolha como relator, mas se acredita que possam ter contribuído para isso os fatos de que era do mesmo partido do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e autor do PLS nº 319/2015, que tinha como objetivo criar a Zona Franca de São Luís, no Maranhão, indicando alguma afinidade com o tema. Seu relatório, com voto pela aprovação da matéria, foi apresentado em 12 de junho.

No dia seguinte, 13 de junho, na reunião da CCJ, o Senador Eduardo Braga (MDB-AM) solicitou a inclusão dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 como itens extrapauta e a inversão da pauta da reunião para que fossem imediatamente discutidos e deliberados. Seguiu-se uma intensa discussão. Por um lado, os três Senadores representantes do Estado do Amazonas pressionavam pela discussão e deliberação dos projetos ainda naquela ocasião. Por outro, os Senadores Humberto Costa (PT-PE), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Simone Tebet (MDB-MS), Ana Amélia

(PP-RS) e Randolfe Rodrigues (REDE-AP) defendiam a realização de um debate em maior profundidade e a avaliação do mérito da questão.

Diante das divergências, aprovaram-se a realização de audiência pública para instrução da matéria, requerida pela Senadora Ana Amélia (PP-RS), e o requerimento de inclusão extrapauta dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 para que pudesse ser solicitado e aprovado um pedido de vista coletiva. Assim, todos os Senadores membros da Comissão receberiam cópias do relatório e do avulso da matéria. Foram contra a inclusão extrapauta os Senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Humberto Costa (PT-PE), Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e Ana Amélia (PP-RS). Procedeu-se então a leitura do relatório pelo Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), exigência regimental para a realização da audiência pública, convocada para a semana seguinte.

Participaram da audiência pública, em 19 de junho, representantes da RFB, da Afrebras, do Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás, da Aliança para a Alimentação Adequada e Saudável, da Suframa e da Abir.

O primeiro convidado a manifestar-se na audiência pública foi o Sr. Iágaro Jung Martins, Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal. Em sua exposição, apresentou os valores de créditos fictos gerados pelo setor, explicou a participação do IPI no FPE e destacou que o Decreto nº 9.394/2018 não elimina os benefícios fiscais da ZFM, apenas os reduz. Finalizou sua apresentação com números relativos à geração de emprego, aquisição de insumos e faturamento pelo setor na ZFM.

Em seguida, deu-se a exposição do Sr. Fernando Rodrigues de Bairros, Presidente da Afrebras. Argumentou que há uma distorção tributária na ZFM que prejudica a concorrência das indústrias de outros Estados brasileiros, em especial os pequenos fabricantes de refrigerantes. Ressaltou também que o Decreto nº 9.394/2018 aumentaria o aporte financeiro de Estados e Municípios.

A exposição seguinte foi a do Sr. Fernando Moraes Pinheiro, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás. Em sua opinião, a concorrência entre os fabricantes de refrigerantes seria equilibrada e o argumento de que haveria concorrência desleal entre as empresas não estaria correto, pois em teoria qualquer empresa poderia instalar-se ou comprar insumos produzidos na ZFM. Sinalizou, ainda, com a ameaça de fechamento de fábricas na região.

Seguiu-se então a exposição da Dra. Ana Paula Bortoletto, representando o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a Aliança para a Alimentação Adequada e Saudável. A convidada foi a única que defendeu a manutenção do Decreto nº 9.394/2018 como uma medida importante para a saúde pública. Destacou a relação entre o consumo de bebidas açucaradas e a obesidade, o impacto da obesidade na economia e a recomendação da OMS para a tributação desses produtos.

A penúltima exposição foi a do Sr. Appio da Silva Tolentino, Superintendente da Suframa. Bastante sucinta, sua argumentação baseou-se na necessidade de segurança jurídica e de oferta de benefícios para que as empresas lá instaladas possam ser competitivas, uma vez que há questões logísticas e ambientais que limitam o desenvolvimento da região.

O último convidado a pronunciar-se foi o Sr. Alexandre Jobim, Diretor-Presidente da Abir. Representando os principais fabricantes de concentrados instalados na ZFM, defendeu que o Decreto nº 9.394/2018 seria inconstitucional e ilegal. Afirmou que haveria perda de arrecadação para todos os Estados, não apenas para o Amazonas, e colocou que empresas estabelecidas fora da ZFM também sofreriam prejuízos. Apresentou estimativas dos empregos gerados e dos impostos arrecadados pelo setor, baseadas em relatórios de consultorias privadas, e o impacto do Decreto nº 9.394/2018 estimado pelo setor produtor de concentrados.

Finalizadas as exposições, seguiram-se alguns comentários e questionamentos por parte da Senadora Ana Amélia (PP-RS), na qualidade de autora do requerimento que convocou a

audiência pública, e dos três Senadores representantes do Estado do Amazonas, que reforçaram alguns dos seus principais argumentos pela derrubada do Decreto nº 9.394/2018.

Ao final da sessão, houve manifestações adicionais de três Senadores. A primeira delas foi a do Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), favorável à manutenção do Decreto nº 9.394/2018. Em seguida, mostraram-se favoráveis à aprovação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 os Senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Armando Monteiro (PTB-PE).

A deliberação sobre os PDS nº 57/2018 e 59/2018 na CCJ se deu no dia seguinte, 20 de junho, ainda no início da reunião, por solicitação do Senador Eduardo Braga (MDB-AM). Embora a Senadora Ana Amélia (PP-RS) tenha feito um requerimento para votação nominal (Requerimento nº 29/2018-CCJ), este foi rejeitado, sendo então adotado o processo simbólico. Os projetos e seu relatório foram aprovados, declarando-se votos vencidos os Senadores Ana Amélia (PP-RS), Lasier Martins (PSD-RS) e Humberto Costa (PT-PE). Nesta mesma data, deu-se por encerrada a relatoria do projeto pelo Senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Em seguida, deram-se a apresentação e aprovação de requerimentos de urgência para os dois projetos de Decreto Legislativo (Requerimentos nº 385/2018 e 386/2018, da CCJ), assinados pelos Senadores Omar Aziz (PSD-AM), Eduardo Braga (MDB-AM) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Neste mesmo dia, os projetos foram lidos em Plenário e abriu-se o prazo para a apresentação de emendas. Em 28 de junho, o Senador Hélio José (PROS-DF) apresentou perante a Mesa a única emenda à matéria. Pela proposta, seria acrescentado aos PDS nº 57/2018 e 59/2018 um artigo que obrigaria que os créditos do IPI fossem utilizados apenas na apuração do imposto devido pelos produtos classificados na posição 20.22 da Tabela de Incidência de IPI (a saber: “águas, incluindo as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas, exceto sucos (sumos) de fruta ou de produtos hortícolas, da posição 20.09”). Com isso, a emenda favoreceria as pequenas indústrias de cerveja. No Plenário, durante o encaminhamento de votação, o

Senador afirmou ter sido procurado pelo Governo e por empresários do Distrito Federal. No entanto, não foi possível identificar se houve influência da Afrebras na apresentação da emenda, ainda que esta endereçasse uma de suas principais demandas – a utilização de créditos tributários gerados a partir da produção de concentrados de refrigerantes para abater impostos devidos sobre bebidas alcóolicas (PORTAL DE BEBIDAS BRASILEIRAS, 2017a).

A apreciação no Plenário se deu em duas sessões. Na primeira, em 04 de julho, o Senador Jorge Viana (PT-AC) proferiu seu parecer à emenda do Senador Hélio José (Parecer nº 127/2018-PLEN-SF). O relator ressaltou seu mérito, mas votou pela sua rejeição, com a justificativa de que seria estranha ao propósito dos projetos. Na sequência, decidiu-se pela prejudicialidade do PDS nº 59/2018 tendo em vista que seu autor, o Senador Eduardo Braga (MDB-AM), também subscrevera o PDS nº 57/2018, de conteúdo idêntico.

Iniciou-se então a discussão, em turno único, do PDS nº 57/2018 e de sua Emenda de Plenário nº 1. Não houve qualquer manifestação de posicionamento em relação à emenda. Discursaram favoravelmente à matéria seus três autores e, posteriormente, durante o encaminhamento das votações, o Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Posicionamentos contrários foram proferidos pelos Senadores Ana Amélia (PP-RS), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e José Medeiros (PODE-MT) na fase de discussão do projeto e pelo Senador Hélio José (PROS-DF) durante o encaminhamento da votação.

Na ocasião, a orientação do PCdoB e do PSD – partidos liderados pela Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e pelo Senador Omar Aziz (PSD-AM), respectivamente – foi pelo voto “sim”. A aprovação do PDS nº 57/2018 também foi recomendada pelo PDT, orientada pela Senadora Ângela Portela (PDT-RR); pelo PTB, liderado pelo Senador Armando Monteiro (PTB-PE); e pelo DEM, o que na verdade representou a manifestação do voto do Senador José Agripino (DEM-RN), único representante do partido presente naquela sessão.

Já a orientação do MDB, do Senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi por liberar a bancada, dada a falta de consenso entre os parlamentares. Também liberaram a bancada: o PSDB, liderado pelo Senador Paulo Bauer (PSDB-SC); o PRB, orientado pelo Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ); o PSB, a despeito do posicionamento favorável do Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que destacou que havia se comprometido com os Senadores do Amazonas; o PT e o PP, justificadamente por haver falta de consenso e pelas questões federativas envolvidas; e o PROS, do Senador Hélio José (PROS-DF), apesar de ter declarado seu voto “não” para atender aos interesses do Distrito Federal.

Adotou-se o processo de votação nominal do projeto, após uma solicitação de Senadores contrários à sua aprovação, evidenciando então a falta de quórum. Com isso, a sessão foi encerrada e convocada novamente para a semana seguinte.

Em 10 de julho, colocou-se novamente em pauta no Plenário a deliberação do projeto e de sua emenda. A discussão foi considerada encerrada. Houve intervenção do Senador Eduardo Braga (MDB-AM) para que a votação fosse realizada pelo processo simbólico, uma vez que regimentalmente esta somente deveria ser nominal se requerida em Plenário e com o devido apoio dos Senadores. Sua solicitação, contudo, foi negada pelo Presidente, o Senador Eunício Oliveira (MDB-CE), segundo quem seria dada sequência ao processo iniciado na sessão anterior, a menos que fosse reaberta a discussão da matéria.

Mantiveram a orientação pelo voto “sim” o PCdoB, da Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o PSD, do Senador Omar Aziz (PSD-AM), e o PDT, liderado pelo Senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que já havia se manifestado favoravelmente à matéria na CCJ (20/06/2018). Houve ainda uma manifestação adicional pelo voto “sim” pelo PV, do Senador Rudson Leite (PV-RR), que não estava presente na sessão anterior.

A orientação de liberar a bancada foi mantida pela Senadora Simone Tebet (MDB-MT), líder do MDB – partido do Presidente Michel Temer e também do Senador Eduardo Braga

(MDB-AM); pelo PT e o PP, apesar de terem sido os partidos dos parlamentares que mais peremptoriamente se opuseram à aprovação do PDS nº 57/2018; e pelo PSB do Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Dois partidos mudaram sua orientação de voto. O DEM inicialmente encaminhou voto “sim”, o que na verdade representou a manifestação do voto do Senador José Agripino (DEM-RN), mas depois liberou a bancada. Uma mudança de orientação restritiva, em que inicialmente a bancada fora liberada e posteriormente orientado o voto “sim”, foi observada exclusivamente pelo PSDB, liderado pelo Senador Paulo Bauer (PSDB).

No Anexo 7 apresenta-se um comparativo com as orientações às bancadas (voto favorável, contrário ou livre), a justificativa para a orientação e se houve mudança no encaminhamento no dia 10 de julho em relação à sessão da semana anterior.

Ainda durante o encaminhamento de votação, manifestaram-se dois parlamentares que não ocupavam a posição de líderes partidários e não haviam se pronunciado anteriormente, ambos favoráveis à aprovação do PDS nº 57/2018: os Senadores Otto Alencar (PSD-BA) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Finalmente, aprovaram-se o parecer pela rejeição da Emenda nº 1 e o PDS nº 57/2018, com 29 votos favoráveis, 10 votos contrários e 6 abstenções. Em 17 de julho, o projeto aprovado foi remetido à Câmara dos Deputados para revisão.

Ao longo de todo o processo legislativo, a defesa pela sustação do Decreto nº 9.394/2018 pautou-se principalmente no questionamento de vícios jurídicos relacionados à sua edição (constitucionalidade e princípios da noventena e da anterioridade) e à importância do setor para o desenvolvimento econômico da região, bastante limitado frente às questões relacionadas à guarda do meio ambiente e aos limites à exploração de recursos naturais. Levantou ainda que seu objetivo seria subvencionar multinacionais produtoras de petróleo.

Já os argumentos pela manutenção do Decreto nº 9.394/2018 seguiram duas linhas. Numa, apontou-se a existência de uma distorção tributária que beneficia especialmente

empresas multinacionais produtoras de concentrados de refrigerantes instaladas na ZFM, que utilizam isenções fiscais para a produção de matéria-prima (xarope/concentrado) a preços superfaturados com o objetivo de aumentar os valores dos créditos tributários por elas recebidos, o que contribui para elevar seus lucros, os quais serão tributados em suas sedes, no exterior. Como consequência, gera-se uma concorrência desleal com pequenos e médios fabricantes de refrigerantes instalados em outras unidades da federação. Além disso, a concessão de créditos tributários por um imposto que não foi recolhido reduz a arrecadação de outros entes da Federação, posto que o IPI faz parte da composição do FPE e do FPM. Na outra linha, defende-se que essa distorção tributária cria um subsídio para grandes indústrias de refrigerantes, cujo consumo é reconhecidamente relacionado ao adoecimento da população, o que vai totalmente contra as recomendações dos principais órgãos de saúde, que preconizam a elevação dos tributos sobre esses produtos com o intuito de reduzir sua ingestão.

Os principais argumentos em favor e contrários à matéria foram extraídos dos pronunciamentos dos Senadores, codificados, e encontram-se resumidos no Anexo 8. Para cada argumento apresenta-se um exemplo proferido por cada parlamentar que o manifestou. Portanto, o total de exemplos representa o número de parlamentares que defenderam aquele argumento.

Absolutamente todos os prazos regimentais foram cumpridos e a aprovação da matéria se deu num período de 36 dias corridos a partir de sua apresentação. Ainda que um dos entrevistados (SFS01) não considere isso incomum, o PDS nº 57/2018 faz parte de um restrito grupo de projetos de Decreto Legislativo cuja apreciação foi concluída no Senado Federal durante a 55ª Legislatura. Nesse período, 9,6% das proposições foram aprovadas no Plenário, 8,5% rejeitadas, e 4,3% retiradas pelos seus autores. Ao final da legislatura, 28,7% dos projetos de Decreto Legislativo foram arquivados, sendo que 48,9% continuaram tramitando na legislatura seguinte (dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação).

Em comum entre os autores dos projetos estava o fato de que todos haviam contado com contribuições diretas de campanha eleitoral por empresas do setor que atuavam na ZFM. Durante todo o processo legislativo, a despeito de suas divergências ideológicas, notam-se sua união e a sua ação coordenada pela rapidez na tramitação e pela aprovação da matéria. Isso foi percebido por vários entrevistados como uma reação esperada, dada a importância da ZFM para a economia do Estado e para o desenvolvimento regional (SC01; SC02; SFP01; SFS04).

Ao se analisarem os discursos dos representantes do Amazonas durante o processo legislativo, notam-se argumentos bastante alinhados. A própria Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) confirmou que o Senador Eduardo Braga (MDB-AM) reapresentou seu projeto (CCJ, 13/06/2018). O fato de que os três representantes do Estado eram membros da CCJ – os Senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM) titulares, e a Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), suplente – parece ter facilitado a defesa da matéria na Comissão. Ficou evidente o exercício de pressão por parte da bancada para acelerar a tramitação. Isso ocorreu explicitamente durante as reuniões da CCJ e nas sessões do Plenário, mas parece também ter se dado pelo menos junto ao Senador Edison Lobão (MDB-MA), presidente da CCJ, o que é sugerido com base nos reiterados agradecimentos tecidos pela Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (CCJ, 19 e 20/06/2018).

Houve ainda, principalmente por parte do Senador Omar Aziz (PSD-AM), tentativas de se evitar ao máximo a discussão do mérito da matéria. O debate do mérito era defendido pelos Senadores contrários aos PDS nº 57/2018 e 59/2018, que justificavam essa necessidade em vista de suas implicações sobre a arrecadação tributária e o desenvolvimento industrial de outros Estados da federação, bem como sobre o subsídio concedido às indústrias cujo produto impacta negativamente sobre a saúde da população. Na CCJ (13/06/2018), o Senador Omar Aziz (PSD-AM) defendia que a Comissão deveria se ater às questões relacionadas à constitucionalidade e que o mérito deveria ser apreciado “em outro patamar”; no Plenário (04/07/2018), defendia que

não se deveria discutir o mérito, mas a legalidade do Decreto. Essa estratégia podia ser esperada, pois a apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ou pela CAE, por exemplo, no mínimo, atrasaria a decisão. Poderia talvez até mesmo ensejar a sua rejeição. Apesar disso, aparentemente não houve mobilização da oposição para que os PDS nº 57/2018 e 59/2018 tramitassem também por outras Comissões. Um dos entrevistados (SFS03) sugeriu, espontaneamente, que pudesse ter sido elaborado um Requerimento para tanto. Segundo ele, por alguma razão política esse documento não teria sido lido e, portanto, numerado e incluído na tramitação. Diante disso, sua existência não pode ser comprovada. No entanto, essa informação não pode ser confirmada ou refutada em outras entrevistas.

Em diversas ocasiões ao longo do processo legislativo os autores dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 apontaram que assessores da Liderança do Governo, à época ocupada pelo Senador Romero Jucá (MDB-RR), estariam intercedendo junto aos parlamentares pela rejeição dos projetos (CCJ, 13/06/2018; Plenário, 04/07/2018). A Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chegou a afirmar que a falta de quórum para a deliberação no Plenário era devida à orientação pela obstrução (Plenário, 04/07/2018). Contudo, essa atuação dos representantes do Governo pode ser esperada, pois era de seu interesse a manutenção do Decreto nº 9.394/2018, editado pelo Presidente da República. Quase todos os entrevistados que foram questionados se esse exercício de pressão teria sido além do esperado afirmaram não ter percebido qualquer excesso (SFS01; SFS02; SFS03; SFP01). Tanto que a orientação de voto do MDB, partido da Liderança do Governo no Senado Federal, sempre foi por liberar a bancada. Apenas um dos entrevistados (REP01) considerou ter ocorrido justamente o contrário: percebeu uma grande dificuldade de mobilização e articulação dos assessores do Governo.

De modo geral, a tramitação da matéria foi marcada pela intensa atuação dos grupos de interesse, por acalorados debates, e pela mobilização de parlamentares de distintos partidos e ideologias em torno de um objetivo em comum: a defesa das unidades da federação que

representavam (seja em relação à indústria local de refrigerantes, seja em relação ao interesse fiscal). Isso pode ser observado tanto entre a bancada do Amazonas quanto entre parlamentares que abertamente defenderam a rejeição dos projetos de Decreto Legislativo. Como a Senadora Ana Amélia (PP-RS) colocou: “Divergimos profundamente, mas hoje, nesta noite, agora, estamos juntos porque essa é uma questão federativa. Não é uma questão partidária, não é uma questão de oposição e de situação” (Plenário, 04/07/2018). Um dos entrevistados (SC02) corroborou esse fato: “Então isso surpreendeu, o PT como partido acabar apoiando o governo Temer naquele momento, por provocação nossa, convencidos de que valia a pena a defesa da saúde e também convencê-los que eles não poderiam ficar a favor da indústria estrangeira de refrigerante, a Coca-Cola, a Ambev, por exemplo”.

Durante as discussões, ficou clara a defesa de interesses regionais além daqueles relativos à ZFM – que podem dizer respeito especificamente à concessão de incentivos fiscais ou relativos à região Norte do país como um todo. A questão dos incentivos fiscais é um tema bastante sensível aos Senadores, conforme apontado por entrevistados. Tramitam no Senado Federal inúmeras propostas de concessão, manutenção ou ampliação desse tipo de benefício em outros Estados e, frequentemente, pode haver apoio dos parlamentares na expectativa de compensação futura de seus colegas ou ainda para retribuir votos favoráveis no passado (SFP01; SC02).

Esta poderia ter sido pelo menos uma das motivações para o relatório favorável do Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), cuja proposta de criação da Zona Franca de São Luís foi discutida na mesma reunião da CCJ em que se iniciou a apreciação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 (CCJ, 13/06/2018). Na ocasião, a Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) teceu algumas críticas e recomendou a revisão de dispositivos do projeto original. Mais tarde, o Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), ao fazer a leitura de seu relatório dos PDS nº 57/2018 e 59/2018, afirmou:

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega às nossas mãos dois projetos de idêntico teor: um projeto é do eminente Senador Eduardo Braga, e o outro é da Senadora Vanessa Grazziotin, a quem quero homenagear lendo o relatório do projeto dela. Apesar de ter sido a única Senadora a votar contra os interesses do Maranhão, eu quero homenagear o Estado do Amazonas através do projeto que ela apresentou.”

Também nesta reunião, o Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestou insatisfação relacionada à sua proposta de criação da Zona Franca de Santarém, no Pará, que aguardava relatório do Senador Omar Aziz (PSD-AM).

“Os queridos Senadores do Amazonas, quando se trata de defender o seu Estado, se unem e viram leões aqui dentro, ao ponto de terem conseguido – e quero parabenizá-los – uma PEC para estender os benefícios da Zona Franca de Manaus por 50 anos. Eles conseguiram isso! (...). Então, eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, pedindo a atenção do Senador Eduardo Braga, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Omar Aziz, que eu tenho um projeto que cria a Zona Franca de Santarém (...) O meu projeto da Zona Franca de Santarém é o PLS nº 143, de 2010. Ele é de 2010! (...). O projeto se encontra na mão do Senador Omar Aziz desde o dia 08/09/2015. Vamos completar três anos na relatoria do Senador Omar Aziz, que pede agora para votarmos com o Amazonas, para não diminuir os incentivos lá das produtoras de concentrados.”

Ademais, os incentivos fiscais costumam ser um tema sensível aos parlamentares da região Nordeste, conforme ficou evidenciado posteriormente, durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Há um entendimento que as demais regiões brasileiras são mais favorecidas, enquanto o Norte e o Nordeste são preteridos.

Por fim, em alguns discursos relacionados à tramitação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018, evidenciou-se a união de Senadores da região Norte em favor da matéria, porém sem justificar seu posicionamento, ainda que apenas o Estado do Amazonas fosse diretamente beneficiado com a derrubada do Decreto nº 9.394/2018. Isso foi observado, por exemplo, nos encaminhamentos de votação do Senador Rudson Leite (PV-RR) e da Senadora Ângela Portela (PDT-RR). Foi também observado pela Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que afirmou que “(...) não é a primeira vez que essa matéria vem à discussão nesta Casa e que os Senadores representantes da região Norte do país se unem para defender os benefícios tributários a fábricas de refrigerantes lá na Zona Franca de Manaus”. Essa percepção é também confirmada em entrevistas (SC01; SC02; SFS04).

A despeito dos esforços da sociedade civil, a perspectiva da saúde pública foi abordada por poucos parlamentares. Apenas quatro Senadores defenderam a discussão do mérito sob este prisma: Humberto Costa (PT-PE), Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) na CCJ, e Lindbergh Farias (PT-RJ), no Plenário.

Destes, destaca-se o Senador Humberto Costa (PT-PE), que tem relevante atuação em temas relacionados à saúde pública e à defesa do SUS e de usuários de serviços privados de saúde, tendo apresentado inúmeros projetos de lei e requerimentos para a realização de audiências públicas neste escopo. Já o Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) também tinha alguma afinidade com o tema, pois havia apresentado o PLS nº 9/2017, que tem como objetivos incluir nos rótulos das embalagens de refrigerantes mensagens de advertência sobre os malefícios de seu consumo abusivo, à semelhança do que ocorre com os produtos fumígenos, e proibir a comercialização de refrigerantes em escolas de educação básica. Ambos os Senadores foram peças fundamentais para viabilizar a presença de representantes da sociedade civil na audiência pública, assegurando que as questões relacionadas à tributação das bebidas açucaradas como medida de combate à obesidade fossem incluídas no debate.

A partir de entrevistas com representantes da sociedade civil (SC01; SC02), identificou-se que o trabalho de *advocacy* foi determinante para a sensibilização dos Senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO), que ao defender a rejeição da matéria ressalta sua formação profissional como médico, e Lindbergh Farias (PT-RJ). Este último, além de ter sido o único a discutir a matéria do ponto de vista da recomendação da OMS para a tributação de bebidas açucaradas no Plenário, viria a apresentar o PLS nº 346/2018, que visa disciplinar a distribuição e venda de bebidas industrializadas em escolas de educação básica.

A votação da matéria no Plenário consagrou a vitória das indústrias de concentrados de refrigerantes estabelecidas na ZFM. Um dos entrevistados (REP01) afirmou que esperava esse resultado, mas que se surpreendeu por ter havido apenas 10 votos contrários à manutenção dos

benefícios fiscais, principalmente após o intenso *lobby* dos representantes dos pequenos e médios fabricantes de refrigerantes junto aos Senadores. Segundo esse mesmo entrevistado, teria havido uma orientação para que os contrários à aprovação do PDC nº 57/2018 não comparecessem à votação.

Embora essa afirmação não possa ser corroborada com informações publicamente disponíveis, é fato que na ocasião havia apenas 46 Senadores com presença registrada na Casa, o que representava 56,8% dos parlamentares. Todavia, não se pode desconsiderar que a sessão ocorreu às vésperas do recesso parlamentar em um ano eleitoral, o que também poderia explicar o baixo quórum.

Deve-se levar em conta ainda que ausências e abstenções em votações nominais são corriqueiras, até mesmo quando se trata de temas considerados de grande importância nacional. Frequentemente os parlamentares registram sua presença no Plenário, mas não permanecem fisicamente no recinto durante todo o período da sessão e deliberação. Também não se pode assegurar que um parlamentar não tenha mudado seu posicionamento ao longo das discussões da matéria ou após a abordagem de um determinado grupo de interesse. Por essas razões, apesar de muitos Senadores terem se manifestado durante o processo legislativo (seja por meio de seus discursos, seja implicitamente, por exemplo, por meio de declaração de voto vencido ou de apoio a requerimento de verificação de votação), para a análise do processo decisório optou-se por considerar unicamente aqueles que registraram seu voto no Plenário (favorável ou contrário, excluídas as abstenções e o Presidente, que somente se manifesta em caso de empate).

A partir do estudo aprofundado da tramitação da matéria, definiu-se que o posicionamento dos parlamentares poderia ser potencialmente explicado por condições relativas: 1) à região representada; 2) ao seu partido político; 3) ao seu relacionamento com a indústria de refrigerantes (representada pelo financiamento de campanha por empresas do setor); 4) ao seu interesse na defesa de questões relacionadas à saúde e à alimentação; 5) ao seu

interesse na concessão ou ampliação de incentivos fiscais para sua região de representação; 6) à troca de favores com os parlamentares diretamente interessados na aprovação do PDS nº 57/2018 (representantes do Amazonas e o Senador Tasso Jereissati); 7) ao seu interesse na guarda e preservação do meio ambiente. Uma descrição detalhada das condições e dos critérios adotados para suas classificações encontra-se no Anexo 9.

Na construção da matriz de dados (Anexo 10), optou-se por excluir os parlamentares representantes do Estado do Amazonas e o Senador Tasso Jereissati. Entende-se que seu interesse na aprovação da matéria independeria de qualquer outra condição: os primeiros, pelo interesse legítimo na defesa de interesses econômicos relacionados à ZFM, e o segundo, devido a sua atuação empresarial. Com isso, têm-se condições e desfecho relativos a 35 Senadores.

Construíram-se vários modelos empregando diferentes combinações das condições selecionadas, visando explicar a tomada de decisão do maior número possível de casos, porém gerando o menor número possível de contradições ou de caminhos causais que não pudessem ser explicados do ponto de vista lógico. Assim, nem todas as condições inicialmente identificadas foram incluídas no modelo final, que foi capaz de explicar a tomada de decisão de 22 dos 25 Senadores que votaram pela aprovação do PDS nº 57/2018 (88% dos casos). Os resultados completos gerados pelo FsQCA encontram-se no Anexo 11.

Apresenta-se na Figura 9 a solução parcimoniosa da QCA, após a minimização booleana, com as configurações causais associadas ao voto favorável aos interesses das indústrias de concentrados de refrigerantes da ZFM.

Figura 9: Resultado da solução parcimoniosa da Análise Qualitativa Comparativa, com as configurações causais que explicam o voto pela aprovação do PDS nº 57/2018 no Senado Federal.

Observação: representam-se a união de conjuntos como adição (+) e a intersecção entre os conjuntos como multiplicação (*); letras maiúsculas representam a presença de uma condição e letras minúsculas, sua ausência.

Representar um Estado que conta com ALC da Suframa (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima) e ser filiado ao PSDB foram condições isoladamente suficientes para apoiar o restabelecimento da alíquota anterior de IPI mais favorável às indústrias de concentrados estabelecidas na ZFM.

O financiamento direto de campanha eleitoral por empresas do setor de refrigerantes que se beneficiariam com a aprovação do PDS nº 57/2018 apenas não foi isoladamente suficiente para o voto favorável devido à presença da Senadora Ana Amélia (PP-RS): embora tivesse contado com recursos da Arosuco em sua campanha eleitoral, era membro da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas e foi uma das maiores defensoras dos pequenos e médios fabricantes de refrigerantes no Senado Federal.

Apesar disso, empregou-se como condição o financiamento de campanha pela indústria de refrigerantes da ZFM como um todo, sem distinção entre contribuições diretas e indiretas, porque foi capaz de esclarecer um número maior de decisões. Sua presença explicou o voto favorável daqueles parlamentares que não tiveram qualquer interesse atendido (seja pela

elaboração, por um dos representantes do Amazonas, de parecer favorável à aprovação de projeto de sua autoria ao longo de 2018, seja por meio da deliberação de proposta de sua autoria na CAE após a aprovação do PDS nº 57/2018).

Quanto à condição relativa aos Senadores terem algum interesse atendido, sua presença explicou a decisão favorável à indústria de concentrados de refrigerantes da ZFM por parlamentares que não haviam contado com recursos de campanha eleitoral provenientes do setor.

Quando analisados os dois implicantes primários que combinam condições relativas ao financiamento de campanha eleitoral e o interesse atendido, tem-se que o processo decisório é explicado pela ausência de uma condição associada à presença da outra. Isso ocorreu especificamente devido a três Senadores que, embora apresentassem ambas as condições, votaram de forma contrária aos interesses da indústria: além da Senadora Ana Amélia (PP-RS), os Senadores Lasier Martins (PSD-RS) e Kátia Abreu (PP-TO), que haviam contado com recursos de campanha eleitoral da Ambev por intermédio de seus partidos políticos. Enquanto a única manifestação da Senadora Kátia Abreu (PP-TO) foi por meio de seu voto, o Senador Lasier Martins (PSD-RS) também se posicionara contrariamente à restauração da alíquota mais favorável às indústrias de concentrados de refrigerantes da ZFM por meio da declaração de voto vencido na CCJ. Assim, excetuados esses três parlamentares, todos os demais que haviam contado com recurso de campanha da indústria de refrigerantes ou que receberam um relatório favorável à aprovação de projeto de lei de sua autoria por representante do Amazonas ou que tiveram projeto de sua autoria pautado e deliberado na CAE posteriormente em 2018 votaram a favor do interesse das indústrias de concentrados de refrigerantes da ZFM.

Em relação à proposição prévia de projeto de lei para a concessão ou ampliação de benefícios fiscais para sua região, que estivesse em tramitação à época da deliberação, esta

também pode ser considerada uma condição INUS³, pois somente explica os votos favoráveis quando esses Senadores também representavam Estados do eixo Norte-Nordeste.

Por fim, o apoio à indústria de concentrados de refrigerantes da ZFM também foi explicado pelo implicante primário que combina a representação de Estado do eixo Norte-Nordeste e o fato de o parlamentar ter sido eleito em 2010 e, portanto, estar no final de seu mandato eletivo.

Nenhuma das condições ou configurações de condições identificadas como potencialmente relacionadas ao desfecho de interesse mostrou-se necessária ou SUIN⁴ para a aprovação do PDS nº 57/2018.

Análise do caso

A ameaça aos interesses econômicos do Estado do Amazonas não apenas suplantou qualquer divergência ideológica entre seus representantes, mas também levou à articulação e à ação coordenada dos Senadores. Entende-se que, apesar do seu histórico de financiamento de campanha eleitoral pelas indústrias de refrigerantes diretamente interessadas na manutenção dos seus privilégios tributários na ZFM, havia um interesse legítimo da bancada em sustar o Decreto nº 9.394/2018, uma vez que era seu papel defender questões relativas ao desenvolvimento e à geração de empregos na região.

Quanto à participação dos grupos de interesse, identificou-se que a atuação das grandes indústrias de bebidas açucaradas se deu predominantemente, mas não de forma exclusiva, por meio da Abir. A ampla disponibilidade de recursos econômicos dessas empresas permite-lhes que também defendam seus interesses e exerçam pressão junto aos parlamentares de forma individual. Isso as coloca em posição privilegiada tanto em relação aos grupos de interesse

³ Condições INUS são aquelas que, embora isoladamente insuficientes, são parte necessária de uma condição que por si só não é necessária, mas é suficiente para o desfecho (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012).

⁴ Condições SUIN são aquelas suficientes, mas que são uma parte não necessária de uma configuração de condições que é insuficiente, mas necessária para o resultado (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012).

público quanto ao segmento industrial desfavorecido envolvido na disputa (MARIATH; MARTINS, 2020).

Os discursos dos Senadores que defenderam os pequenos e médios fabricantes de refrigerantes estabelecidos fora da ZFM evidenciaram o papel dos representantes do setor na oferta de informações técnicas especializadas aos tomadores de decisão, com o esclarecimento da complexa questão tributária que envolve a indústria de bebidas açucaradas no Brasil (GRAZIANO, 1997).

A participação de entidades da sociedade civil que advogam pela alimentação saudável e pelo combate à obesidade e DCNTs associadas à má alimentação, que ocorreu na audiência pública convocada na CCJ, por meio da recomendação do Consea e pela abordagem direta aos parlamentares, sensibilizou poucos Senadores quanto ao tema. A defesa da saúde pública parece ser consistente somente entre aqueles que pautam seus mandatos nessa temática.

As evidências coletadas a partir de informações publicamente disponíveis sugerem que a rapidez no processo legislativo se deu a partir da pressão dos Senadores do Amazonas. Não foi possível confirmar, por meio de entrevistas, exercício de pressão por parte das grandes indústrias de refrigerantes instaladas na ZFM sobre quaisquer dos demais atores-chave do processo legislativo, entre eles o relator da matéria, o Senador Roberto Rocha (PSDB-MA), ou os Presidentes da CCJ, Senador Edison Lobão (MDB-MA), e do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira (MDB-CE). Apesar disso, reitera-se que a ausência de evidência não significa que isso não tenha ocorrido, apenas que não pode ser comprovado.

Durante as discussões, ficaram claras as perdas para os demais Estados da federação e para a saúde pública. A base aliada do Governo Executivo Federal, que tinha interesse pela manutenção do Decreto nº 9.394/2018, era composta pela maioria dos Senadores. Mesmo assim os interesses da indústria de refrigerantes da ZFM foram atendidos. A aplicação da QCA, empregando-se condições baseadas em informações publicamente disponíveis, ajudou a

esclarecer em grande medida a tomada de decisão. Entretanto, é preciso ter em mente que não necessariamente as condições excluídas do modelo são irrelevantes. Elas poderiam explicar casos individualmente, mas não esclarecem o processo decisório como um todo.

Os resultados relativos à condição que considera o financiamento de campanha por empresas com interesse na manutenção de elevadas alíquotas de IPI para os concentrados de refrigerantes corroboram a literatura de ciência política: as contribuições eleitorais facilitam o acesso de lobistas e aumentam suas chances de sucesso (McMENAMIM, 2012). Também sugerem que há influência do financiamento por intermédio dos partidos, ainda que em menor medida que o financiamento direto ao candidato.

O emprego da condição que identifica os Senadores eleitos em 2010 foi uma tentativa de minimizar a subestimação da participação financeira do setor no processo eleitoral nesse pleito, para o qual somente se conhecem as contribuições de campanha quando estas se deram de forma direta aos candidatos. No entanto, dado o contexto temporal durante o qual a matéria tramitou (período pré-eleitoral), o fato de que essa condição explicou parte do processo decisório poderia refletir 1) o financiamento de campanha pela indústria de concentrados de refrigerantes recebido por intermédio do partido naquele pleito, em que as prestações de contas eram menos transparentes; e/ou 2) a busca ou expectativa de apoio político para a eleição que se aproximava, seja por outros candidatos ou pelo próprio empresariado do eixo Norte-Nordeste (neste caso, por meio de contribuições via pessoas físicas).

Ainda no que tange ao financiamento de campanha eleitoral, é reconhecido que sua influência sobre o comportamento parlamentar é maior quando há pouca visibilidade da matéria, quando os benefícios são concentrados para grupos de interesse menores e mais organizados e, o custo, disseminado para todo o eleitorado, e quando o tema em questão não for partidário ou ideológico (SANTOS, 2015). Destaca-se que este caso em especial não teve

qualquer visibilidade fora do Poder Legislativo e, ainda que tivesse sido levado a público, a complexidade da questão tributária envolvida tornaria difícil seu entendimento pela população.

A QCA confirmou a percepção de Senadores e entrevistados, identificada no estudo de caso, de que havia uma mobilização principalmente dos representantes da região Norte em defesa da ZFM. Isso ficou evidente por parte dos parlamentares representantes de Estados que contavam com ALC da Suframa – condição que se mostrou suficiente para o voto “sim” –, ainda que não houvesse benefícios claros para seus Estados. Já a representação de Estados do eixo Norte-Nordeste explicou em alguma medida o processo decisório, mas somente quando combinada com outras condições (autoria de projeto de lei para concessão de benefícios fiscais à sua região ou ter sido eleito em 2010).

Condições que incluíam a filiação a partidos do Bloco da Maioria, a orientação da bancada pelo voto “sim” e a filiação aos partidos políticos dos representantes do Amazonas geraram contradições e resultados incongruentes. Assim, nem o presidencialismo de coalizão, nem a disciplina partidária de modo geral explicam a tomada de decisão. Apenas um dos Senadores filiados ao MDB, partido do então Presidente da República, votou pela manutenção do ato do Poder Executivo. O fato de que a filiação ao PSDB foi a única condição partidária capaz de explicar o processo decisório, tendo inclusive sido suficiente para o voto pela sustação do Decreto nº 9.394/2018, e que as condições “interesse atendido” e “eleição 2010” também explicaram em grande medida o voto favorável reforça os indícios da ocorrência de *quid pro quo* – troca de favores – entre os parlamentares.

Apesar dos esforços da sociedade civil para trazer ao debate os efeitos colaterais positivos do Decreto nº 9.394/2018 para a saúde pública, a inclusão, nos modelos da QCA, de quaisquer condições que poderiam indicar uma identificação dos parlamentares com a defesa da saúde não foi capaz de explicar o processo decisório. Pelo contrário: levou, inclusive, ao aumento no número de contradições e gerou resultados que não poderiam ser explanados de

forma lógica. Foram, por exemplo, os casos do parlamentar com formação na área médica e do parlamentar autor de um projeto de lei para o aumento da tributação de bebidas açucaradas que votaram de forma favorável à indústria de concentrados de refrigerantes da ZFM.

Do mesmo modo, o elevado grau de organização e articulação do grupo de interesse que representa os pequenos e médios fabricantes de refrigerantes que não atuam na ZFM não foi suficiente para virar o jogo a seu favor. Com efeito, a participação na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas – um indicativo de que o parlamentar se identifica com as demandas do setor – aumentou o número de contradições e gerou resultados incoerentes, assim como aconteceu com a inclusão de condições relacionadas à guarda do meio ambiente.

Finalmente, deve-se reconhecer que outras condições que não podem ser identificadas devido à sua subjetividade, tais como as percepções e crenças individuais ou relações de amizade com outros parlamentares, possam estar envolvidas. E ressalta-se que a QCA considera a assimetria causal, ou seja, que tanto a presença quanto a ausência do desfecho podem ser explicadas de formas distintas. Assim, conhecer as causas para um dado desfecho não implica que necessariamente conheçamos as causas para o resultado contrário (SCHLOSSER et al., 2009; SCHNEIDER; WAGEMANN; 2012). Neste caso, embora tenha sido possível explicar em grande medida o apoio ao restabelecimento de uma alíquota de IPI mais favorável às indústrias de concentrados de refrigerantes da ZFM, não foi possível apontar o que levou um pequeno grupo de parlamentares a votar contra esses interesses especiais.

4.3.7 A “zebra” na Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados foram apresentados outros dois projetos de Decreto Legislativo, ambos em 07 de junho de 2018: o PDC nº 966/2018, de autoria do Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), e o PDC nº 969/2018, do Deputado Silas Câmara (PRB-AM).

Os PDC nº 966/2018 e 969/2018 justificam que o Decreto nº 9.394/2018 violaria os incisos V e XI do artigo 49 da Constituição Federal, exorbitando o poder regulamentar e invadindo a atribuição normativa do Poder Legislativo, e o artigo 150, inciso III, alíneas “b” e “c” e §1º da Constituição Federal, desrespeitando o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena. Afirmam que a redução da alíquota de IPI ameaça a permanência das indústrias do setor de refrigerantes na ZFM e, conseqüentemente, a geração de renda e emprego na região. O PDC nº 969/2018 sugere ainda que o ato normativo violaria os artigos 40 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que asseguram os incentivos fiscais à ZFM. Assim como ocorreu no Senado Federal, os dois projetos de Decreto Legislativo eram iguais, com diferenças apenas em suas justificativas. Ressalta-se que a justificativa do PDC nº 969/2018 era praticamente idêntica à do projeto de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), acrescida apenas de três parágrafos introdutórios e um parágrafo igual ao do PDC nº 966/2018.

Ambos os autores são parlamentares bastante experientes e com destacado capital político. Segundo informações biográficas disponíveis no *website* da Câmara dos Deputados, o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) foi eleito pela primeira vez em 1991, ocupando cargos na Casa Legislativa em quase todas as legislaturas até 2018, com exceção do período entre 2007 e 2011. Presidente do Democratas em seu Estado, também ocupava cargo de Vice-Líder do partido na Casa. Já o Deputado Silas Câmara (PRB-AM) ocupa cargo eletivo na Câmara dos Deputados desde 1999 e em diversas ocasiões foi Vice-Líder dos partidos aos quais

já foi filiado. Deles, somente o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) havia contado com recursos diretos de campanha para sua eleição oriundos de empresas do setor de refrigerantes que operam na ZFM.

A tramitação conjunta dos projetos, em rito ordinário, iniciou-se em 14 de junho. Tanto a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) quanto a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) deveriam apreciar seu mérito com decisão terminativa, ou seja, a rejeição em quaisquer delas implicaria o arquivamento da matéria, salvo se houvesse interposição de recurso. De acordo com um entrevistado (CDS01), a CCJC é sempre designada como a última Comissão de mérito. Trata-se de uma estratégia para buscar acelerar a tramitação, uma vez que a CCJC é bastante sobrecarregada. Também, em caso de apresentação de substitutivos ao longo do processo legislativo, a redação final será sempre elaborada pela CCJC. A matéria foi então distribuída para a primeira Comissão, a CFT, em 19 de junho.

O processo legislativo iniciou-se em um órgão bastante favorável às pequenas e médias indústrias de refrigerantes. O debate acerca do desequilíbrio tributário no setor era recorrente na CFT. Durante a 55ª Legislatura e antes da edição do Decreto nº 9.394/2018, houve duas iniciativas para a realização de audiências públicas para tratar do tema. A primeira delas, requerida em outubro de 2015, não chegou a acontecer (Requerimento nº 161/2015, da CFT); a segunda realizou-se em 31/08/2017, quando a Comissão era presidida pelo Deputado Covatti Filho (PP-RS), um dos apoiadores do setor. Dos 78 Deputados membros (considerados os titulares e os suplentes) à época da deliberação da matéria, 35 eram signatários da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas, representando 44,9% da composição do órgão. Apesar disso, não se identificou nenhum parlamentar que tivesse contado com contribuições oficiais de campanha eleitoral por empresas do setor apoiado pela Afrebras.

Por outro lado, apenas seis Deputados eram da região Norte (7,7% da composição), sendo somente um deles do Amazonas – o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), que era membro titular.

Quando avaliadas as contribuições de campanha eleitoral, um terço dos seus membros (26 Deputados, sendo 15 titulares e 11 suplentes, somando 33,3% da composição da Comissão) havia contado com algum recurso, de origem direta ou indireta, oriundo de empresas ligadas ao setor de refrigerantes que pudessem ter interesse direto na manutenção das elevadas alíquotas de IPI sobre os concentrados de refrigerantes.

Imediatamente após a distribuição da matéria na CFT, seu Presidente, Deputado Renato Molling (PP-RS), designou como relator o Deputado Fausto Pinato (PP-SP). Em comum entre os parlamentares, além do partido, estava o fato de que eram signatários da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas. Eleito pela primeira vez para a Câmara dos Deputados para a 55ª Legislatura, o Deputado Fausto Pinato (PP-SP) sempre se mostrou favorável às demandas do setor representado pela Afrebras e contrário às vantagens tributárias que beneficiavam as indústrias produtoras de concentrados de refrigerantes instaladas na ZFM. Em junho de 2017, por exemplo, já havia manifestado esse posicionamento durante a discussão do Requerimento nº 320/2017, da CFT, de autoria do Deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR), que visava à realização de uma audiência pública justamente para abordar essa questão (CFT, em 07/06/2017). Em outubro do mesmo ano, assumiu a presidência da Frente (PORTAL DE BEBIDAS BRASILEIRAS, 2017b) e, em dezembro, apresentou o Requerimento nº 212/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com o objetivo de realizar uma audiência pública para discutir “as distorções concorrenciais no setor de refrigerantes”. Logo após a edição do Decreto nº 9.394/2018, e ainda antes da apresentação dos PDC nº 966/2018 e 969/2018, requereu a realização de audiência pública para que o assunto fosse discutido na CFT (Requerimento nº 422/2018, da CFT). Um dos entrevistados (CDS02) afirmou que as escolhas

dos relatores na CFT têm seguido critérios políticos e partidários. Há cerca de 4 a 5 anos, frequentemente as relatorias são distribuídas àqueles que manifestam interesse, tendo conhecimento aprofundado acerca do projeto ou não. Essa informação reforça os indícios de que a matéria tenha sido estrategicamente distribuída.

Em 11 de julho, a CFT recebeu cópia do ofício com a recomendação do Consea pela rejeição dos PDC nº 966/2018 e 969/2018. Em 07 de agosto, ambos os projetos foram apensados ao PDS nº 57/2018, recém-aprovado pelo Senado Federal, que na Câmara dos Deputados foi numerado como PDC nº 1.011/2018 e que passaria a ser considerado a proposição principal. A partir daí passaram, por prerrogativa regimental, a tramitar em regime de prioridade.

Seguiram-se então alguns desdobramentos externos ao Congresso Nacional. Também em 07 de agosto, o Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes, ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.987 junto ao Supremo Tribunal Federal questionando o Decreto nº 9.394/2018. Em 22 de outubro, o Ministério Público Federal manifestou-se, em documento assinado pela Procuradora-Geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge, pelo indeferimento da medida cautelar e pela improcedência do pedido, justificados pela inépcia e ilegitimidade da petição inicial (assinada apenas pelo Procurador Geral do Estado do Amazonas e seus advogados), pela ausência de pertinência temática, pela improcedência do mérito e pela não ofensa à regra da anterioridade nonagesimal⁵. Destaca-se que essa possibilidade de judicialização da matéria já havia sido aventada durante a discussão no Senado Federal pelos Senadores Omar Aziz (PSD-AM, CCJ, em 13/06/2018) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES, Plenário, em 04/07/2018).

Houve ainda exercício de pressão junto ao Poder Executivo Federal, por meio de negociações diretas com a Presidência da República e com a área econômica do Governo, das

⁵ A documentação referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.987, que não foi publicizada pelo Supremo Tribunal Federal, foi gentilmente disponibilizada por representante de organização da sociedade civil que teve acesso ao processo.

quais participaram tanto representantes da indústria de concentrados quanto parlamentares representantes do Amazonas (SFS04; CDP02). Como resultado, em 27 de setembro, o então Presidente da República, Michel Temer, finalmente cedeu à pressão política e editou o Decreto nº 9.514/2018, tornando a alíquota do imposto um pouco mais favorável ao setor a partir do ano seguinte: 12% de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 e 8% de 1º de julho a 31 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2018b). Com esse novo ato, não mais se poderia alegar o descumprimento dos princípios da anterioridade e da noventena. E, de acordo com um dos entrevistados (SFS04), não haveria mais necessidade de pressionar pela tramitação dos projetos de Decreto Legislativo no Congresso Nacional.

Por fim, no início de dezembro de 2018, a Pepsi Cola Company anunciou o fim das suas operações na ZFM, que seriam então transferidas para o Paraguai. A possibilidade de que isso ocorresse já fora mencionada pelo Senador Eduardo Braga (MDB-AM) na audiência pública de instrução da matéria no Senado Federal (CCJ, em 19/06/2018). O Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) afirmou que a decisão da empresa não decorreu dos atos do Poder Executivo, mas sim em razão de insegurança jurídica (CFT, em 05/12/2018). Notícias veiculadas à época, no entanto, creditam a transferência da empresa ao aumento da tributação gerado pelos Decretos nº 9.394/2018 e 9.514/2018. De toda sorte, chama a atenção que isso tenha resultado no fechamento de apenas 57 postos de trabalho – número irrisório se comparado aos 10 mil empregos que a empresa afirmava manter no Brasil (DESIDÉRIO, 2018; ISTO É DINHEIRO, 2018). Um dos entrevistados (REP01) afirma que a Pepsi Cola já planejava retirar suas operações da ZFM e que o fechamento de poucos postos de trabalho justifica-se porque a empresa utilizava as instalações da Recofarma (pertencente à Coca-Cola) para a produção de seus concentrados.

Em 28 de novembro, o Deputado Fausto Pinato (PP-SP) apresentou seu parecer pela rejeição do PDC nº 1.011/2018 e seus apensados, com a justificativa de incompatibilidade

financeira e orçamentária. Em seu voto, destacou a ausência da estimativa do impacto orçamentário e financeiro e de medidas para a compensação de arrecadação a serem tomadas caso fossem aprovados. Defendeu a legalidade do Decreto nº 9.394/2018. Ressaltou dados da RFB que apontam uma distorção tributária na ZFM que já gerou cerca de R\$ 13,5 bilhões em ganhos para os fabricantes de concentrados de refrigerantes que lá operam e um planejamento tributário abusivo por parte do setor. Lembrou ainda que a questão já havia sido abordada anteriormente na CFT, a partir do Requerimento de Informação nº 3.044/2017, e da realização de uma audiência pública naquele mesmo ano.

No dia seguinte, 29 de novembro, realizou-se a audiência pública requerida em junho pelo Deputado Fausto Pinato (PP-SP). A reunião contou com a participação de representantes da RFB, da Suframa, da Afrebras, do Grupo de Pesquisa em Análise Econômica do Direito da PUC-PR, e do Sindirefri.

A primeira exposição foi a do Sr. Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Receita Federal, que iniciou explicando como ocorria a geração de créditos tributários mesmo sem o pagamento de IPI. Depois de defender a constitucionalidade e a legalidade do Decreto nº 9.394/2018, afirmou haver, no entendimento do órgão, uma distorção no incentivo concedido às indústrias de concentrados na ZFM. Também esclareceu divergências existentes entre a RFB e as empresas quanto à classificação dos produtos.

Seguiu-se então a exposição do Sr. Leonardo Perdiz da Costa, representante da Suframa, que se limitou a apresentar a sistemática dos incentivos fiscais concedidos à ZFM, incluindo exemplos de como se dá o cálculo do IPI e dos créditos tributários.

Na sequência, o Sr. Fernando Rodrigues de Bairos, Presidente da Afrebras, teceu críticas à distorção tributária que beneficiaria as indústrias de concentrados da ZFM. Segundo ele, essa distorção prejudica os pequenos e médios fabricantes estabelecidos em outras unidades da federação e inscritos no SIMPLES e reduz a arrecadação de impostos de estados e

municípios. Explicou ainda que a Ambev utilizaria os créditos tributários gerados a partir da venda dos concentrados produzidos na ZFM para abater impostos devidos sobre bebidas alcóolicas.

Em seguida, a palavra foi passada ao Dr. Oksandro Gonçalves, Professor Titular da PUC-PR e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Análise Econômica do Direito. Iniciou discorrendo sobre as distorções causadas por políticas públicas baseadas em incentivos fiscais e reforçou que a correção dessas distorções traria benefícios à arrecadação de estados e municípios.

A última exposição foi a do Sr. Jairo Alberto Zandoná, Presidente do Sindirefri. O convidado apresentou números relativos ao fechamento de pequenas e médias indústrias de refrigerantes, assinalou as dificuldades enfrentadas por essas empresas para comercializar seus produtos e colocou em dúvida se as matérias-primas que asseguram os incentivos concedidos às empresas instaladas na ZFM são de fato produzidas no Amazonas.

O evento foi marcado pelo declínio de participação de alguns convidados (representantes do Ministério Público, da Abir, da CNI e do Sindicato das Indústrias da Alimentação de Goiás) e pela ausência de manifestações dos parlamentares, favoráveis ou contrárias à matéria, com exceção do Deputado Fausto Pinato (PP-SP), que presidiu a reunião.

Em 05 de dezembro, foi recebido pela Comissão o Informativo de Adequação Financeira e Orçamentária nº 230/2018, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof), órgão técnico da Câmara dos Deputados, atendendo à Solicitação de Trabalho nº 1446/2018 da Secretaria de Finanças e Tributação, conforme o disposto no Art. 10-A da Norma Interna da CFT. De acordo com um dos entrevistados (CDS02), esse tipo de parecer é exigido para todos os projetos em tramitação na Comissão e costuma ser condição necessária para sua inclusão na pauta e deliberação. Nele, recomenda-se que o PDC nº 1.011/2018 e seus apensados deveriam ser considerados inadequados e incompatíveis tanto do ponto de vista orçamentário

quanto financeiro. Justifica-se que as proposições não estimam o montante da receita pública que seria renunciado com a sustação do Decreto nº 9.394/2018, tampouco apresentam de que forma esses valores seriam compensados, infringindo, portanto, dispositivos constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lembra-se ainda da edição de um novo dispositivo, o Decreto nº 9.514/2018, em que as alíquotas de IPI sobre os xaropes e concentrados de refrigerantes são novamente alteradas, atendendo parcialmente ao objetivo dos projetos de Decreto Legislativo analisados neste estudo.

Nesta mesma data, 05 de dezembro, a matéria foi incluída na pauta de reunião da Comissão. Esta foi marcada por embates entre o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), autor do PDC nº 966/2018 e de um requerimento de retirada da matéria da pauta, e do relator, Deputado Fausto Pinato (PP-SP), autor de um requerimento de inversão de pauta que, se aprovado, asseguraria sua apreciação ainda naquela reunião. De modo geral, o Deputado Fausto Pinato (PP-SP) alegou que o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) estaria defendendo os interesses de empresas multinacionais produtoras de refrigerantes, das quais recebera financiamento de campanha eleitoral. O Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), por sua vez, defendeu-se afirmando que se tratava de contribuições formais de campanha, devidamente declaradas, e que estava representando os interesses do povo de sua região.

Em defesa do relatório do Deputado Fausto Pinato (PP-SP), manifestaram-se os Deputados Júlio César (PSD-PI), Júlio Lopes (PP-RJ), Esperidião Amim (PP-SC), Mário Negromonte Jr. (PP-BA), Vicente Cândido (PT-SP) e Alfredo Kaefer (PP-PR). Na ocasião, o Deputado Esperidião Amim (PP-SC) aproveitou para homenagear uma indústria catarinense filiada à Afrebras (Guaraná Pureza, pertencente à família de Leonardo Sell) (PORTAL DE BEBIDAS BRASILEIRAS, 2019). Destes, apenas não eram membros da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas os Deputados Júlio Lopes (PP-RJ) e

Esperidião Amim (PP-SC). Este último, todavia, tornar-se-ia signatário da Frente na Legislatura seguinte, reforçando as evidências de seu alinhamento com os interesses do setor.

Os argumentos pela manutenção do Decreto nº 9.394/2018 basearam-se especialmente em questões econômicas, seguindo uma linha de defesa bastante semelhante à do Senado Federal: as empresas multinacionais que fabricam concentrados de refrigerantes na ZFM beneficiam-se de uma distorção tributária, superfaturando seus produtos para aumentar os valores dos créditos tributários por elas recebidos. Essa prática aumenta seus lucros, que serão tributados em suas sedes no exterior, e também subvenciona a produção de bebidas alcóolicas. Esse tratamento tributário prejudica ainda a arrecadação fiscal e a geração de empregos em outras regiões. Sem dúvida, entre os Deputados o argumento mais utilizado trata da defesa dos pequenos e médios fabricantes de refrigerantes estabelecidos em outros estados da federação.

Favoravelmente à aprovação do PDC nº 1.011/2018 e seus apensados, além do Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), manifestou-se apenas o Deputado Newton Cardoso Jr. (MDB-MG), que afirmou estar revendo seu posicionamento anterior, que era contrário à matéria. Seus argumentos pautaram-se principalmente na necessidade de segurança jurídica para os investidores, na previsão constitucional dos benefícios fiscais da ZFM, na geração de empregos e na importância da preservação ambiental. Emergiu ainda a justificativa de que a carga tributária já é demasiadamente elevada no país e precisaria ser reduzida.

Os principais argumentos em favor e contrários à matéria foram extraídos dos pronunciamentos dos Deputados Federais, codificados, e encontram-se resumidos no Anexo 12. Novamente, para cada argumento, apresenta-se um exemplo proferido por cada parlamentar que o manifestou. Assim, o total de exemplos representa o número de parlamentares que defenderam aquele argumento.

Por fim, os Deputados Newton Cardoso Jr. (MDB-MG) e Marcus Pestana (PSD-MG) defenderam que a votação fosse adiada para o ano seguinte, em que seria iniciada uma nova

legislatura, com mudanças na composição do parlamento e na orientação ideológica do Governo Executivo Federal. No entanto, não houve apoio dos demais presentes para que isso ocorresse.

Um requerimento de verificação de votação formulado pelo Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) e apoiado pelo Deputado Newton Cardoso Jr. (MDB-MG), que orientaram os parlamentares de seus partidos pela obstrução, evidenciou a falta de quórum para a deliberação e resultou no adiamento da votação e encerramento da reunião.

A votação se deu em 12 de dezembro, naquela que seria a última reunião da Comissão no ano e a última da 55ª Legislatura, que se encerraria em 31 de janeiro de 2019. Embora houvesse quórum suficiente para a deliberação (39 de seus membros haviam registrado eletronicamente sua presença), é possível observar no vídeo que a reunião estava bastante esvaziada. O Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) não estava presente e sua ausência não foi justificada. O Deputado Newton Cardoso Jr. (MDB-MG), único parlamentar a posicionar-se favoravelmente à matéria junto com o seu autor, também não compareceu. Um dos entrevistados (REP01) confirmou ter havido uma estratégia política para a deliberação nesta ocasião: monitoraram-se as agendas dos membros da Comissão que poderiam se opor à aprovação do relatório do Deputado Fausto Pinato (PP-SP), verificou-se que os Deputados a ele favoráveis seriam maioria e incluiu-se a matéria na pauta para votação.

Procedeu-se a leitura do relatório pelo Deputado Fausto Pinato (PP-SP). Discutiram o PDC nº 1.011/2018 e seus apensados os Deputados Enio Verri (PT-PR), Esperidião Amim (PP-SC), e Vicente Cândido (PT-SP) – todos com posicionamento favorável à aprovação do relatório e à rejeição da matéria. Assim como o Deputado Esperidião Amim (PP-SC), o Deputado Enio Verri (PT-PR) passaria a integrar a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas na legislatura seguinte. Durante a reunião, em face da ausência do Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), o Presidente da Comissão, Deputado Renato

Molling (PP-RS), deu por prejudicados três de seus requerimentos que tinham como objetivo principal adiar a apreciação da matéria. O relatório foi então aprovado e, os projetos, arquivados ao final da Legislatura, por não ter havido interposição de recurso.

Transcorreram-se pouco mais de seis meses (189 dias corridos) desde a apresentação dos PDC nº 966/2018 e 969/2018 até a sua rejeição, juntamente com o PDC nº 1.011/2018. Apesar de a matéria ter sido prontamente distribuída para o relator, seu voto somente foi apresentado mais de três meses após a Comissão ter recebido o PDC nº 1.011/2018, aprovado pelo Senado Federal. Por outro lado, a discussão e deliberação se deram em 14 dias corridos, contados a partir da data da apresentação do relatório. Um dos entrevistados (CDS02) considera esse tempo de tramitação bastante curto e sugere ter havido vontade política para que a matéria fosse apreciada na CFT. Lembra também do papel do Presidente da Comissão na definição da pauta e que em vista do grande volume de matérias que tramitam na CFT muitas proposições não conseguem ser pautadas, mesmo tendo seus pareceres disponíveis.

Durante a discussão na CFT, assim como ocorreu no Senado, observa-se a mobilização de parlamentares de diferentes partidos e ideologias – principalmente entre PP, PT e PSD – no entanto, desta vez, em defesa principalmente de condições tributárias mais favoráveis às pequenas e médias indústrias de refrigerantes estabelecidas fora da ZFM.

O Deputado Silas Câmara (PSD-AM), embora autor do PDC nº 969/2018, não participou ativamente do processo legislativo: não compareceu a nenhuma das reuniões em que seu projeto fora discutido ou votado. No que diz respeito aos bastidores do processo legislativo, um dos entrevistados (CDS02), que acompanhou a tramitação da matéria, afirmou se recordar apenas da atuação do Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) junto à Comissão. Ainda que o Deputado Silas Câmara (PSD-AM) não fosse membro, seu direito de participação é assegurado pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme confirmado por entrevistado com reconhecido conhecimento no assunto (CDS01).

Tendo em vista que a matéria foi apreciada por uma única Comissão e em processo simbólico de votação, o que se sabe a respeito do posicionamento dos parlamentares se limita às manifestações proferidas durante as reuniões em que foi discutida e deliberada. Sua defesa oral limitou-se a dois parlamentares.

Analisando-se o histórico de campanha eleitoral daqueles que demonstraram publicamente seu posicionamento ou que desempenharam funções-chave no processo legislativo, apenas o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) contara com contribuições diretas de campanha de indústrias de refrigerantes que operam na ZFM. Um dos Deputados que defenderam os pequenos e médios fabricantes de refrigerantes – Júlio Lopes (PP-RJ) – bem como o Deputado Renato Molling (PP-RS) haviam contado com recursos de campanha oriundos da Ambev (Arosuco ou Londrina Bebidas), porém em ambos os casos por intermédio de seus partidos políticos.

Dois parlamentares receberam recursos da Cervejaria Petrópolis – um deles favorável, Deputado Newton Cardoso Jr. (MDB-MG), o outro contrário, Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA). Ainda que o Grupo Petrópolis seja atualmente filiado à Abir, dois entrevistados com conhecimento do setor de bebidas (CDP01; REP01) relatam que a empresa não tem interesse na manutenção dos benefícios para a produção de concentrados na ZFM: sua participação no mercado nacional de refrigerantes é muito pequena e, como não produz concentrados na ZFM, não se beneficia da compensação tributária cruzada para reduzir os impostos devidos sobre as bebidas alcólicas.

Em relação à tentativa de atrasar a tomada de decisão, justificada pelo encerramento da legislatura, não foi possível identificar as motivações para tanto. O posicionamento do Deputado Marcus Pestana (PSD-MG), que havia contado com recursos de campanha eleitoral da Recofarma por intermédio de seu partido político para sua eleição em 2014, não é claramente conhecido. Contudo, seu apoio ao setor pode ser deduzido: empregou estratégias

frequentemente utilizadas para ensejar a não-decisão tanto na tramitação dos projetos de Decreto Legislativo ora analisados quanto na tramitação do PL nº 8.541/2018 e seus apensados na CSSF quando, juntamente com o Deputado Darcísio Perondi (MDB-RS), solicitou a retirada de pauta da matéria quando estava pronta para deliberação naquela Comissão.

Em momento algum durante a tramitação foi discutida a questão da importância da tributação de bebidas açucaradas, incluindo os refrigerantes, como medida de saúde pública para combate à obesidade e DCNTs, a despeito da abordagem por representantes da sociedade civil (SC01; SC02), a qual foi confirmada em entrevista com parlamentar (CDP01). De fato, segundo o Artigo 55 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nenhuma Comissão deve manifestar-se sobre assuntos que não sejam de sua atribuição específica. Portanto, o mérito relativo às implicações de saúde pública somente poderia ser avaliado se os projetos tramitassem pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) (BRASIL, 2020). Apesar disso, um dos entrevistados destacou que existe prerrogativa regimental para que qualquer Deputado requeira a distribuição de um projeto para outras Comissões que julgue serem relevantes para apreciá-lo ou sobre ele opinar (CDS01).

Análise do caso

Na Câmara dos Deputados, o caso foi marcado pela completa ausência de articulação entre os parlamentares da bancada do Amazonas e da região Norte, os quais, em teoria, seriam os mais interessados na derrubada do Decreto nº 9.394/2018. Destes, o único que efetivamente defendeu a aprovação do PDC nº 1.011/2018 e seus apensados foi o Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM). Nenhum dos demais integrantes da bancada do Estado ou da região se manifestou, mesmo diante do que poderia ser percebido como uma ameaça à economia e à geração de empregos locais. Tampouco o Deputado Silas Câmara (PSD-AM), autor do PDC nº 969/2018, participou do processo legislativo. Esse cenário surpreende diante da importância

econômica da ZFM para o desenvolvimento regional, conforme evidenciado a partir da discussão no Senado Federal e da percepção de diversos entrevistados.

O movimento em favor dos pequenos e médios fabricantes de refrigerantes de outras regiões do país era bastante favorecido pela composição da CFT. O mero fato de um parlamentar ser signatário da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas não é uma condição necessária, tampouco suficiente, para que este atue em defesa do setor, conforme ficou evidenciado a partir da análise do caso no Senado Federal. No entanto, a Comissão destacava-se pela presença de um grupo bem articulado de Deputados, com argumentação bastante alinhada contra os benefícios fiscais concedidos às indústrias de refrigerantes da ZFM, que demonstrava uma relação de proximidade com a Associação que representa os pequenos e médios fabricantes de refrigerantes de outras regiões e já vinha discutindo o tema naquela legislatura. A isso, soma-se a Presidência ocupada por um parlamentar favorável ao setor que se sentia prejudicado e que era filiado ao PP, o que parece ter sido decisivo tanto para a escolha do Deputado Fausto Pinato como relator quanto para a estratégica inclusão da matéria na pauta em uma reunião em que seus principais opositores estariam ausentes e que ocorreria ao final da legislatura, dificultando a interposição de qualquer recurso. Esse cenário demonstra, na prática, os resultados da pesquisa de opinião conduzida por Santos et al. (2017), em que se destacam as Comissões permanentes como relevantes arenas decisórias, a importância de seus Presidentes e dos relatores das matérias, e a obtenção de resultados do *lobby* junto ao relator.

Em paralelo, havia na Comissão poucos parlamentares que pudessem fazer um contraponto a esses interesses. Nesse quesito, a representação proporcional à população desfavorece a defesa dos Estados da região Norte na Câmara dos Deputados. A despeito da ameaça regulatória ao setor de refrigerantes da ZFM, era relativamente pequena a presença de Deputados que tivessem recebido recursos de campanha de indústrias de refrigerantes com

interesse na manutenção da elevada alíquota de IPI que favorecia as empresas da região, o que poderia torná-los mais suscetíveis à pressão de seus financiadores. Mas, mesmo entre esses, havia alguns que não concordavam com o tratamento tributário diferenciado do setor.

Se, no Senado Federal, o contexto pré-eleitoral em que a matéria foi deliberada pode ter favorecido o apoio às indústrias de refrigerantes da ZFM por razões políticas e econômicas, na Câmara dos Deputados o cenário era bastante distinto, uma vez que a votação se deu após as eleições de 2018 e no apagar das luzes da legislatura.

Tanto o trabalho de *advocacy* de organizações que representam a sociedade civil quanto a iniciativa do Consea em encaminhar o ofício com a recomendação não sensibilizaram nenhum Deputado em relação à questão de saúde pública: não houve qualquer menção à tributação de bebidas açucaradas como medida de combate à obesidade durante a discussão na Casa e nenhum Deputado requereu que o mérito da matéria fosse também apreciado pela CSSF.

Na Câmara dos Deputados não foi possível conduzir uma análise do posicionamento dos parlamentares com maior profundidade, a exemplo do que pode ser realizado em relação ao Senado Federal. A matéria foi pouco debatida e deliberada em uma única Comissão, por votação simbólica. Como apenas dois Deputados se manifestaram favoráveis, não se pode explicar o apoio à manutenção de uma alíquota de IPI que beneficia um setor que gera um número relativamente pequeno de empregos frente às vultuosas renúncias fiscais do Governo.

Permanece no ar, no entanto, uma pergunta: a rejeição e o arquivamento da matéria na Câmara dos Deputados representam uma real derrota das grandes indústrias de refrigerantes da ZFM? Diante do cenário desfavorável ao setor na CFT e dos desdobramentos que já ocorriam fora do Congresso Nacional, provavelmente não valeria a pena empenhar grandes esforços para mobilizar seus possíveis apoiadores, pelo menos não na mesma medida das ações empregadas no Senado Federal. O exercício de pressão sobre o Poder Executivo já havia resultado na edição do Decreto nº 9.514/2018, que atenuava o impacto fiscal sobre o setor de concentrados de

refrigerantes. Também não haveria tempo hábil para a sustação do Decreto nº 9.394/2018: para tanto, ainda seria necessário aprovar o PDC nº 1.011/2018 na CCJC e no Plenário, e seus efeitos somente vigorariam até o final daquele mês.

Apesar disso, a análise do caso na Câmara dos Deputados evidencia o elevado grau de organização e articulação das pequenas e médias indústrias de refrigerantes na Casa e demonstra, mais uma vez, que os interesses econômicos prevalecem aos da saúde pública – ainda que, neste caso, houvesse uma convergência entre eles.

5 CONCLUSÕES

Este foi o primeiro estudo a avaliar a atuação da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos para influenciar decisões políticas relacionadas à saúde pública no Congresso Nacional brasileiro. Ao explorar essa temática, contribui tanto para o campo da nutrição em saúde pública para o qual as atenções têm sido voltadas apenas recentemente, quanto para a ciência política. Representou ainda uma oportunidade singular para analisar a participação desse setor no financiamento de campanhas eleitorais ao Poder Legislativo.

Em suma, os resultados desta pesquisa confirmam a efetividade da atividade política corporativa da indústria de bebidas açucaradas para influenciar a tomada de decisão em propostas legislativas que tenham impacto negativo sobre suas atividades. As empresas do setor são altamente organizadas para a atuação política, ainda que haja desigualdade de recursos entre as grandes multinacionais e as pequenas e médias indústrias de refrigerantes. Mesmo aquelas com menor poder econômico e que não incluíam as contribuições financeiras para campanhas eleitorais entre suas práticas de atividade política corporativa contam com expressivo apoio de alguns parlamentares, especialmente na Câmara dos Deputados. Por outro lado, há poucos parlamentares no Congresso Nacional que se mostram genuinamente sensíveis às questões de saúde pública.

A análise do financiamento de campanha pelo setor revelou notáveis recursos direcionados aos candidatos ao Congresso Nacional, principalmente por intermédio de seus partidos políticos. A maior transparência na prestação de contas em 2014 evidenciou que a participação das indústrias de bebidas açucaradas propriamente ditas foi bastante superior à das indústrias de insumos. As contribuições oriundas de empresas relacionadas à produção de bebidas açucaradas seguem o padrão do setor industrial em geral e os candidatos à Câmara dos

Deputados que receberam recursos do setor tiveram mais chances de sucesso. Prevaleceram as contribuições de empresas organizadas em associações industriais para atuar coletivamente por seus interesses. Dentre os eleitos para 55ª Legislatura, mais da metade dos Senadores e praticamente a metade dos Deputados Federais contaram com recursos de indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos em suas campanhas, o que colabora para facilitar o acesso desse grupo de interesse aos tomadores de decisão.

O estudo de caso evidenciou que nem sempre os interesses empresariais são convergentes, podendo haver grandes disputas entre as multinacionais que dominam o mercado nacional e um grupo bastante organizado de pequenos e médios fabricantes. O *lobby* da grande indústria de bebidas açucaradas, aliado ao financiamento de campanha eleitoral, foi bastante efetivo para virar o jogo a seu favor no Senado Federal, mas não na Câmara dos Deputados, onde prevaleceram os interesses das indústrias de pequeno e médio porte do setor. Porque se tratou de um caso com prejuízos e benefícios bastante concentrados para a indústria de refrigerantes, não permitiu-se analisar o poder de influência de outros grupos e empresas que teriam interesse na não tributação de bebidas açucaradas em geral, incluindo a indústria de insumos para esse tipo de produto.

É preciso ter em mente que nenhuma das práticas relatadas neste estudo tem caráter ilícito. O dinheiro é um recurso valioso para os processos eleitorais e o custo crescente das campanhas no Brasil o torna cada vez mais necessário. As contribuições aqui descritas foram devidamente declaradas junto ao TSE e constam nos dados abertos disponibilizados pelo órgão. Sem dúvidas, a condução de estudos como este só é possível devido à transparência nas prestações de contas eleitorais no nosso país, ainda que haja algumas limitações. Além disso, reitera-se que a participação dos mais diversos grupos de interesse nos processos decisórios em políticas públicas é intrínseca à democracia. O que está em xeque é o desequilíbrio de forças

causado pela participação de grupos econômicos financeiramente poderosos, o que pode resultar em prejuízos aos interesses públicos.

É notável a atuação, no Congresso Nacional, para a manutenção do *status quo* que beneficia esse setor industrial, o que vai na contramão da recomendação das principais autoridades sanitárias internacionais. As propostas legislativas que visam ao aumento da tributação das bebidas açucaradas como medida para o controle da obesidade e das DCNTs associadas à má alimentação são bastante recentes e a discussão sobre o tema ainda é incipiente.

Diante disso, parece certo que o caminho para a aprovação de quaisquer das propostas atualmente em tramitação será longo e repleto de obstáculos. Interesses de grupos economicamente poderosos estão em jogo, o que pode comprometer a busca pelo interesse coletivo. Este estudo evidenciou o elevado grau de organização e a efetividade do *lobby* das indústrias de refrigerantes. Ademais, tendo em vista a força política do agronegócio no Brasil, é possível que esse grupo exerça significativa influência nos processos decisórios que tenham de fato algum impacto sobre suas atividades, o que não aconteceu no caso aqui analisado. Finalmente, ainda que o financiamento empresarial de campanhas eleitorais não seja mais admitido, não se sabem os efeitos em médio e longo prazo das contribuições passadas sobre o comportamento futuro dos políticos que já foram em algum momento beneficiados pelo setor. Recomenda-se então que o processo legislativo das propostas que ainda se encontram em tramitação seja futuramente objeto de novas pesquisas, que idealmente devem levar em consideração essas questões.

6 REFERÊNCIAS

- AARON, D. G.; SIEGEL, M. B. Sponsorship of National Health Organizations by Two Major Soda Companies. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 52, n. 1, p. 20-30, Jan. 2017.
- ACTON, R. B. et al. Taxes and front-of-package labels improve the healthiness of beverage and snack purchases: a randomized experimental marketplace. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 16, n. 1, art. 46, 2019.
- ACTON, R. B.; HAMMOND, D. The impact of price and nutrition labelling on sugary drink purchases: Results from an experimental marketplace study. **Appetite**, v. 121, p. 129-137, Feb. 2018.
- AFREBRAS: Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil**. Disponível em: <<https://afrebras.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Frente em defesa de pequenos produtores de bebidas será lançada nesta quarta. **Notícias**, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/589391-FRENTE-EM-DEFESA-DE-PEQUENOS-PRODUTORES-DE-BEBIDAS-SERA-LANCADA-NESTA-QUARTA>>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Frente parlamentar em defesa da indústria de bebidas será lançada hoje. **Notícias**, 13 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/411224-FRENTE-PARLAMENTAR-EM-DEFESA-DA-INDUSTRIA-DE-BEBIDAS-SERA-LANCADA-HOJE>>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA**. Disponível em: <<https://alimentacaosaudavel.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- ALVARADO, M. et al. Assessing the impact of the Barbados sugar-sweetened beverage tax on beverage sales: an observational study. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 16, n. 1, art. 13, 2019.
- ARAÚJO, V.; SILOTTO, G.; CUNHA, L.R. Capital político e Financiamento eleitoral no Brasil: uma análise empírica da estratégia das empresas na alocação de recursos de campanha. **Teoria e Sociedade**, n. 23.2, p. 126-158, jul./dez. 2015.
- ATTARÇA, M. A contribution to the modeling of corporate political environment dynamics. **International Studies of Management & Organization**, v. 35, n. 3, p. 25-49, 2005.
- BAIRD, M. F. O lobby na regulação da publicidade de alimentos da Agência de Vigilância Sanitária. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 67-91, mar. 2016.
- BARROS, A. J. D.; HIRAKATA, V. N. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. **BMC Medical Research Methodology**, v. 3, p. 21, out. 2003.
- BEZERRA, I.N. et al. Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.47, p.200S-211S, fev. 2013. Suplemento 1.

BEZERRA, I.N.; SICHIERI, R. Características e gastos com alimentação fora do domicílio no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.44, n. 2, p.221-229, abr. 2010.

BLATTER, J.; HAVERLAND, M. **Designing case studies: explanatory approaches in small-n research**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados: aprovado pela Resolução n. 17 de 1989 e alterado até a Resolução n. 12 de 2019**. 21ª Edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. Disponível em: <<https://livraria.camara.leg.br/regimento-interno-21>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 de fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm. Acesso em 29 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mai. 2018. Seção 1, Edição Extra - A, p. 47. a

BRASIL. Decreto nº 9.514, de 27 de setembro de 2018. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 set. 2018. Seção 1, p. 1.b

BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0288.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0291.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968. Estende Benefícios do Decreto-Lei número 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Áreas da Amazônia Ocidental e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 ago. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0356.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971. Altera a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), a Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1199.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.173, de 06 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jun. 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3173.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 1997.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Extrato de compromisso. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 nov. 2018. Seção 3, nº 227, p. 105. c

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Termo de compromisso**. 2018. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/novembro/26/termo-de-compromisso-reducao-acucar.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2019.d

BROWN, C. M.; DULLOO, A. G.; MONTANI, J. P. Sugary drinks in the pathogenesis of obesity and cardiovascular diseases. **International Journal of Obesity**, v. 32, p. S28-S34, Dec. 2008. Suplemento 6.

CANAL RURAL. Fabricantes de produtos lácteos lançam associação do setor em Brasília. **UOL**. 08 abr. 2014. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/fabricantes-produtos-lacteos-lancam-associacao-setor-brasil-23450/#:~:text=NOVIDADE-Fabricantes%20de%20produtos%20l%C3%A1cteos%20lan%C3%A7am%20associa%C3%A7%C3%A3o%20do%20setor%20em%20Bras%C3%ADlia,ir%C3%A1%20criar%20a%20Viva%20L%C3%A1cteos>. Acesso em: 27 out. 2019.

CARAZZA, B. **Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARO, J. C. et al. Sugary drinks taxation, projected consumption and fiscal revenues in Colombia: Evidence from a QUAIDS model. **PLoS One**, v. 12, n. 12, p. e0189026, Dec. 2017.

CERVI, E. U. Doadores, partidos e estratégias para o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil: uma análise sobre o reduzido número de doadores e os elevados valores doados para os candidatos a presidente em 2014. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 65-101, jan.-abr. 2016.

CERVI, E. U. et al. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 189-205, jan.-abr. 2015.

CERVIERI JR., O. Bebidas. In: Banco Nacional de Desenvolvimento Social. **Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2017. 1 ed. Disponível em:

https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14256/2/Panoramas%20Setoriais%202030%20-%20Bebidas_P.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

CERVIERI JR., O. et al. O setor de bebidas no Brasil. **BNDES Setorial**, v. 40, p. 93-130, set. 2014. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3462/1/BS%2040%20O%20setor%20de%20bebidas%20no%20Brasil_P.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CHANDRAN, U. et al. Intake of energy-dense foods, fast foods, sugary drinks, and breast cancer risk in African American and European American women. **Nutrition and Cancer**, v. 66, n. 7, p. 1187-1199, 2014.

CHEN, L. et al. Reduction in consumption of sugar-sweetened beverages is associated with weight loss: the PREMIER trial. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 89, n. 5, p. 1299-1306, May 2009.

CLARO, R. M. et al. Consumo de alimentos não saudáveis relacionados a doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 257-265, abr.-jun. 2015.

COLCHERO, M. A. et al. Beverage purchases from stores in Mexico under the excise tax on sugar sweetened beverages: observational study. **British Medical Journal**, v. 352, p. h6704, Jan. 2016.

CONGRESSO EM FOCO. A disputa pelo Senado em cada estado, segundo as pesquisas.

Congresso em Foco, 20 de agosto de 2010. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/a-disputa-pelo-senado-em-cada-estado-segundo-as-pesquisas/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CRUZ, R.G. **A quem respondem os ruralistas? Base eleitoral e proposições legislativas dos deputados federais da 54ª Legislatura**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/17901/1/2015_RafaelGeorgesdaCruz.pdf. Acesso em: 03 de fev. 2018.

DESIDÉRIO, M. Entenda a disputa que levou a Pepsi a fechar sua fábrica no Brasil. **Exame**, 07 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://exame.com/negocios/entenda-a-disputa-que-levou-a-pepsi-a-fechar-sua-fabrica-no-brasil/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. O Legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos *lobbies* empresariais. **Locus: Revista de História**, v. 5, n. 1, p. 7-32, 1999.

DU, M. et al. Sugar-Sweetened Beverage Taxes: Industry Response and Tactics. **Yale Journal of Biology and Medicine**, v. 91, n. 2, pp.185-190, Jun. 2018.

EBBELING, C. B. et al. Effects of decreasing sugar-sweetened beverage consumption on body weight in adolescents: a randomized, controlled pilot study. **Pediatrics**, v. 117, n. 3, p. 673-680, Mar. 2006.

ELLIOTT-GREEN, A. et al. Sugar-sweetened beverages coverage in the British media: an analysis of public health advocacy versus pro-industry messaging. **British Medical Journal Open**, v. 6, n. 7, p. e011295, Jul. 2016.

FERREIRA, L.M. O financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais no contexto da reforma política brasileira. **Estudos Eleitorais**, v. 6, n. 1, p. 91-110, jan.-abr. 2011.

FREUDENBERG, N.; GALEA, S. The impact of corporate practices on health: implications for health policy. **Journal of Public Health Policy**, v. 29, n. 1, p. 86-104, Apr. 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). **Impactos sistêmicos das mudanças no padrão de consumo de bebidas açucaradas, adoçadas ou não, devido aos diferentes cenários de tributação**. Disponível em:

https://actbr.org.br/uploads/arquivos/relatorio_FIPE.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

G1 AM. Omar Aziz lidera disputa pelo Senado no Amazonas com 48%, diz Ibope. **Eleições 2014**, 12 de setembro de 2014. Disponível em:

<http://g1.globo.com/am/amazonas/eleicoes/2014/noticia/2014/09/omar-aziz-lidera-disputa-pelo-senado-no-amazonas-com-48-diz-ibope.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GEORGE, A. Not so sweet refrain: sugar-sweetened beverage taxes, industry opposition and harnessing the lessons learned from tobacco control legal challenges. **Health Economics Policy and Law**, v. 14, n. 4, p. 509-535, Oct. 2019.

GRAZIANO, L. O lobby e o interesse público. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, fev. 1997.

GRUPO SIMÕES. **Divisão de Bebidas Coca-Cola**. Disponível em: <http://www.gruposimoes.com.br/Coca-Cola.aspx>. Acesso em: 01 set. 2020.

HASTINGS, G. Why corporate power is a public health priority. **BMJ**, v. 345, p. e5124, Aug. 2012.

HEILER, J.G.; VIANA, J.P.S.L.; SANTOS, R.D. Empresariado e partidos no processo eleitoral brasileiro. **Em Debate**, v.7, n.3, p.75-86, jul. 2015.

HENRIQUES, P.; DIAS, P. C.; BURLANDY, L. A regulamentação da propaganda de alimentos no Brasil: convergências e conflitos de interesses. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 6, p. 1219-1228, jun. 2014.

HESSARI, N. M. et al. Public Meets Private: Conversations Between Coca-Cola and the CDC. **Milbank Quarterly**, v. 97, n. 1, p. 74-90, Mar. 2019.

HILLMAN, A. J.; KEIM, G. D.; SCHULER, D. Corporate Political Activity: A Review and Research Agenda. **Journal of Management**, v. 30, n. 6, p. 837-857, Nov. 2004.

IMAMURA, F. et al. Consumption of sugar sweetened beverages, artificially sweetened beverages, and fruit juice and incidence of type 2 diabetes: systematic review, meta-analysis, and estimation of population attributable fraction. **British Medical Journal**, v. 351, p. h3576, Jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

ISMAIL, A. I. Food cariogenicity in Americans aged from 9 to 29 years assessed in a national cross-sectional survey, 1971-74. **Journal of Dental Research**, v. 65, n. 12, p. 1435-1440, Dec. 1986.

ISMAIL, A. I.; BURT, B. A.; EKLUND, S. A. The cariogenicity of soft drinks in the United States. **Journal of the American Dental Association**, v. 109, n. 2, p. 241-2545, Aug. 1984.

ISTO É DINHEIRO. Pepsi deixa a Zona Franca de Manaus após mudança em tributação. **Terra Economia**, 06 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/pepsi-deixa-a-zona-franca-de-manaus-apos-mudanca-de-tributacao/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

JAICHUEN, N. et al. Corporate political activity of major food companies in Thailand: an assessment and policy recommendations. **Global Health**, v. 14, n. 1, p. 115, Nov. 2018.

JAIME, P. C. et al. Assistência em saúde e alimentação não saudável em crianças menores de dois anos: dados da Pesquisa Nacional de Saúde, Brasil, 2013. **Revista Brasileira de Saúde Materno-infantil**, v. 16, n. 2, p. 159-167, abr.-jun. 2016.

JOBIM, A. K. **Posicionamento da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas sobre o Decreto Nº 9.394, DE 30 DE MAIO DE 2018.**

Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2018/05/nota-abir.pdf>>.

Acesso em: 16 jul. 2018.

KING, M. G. et al. Consumption of sugary foods and drinks and risk of endometrial cancer. **Cancer Causes & Control**, v. 24, n. 7, p. 1427-1436, Jul. 2013.

LEMONS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p.366-393, nov. 2010.

LEVY, R. B. et al. Disponibilidade de “açúcares de adição” no Brasil: distribuição, fontes alimentares e tendência temporal. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.15, n.1, p. 3-12, mar. 2012.

LEVY-COSTA, R.B. et al. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Revista de Saúde Pública**, v.39, n. 4, p.530-540, ago. 2005.

LIMONGI, F. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 76, p. 17-41, nov. 2006.

LORD, M. D. Corporate political strategy and legislative decision making. **Business & Society**, v. 39, n. 1, p. 76-93, Mar. 2000.

LUX, S.; CROOK, R.; LEAP, T. Corporate political activity: the good, the bad, and the ugly. **Business Horizons**, v. 55, n. 3, p. 307-312, May-Jun. 2012.

MACHADO, M. **O que o dinheiro compra? A responsabilidade do Congresso Nacional frente ao financiamento de campanhas da indústria.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:

http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/20210/1/2016_MarcelaMachado.pdf. Acesso em: 14 de nov. 2017.

MALIK, A. H. et al. Impact of sugar-sweetened beverages on blood pressure. **American Journal of Cardiology**, v. 113, n. 9, p. 1574-1580, May 2014.

MALIK, V. S. et al. Sugar-sweetened beverages and weight gain in children and adults: a systematic review and meta-analysis. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 98, n. 4, p. 1084-1102, Oct. 2013.

MALIK, V. S.; SCHULZE, M. B.; HU, F. B. Intake of sugar-sweetened beverages and weight gain: a systematic review **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 84, n. 2, p. 274-288, Aug. 2006.

MALTA, D. C. et al. Estilos de vida da população brasileira: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 217-226, abr.-jun. 2015.

MALTA, D. C. et al. Resultados do monitoramento dos Fatores de risco e Proteção para Doenças Crônicas Não Transmissíveis nas capitais brasileiras por inquérito telefônico, 2008. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.15, n.3, p. 639-650, mar. 2012.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155-183, jun. 2015.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 131-148, 2007.

- MANCUSO, W. P. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Dados**, v. 47, n.3, p. 505-547, 2004.A
- MANCUSO, W. P. Partidos políticos e grupos de interesse: definições, atuação e vínculos. **Leviathan**, v. 1, p. 395-407, 2004.B
- MANCUSO, W. P. et al. Corporate dependence in Brazil's 2010 elections for Federal Deputy. **Brazilian Political Science Review**, v. 10, n. 3, e0004, dez. 2016.
- MANCUSO, W. P.; GOZETTO, A. C. O. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? **Organicom**, v. 8, p. 118-128, 2011.a
- MANCUSO, W. P.; GOZETTO, A. C. O. Lobby: uma discussão introdutória sobre oito questões-chave. **Portas**, v. 4, p. 1, 2011.b
- MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014. **Teoria & Pesquisa**, v. 25, n.3, p. 38-64, 2016.
- MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 27, p. 9-36, set.-dez. 2018.
- MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. Financiamento de campanhas e prestação de contas. **Cadernos ADENAUER**, v. 15, p. 1-15, 2014.
- MARIATH, A. B.; MARTINS, A. P. B. Atuação da indústria de produtos ultraprocessados como um grupo de interesse. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, 107, 2020.
- McMENAMIN, I. If Money Talks, What Does It Say? Varieties of Capitalism and Business Financing of Parties. **World Politics**, v. 64, n. 1, p. 1-38, Jan. 2012.
- MENDES A.; FUNCIA, F.R. O SUS e seu financiamento. In: MARQUES, R. M.; PIOLA, S. F.; ROA, A.C. **Sistema de Saúde no Brasil: organização e financiamento**. Rio de Janeiro: ABrES, 2016. p. 139-168. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5213:opas-oms-disponibiliza-publicacao-sobre-organizacao-e-financiamento-do-sistema-de-saude-brasileiro-2&Itemid=843. Acesso em: 05 abr. 2020.
- MIALON et al. 'Maximising shareholder value': a detailed insight into the corporate political activity of the Australian food industry. **Physical Activity and Nutrition**, v. 41, n. 2, p. 165-171, Mar. 2017.
- MIALON et al. Analysis of the corporate political activity of major food industry actors in Fiji. **Globalization and Health**, v. 12, n. 1, p.1-14, May 2016.a
- MIALON et al. Systematic examination of publicly-available information reveals the diverse and extensive corporate political activity of the food industry in Australia. **BMC Public Health**, v. 16, p. 1-13, Mar. 2016.b.
- MIALON, M.; MIALON, J. Analysis of corporate political activity strategies of the food industry: evidence from France. **Public Health Nutrition**, v. 21, n. 18, p. 3407-3421, Dec. 2018.
- MIALON, M.; MIALON, J. Corporate political activity of the dairy industry in France: an analysis of publicly available information. **Public Health Nutrition**, v. 20, n. 13, p. 2432-2439, Sept. 2017.

- MIALON, M.; SWINBURN, B.; SACKS, G. A. proposed approach to systematically identify and monitor the corporate political activity of the food industry with respect to public health using publicly available information. **Obesity Reviews**, v.16, n. 7, p. 519-530, Jul. 2015.
- MIALON, M.; GOMES, F. D. S. Public health and the ultra-processed food and drink products industry: corporate political activity of major transnationals in Latin America and the Caribbean. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 10, p. 1-11, Mar. 2019.
- MIALON, M. et al. Arguments used by trade associations during the early development of a new front-of-pack nutrition labelling system in Brazil. **Public Health Nutrition**, p. 1-9, Out. 2020. doi:10.1017/S1368980020003596.
- MICHA, R. et al. Association Between Dietary Factors and Mortality From Heart Disease, Stroke, and Type 2 Diabetes in the United States. **Journal of the American Medical Association**, v. 317, n. 9, p. 912-924, Sept. 2017.
- MILES, F. L. et al. Association of sugary beverages with survival among patients with cancers of the upper aerodigestive tract. **Cancer Causes & Control**, v. 27, n. 11, p. 1293-1300, Nov. 2016.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. RECEITA FEDERAL. **Análise da tributação do setor de refrigerantes e outras bebidas açucaradas**. 2018. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/sobre/acoes-e-programas/simplificacao-tributaria/operacao-deflagrada/arquivos-e-imagens/nota.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.
- MONTEIRO, C.A. et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 5, p. 936-941, abr. 2019.
- MONTEIRO, C.A.; CANNON, G. The role of the transnational ultra-processed food industry in the pandemic of obesity and its associated diseases: problems and solutions. **World Nutrition**, v. 10, n. 1, 2019.
- MOODIE, R. et al. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultra-processed food and drink industries. **Lancet**, v. 381, n. 9867, p.670-679, Feb. 2013.
- MORENGA L. T.; MALLARD, S.; MANN, J. Dietary sugars and body weight: systematic review and meta-analyses of randomised controlled trials and cohort studies. **British Medical Journal**, 346:e7492, Jan. 2013.
- MUNCK, G. L. Tools for Qualitative Research. In: BRADY H. E; COLLIER, D. **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004. p. 105-121.
- NADER, P. A.; VALENTE, P. M. O princípio da não-cumulatividade no IPI: a adoção do sistema constitucional da compensação do crédito tributário. **Revista de Direito Público**, v. 2, n. 3, p. 163-174, set./dez. 2007.
- NAKAMURA, R. et al. Evaluating the 2014 sugar-sweetened beverage tax in Chile: An observational study in urban areas. **PLoS Medicine**, v. 15, n. 7, p. e1002596, Jul. 2018.
- NESTLE, M. **Food politics: how the food industry influences nutrition and health**. Los Angeles: University of California Press, 2007.
- NESTLE, M. **Soda Politics: Taking on Big Soda (And Winning)**. New York: Oxford University Press, 2015.
- NIEBYLSKI, M.L. et al. Healthy food subsidies and unhealthy food taxation: a systematic review of the evidence. **Nutrition**, v. 31, n. 6, p. 787-795, Jun. 2015.

NIELSEN. **We are what we eat: healthy eating trends around the world. January 2015.** Disponível em:

<https://www.nielsen.com/content/dam/niensenglobal/eu/nielseninsights/pdfs/Nielsen%20Global%20Health%20and%20Wellness%20Report%20-%20January%202015.pdf>. Acesso em: 10 nov 2017.

NOVAK, N. L.; BROWNELL, K.D. Role of Policy and Government in the Obesity Epidemic. **Circulation**, v. 126, n. 19, p. 2345–2352, Nov. 2012.

ORTÚN, V.; LÓPEZ-VALCÁRCEL, B. G.; PINILLA, J. Tax on sugar sweetened beverages in Spain. **Revista Española de Salud Pública**, v. 90, p. e1-e13, Oct. 2016.

PAHO - PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Ultra-processed food and drink products in Latin America: Trends, impact on obesity, policy implications.** Washington (DC): PAHO, 2015.

PASSOS, C.M. et al. Association between the price of ultra-processed foods and obesity in Brazil. **Nutrition, Metabolism & Cardiovascular Diseases**, v. 30, n. 4, p. 589-598, Apr. 2020.

PATEL, A. I. et al. The association of flavored milk consumption with milk and energy intake, and obesity: A systematic review. **Preventive Medicine**, v. 111, p.151-162, Jun. 2018.

PEDRAZA L. S. et al. The caloric and sugar content of beverages purchased at different store-types changed after the sugary drinks taxation in Mexico. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 16, n. 1, art. 103, 2019.

PEREIRA, R. A. et al. Beverages consumption in Brazil: results from the first National Dietary Survey. **Public Health Nutrition**, v. 18, n. 7, p. 1164–1172, May 2015.

PINTO, L. C. Isenção é de R\$ 3 bi na Zona Franca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de outubro de 1997. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/05/brasil/13.html>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

PORTAL DE BEBIDAS BRASILEIRAS. A inversão de valores das grandes empresas do setor de refrigerantes. **Notícias**, 05 de setembro de 2017. Disponível em:

<https://afrebras.org.br/noticias/a-inversao-de-valores-das-grandes-empresas-do-setor-de-refrigerantes/>. Acesso em: 01 set. 2020.a

PORTAL DE BEBIDAS BRASILEIRAS. Deputado Fausto Pinato assume presidência da Frente em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas. **Notícias**, 19 de outubro de 2017.

Disponível em: <https://afrebras.org.br/noticias/deputado-fausto-pinato-assume-presidencia-da-frente-em-defesa-da-industria-brasileira-de-bebidas/>. Acesso em: 10 jul. 2020.b

PORTAL DE BEBIDAS BRASILEIRAS. Indústria de Bebidas Leonardo Sell, do Guaraná Pureza, completa 114 anos. **Notícias**, 05 de outubro de 2019. Disponível em:

<https://afrebras.org.br/noticias/industria-de-bebidas-leonardo-sell-do-guarana-pureza-completa-114-anos-de-muita-qualidade/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RAGIN, C. C. **Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond.** Chicago: University of Chicago Press, 2008

RAGIN, C. C.; DAVEY, S. **Fuzzy-Set/Qualitative Comparative Analysis 3.0.** Irvine, California: Department of Sociology, University of California, 2016. Disponível em:

<http://www.socsci.uci.edu/~cragin/fsQCA/software.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2020.

- RAGIN, C.C.; RUBINSON, C. The Distinctiveness of Comparative Research. In: LANDMAN, T.; ROBINSON, N. **The SAGE Handbook of Comparative Politics**. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 2009. p. 13-34.
- RIHOUX, B. Case Oriented Configurational Research: qualitative comparative analysis (QCA), fuzzy sets and related techniques. In: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 722-736.
- ROBERTO, C.A. et al. Patchy progress on obesity prevention: emerging examples, entrenched barriers, and new thinking. **Lancet**, v. 85, n. 9985, p.2400-2409, Jun. 2015.
- RUANPENG, D. et al. Sugar and artificially sweetened beverages linked to obesity: a systematic review and meta-analysis. **QJM: An International Journal of Medicine**, v. 110, n. 8, p. 513-520, Aug. 2017.
- RUBIO, D.F. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos *versus* fundos privados. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 73, p. 5-15, nov. 2005.
- SACKS, G. et al. How food companies influence evidence and opinion – straight from the horse’s mouth. **Critical Public Health**, v. 28, n. 2, p. 253-256, 2018.
- SACKS, G., et al. A proposed approach to monitor private-sector policies and practices related to food environments, obesity and non-communicable disease prevention. **Obesity Reviews**, v.14, p. 38-48, Oct. 2013. Suplemento 1.
- SANTOS, F. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. **Dados –Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.
- SANTOS, M. L. et al. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 33-59, abr. 2015.a
- SANTOS, M. L. et al. Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 2334, p. 7-59, 2017.
- SANTOS, M. L. Representação de Interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012). **Texto para Discussão (IPEA)**. Brasília, n. 1975, p. 7-39, 2014.
- SANTOS, R.D. Financiamento de campanha, empresariado e o sistema político brasileiro: teoria e questões atuais. **Conexão Política**, v. 4, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2015.
- SCHILLINGER, D. et al. Do Sugar-Sweetened Beverages Cause Obesity and Diabetes? Industry and the Manufacture of Scientific Controversy. **Annals of Internal Medicine**, v. 165, n. 12, p. 895-897, Dec. 2016.
- SCHLOSSER, D. B. et al. Qualitative Comparative Analysis (QCA) as an Approach. In: RIHOUX, B.; RAGIN, C. C. **Configurational comparative methods: Qualitative Comparative Analysis and related techniques**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2009. p. 1-18.
- SCHNEIDER, C. Q.; WAGEMANN, C. **Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- SCHROEDER, E. ADM takes full ownership in Brazilian flavor company. **Food Business News**, 16 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.foodbusinessnews.net/articles/7965-adm-takes-full-ownership-in-brazilian-flavor-company>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SCHWINGSHACKL, L. et al. Food Groups and Risk of Hypertension: A Systematic Review and Dose-Response Meta-Analysis of Prospective Studies **Advances in Nutrition**, v. 8, n. 6, p. 793-803, Nov. 2017.

SENADO FEDERAL. Regimento interno: Resolução no 93, DE 1970 Texto editado em conformidade com a Resolução no 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até janeiro de 2019. **Diário do Senado Federal**, 22 de dezembro de 2018, Suplemento E. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/21632?sequencia=3#diario>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SERODIO, P. M. et al. Evaluating Coca-Cola's attempts to influence public health 'in their own words': analysis of Coca-Cola emails with public health academics leading the Global Energy Balance Network. **Public Health Nutrition**, v. 23, n. 14, p. 2647-2653, Oct. 2020.

SERÔDIO, P. M.; MCKEE, M.; STICKLER, D. Coca-Cola – a model of transparency in research partnerships? A network analysis of Coca-Cola's research funding (2008–2016). **Public Health Nutrition**, v. 21, n. 9, p.1594-1607, Jun. 2018.

SHOHAM, D. A. et al. Sugary soda consumption and albuminuria: results from the National Health and Nutrition Examination Survey, 1999-2004. **PLoS One**, v. 3, n. 10, p. e3431, 2008.

SILVA, B. F.; CERVI, E. U. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, pp 75-110, mai.-ago. 2017.

SILVA, B. F.; GONÇALVES, R. D. Pesquisas eleitorais afetam receitas de campanha: a correlação entre expectativa de vitória e financiamento de campanha em disputas ao Senado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 71, e005, 2019.

SMITH, K. et al. Tobacco, Alcohol, and Processed Food Industries - Why Do Public Health Practitioners View Them So Differently? **Front Public Health**, v. 4, p. 64, Apr. 2016.

SOLAR COCA-COLA. **História**. Disponível em: <<http://www.solarbr.com.br/historia>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SOUZA, A. M. et al. Alimentos mais consumidos no Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. **Revista de Saúde Pública**, v.47, p.190S-199S, fev. 2013. Suplemento 1.

SPECK, B. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: BIASON, R.C. **Temas de corrupção política no Brasil**. São Paulo: Balão Editorial, v.1, ed. 1, p. 49-97, 2012.

SPECK, B. W. Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 3, n. 4, p. 125-135, 2016.

SPECK, B. W.; CAMPOS, M. M. **Financiamento dos diretórios nacionais dos partidos políticos no Brasil: uma análise das doações privadas para as organizações partidárias entre 1998 e 2014**. 39º Encontro Nacional da ANPOCS, 26-30 de outubro 2015, Caxambu-MG.

SPECK, B.W.; MARCIANO, J.L.P. O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado de campanhas. In: SATHLER, A.; BRAGA, R. **Legislativo Pós-1988: Reflexões e Perspectivas**. Brasília, Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2015, p. 267-292.

STACEY, N.; TUGENDHAFT A.; HOFMAN, K. Sugary beverage taxation in South Africa: Household expenditure, demand system elasticities, and policy implications. **Preventive Medicine**, v. 105, p. S26–S31, Dec. 2017. Suplemento 1.

STATACORP. **Stata Statistical Software: Release 15**. College Station, TX: StataCorp LP, 2017.

STEPIEN, M et al. Consumption of soft drinks and juices and risk of liver and biliary tract cancers in a European cohort. **European Journal of Nutrition**, v. 55, n. 1, p. 7-20, Feb. 2016.

STUCKLER, D.; NESTLE, M. Big Food, Food Systems, and Global Health. **Plos Medicine**, v. 9, n. 6, e1001242, Jun. 2012.

SUFRAMA. **Superintendência da Zona Franca de Manaus**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/servicos_principal.cfm. Acesso em: 12 nov. 2020.

SUNDBORN, G. et al. Are Liquid Sugars Different from Solid Sugar in Their Ability to Cause Metabolic Syndrome? **Obesity**, v. 27, n. 6, p. 879-887, Jun. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF conclui julgamento sobre financiamento de campanhas eleitorais. **Notícias STF**, 17 set. 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=300015>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SWINBURN, B. A. et al. The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments. **Lancet**, v. 378, n. 9793, p. 804-814, ago. 2011.

TAYLOR, A. L.; JACOBSON, M. F. **Carbonating the world: the marketing and health impact of sugar drinks in low- and middle-income countries**. Science for Public Health Interest, Washington DC, 2016. Disponível em: <https://cspinet.org/sites/default/files/attachment/Final%20Carbonating%20the%20World.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

THOW, A. M. et al. Fiscal policy to improve diets and prevent noncommunicable diseases: from recommendations to action. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 96, n. 3, p. 201–210, Mar. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Repositório de dados eleitorais**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 01 ago. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Resolução nº 23.406, de 27 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos, candidatos e comitês financeiros e, ainda, sobre a prestação de contas nas Eleições de 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/normas-e-decisoes/normas-e-documentacoes/resolucao-no-23.406>. Acesso em: 12 nov. 2017.

TSELENGIDIS, A.; ÖSTERGREN, P. O. Lobbying against sugar taxation in the European Union: Analysing the lobbying arguments and tactics of stakeholders in the food and drink industries. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 47, n. 5, p. 565-575, Jul. 2019.

ULUCANLAR, S.; FOOKS, G. J.; GILMORE, A. B. The Policy Dystopia Model: An Interpretive Analysis of Tobacco Industry Political Activity. **Plos Medicine**, v. 13, n. 9, Sept. 2016.

UNITED NATIONS. GENERAL ASSEMBLY. **Political Declaration of the High-level Meeting of the General Assembly on the Prevention and Control of Non-communicable Diseases**. 2012. Disponível em: http://www.who.int/nmh/events/un_ncd_summit2011/political_declaration_en.pdf. Acesso em: 23 abr 2018.

VARTANIAN, L. R.; SCHWARTZ, M. B.; BROWNELL, K. D. Effects of soft drink consumption on nutrition and health: a systematic review and meta-analysis. **American Journal of Public Health**, v. 97, n. 4, p. 667-675, Apr. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global strategy on diet, physical activity and health**. 2004. Disponível em: http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/strategy_english_web.pdf. Acesso em: 23 abr 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Report of the commission on ending childhood obesity**. 2016. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204176/9789241510066_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 abr. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Taxes on sugary drinks: why do it?** 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/260253/WHO-NMH-PND-16.5Rev.1-eng.pdf;jsessionid=B3313C543AC2E1927B2250A7E657F134?sequence=1>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ANEXOS

Anexo 1: Links para acesso às informações publicamente disponíveis sobre a tramitação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 e dos PDC nº 696/2018, 699/2018 e 1.011/2018

SENADO FEDERAL

Perfis dos Autores dos Projetos de Decreto Legislativo

Senadora Vanessa Grazziotin: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/558>

Senador Omar Aziz: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5525>

Senador Eduardo Braga: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4994>

Perfil do Relator dos Projetos de Decreto Legislativo

Senador Roberto Rocha: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/677>

Fichas de Tramitação

PDS nº 57/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133495>

PDS nº 59/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133518>

Principais documentos relacionados

Avulso inicial PDS nº 57/2018:

<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7739118&ts=1594012605950&disposition=inline>

Avulso inicial PDS nº 59/2018:

<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7740127&ts=1594012692737&disposition=inline>

Relatório legislativo:

<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7744491&ts=1594012605855&disposition=inline>

Lista de presença 22ª Reunião da CCJ, em 20/06/2018: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7747837&ts=1594012606250&disposition=inline>

Requerimento nº 29/2018 CCJ: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133706>

Requerimento nº 385/2018 CCJ: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133495>

Requerimento nº 386/2018 CCJ: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133717>

Emenda nº 1 – Plenário:

<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7751304&ts=1594012606697&disposition=inline>

Parecer nº 127/2018 Plenário:

<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7753884&ts=1594012606568&disposition=inline>

Resultado da votação nominal em Plenário, em 10/07/2018: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7755039&ts=1594012606748&disposition=inline>

Ofício 142/2018 CONSEA:

<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7759753&ts=1594012606499&disposition=inline>

Ofício 939/2018 SF:

<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7761237&ts=1594012606432&disposition=inline>

Vídeos e listas de presenças das Reuniões

20ª Reunião da CCJ, em 13/06/2018: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?5&reuniao=7659&codcol=34>

21ª Reunião da CCJ (Extraordinária), em 19/06/2018:

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=7694&codcol=34>

22ª Reunião da CCJ (Ordinária), em 20/06/2018:

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?4&reuniao=7696&codcol=34>

Notas taquigráficas das Reuniões e Sessões

20ª Reunião da CCJ (Ordinária), em 13/06/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/7659>

21ª Reunião da CCJ (Extraordinária), em 19/06/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/7694>

22ª Reunião da CCJ (Ordinária), em 20/06/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/7696>

103ª Sessão do Plenário (Ordinária), 03/07/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23452>

104ª Sessão do Plenário (Extraordinária), 04/07/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23453>

106ª Sessão do Plenário (Ordinária), 10/07/2018: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23457>

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Perfis dos Autores dos Projetos de Decreto Legislativo

Deputado Pauderney Avelino: <https://www.camara.leg.br/deputados/74095>

Deputado Silas Câmara: <https://www.camara.leg.br/deputados/74356>

Perfil do Relator dos Projetos de Decreto Legislativo

Deputado Fausto Pinato: <https://www.camara.leg.br/deputados/66828>

Perfis dos Deputados Federais do Estado do Amazonas que receberam recursos da indústria de refrigerantes para suas campanhas eleitorais

Deputado Átila Lins: <https://www.camara.leg.br/deputados/74090>

Deputado Eron Bezerra: <https://www.camara.leg.br/deputados/171782/biografia>

Deputado Sabino Castelo Branco: <https://www.camara.leg.br/deputados/141522/biografia>

Fichas de Tramitação

PDC nº 966/2018: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2178236>

PDC nº 969/2018: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2178370>

PDC nº 1.011/2018: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182043>

Principais documentos relacionados

Avulso inicial PDC nº 966/2018:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9AF7B117765E1633B6AA2A6DF365E532.proposicoesWebExterno1?codteor=1666629&filename=PDC+966/2018

Avulso inicial PDC nº 969/2018:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1666884&filename=PDC+969/2018

Requerimento nº 161/2015 CFT:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2018499>

Requerimento nº 320/2017 CFT: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2138897>

Requerimento nº 340/2017 CFT: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2148440>

Requerimento nº 346/2017 CFT: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2149545>

Requerimento nº 422/2018 CFT:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2177887>

Relatório legislativo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1695675&filename=Tramitacao-PDC+1011/2018

Informativo de Adequação Financeira e Orçamentária nº 230/2018 da Conof:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B4ECFDA5C6B41A961DAAE322B7913102.proposicoesWebExterno2?codteor=1697652&filename=Tramitacao-PDC+1011/2018

Despacho da Mesa Diretora referente ao PDC nº 966/2018:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1667250&filename=Tramitacao-PDC+966/2018

Despacho da Mesa Diretora referente ao PDC nº 969/2018:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1667774&filename=Tramitacao-PDC+966/2018

Ofício 143/2018 CONSEA:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1676133&filename=Tramitacao-PDC+966/2018

Despacho da Mesa Diretora referente ao PDC nº 1.011/2018:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1677936&filename=Tramitacao-PDC+1011/2018

Vídeos das Reuniões da CFT

07/06/2017: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/47729>

31/08/2017 (Audiência Pública): <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/48814>

27/11/2018 (Audiência Pública): <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54157>

05/12/2018: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54242>

12/12/2018: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54332>

Listas de presença das Reuniões da CFT

27/11/2018 (Audiência Pública): <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54157/presenca>

05/12/2018: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54242/presenca>

12/12/2018: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54332/presenca>

Notas taquigráficas das Reuniões da CFT

27/11/2018 (Audiência Pública): <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/54157>

Observação: não foram disponibilizadas as notas taquigráficas referentes às Reuniões de 05/12/2018 e 12/12/2018.

Frentes Parlamentares**Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas**

Coordenador: Jorginho Mello

Data de Publicação no DCD: 13/08/2015

<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53615>

Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas

Coordenador: Zeca Dirceu

Telefone: 3215-5613

Data de Publicação no DCD: 12/08/2013

<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53393>

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: Atividade política corporativa da indústria de bebidas açucaradas e seus insumos no Congresso Nacional

Pesquisadores Responsáveis: Ana Paula Bortoletto Martins e Aline Brandão Mariath

Como parte de minha pesquisa de doutorado pelo Programa de Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, estou realizando um estudo de caso dos projetos de Decreto Legislativo que visavam sustar os efeitos do Decreto nº 9.394, do 30 de maio de 2018, que alterou a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8,950, de 29 de dezembro de 2016.

Este estudo de caso, do qual você está sendo convidado a participar como voluntário, tem o objetivo de determinar as condições, configurações de condições e mecanismos causais relacionados à aprovação/rejeição dos projetos em questão durante sua tramitação no Congresso Nacional. Para tanto será necessário realizar uma entrevista sobre a sua participação, opinião e experiência acerca do assunto.

Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa são coletivos, pois seus resultados permitirão conhecer os fatores que levaram à aprovação/rejeição destes projetos. Além disso, trata-se de um tema de grande relevância para o combate da epidemia de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis associadas à má alimentação, considerando a recomendação da Organização Mundial de Saúde em sobretaxar as bebidas açucaradas.

O risco ao qual os participantes deste estudo estão expostos se limita à possibilidade de haver algum desconforto ao responder algumas perguntas. Além disso, os pesquisadores asseguram a privacidade e o total sigilo da identidade dos entrevistados na divulgação dos resultados deste estudo. Ressalta-se que, a qualquer momento, o entrevistado pode recusar-se a responder as perguntas ou retirar o consentimento e deixar de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Se você concordar em participar, assine ao final deste documento, que possui duas vias (uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável). Para mais esclarecimentos ou solucionar qualquer dúvida sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa, por favor, entre em contato com:

Dra. Ana Paula Bortoletto Martins
 Telefone (11) 3061-7954 / E-mail: anapbmartins@usp.br
 Endereço: Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição em Saúde (*NUPENS/USP*)
 Avenida Dr. Arnaldo, 715 - São Paulo – SP – CEP: 01246-904

Em caso de dúvidas adicionais ou para notificar acontecimentos não previstos, contate o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, de segunda a sexta-feira das 7h às 13h, no telefone (11) 3061-7779 ou Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César, São Paulo – SP.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar. Atesto o recebimento de uma via assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

_____, ____ de _____ de _____.

Nome do sujeito ou do responsável: _____

Assinatura: _____

Eu, *Aline Brandão Mariath*, declaro que forneci todas as informações referentes a este estudo de caso ao participante e/ou responsável.

_____ Data: ____/____/____.

Anexo 3: Questionário

A seguir, apresentam-se as perguntas de base dos questionários dos parlamentares que acompanharam o processo legislativo da matéria. Houve pequenas adaptações quando os entrevistados eram seus assessores. A elas foram acrescidas perguntas individualizadas, segundo a experiência do entrevistado no processo, que assim como as transcrições não serão apresentadas para assegurar o sigilo das identidades.

- 1) O que o(a) senhor(a) se recorda da tramitação dos PDS nº 57 e 59, de 2018 (ou dos PDC nº 966, 969 e 1.011, de 2018)? Houve algo que lhe chamou a atenção em relação à matéria?
- 2) O(A) senhor(a) se recorda de ter recebido uma carta da Aliança para a Alimentação Adequada e Saudável a respeito da recomendação da Organização Mundial da Saúde para tributação das bebidas açucaradas como uma medida de combate obesidade?
- 3) E uma cartilha a respeito das perdas geradas para os pequenos e médios fabricantes de refrigerantes? Circulou algum outro material defendendo a aprovação ou rejeição dos PDS nº 57 e 59, de 2018?
- 4) O(A) senhor(a) se recorda de ter sido procurado(a) por representantes da Afrebras, da Abir, da Aliança para a Alimentação Adequada e Saudável ou do Instituto de Defesa do Consumidor, à época, para tratar sobre o tema?
- 5) Na sua percepção, quais fatores foram determinantes para que essa matéria fosse aprovada (ou rejeitada)?

Os questionários das entrevistas realizadas com servidores lotados em Comissões das Casas Legislativas ou no Plenário do Senado Federal encontram-se transcritos no Anexo 4, uma vez que não há implicações relativas ao resguardo de suas identidades.

Os questionários das entrevistas realizadas com representantes da sociedade civil também se encontram transcritos no Anexo 4. Já o questionário da entrevista realizada com pessoa com conhecimento acerca da indústria de refrigerantes foi bastante semelhante àquele aplicado aos representantes da sociedade civil, porém acrescido de perguntas individualizadas, as quais assim como a transcrição da entrevista não serão apresentadas para não comprometer o sigilo da identidade do entrevistado.

Anexo 4: Transcrições das entrevistas

Entrevista SC01

ABM: Você chegou a acompanhar a tramitação desses dois PDS nesse período? Teve alguma coisa nesses PDS que tenha te chamado a atenção em especial, de um modo geral, assim?

SC01: Bom, eu acompanhei a tramitação dos dois... é... acho que... o que mais me surpreendeu foi, no Senado, ter sido uma proposta de uma Senadora que é tida como de esquerda, de oposição. E aí, mas isso foi sendo... esse primeiro estranhamento foi sendo contextualizado e esclarecendo que quando a gente vê que ela é do Amazonas e que a questão da Zona Franca de Manaus esse tipo de benefício fiscal para refrigerantes da Zona Franca de Manaus ele... ele mexe em questões muito importantes de desenvolvimento regional que a gente também tem que se atentar. Então, eu acho que foi... que foi interessante para entender o quão complexa era a questão dos benefícios fiscais para refrigerantes na Zona Franca de Manaus. Quando você fala “ah, benefício fiscal pra refrigerante é uma política que deve ser revista considerando os malefícios que ele traz à saúde, considerando que a gente está num momento de redução de, com a emenda do teto, de gastos com a saúde, isso tem uma aceitação. Mas quando você coloca isso no contexto da Zona Franca de Manaus, realmente tem uma complexidade muito maior porque a Zona Franca ela tem sim um lado de desenvolvimento regional e aí mostrou nessa.... que a gente tem que adequar muito bem como que a gente ia trazer a mensagem a favor do Decreto [9.394] tanto pra *advocacy*, pra convencer os tomadores de decisão, quanto para o público em geral mesmo, pra adequar a nossa comunicação.

ABM: E quando é que vocês tomaram conhecimento, quando que a sua organização tomou conhecimento da existência desses dois PDS? Porque na verdade o Decreto do então presidente Michel Temer foi publicado no dia 30 de maio, no dia 05 de junho, quer dizer, menos de uma semana depois, já foi apresentado o primeiro [*projeto de*] decreto... o primeiro deles foi o da Senadora Vanessa Grazziotin, né... foi o 57... mas na sequência veio o do Senador Eduardo Braga e depois vieram mais dois PDC, na verdade, na Câmara dos Deputados, né... como é que foi essa articulação pra vocês tomarem conhecimento, tendo em vista a rapidez que esses PDS foram apresentados?

SC01: Sabe que a gente... eu não sei te responder como foi que a gente tomou conhecimento porque a gente aqui se comunica de uma série de formas, né. Então pode ter sido alguém que recebeu a mensagem de um assessor parceiro lá na Câmara, que passou, e aí a gente troca muita mensagem por Whatsapp... pode ter sido pelo Whatsapp, mas a gente tem um software de acompanhamento de propostas legislativas que a gente cadastra alguns tipos de palavras-chave [*trecho com conteúdo não relevante para a análise do caso, omitido para preservar a identidade do entrevistado e da instituição*]... então realmente não sei sem ter o histórico aqui de como a gente tomou conhecimento dos PDC.

ABM: E como é que foi a atuação da sua entidade? Vocês chegaram a abordar deputados e senadores? Como foi a atuação de vocês nesse processo?

SC01: Foi uma atuação meio padrão assim que a gente faria em qualquer outro...em qualquer outro projeto que é de nosso interesse... então a gente primeiro passa a monitorar a tramitação desses... dessas proposições online, mas a gente tem assessores de *advocacy* aí em Brasília que aí buscam parlamentares parceiros ou que façam parte da Comissão, [*ininteligível*] relatores, pra ter um relatório favorável, pra votar favoravelmente ou não.... então foram feitas várias visitas, a gente fez um material que eu posso te passar também, um fact sheet que a gente faz geralmente pra qualquer projeto de lei que a gente acompanha, né... e aí esse fact sheet a gente já tinha um fact sheet sobre tributação de refrigerantes e aí tinha um espaço contando como eram as XXX na Zona Franca de Manaus, mas pra esse PDC a gente fez um novo, e aí a gente fez um que tinha que ser muito resumido, muito claro, porque que a gente tava defendendo a diminuição de uma alíquota de IPI pra pagar mais tributo... então a gente reformulou o fact sheet, eu gostei muito do resultado final porque teve um trabalho bem gráfico assim, frente e verso, explicando direitinho. Então.... foi mais ou menos essa forma de atuação.

ABM: Você sabe me dizer quando esse material foi distribuído para os parlamentares? Foi distribuído nos gabinetes, foi distribuído em alguma das reuniões de Comissão?

SC01: Foi. Sempre é padrão então com certeza foram nos gabinetes e nas reuniões de Comissão, muitas vezes assim pré-votação também... então nas Comissões que eles tramitaram a gente deve ter distribuído... eu não sei quem foi a pessoa que distribuiu, mas a orientação mesmo é que os assessores vão às salas das Comissões antes de ser votado e já distribuam conforme forem encontrando os parlamentares e a gente também costuma fazer isso... por exemplo, tem um outro projeto de lei que trata de tributação de refrigerantes... a gente aproveitava pra também quando fosse ter uma reunião pra falar de outro projeto de lei já também entregar esse material.

ABM: Você tem assim.... você teria um levantamento de por exemplo quantos parlamentares efetivamente são abordados? Existe um padrão, assim... vocês só abordam aqueles que são chave no processo legislativo, vocês abordam todos de modo geral... existe algum levantamento de vocês nesse sentido, pra gente saber quais talvez possam ter recebido informação relativa à questão de saúde pública relacionada a esses PDS?

SC01: A gente pode tentar fazer esse levantamento, porque durante essa nossa ação a gente não fez. Então, muito provavelmente cada assessor que atuou nesse caso fez seu próprio... a gente combinava em reuniões e aí a pessoa ia procurando aqueles parlamentares. O que a gente tem são os relatórios de atividades, que são internos para nós, e aí a gente busca que eles coloquem todas as visitas que fizeram, mas aí são de todos os projetos de lei que a gente acompanha. Então a gente pode tentar checar em relatórios retroativos e dar uma relação de todos os parlamentares que eles visitaram.

ABM: Eu te pergunto isso porque me chamou a atenção o número reduzido de parlamentares que defenderam a questão de saúde pública vinculada a essa discussão, né. Então ali a gente tinha na verdade três grandes interesses em jogo: tinha o interesse da saúde pública, tinha o interesse dos grandes da Zona Franca de Manaus e tinha o interesse também dos pequenos e médios produtores de refrigerantes que se sentem super prejudicados com essa questão da... da tributação, né. Então, assim... até essa ideia de... de ter um levantamento de quantos foram abordados, talvez quantos se mostraram, nessa abordagem, quantos se mostraram favoráveis à questão de saúde pública, porque a defesa da saúde pública foi muito pequena, né. Então isso foi uma coisa que me chamou um pouco a atenção nesse... nessa tramitação no final das contas. Enfim, mas aí só se vocês puderem me passar essas informações, porque eu entendo que tem algumas estratégias, tanto no *advocacy* quanto no *lobby* que normalmente são estratégias assim... que não são amplamente divulgadas, né, que fazem parte das instituições e são mais resguardadas, né. E em relação ao resultado das votações, vocês chegaram a acompanhar o resultado na CCJ, no Plenário, teve ali alguma mudança de posicionamento de algum parlamentar que tenha chamado a atenção de vocês, que vocês se lembrem?

SC01: Olha, a gente acompanhou. Eu lembro que acompanhamos tanto presencialmente quanto quem fica aqui em São Paulo acompanhamos online. Eu não lembro, honestamente, porque foi em 2018, então já tem um tempo e a gente acompanha muito projeto de lei... eu não lembro agora se teve alguma mudança de posicionamento que me chamou a atenção.

ABM: E na Câmara, vocês chegaram a acompanhar um pouco do processo quando o PDS da Senadora Vanessa Grazziotin foi aprovado, vocês acompanharam a tramitação dele na Câmara?

SC01: Sim, a gente acompanhou. Acompanhamos votação, sessões, fazendo essa incidência de falar com os assessores...

ABM: No Senado chegou a haver uma audiência pública com a participação da Aliança, né... na verdade a Ana Paula participou dessa audiência pública representando a Aliança, o Instituto de Defesa do Consumidor, né... mas na Câmara não chegou a ser convidada nenhuma entidade da sociedade civil. Houve alguma articulação com algum parlamentar da Comissão de Finanças e Tributação pra tentar colocar alguém da sociedade civil naquela audiência? Você se recorda disso, ou não?

SC01: Eu não me recordo. Mas é possível que tenha tido.

ABM: Algum assessor de vocês dentro do Congresso talvez teria essa informação?

SC01: Sim, sim, a gente pode perguntar pra uma assessora de *advocacy* que acompanhou bastante a pauta.

ABM: Foram resultados bastante distintos, né, entre o que aconteceu no Senado e o que aconteceu na Câmara. Vocês acompanhando esses dois processos, qual foi a percepção que vocês tiveram em relação a esse resultado? Houve algo que surpreendeu vocês? Ou algo que vocês tenham percebido que aconteceu de diferente numa Casa e na outra?

SC01: No Senado foi bem mais rápido, né. Eu tive a impressão assim, que chegou pra Câmara muito rápido. E aí... no da Câmara, tem alguns que ainda estão arquivados, não tem? Tem uns que não foram desarquivados?

ABM: Não, eles foram rejeitados ao final da legislatura.

SC01: Todos foram?

ABM: Eram dois... era o 966, de 2018, do Deputado Pauderney Avelino, e o 969, de 2018 do Deputado Silas Câmara. Os dois do Amazonas. Os dois foram rejeitados no final da legislatura, na última sessão da Comissão de Finanças e Tributação do ano de 2018. Era a última sessão do ano, no último ano da legislatura.

SC01: Não tinha um que era o 1011?

ABM: O 1011 era o da Vanessa Grazziotin.

SC01: Ele não foi rejeitado também?

ABM: Foi, foi. Porque o que acontece, o PDS 57 e 59, eles tinham exatamente o mesmo teor, eles eram... eram o mesmo projeto de decreto, com a justificativa diferente, né. Aí o que acontece, como os dois tinham o mesmo conteúdo, o Senador Eduardo Braga, que era o autor do 59, ele subscreveu o 57. Então o 57 ficou de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, mas subscrito pelo Senador Omar Aziz e pelo Senador Eduardo Braga, então a gente tinha ali um PDS que tinha sido proposto pelos três representantes do estado do Amazonas no Senado. Quando ele chegou na Câmara, aí ele recebe uma nova numeração. Nesta legislatura agora foi feito um sistema de acompanhamento das tramitações em que não tem mais essa diferença de numeração. Mas o 1011 era o da Vanessa Grazziotin, que quando foi aprovado ele chegou aqui e foi renumerado. Então o 966 e o 969 de 2018 eles acabaram apensados ao da Vanessa Grazziotin porque o dela tinha precedência porque o dela já tinha sido aprovado no Senado e os outros estavam paradas na Câmara.

SC01: Então acho que essa foi a maior impressão que eu tenho, é assim, que faz realmente muito tempo do acompanhamento desse PL, então eu acho que até para eu te responder com mais detalhes essas perguntas, eu precisaria também retomar um pouco dos registros que a gente fez. Esses registros eles são muito diferentes e de comunicação... é email, é whatsapp, é relatório de atividades... realmente, eu acho que assim, que a gente está conversando hoje, se a gente tivesse conversado na época... mas é porque é realmente são muitos projetos de lei...

ABM: Eu vou te passar mais algumas informações então, porque se você tiver mais algum registro, né...

[Fim da entrevista]

Entrevista SC02

ABM: Quando foi que a sua organização teve conhecimento da existência dos projetos de decreto legislativo para sustar o Decreto 9.394, de 2018?

SC02: Foi... foi no mesmo momento, na mesma época em que eles foram apresentados. Foram logo na mesma sequência, porque a nossa organização e todas as outras entidades que acompanham em conjunto essa pauta já estavam acompanhando o tema de muito perto e já tava estruturado em capacidade pra estar atualizado sobre todos os atos que eram publicados, todas as leis que eram apresentadas... Então na medida em que o tema já era muito acompanhado, né... eu não consigo lembrar se a gente tinha informações até de bastidores que isso ia acontecer. Porque eu não duvido que alguma organização parceira nossa também já tava tão bem informada, acompanhando tão de perto esse tema, que talvez a gente possa até ter tido essa informação antes dos atos serem apresentados, serem publicados, né. Obviamente já havia um movimento muito... muito crítico, né, contra os decretos e... e era esperado, né, que os parlamentares que têm esse mandato assim de defesa da ZFM eles iriam se unir fortemente para isso. Então era um pouco esperado, era um pouco previsível também que isso iria acontecer.

ABM: Quando você menciona parlamentares que tinham essa questão de defender a ZFM... pelo que vocês acompanhavam isso era restrito aos parlamentares do Amazonas ou era um pouco mais aberta essa defesa? Você sentiam que essa defesa era um pouco mais ampliada, da ZF, ou não?

SC02: Sim, sim, a gente tem uma noção de que ela é um pouco ampliada porque... tanto é que quando a gente vai mencionar esse grupo de parlamentares, a gente normalmente não fala “os parlamentares do Amazonas”, a gente fala “parlamentares do norte”... porque... primeiro que a ideia da zona franca, ela, claro a gente tem Manaus, mas a gente tem outras áreas de benefícios fiscais no norte e no nordeste.... nós temos outras regiões nesse sentido que também se beneficiam disso... então a defesa dessa lógica de benefícios regionais é obvio que ela é compartilhada não só com os parlamentares do Amazonas mas também com os deputados do Pará, com deputados de outros estados também ali da região. Ao mesmo tempo é muito curioso porque mesmo na região norte e nordeste nós vamos ter alguns parlamentares que para apoiar essa causa dos deputados digamos assim do Amazonas eles vão exigir o apoio também para a criação de zonas francas em outras regiões do norte e nordeste, em outros estados. Em razão disso, como há propostas de criação de zona franca em outras regiões ali do norte e nordeste e outros estado também... em razão disso você vê uma coalisão de deputados e senadores para além do próprio Amazonas... mas também a gente vai encontrar críticos ali como deputados do nordeste, senadores do nordeste, inclusive de regiões que têm áreas de benefícios específicas, mas que por alguma oposição talvez um vínculo mais para questão ou seja da saúde que obviamente de todas as áreas de discussão é a menor né... a nossa influência ali acaba sendo maior atualmente... atualmente é um argumento que se ganha força... mas por nosso esforço de comunicação, de sensibilização... mas no debate, no debate mesmo, né... o argumento da saúde ele é o menos citado pelos parlamentares então vai ter um ou outro parlamentar mais vinculado com essa questão de saúde que vai, por uma provocação de organizações que defendem a saúde vão se manifestar também nesse sentido, mesmo estado ali por perto, mesmo estando ali no nordeste, mesmo estando em regiões que também têm esses benefícios.

ABM: Me chamou a atenção que, por exemplo, no Senado foram quatro senadores apenas que manifestaram essa questão relacionada ao consumo de refrigerante e saúde pública, né. Foi o Senador Lindbergh Farias, o Senador Randolfe Rodrigues, o Humberto Costa e também o Ronaldo Caiado que destacou.... Os três primeiros destacaram o papel da Aliança para a Alimentação Saudável... ficou claro nos discursos deles que eles tinham conhecimento da Aliança, do trabalho da Aliança... mas no caso do Senador Ronaldo Caiado foi mais uma questão... a defesa dele foi mais relacionada ao fato da formação médica dele... ele não chegou a mencionar nenhuma entidade da sociedade civil. E aí eu não sei se você poderia me passar ou não essa informação, né... Quantos parlamentares chegaram a ser abordados nesse processo? Teve alguma estratégia específica para abordar eles?

SC02: Teve, teve sim. Eu posso levantar os números para você, tentar resgatar algumas planilhas nossas que a gente tenha elaborado na época. Mas a gente certamente abordou todos os senadores das comissões que discutiram, todos os senadores, mas obviamente buscando... o desafio nosso era muito grande porque essa defesa do benefício, então contra os decretos, ela reuniu partidos antagônicos... então você tinha PMDB e PCdoB no mesmo... e obviamente o PCdoB, um partido que naquela ocasião extremamente aliado ao PT, era muito difícil você convencer os senadores do PT por exemplo a neste assunto não ficar tão lado a lado à Vanessa Grazziotin, por exemplo, do PCdoB... também muito difícil você convencer senadores do MDB de outros estados a romper com o colega dele, né, que era uma questão regional. Uma das coisas mais curiosas que esse tema nos ensinou... é como é desafiador quando a disputa legislativa é regional, porque há um rompimento com a lógica de alianças políticas em razão disso. E pra nós, é claro que isso gera oportunidades, mas gera um desafio muito grande, porque o fato de um parlamentar por exemplo do Rio Grande do Sul apoiar ou não apoiar essa causa, ou se abster, ou contrariar os aliados dele... é de uma linha de outros fatores tão complexos... por exemplo, às vezes ele tá com crédito ali no relacionamento com o aliado dele pra romper naquele momento, pra compensar uma outra rasteira que ele levou desse aliado no passado, no momento recente, ou porque dentro do partido eles já são um pouco adversários dentro daquele bloco né... ou simplesmente como os senadores médicos, que você citou, o Humberto Costa, ele não tem problema nenhum naquele momento porque os próprios aliados sabem como a agenda dele de defesa da saúde é muito forte ele não vai ter problema nenhum em dizer “desculpa, parceiro, aliado mas eu vou votar contra você veemente porque aí eu tenho meu currículo, minha história, a minha relação com meus eleitores é de uma forma bem diferente e eu não tenho problema nenhum em ficar contra os amazonenses nesse momento”. Então, assim, esse trabalho de prospecção ele exigiu claro a gente abordar todos aqueles que a gente acha que tinham uma sensibilidade para a questão de saúde, então certamente todos os médicos foram abordados. Além disso ela é uma causa que você consegue apresentar para o parlamentar de interesse de grandes indústrias multinacionais versus, na nossa perspectiva, direito à saúde das pessoas, direito a acesso ao consumo. Claro que outros atores desse debate eles vão colocar a apresentação de outro duelo de David e Golias, né... por exemplo, os outros fabricantes de refrigerantes eles vão dizer “é uma briga da indústria nacional versus as multinacionais”, ou vão dizer “é uma briga da indústria de pequeno porte contra a indústria de grande porte” ou a “briga da indústria do sul contra a indústria do norte”... Então cada um vai buscar os seus rótulos, digamos assim, as suas embalagens para esse conflito de forma que consiga atrair mais a atenção daquilo que ele defende. No nosso caso a gente necessariamente fez uma disputa entre, narrou isso como sendo uma disputa, porque na nossa perspectiva ela é, né, entre grandes indústrias multinacionais, grandes riquezas, grandes capitalistas, digamos assim, versus direito à saúde, defesa da saúde das pessoas, obesidade. Em razão disso fica muito complicado aqueles que são médicos, de uma agenda social, quererem ficar do lado da Coca-Cola e da Ambev, né... eles vão ser mais facilmente convencidos a isso. Então os que nós abordamos para ser contra esses PDS a gente os abordou primeiro nesse sentido, né. Mas obviamente a gente se aproveitou também da briga regional, né... do sul contra o norte... mas a nossa perspectiva ela basicamente foi essa. E a gente ainda tentou abordar aqueles como a Vanessa Grazziotin que em outras agendas de defesa do consumidor, por exemplo, ela foi uma grande representante da nossa defesa, por exemplo, no caso de agrotóxicos. A Vanessa Grazziotin fez parte do bloco de vários senadores que foram contra as propostas legislativas de alterar o rótulo dos transgênicos. Mas nesse momento era muito claro pra ela, ela não tinha problema nenhum “eu não posso ficar contra o estado do Amazonas, eu sou senadora do Amazonas e isso tem uma questão de estado muito grande, uma questão de arrecadação estadual muito grande”. E mais recentemente a gente teve contato com um deputado novo, dessa nova legislatura... eu esqueci o nome dele... é um deputado federal do Amazonas, um cara muito sensato, muito sensível também às questões de alimentação saudável e tudo... mas ele diferente dos outros, ele foi tão transparente ao dizer “eu não tenho a menor condição de lá no meu estado explicar que eu vou ser contra a ZFM, é uma questão de propaganda local, toda a propaganda local, toda a mídia local, todas as notícias, os veículos de comunicação local, eles são em defesa dos benefícios da ZFM, eu não consigo ter uma linha de raciocínio, de argumentação, que eu consiga convencer as pessoas que faz sentido você ser contra isso, eu não posso chegar pro povo, pros políticos, pras pessoas, pras autoridades do meu estado e falar algo diferente de ‘precisamos manter os benefícios para Coca-Cola e Ambev’, porque não tem como você separar, ele dizendo, não tem como dentro do Amazonas separar Coca-Cola e Ambev é uma coisa, Honda é outra, Nokia é outra”... isso faz a gente

ter também uma capacidade muito interessante de como a gente fazer a melhor leitura disso, ou seja, não tem como você romper com essa briga regional, ela é uma briga regional. Por mais que a gente queira falar que é uma briga de indústria de refrigerante contra uma agenda política de saúde, o que vai prevalecer é a disputa regional, não tem jeito.

AMB: E teve algum posicionamento em relação a algum senador ou em relação a algum deputado que vocês tenham abordado quando ele tramitou na Câmara que tenha chamado a atenção?

SC02: Não, esses senadores que você citou, talvez todos os outros, por exemplo, o Lindbergh Farias, ele naquele momento até ele ser abordado, obviamente ele estava caminhando pra simplesmente levar o partido, acho que ele era líder do PT naquele momento, ele tava levando a liderança do PT pra atender o pedido da Vanessa Grazziotin por ser uma grande aliada, não era um problema pra eles, né. Uma grande dificuldade também que era convencê-los, porque na verdade tem uma outra questão né... era o governo Temer... então a gente tinha que convencer o PT a dizer que o decreto do governo Temer precisava ser mantido, coisas da política, né. Mas então... acho que me surpreendeu um pouco o PT... o Lindbergh Farias mudar o discurso da liderança do PT e como líder do PT ir ao Plenário do Senado fazer a posição dele... não por ser o Lindbergh Farias, porque não acho que ele na ocasião mantinha uma identificação com a alimentação saudável, nada disso, é um parlamentar da agenda geral do PT, mas ao fazer isso ele abriu um espaço confortável para o Humberto Costa por exemplo agir com autonomia na causa de saúde dele. Então isso surpreendeu, o PT como partido acabar apoiando o governo Temer naquele momento, por provocação nossa, convencidos de que valia a pena a defesa da saúde e também convencê-los que eles não poderiam ficar a favor da indústria estrangeira de refrigerante, a Coca-Cola, a Ambev, por exemplo, e certamente o Ronaldo Caiado, que foi o último a se manifestar. E o Ronaldo Caiado pra nós representa também um parlamentar de uma agenda mais ligada ao campo e ao ser uma agenda mais ligada ao campo ele é uma agenda ligada à indústria de alimentos e, portanto, mais facilmente convencido pela Associação Brasileira de Refrigerantes. Então, por mais que a gente imaginasse que ele, pela sua área médica pudesse fazer isso, a gente imaginava que ele ia se abster desse debate... pelo vínculo dele com o estado, etc.... então foi uma surpresa muito, muito positiva... e eu lembro da gente comemorar, comemorar bastante e depois ir querer falar mais com ele. Ele foi abordado, sim, pelos membros da Aliança mas não imaginávamos... a Aliança não tem uma força muito grande no Goiás, não me lembro de ter membros da Aliança assim em grande quantidade no Goiás, mas ele foi abordado pela Aliança mas a gente não tinha uma expectativa de que ele ia se manifestar muito expressamente, né, inclusive já no finalzinho da legislatura, se não me engano, que foi essa manifestação dele.

ABM: Em relação à Câmara dos Deputados, porque na verdade tinham sido apresentados dois PDCs na Câmara, né... um de autoria do deputado Pauderney Avelino e um de autoria do deputado Silas Câmara, os dois também do Amazonas... mas na verdade esse processo legislativo ele só começou a andar propriamente dito depois que o PDS de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin foi aprovado né, aí é que o processo legislativo na Câmara começou a caminhar... você se recorda se sua instituição chegou a abordar algum deputado, como é que foi essa incidência na Câmara?

SC02: A gente repetiu, a gente repetiu na Câmara a mesma estratégia, buscando os deputados que poderiam estar... ter mais sensibilidade por uma questão de saúde, não ser do Amazonas, claro, porque a gente já sabia que não adiantava nem passar no gabinete deles, né... mas que tivessem essa conveniência, né... não ser do Amazonas, ter alguma sensibilidade com a saúde e também estar numa divergência regional, como por exemplo os deputados de SP, os deputados do RJ, da região sudeste, especialmente os deputados do centro-oeste... e também especialmente do sul. E nisso também já havia uma conveniência de fatores porque a indústria da região sul também já vinha abordando eles, né... os fabricantes da região sul já vinham abordando, mas eles são personagens diferentes... os deputados que normalmente são abordados pelos fabricantes do sul, de bebidas do sul, eles são deputados de uma tendência mais ruralista, mais defesa das fábricas e das indústrias, e são pessoas que não são nada acessíveis à questão da saúde, né. E a gente não tinha como estratégia de incidência de advocacy, até por coerência, a gente prefere insistir em algo que possa até dar menos resultado, mas pelo menos é muito coerente com a nossa história, que é abordar sempre numa perspectiva da nossa causa, de saúde. Então assim, o nosso apoio ele somente é justificável por conta da nossa agenda de saúde e não por uma agenda

regional, etc. Então todos esses deputados médicos, de saúde, de enfrentamento da grande indústria de alimentos, foram por nós abordados. Normalmente esses deputados estão ali são muito os deputados atuantes na Comissão de Assuntos Sociais, né, nessas comissões... Classicamente são os mesmos, né... e também de lideranças do PSB, do PSOL... e alguns outros do próprio MDB, que a gente tentava abordar pra ver se furava um pouco esse bloco. Eu me lembro muito bem disso porque na Câmara, já o projeto de lei da Câmara já teve uma atuação muito forte do governador do Amazonas, né, na ocasião. Então já havia inclusive um movimento de... o PDC da Câmara já vinha acompanhado de uma grande pressão em cima do governo Temer de revisão do decreto... então foi tudo junto. Então a gente teve que trabalhar muito com comunicação pra que as informações chegassem no governo, no Poder Executivo, no sentido de que eles sentissem popularidade na manutenção do decreto. E de novo, pra te citar nomes expressivos assim, eu posso levantar também uma lista de parlamentares que foram abordados pela gente.

ABM: Seria interessante, porque na verdade durante a tramitação na Câmara em nenhum momento a questão da relação entre consumo de refrigerante e saúde pública foi citada, por qualquer parlamentar durante a tramitação.

SC02: O nosso movimento já estava mais enfraquecido mesmo ali exatamente porque a coisa cresceu, como você falou, saindo do Senado pra Câmara, a coisa cresceu. E na Câmara, a composição da Câmara ela não tinha esses parlamentares como a gente encontra no Senado... parlamentares médicos, dispostos a entrar numa briga regional. E eles mesmos, quando essa questão da ZFM chegou na Câmara dos Deputados, os parlamentares todos diziam “ih, nisso aí eu não me meto, não, nisso eu não me envolvo”. E é muito o que é hoje, hoje você vai falar na Câmara dos Deputados sobre isso, você não vai encontrar adesão, não vai, não vai encontrar adesão. Porque mesmo aqueles parlamentares que até querem apostar numa agenda de saúde, a experiência de 2018 pra eles, a leitura que eles têm de 2018... é impenetrável, é intransponível o bloqueio do que eles chamam hoje de parlamentares do Amazonas. Então os deputados hoje não... você não encontra um caminho fácil, né, pra poder levantar essa questão da saúde. A saúde não tem, ela não tem prevalecido nesse cenário tão... de rivalidade política tão forte que se transformou a defesa da ZFM. E certamente esse movimento contra o decreto ele fortaleceu o bloco político de defesa da ZFM. Essa defesa mais aguerrida tava adormecida até então... as discussões sobre a ZFM não eram uma discussão sobre tirar os benefícios dali... eram de mudar o benefício, aumentar, redistribuir, né. Não havia, eu não me lembro de uma agenda política de ameaçar tão fortemente duas indústrias tão fortes, né, tão simbólicas pra zona franca.

ABM: Nessa abordagem aos parlamentares você tomou algum conhecimento em relação à atuação de outros grupos que tinham interesse... dos representantes dos pequenos e médios... das pequenas e médias indústrias de refrigerantes e das grandes indústrias de refrigerantes?

SC02: Com certeza a disputa entre fabricantes de refrigerantes, a disputa da concorrência, foi ela que aconteceu na Câmara dos Deputados. Diante do fato que a gente percebia que o argumento de saúde ele não era tão lido. Aqueles deputados que estavam interessados em entrar nesse conflito eram também deputados que estavam entrando pelo conflito regional, né... a defesa da indústria dos seus estados. Que não tem nada a ver com a nossa agenda, então a nossa agenda não encontrou adesão na Câmara naquele momento. E era um momento eleitoral também, né. Era o momento do... você não tem um movimento assim estadual, regional, não é um movimento regional que justifique ao parlamentar ele sair em defesa dos consumidores, da sociedade, das famílias, contra os benefícios dados para a indústria de refrigerantes. Na Câmara dos Deputados você não vai ver. Essa representatividade é uma representatividade nacional, então ela vai ser de que, ela vai ser daqueles deputados da saúde, né. Vai ser daqueles parlamentares da saúde. Mas de novo, a gente... diferente do que a gente tinha no Senado, naquele momento a gente não tinha naquele momento um grupo político de deputados da saúde que chegavam nessa perspectiva, né. Porque você melhor que eu sabe disso, né. Você ser da agenda da saúde é uma coisa, você ser da agenda da alimentação saudável, é uma outra curva, né. É outro rolê que o pessoal de SP gosta de dar, é um avanço muito grande. Então você ser defensor da saúde a ponto de enfrentar interesses de indústria de refrigerante é pra poucos parlamentares. É uma construção de uma formação dele, de posição política dele, muito específica, né. Aí eu posso apontar o Humberto Costa como um representante disso, a Lídice da Mata, Padre João... são deputados muito ligados a essa agenda de saúde e alimentação. A gente combater transgênicos

encontra muito mais adesão do que combater refrigerantes, certamente. Muito mais fácil, é uma agenda muito nova. Então é isso, eu não me surpreendo de você ter falado isso porque eu não lembrava mesmo... quando você fala assim “qual deputado que se destacou?”... esses foram os que a gente sabia que poderia contar, a Lídice da Mata era senadora na época, mas a gente sabia que a gente poderia contar, mas que não consegue naquele momento em razão de suas agendas fazer sua voz prevalecer... então não deu certo. E aí com certeza o debate na Câmara ele foi totalmente preenchido pela questão de estado né, brigas entre estados, arrecadações de estado, indústrias dos estados.

ABM: E para encerrar, uma última pergunta, olhando como um todo essa tramitação, teve alguma coisa a mais que tenha te chamado a atenção, seja no Senado, na Câmara, além disso que você já comentou?

SC02: Eu acho que o que mais chamou a atenção pra mim na verdade não foi o debate posterior. Eu acho que o que esse debate tem de mais rico é que é um decreto, é um decreto. Ele começa com um decreto do governo, né, que revelou que o benefício era exagerado. Ou seja, até o fato de que ele não tem nada a ver com a saúde, né. Isso é o que é mais surpreendente. Então... e por que isso pra nós chama muito a atenção? Porque ele era muito inesperado, muito inesperado. E também porque no âmbito político o Brasil tá muito longe ainda, apesar no nosso alto esforço, que a gente vai continuar se esforçando, e se isso acontecer vai ser mérito da sociedade civil organizada puramente, de manter isso na agenda, então tem que fazer esse trabalho de formiguinha mesmo, de David contra Golias, porque o Brasil tá muito longe de enfrentar esses benefícios por conta dos impactos na saúde. Porque a iniciativa que houver do governo vai ser uma iniciativa de equilíbrio fiscal, ou justiça fiscal, né... entre indústria X e indústria Y, entendeu? Entre indústria de refrigerante e indústria de suco... entre indústria de bebida não saudável e indústria de bebida saudável. Mas nunca por uma lógica de “precisamos melhorar o impacto na saúde”. Eu acho que o Brasil como política espontânea, como iniciativa do Estado brasileiro, tá longe de vir isso espontaneamente. Não havia a possibilidade disso acontecer no governo PT, que defendia uma agenda de desenvolvimento regional muito grande, isso nunca encontraria adesão, não acho, né, era o momento de consolidar cada vez mais a ZFM e benefícios à indústria, etc., etc., vamos beneficiar indústria, crescer indústria, em seguida não parecia ser a lógica do governo Temer, e agora, no governo Bolsonaro, digamos assim, na agenda Paulo Guedes, de novo, ela surpreende quando o Paulo Guedes agora fala do imposto do pecado, surpreendeu muito, muito mesmo, né. Porque ele poderia ter falado isso como uma lógica econômica, de novo, né, o Estado não tem que ficar intervindo pra ajudar indústria qualquer, elas que tem que pelo próprio esforço dela conseguir vender mais e vender mais barato, pela competitividade, etc., etc., o Estado não tem que ficar ajudando ninguém, beneficiando ninguém, mas ele vai e fala isso citando o tal do que ele chama de imposto do pecado, ou seja, reconhecendo minimamente que tem uma relação entre economia e saúde, sim, pode ter. Então, me parece que foi... e ele foi muito rechaçado quando ele falou isso... então eu acho que o Brasil tá um pouco longe ainda disso, o que exige da gente que continue mantendo, porque na primeira oportunidade de agenda política isso pode acabar acontecendo. Mas acho que o que mais me surpreende, respondendo de novo a sua pergunta lá atrás, o que mais me surpreende nessa história inteira não foram os parlamentares, não era o discurso de... não é o Lindbergh Farias mudando a posição do PT, nem o Humberto costa dizendo isso, nem o Caiado, nem qualquer deputado que tenha falado... tudo isso é muito previsível. Essas posições deles, eles são convencidos facilmente por isso. Acho que a coisa curiosa mesmo foi como a história começou.

[Fim da entrevista]

Entrevista SFS01

ABM: Qual o tempo médio de tramitação das matérias aqui na CCJ? Tem os prazos regimentais, que eu vi que você estava dando uma conferida né... normalmente o prazo do relatório é de 10 dias úteis...né... e a aprovação da matéria normalmente o prazo é de 20 dias úteis, né? É comum acontecer isso, esse prazo ser respeitado, ou não?

SFS01: É comum...

ABM: É comum?

SFS01: É comum ser respeitado, principalmente com matérias que são muito urgentes dentro da pauta do governo, dentro da pauta daquilo que eles consideram que seja muito importante... mas é comum, sim, ser respeitado esse período, inclusive com apresentação de requerimento de audiência pública para apreciar a matéria.... quando é algo muito polêmico, normalmente situação e oposição se colocam em... de uma forma bem... bem clara, né... então a oposição sempre encontra regimentalmente instrumentos que permitam estudar mais a matéria, como a audiência pública, o pedido de vista... então... mas...não é incomum, não, aprovar dentro desse prazo regimental.

ABM: E o processo de escolha dos relatores aqui então, costuma ser rápido mesmo? Costuma ser de 2 dias úteis?

SFS01: Costuma ser rápido, normalmente os presidentes respeitam muito o conhecimento técnico dos senadores ou é... o conhecimento da região (interrupção).

ABM: Existe uma prerrogativa regimental de distribuir proporcionalmente pros parlamentares, isso normalmente é respeitado?

SFS01: Sim, sim...

ABM: Certo.

SFS01: Os titulares eles têm preferência com relação aos suplentes, mas como o volume de matérias na Comissão de Constituição e Justiça ele ultrapassa os... as matérias de outras comissões, então os titulares e os suplentes eles têm a mesma prerrogativa dentro da Comissão. Mas normalmente é respeitado bastante essa... essa... prerrogativa de... de...limite, né, por parlamentar. O que acontece muito é que assim, no dia a dia, a prática ela sempre diz outra coisa. Então, por exemplo, aqui, todos os presidentes respeitam o seguinte: o parlamentar tem interesse em relatar aquela matéria? Se o interesse é por conhecimento técnico, normalmente o presidente designa esse parlamentar como relator. Se não, normalmente o presidente designa outro parlamentar que tenha uma relação mais técnica e mais específica com aquela matéria. A Senadora Simone Tebet, por exemplo, é uma senadora que respeita bastante isso. Por exemplo, nós temos o Senador Fabiano Contarato que ele é muito da área de trânsito né... ele era delegado, e tal... relacionado com isso. O Senador Alessandro Vieira, também delegado de polícia, então tem um conhecimento na parte de penal, de processo... de processo penal... que acaba valorizando o conhecimento deles então ela costuma trabalhar com esse tipo de distribuição. Mas normalmente os próprios parlamentares pedem as matérias que são de seu interesse. E ela costuma atender dentro daquilo que é razoável.

ABM: Certo. No caso do Senador Roberto Rocha, ele tinha um projeto de lei, se não me engano era o 319 de 2015 que era... mas não tem relação direta com esses não... que criava a Zona... a Zona Franca do Maranhão, de São Luís... poderia ter sido esse o interesse dele em relatar a matéria? Vocês acompanharam alguma coisa?

SFS01: Pode ter sido, pode ter sido. Mas aí, como é uma questão muito política, eu já não saberia adentrar nessa informação para você. Mas é óbvio que todos os Estados tem interesse em proteger seus próprios Estados, né? Então, natural que eles busquem tratar de matérias que vão beneficiar ou atrapalhar os seus Estados. Mas eu não saberia lhe dizer, com precisão, “sim, foi esse”, entendeu, eu não saberia dizer...

ABM: É... na lista de suplentes da... só uma dúvida aqui que... que surgiu para mim... essa lista de suplentes é... necessariamente este é suplente deste? Ou não?

SFS01: Não...

ABM: Não funciona dessa forma?

SFS01: Não. O que funciona aqui com relação a suplente é o seguinte: nós temos todos os titulares aqui. Se todos os titulares vieram, com exceção desse aqui, o primeiro suplente que votar é o voto levado em consideração. Esses aqui já não serão mais levados em consideração.

ABM: Certo.

SFS01: Entendeu? Ele estando presente. Se esse suplente está ausente, mas este suplente está presente, se ele votou, o voto dos demais não é mais levado em consideração.

ABM: Então existe uma preferência no voto dos suplentes nessa ordem?

SFS01: Com relação a ordem, exatamente. Mas pra votação.

ABM: Mas no caso também só se for uma votação nominal, né?

SFS01: Isso.

ABM: No caso de uma votação simbólica ou de um requerimento de verificação de votação...

SFS01: Se tiver tido mais registro de votos aqui, por exemplo, eles registraram o Senador Roberto Requião, o Senador Renan Calheiros e todos esses aqui estavam presentes, esses dois são desconsiderados. O que é levado em consideração é o voto desses aqui.

ABM: O voto desses, ótimo. Existe alguma estatística relacionada à aprovação dos relatórios nas comissões? Normalmente é usual votar com o relator, ou contra o relator, ou depende da matéria?

SFS01: Não... esse trabalho não tem aqui... esse trabalho não tem aqui. E é muito complicado você fazer um trabalho como esse porque nós temos situação e oposição. Então... e assim, às vezes você acha que a oposição vai ser contra, mas tem parlamentares que são do Estado e que têm interesse que seja aprovado. Entendeu? E aí são inclusive contra, ou são da situação, mas são a favor daquela matéria, independente, por exemplo, a gente já teve casos aqui, a Senadora Simone Tebet, cadê quais são os do Estado... Simone Tebet, Jaime Campos e teve um outro senador que também era do mesmo Estado e votaram de forma similar justamente porque era de interesse do Estado deles. Eles literalmente estão aqui para defender as necessidades dos Estados deles.

ABM: E vocês percebem que isso é bem claro, essa questão da defesa do Estado?

SFS01: Bem claro, a defesa do Estado é uma coisa bem clara.

ABM: Na vivência de vocês, isso ultrapassa questão ideológica, tudo isso?

SFS01: Sim, sim. PT e PSDB já votaram favorável um ao outro por conta de questão de Estado. Se era necessário para o Estado, não interessa se são de partidos ou ideologias diferentes.

ABM: Ótimo. Aconteceu uma questão no final da avaliação desse PDS na Comissão que foi o seguinte. Teve uma discussão dentro da Comissão se deveria ser discutido o mérito do PDS ou não, porque senadores que se opunham à aprovação defendiam que tinha que ser discutido o mérito da questão, enquanto outros senadores disseram que o mérito tinha que ser discutido no Plenário ou em outras comissões de mérito, e chegou a ser sugerido que fosse apresentado um requerimento pra que esse PDS passasse por outras comissões de mérito, só

que esse requerimento não chegou a ser apresentado, né... o que acontece, aqui eu gostaria de tirar uma dúvida... no momento em que esse PDS foi aprovado na Comissão, foi apresentado um requerimento de urgência pro Plenário. Esse requerimento de urgência, ele impediria que fossem apresentados outros requerimentos para tramitar por outras Comissões, ou não?

SFS01: Em Plenário não...

ABM: Em Plenário não?

SFS01: Aqui não mais, já tinha sido aprovado... Mas em Plenário, se quisessem apresentar requerimento lá para que outra comissão fosse ouvida, sim.

ABM: Poderia ter sido apresentado, tá... Mais recentemente, foi apresentado um PDS, o 109 de 2018, que foi apresentado bem no finzinho da legislatura já... acho que foi já pra outubro ou novembro, ele foi distribuído para o relator em novembro... foi dia 11...isto... é... vocês sabem alguma coisa sobre a seleção do Ciro Nogueira como relator da matéria?

SFS01: Não...

ABM: Se ele escolheu, se ele tinha alguma relação com o assunto.... vocês não têm esse tipo de informação?

SFS01: Não...

ABM: Outra coisa que eu gostaria de verificar... é mais aqui a título de confirmação mesmo... é... na época ainda existia o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que era um órgão da... vinculado a Presidência da República né, ele foi extinto no começo de 2019... na época, o Consea encaminhou um ofício com uma recomendação que o PDS fosse ... rejeitado ... ele chegou a ser recebido aqui na Comissão, ou não? Porque na verdade, ele foi entregue aqui no Senado no dia 20 de junho...

SFS01: É...Eu não sei se esse documento veio pra cá... porque ele teria ele teria um protocolo nosso...

ABM: Ele teria um protocolo de vocês se tivesse sido.... então ele não chegou a ser... provavelmente os parlamentares da Comissão não tiveram conhecimento sobre ele não, né...

SFS01: Se tivesse, a própria presidente teria citado alguma coisa ou teria pedido juntada da documentação ou teria algum anexo aqui encaminhando pro gabinete do senador, para que o senador lesse, entendeu? Esse tipo de documento quando aparece aqui...

ABM: Ele tem uma nota... junte-se ao processo... que foi no dia 09 de julho só... que acho que... se eu não me engano foi às vésperas da aprovação do decreto... do projeto no Plenário...

SFS01: (ininteligível) não tem aqui...

ABM: Não, não tem... Se não tem na ficha de tramitação ele provavelmente não foi encaminhado?

SFS01: Quando esse “junte-se” chega pra gente, a gente nem... quando chega da Mesa pra gente, a gente nem consulta o Presidente... a gente anexa de imediato porque é determinação da Mesa... então esse documento não deve ter sido encaminhado para nós. Se foi, não chegou até nós. Isso eu tenho tranquilidade em te responder. Quando chega um documento como esse, o “junte-se” é imediato.

ABM: É, eu acredito que provavelmente pelo prazo não deve ter chegado aqui mesmo...

SFS01: Você pode até ver que em outras tramitações tá assim... é... “juntada por determinação ou por solicitação da Mesa”... ofício número tal ou documento número tal... pa pa pa... pronto... e fica juntado.

ABM: Vocês sabem se houve algum... se chegou a haver algum auxílio técnico na elaboração dos projetos de decreto ou na redação do relatório?

SFS01: Na redação do relatório provavelmente da Consultoria.

ABM: Da Consultoria talvez?

SFS01: Normalmente a Consultoria é a responsável pela elaboração dos relatórios. Alguns gabinetes têm como praxe o próprio gabinete fazer o relatório, mas com temas muito específicos normalmente a Consultoria é responsável pela elaboração...(ininteligível) a Consultoria é responsável pela elaboração dos relatórios...

ABM: Vocês chegaram a acompanhar as reuniões na Comissão ou não? Você chegou a acompanhar ou o seu trabalho é mais...

SFS01: As audiências públicas? Provavelmente a gente estava presente.

ABM: Provavelmente vocês estavam presentes? Me chamou a atenção na verdade é... uma reclamação, entre aspas, tanto do Senador Eduardo Braga quanto do Senador Omar Aziz em relação ao lobby de representantes, da assessoria do Governo né, claro, o governo ele tinha interesse que os PDS não fossem aprovados porque gostaria de manter a decisão do Presidente Temer né... na verdade a minha pergunta aqui seria em relação é... esse lobby, essa pressão do governo para que a decisão do Michel Temer fosse mantida era esperada né, mas eu gostaria de saber se alguém percebeu se ela teria sido além do que normalmente ocorre, se chamou a atenção nesse sentido.

SFS01: Não... só se isso aconteceu em gabinete, porque esse tipo de coisa aqui não acontece. Justamente porque a nossa parte é muito técnica. Então, aqui a gente não recebe lobista, a gente não recebe pedido de lobista e se recebe a gente diz “olha, nós não temos o que fazer, a nossa parte é técnica”, entendeu? A mesma resposta que eu dou pra você eu dou para qualquer outra pessoa que vem aqui. Então aqui, na Secretaria da Comissão...

ABM: No Plenário?

SFS01: Aí é o tipo de coisa que a gente não se atém justamente porque a gente se atém muito à parte técnica do processo legislativo. A gente cuida da aprovação ou da rejeição da matéria. Esses meandros aí normalmente são os assessores parlamentares dos Senadores.

ABM: Alguém chegou a observar no Plenário se teve participação, além daquela participação da audiência pública, em algum momento havia algum representante, por exemplo, da Afrebras, que é a associação dos pequenos e médios produtores de refrigerantes, ou do pessoal da sociedade civil, como o Instituto de Defesa do Consumidor...

SFS01: Eles podem até ter vindo à reunião, mas percebidos por nós, como Comissão, não. (pausa). Esse tipo de coisa realmente eles fazem de uma forma muito específica com o gabinete. Aqui, eles nem tentam. Porque a gente é sempre tão enfático “a nossa parte é técnica, então eu não tenho o que te ajudar”. Normalmente quando a pessoa tenta entrar num assunto como esse a gente fala “olha, entra em contato com o gabinete, tenta conversar com o Senador, com o autor da proposição, com o relator da matéria, com a própria presidente”... porque aí já são coisas que a gente não interfere...

ABM: Está totalmente fora da alçada da Secretaria?

SFS01: Totalmente fora...

ABM: Em relação a esses parlamentares aqui (mostra listagem), existe alguma relação, pra vocês que acompanham, é... alguma relação mais próxima, de amizade, ou de conflito maior entre eles que vocês se recordem?

SFS01: Não... ó, por exemplo esse aqui ó, no dia da reunião foi bem evidente... PC do B, PSD e MDB, eles três defendiam o Estado, independente de estarem em posições opostas... entendeu? O Senador Lobão e o Senador Roberto Rocha são do mesmo Estado, mas na época, como o Lobão era o presidente, ele nem podia se manifestar... então a postura dele foi apenas pautar matéria, não era uma coisa que ele pudesse fazer. É... o Senador Ricardo Ferraço, ele sempre teve uma posição muito forte em defender as questões fiscais do Estado dele, do Espírito Santo, então aqui não tinha... nessa relação aqui, realmente tem muito a ver com a defesa deles mesmos pelo Estado... com certeza eles devem ser amigos... agora eu não saberia te dizer quem é amigo de quem e assim, nesse caso específico, eu me recordo bem que esses três aqui defenderam com unhas e dentes o Estado deles.

[Fim da entrevista]

Entrevista SFS02

Inicia com uma breve descrição do caso (omitida da transcrição).

ABM: A maior parte que eu tenho aqui são dúvidas mais técnicas mesmo, né. O relator desses PDS na Comissão, na CCJ, foi o Senador Roberto Rocha. No Plenário, foi selecionado como relator o Senador Jorge Viana, porque teve uma emenda de Plenário do Senador Hélio José. Em uma conversa com um servidor tempos atrás, foi mencionado para mim que normalmente é praxe que o relator no Plenário seja o mesmo que foi na CCJ, e não chegou a aparecer em nenhuma das notas taquigráficas porque teria sido diferente essa escolha. Você se recorda de alguma coisa em relação a isso?

SFS02: Na... na verdade é assim, essa... essa não é uma obrigação, né... é um acordo de cavalheiros né... que o relator continue sendo o relator de Plenário... é... o que acontece muitas vezes é d o relator da Comissão não estar presente, né... ou estar em alguma missão, não poder comparecer... pode ter sido o caso... eu teria que ver se ele estava presente no dia...

ABM: Ele estava presente no dia. Ele podia não estar presente no Plenário, né... ele poderia ter registrado presença e não estar lá?

SFS02: Isso...

ABM: Tá... Foi o que eu imaginei... mas de qualquer forma... então em princípio não teria havido nenhuma...

SFS02: Mudança de orientação?

ABM: Mudança de orientação...

SFS02: Não, não... até porque o parecer foi só sobre uma emenda e... assim... não teve nenhuma... seria assim se por acaso viesse uma emenda que destoasse do projeto originalmente aprovado pela Comissão e aí um relator de Plenário diferente desse parecer favorável a essa emenda... isso sim seria uma mudança de entendimento, né? Nesse caso, isso na verdade são situações assim... que acontecem e que a gente sabe que não têm muito seguimento... um Senador, que sabe que não vai ter a emenda aprovada, apresenta a emenda, que é pra marcar posição. Aí o relator, mantendo-se... mantendo a lógica do parecer inicial dele na Comissão, vai lá e rejeita a emenda e aí cada um fez o seu papel... um defendeu o ponto dele, o outro defendeu o ponto dele, e não muda nada... eu acredito que essa foi a situação, a questão de mudar de relator provavelmente foi uma coincidência pelo relator original não estar na Casa.

ABM: E essa questão da elaboração de emenda da Plenário, normalmente acontece algum auxílio técnico ali na hora?

SFS02: Sim. Os gabinetes têm auxílio técnico da Consultoria sempre que precisam... cada um tem os seus assessores nos gabinetes e alguns têm conhecimento... geralmente um ou dois sempre acompanham o Senador no Plenário, né... e eles têm conhecimento suficiente para fazer esses... essas emendas de última hora... ou mesmo solicitar para a Consultoria em casos que você pode esperar de um dia para o outro, né...

ABM: Eu acredito que não tenha sido o caso desse... desse projeto, eu acredito que tenha sido na hora mesmo... mas normalmente fica algum consultor de plantão no Plenário? Ou costumam ser os assessores dos gabinetes mesmo?

SFS02: Normalmente são os assessores dos gabinetes... e aí você vai ter ou não assessoria da consultoria a pedido do gabinete. A gente não tem como saber se a emenda apresentada... qual origem teve.

ABM: Em relação a essa matéria, houve assim... uma situação de... vamos dizer, entre aspas, de reclamação, por parte de dois autores, por conta dos assessores da liderança do Governo... é... isso surgiu em dois momentos, tanto na CCJ quanto no... no Plenário... é... alguns assessores do Líder do Governo, que na época era o Senador Romero Jucá, tariam fazendo pressão pra que o projeto de decreto legislativo deles não fosse aprovado, ou seja, pra manter a decisão do Presidente Michel Temer, né... eu entendo que essa pressão era esperada, afinal o governo gostaria de manter o... a sua decisão no final das contas, né... na verdade aqui a minha pergunta seria a seguinte: se pelo que o senhor acompanhou, em algum momento, essa pressão do governo foi maior do que o habitual, ou esse jogo foi mais ou menos dentro do que costuma ser?

SFS02: Normal... O Romero Jucá, como líder do Governo, ele sempre foi muito atuante. Ele participava de todas as reuniões, participava de todas as votações, ele relatava projetos de interesse do governo, ele sempre foi muito atuante e quando era líder do governo assim sempre foi muito atuante e a favor do governo, ele era bem combativo, né... não é nada fora do normal... e assim, sempre quem não gosta dessa pressão vai sempre reclamar, pra marcar posição também... não que eles achem que é uma coisa demasiada, fora do normal, eles vão reclamar pra marcar posição porque eles querem deixar consignado em ata ou registrado que eles fizeram alguma coisa, conseguiram chegar a algum resultado apesar da interferência do governo.

ABM: Então muitas vezes isso é até uma estratégia de mostrar que existem pessoas atuando contra?

SFS02: Isso. Na verdade, quando você chega no Plenário, são muito raros os momentos em que você não sabe qual vai ser o placar. Já se chega no Plenário sabendo se a matéria vai ser aprovada ou não. É... a maioria das... a maioria dos pronunciamentos contrários, favoráveis, que parecem ser de tentar convencer os outros a votar diferentemente, é... são as primeiras tomadas de posição... então assim, essa aqui é uma tomada de posição típica, você tá fazendo um projeto contrário ao governo e você usa um agente do governo pra botar sua frustração e com isso você marcar sua posição contrária ao governo, né... apesar de já saber que você não vai convencer ninguém com discurso... já tá tudo definido de antemão... geralmente numa reunião de líderes né, já se sabe quais líderes apoiam e você já sabe o número que vai ter...

ABM: Aquela questão até de encaminhamento de Plenário ela acaba no final das contas sendo uma questão pro forma do que um encaminhamento propriamente dito no final das contas?

SFS02: No final das contas sim... O encaminhamento ele é... ele é necessário... assim, pra você dar as suas razões, né... há sim a possibilidade de você ter uma argumentação que convença outros senadores, né... mas é um caso raro... é um caso raro. O encaminhamento ele é pro forma porque todo o processo de votação ele é pro forma, né. Assim, você não pode chegar na hora e simplesmente anunciar a matéria, botar em votação e dizer que tá aprovado... você tem que ter o processo, até para o processo ser válido... então, mas assim, na prática, ele é pro forma.

ABM: A última pergunta na verdade, eu não sei se é algo que passou por aqui na verdade...o que acontece... no dia 20 de junho, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, que foi extinto agora com o novo mandato da Presidência da República, era o antigo Consea, no dia 20 de junho ele chegou a encaminhar um ofício com uma

recomendação que esses PDS fossem rejeitados aqui no Senado, né... ele foi recebido na Presidência aqui 20/06/2018 mas ele só foi juntado ao processo no dia 09 de julho, que foi um pouquinho antes da votação em Plenário. É... os parlamentares, eles chegaram a ter conhecimento dessa matéria, digamos assim, isso costuma ser distribuído individualmente, ou entra só no processo?

SFS02: Entra só no processo.

ABM: Fica só na tramitação... na ficha de tramitação?

SFS02: Isso. Só, só.

ABM: Só aqueles que acessarem a ficha de tramitação vão ter conhecimento disso, então?

SFS02: Só, só. Os documentos... os documentos que são distribuídos pra... no Plenário pra votação... são... é um extrato resumido do processo né... basicamente, o projeto original, as emendas apresentadas e o parecer dado. Outras peças não ficam lá, distribuídas em papel, e ficam disponíveis para quem quiser acessar eletronicamente... Não há essa distribuição física, não há distribuição por e-mail... simplesmente tá na matéria... e acredito que a gente juntou na matéria e avisou aqui né... quem tem o *push*, que é assim.... qualquer coisa que acontece na matéria eles recebem por e-mail, foi avisado dessa juntada e pôde acessar né... ou quem tinha interesse na matéria acessava....

ABM: Mas quem não tivesse não teria necessariamente acessado.

SFS02: Não...

ABM: Do ponto de vista então para a tomada de decisão no processo legislativo talvez essa não seja uma estratégia tão... tão eficiente...

SFS02: Não... Inclusive ele mandou para o Presidente do Senado, né... seria mais interessante que ele mandasse pro relator, pros membros da Comissão, né... e aí sim, depois que fosse... quando acabasse na Comissão e fosse a Plenário, mandar pro Presidente e mandar pros Senadores, dando preferência para os líderes, né... mas assim, se você manda uma coisa direcionada ao presidente o despacho padrão é juntar... e assim, essa distância aqui [*referindo-se às datas*] é porque o gabinete do Presidente não mandou mesmo... foi recebido nesse momento aqui, acho que talvez...

ABM: Foi 20 de junho.

SFS02: Isso. Isso na Presidência do Senado, que é nessa sala aqui do lado, né. E eles entregam pra gente com algumas semanas de atraso.

ABM: O volume de informações é muito grande?

SFS02: Provavelmente eles têm um volume muito grande. Imagina, a Presidência do Senado deve receber e-mails e correspondências... e aí quando eles identificam que é referente a uma matéria eles mandam pra cá.

[Fim da entrevista]

Entrevista SFS03

ABM: Vou te fazer uma pergunta mais geral, assim, sobre o que você lembra, né... De modo geral, você percebeu, teve alguma coisa em especial que tenha chamado a sua atenção na tramitação desses dois PDS?

SFS03: O primeiro foi o 57, o segundo o número dele que eu não me recordo...

ABM: Foi o 59. Os dois tramitaram juntos, o 57 era de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, o 59 era... o mesmo PDS, a diferença era só a justificativa dele, e ele era de autoria do Senador Eduardo Braga, também do Amazonas.

SFS03: Claro, o teor era o mesmo, eu lembro. É, o que teve... bom... eu acho que uma coisa muito... que eu posso sentir...é que num primeiro momento a gente sentia que esse projeto de decreto legislativo não vingaria. A gente sentia, principalmente na CCJ, por onde ele passou primeiro, ele não teve uma grande adesão. Houve uma divisão muito grande dentro, inclusive... é... com mais tendências, no meu ponto de vista, a que ele fosse rejeitado. E de uma maneira muito inesperada, ele foi aprovado no Plenário, né... e aí a gente conversava entre os assessores, assim... isso não tem condição. Mas aí alguns assessores comentavam com a gente assim “olha, a gente não pode esquecer do poder que... aí vamos ser bem específicos... que a Coca-Cola tem nos corredores do Congresso”. E como o prazo entre a votação na CCJ e no Plenário, não lembro se foi no mesmo dia...

ABM: Foram 36 dias desde a apresentação do primeiro PDS até a aprovação dele no Plenário. Foi aprovado no Plenário se não me engano dia 12 de julho...

SFS03: Então... tá aqui... foi 2018, né? Estou até com ele abrindo aqui [*no computador*]. É... a tramitação dele aqui. Ele foi apresentado no dia 04 de junho, dia 12 de junho ele recebeu o relatório, dia 13 pedido de vistas, e foi aprovado no dia 20 na CCJ. Dia 20 de junho. No Plenário... Foi uma tramitação muito rápida. Foi muito rápida.

ABM: No Plenário foi no dia 10 de julho de 2018.

SFS03: Uma questão que eu até te pergunto. Você chegou a ler as notas taquigráficas da CCJ?

ABM: Eu li as notas e assisti aos vídeos também.

SFS03: Teve um... teve um... assim, eu vou falar porque é uma dúvida... se teve alguma disputa regimental que permitiu que ele fosse aprovado? Se a votação foi nominal? Eu não me recordo...

ABM: Não... Na verdade, o que aconteceu: na CCJ a votação não foi nominal, teve um requerimento de verificação de votação na CCJ, eu não me lembro...

SFS03: Eu não estou te perguntando isso à toa, porque teve uma situação dessas, eu me lembro...

ABM: E aí o que acontece... houve depois... esse primeiro pedido de verificação de votação na CCJ não teve apoio suficiente, então houve alguns votos contrários por parte de alguns senadores. No Plenário, houve novamente uma verificação de votação, que teve apoio, só que nessa primeira não tinha quórum suficiente e quando o Presidente do Senado na época, que era o Senador Eunício Oliveira abriu a sessão do dia 10, que foi na semana seguinte, ele manteve a votação nominal porque a matéria já tinha sido discutida. Houve um questionamento por parte de um dos autores, o Senador Eduardo Braga, que a votação não fosse nominal, porque não era uma matéria que exigiria isso. Mas segundo o Senador Eunício, como ele já tinha... se ele fizesse a votação não nominal ele teria que reabrir a discussão da matéria. E aí acabou ficando com votação nominal mesmo.

SFS03: Então, nesse caso em especial que você colocou aí do Senador Eunício, do Presidente Eunício, assim... é... ele teve uma atuação na presidência bastante... com bastante paradoxo... vamos dizer assim... numa situação

como essa ele não costumaria fazer uma votação nominal mesmo sendo... por ter sido aberta uma nova sessão... ele faria simbólica a não ser que houvesse o pedido de votação [nominal]... então ali de fato havia uma pressão muito grande de senadores contrários e aliados a ele para que ele mantivesse a votação nominal... porque de fato essa questão do IPI caso fosse mantida pelo, o Decreto fosse mantido, traria benefícios para muitos estados, né? Então você imagina é... principalmente... e também pro Estado dele, em todos os estados nós temos empresas que de alguma forma produzem refrigerantes e semelhantes. Então ele manteve essa votação nominal. Em outras situações, ele não manteria. Eu te falo porque eu já vi assim diversas situações que ele... então assim de fato aconteceu isso. Na CCJ a gente percebeu assim... quando foi apresentado o projeto, a gente sabe que não tinha o apoio necessário. Os Estados, pros Estados, de um modo geral, fora o Amazonas, era positivo do ponto de vista da arrecadação, né. E da competitividade também das empresas. A gente sabe que, nos bastidores, a Coca-Cola tem um batalhão de gente muito bem relacionada que atuou pra fazer o seu ponto de vista prevalecer, vamos dizer assim.

ABM: Quando a gente fala em Coca-Cola a gente fala de alguma associação que a Coca-Cola faz parte ou de pessoas que têm interesse direto com a Coca-Cola?

SFS03: Quando eu falo Coca-Cola, eu te falo porque é a maior lá, né. Assim, tem... engraçado, nós tivemos da mesma forma a associação... passou por todos os gabinetes aí, um livro na época que eles estavam entregando, uma cartilha, um livro, onde estava explicando passo a passo o que significava essa redução... é... do IPI. Explicando a questão dos créditos tributários, o que é que isso traria de benefício em especial e como isso tava trazendo de benefício principalmente para a... pra Coca-Cola, né... se não me engano a Ambev também tá lá, ou não?

ABM: A Ambev também tá lá. Na verdade, é... existem 31 empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, só que como o mercado é muito concentrado nessas duas, elas acabam sendo as que mais se beneficiam.

SFS03: Essa outra associação tava rodando forte aqui, fazendo uma atuação forte, uma associação de...

ABM: A dos pequenos e médios produtores?

SFS03: É, eu acredito...

ABM: Era a AFREBRAS?

SFS03: To achando que era essa.

ABM: Sindirefri?

SFS03: Não, não era Sindirefri. Certeza que não. Talvez AFREBRAS. Mas aí eu vou ver se acho esse arquivo que eles disponibilizaram pra gente. E essa cartilha explicava passo a passo como esse IPI beneficiava de maneira bilionária essas empresas lá na Zona Franca e como prejudicava a competitividade das outras empresas no resto do Brasil. Isso sensibilizou muito, lá na CCJ todo mundo tinha isso lá, tinha essa cartilha. Foi muito utilizado inclusive pra combater essa...esse PDS. Houve um constrangimento muito grande, que eu percebia... assim, como eu to te falando, tudo que eu to colocando aqui...aí é importante só ter um cuidado sobre como vai utilizar isso, eu não to aqui querendo atacar nenhum tipo de parlamentar.

(PAUSA NA GRAVAÇÃO)

SFS03: Bom, deixa eu ver o que mais que eu posso... E a gente percebeu que dentro de um período muito curto depois que isso passou pela CCJ... é... apesar de uma certa polêmica... no nosso ponto de vista teria... não teria a força necessária pra ser aprovado no Plenário com tanta facilidade. Nesse meio tempo escutamos... escutei... que tivemos um lobby muito forte nos bastidores aí... das suas... das empresas diretamente interessadas... né... não... o Senador XXX jamais foi procurado até porque ele tinha uma posição clara, explícita, e até radical de que votaria contra os interesses dessa empresa, né... dessas empresas... então ele sequer foi procurado. Geralmente

eles nos procuram, né? Nós trabalhamos diretamente com os parlamentares, nós somos os primeiros a sermos acionados, mas não fomos. Mas a gente sabe que existe um grupo que é bastante receptivo a esses.... ao setor econômico e a gente escutava que eles estavam atuando forte. Nos bastidores.

ABM: Vou fazer algumas perguntas então talvez um pouco mais específicas. O período entre a apresentação do 57 e do 59 e a apresentação do relatório foi bastante curto né, e eles foram pautados na CCJ praticamente imediatamente após a entrega do relatório né, o relatório foi do Senador Roberto Rocha. Teve também bastante pressão pra votação da matéria praticamente imediatamente à inclusão no plenário, na... na...no plenário da CCJ. O que acontece, naquela primeira sessão, o Senador Eduardo Braga, que era um dos autores, já fez um requerimento de inversão de pauta pra que o PDS fosse já discutido e votado naquela sessão. Naquela sessão em especial houve destaque de três parlamentares opositores a esses dois PDS que se destacaram que foram a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Humberto Costa e o Senador Randolfe Rodrigues que entre os questionamentos deles foram justamente a questão de ninguém ter tido tempo de discutir a matéria e que era um assunto meio que recorrente... enfim, a minha questão, a minha pergunta principal é a seguinte: como eles conseguiram ter acesso à informação, me pareceu que eles já tinham informações sobre o PDS, eles já estavam cientes, mas ele tinha sido incluído na pauta na noite anterior... eles chegaram a ser avisados de alguma forma? Como chegou aos parlamentares da Comissão essa informação de que tentaria entrar essa matéria na pauta, pra esses que estavam cientes ali do que estava acontecendo? Você se recorda disso?

SFS03: Como chegou? É... bom... o Presidente tem de fato o poder, né... de determinar a pauta. É... isso chega... isso chega ao conhecimento... de fato a gente já imaginava que pelo impacto que a matéria tem do ponto de vista econômico ela... e não é a única, né?...isso não é o primeiro caso... que a matéria seria pautada muito breve. Há casos em que chegam a querer pautar no mesmo dia quando é uma matéria de grande repercussão. Mas você descobre assim... isso não é muito... tem reunião de líderes... a reunião de líderes seria um momento, sim, em que isso pode ser negociado, né? Já havia uma indicação de que seria, apesar da contrariedade de alguns senadores líderes da oposição que participam dessa... mas de fato o poder tá na mão do Presidente. Foi do presidente em negociação com os demais líderes.

ABM: Teve uma ocasião, ainda na CCJ, em que se sugeriu que os dois PDS deveriam ter seu mérito avaliado em outras comissões... teve um momento que teve um discussão da questão... tanto do ponto de vista da desigualdade tributária em relação aos outros Estados, da questão da saúde pública também, de subsidio aos refrigerantes que eram dados com... com... da Zona Franca de Manaus, né... então foi sugerido inclusive que o projeto passasse pela Comissão de Assuntos Sociais para que o mérito fosse avaliado lá, né... só que não chegou a haver nenhum requerimento de tramitação pela CAS né... você sabe me dizer se houve alguma dificuldade de articulação, o que aconteceu ali no meio do caminho que...

SFS03: É, eu tenho uma questão importante para te colocar... e não sei se de fato não houve um requerimento... é muito importante até dar uma investigada nisso. Eu não lembro de cabeça. Porque eu duvido que não tivesse um requerimento. É que ele só recebe número depois de lido. E qual é a tradição que se tem, infelizmente, uma tradição que eu não considero positiva, muitos requerimentos, como esse, um possível requerimento, né?, não sei nem se existiu, muitas vezes eles entram, isso é uma questão que a gente sabe da prática como funcionam os bastidores, se é algo que vá atrapalhar alguma coisa, muitas vezes o requerimento fica lá na mesa ó... aí o que acontece, seguro, não é lido, se não é lido não recebe número, e perde o objeto. Caso ele seja aprovado, perde o objeto.

ABM: Houve um requerimento de urgência para que ele fosse para o Plenário. Esse requerimento de urgência teria prejudicado algum requerimento para passar em outras comissões?

SFS03: Não... não. Não prejudica. Até porque se ele... assim, prejudicaria no ponto de vista do tempo. Ele teria que ser apreciado de repente pela Comissão no próprio Plenário, por aquele parecer que você dá dentro do próprio Plenário... vamos dar um parecer pela CAE... mas dentro do Plenário, pela urgência que ele já recebeu.

Mas não atrapalharia. Não sei se de fato não houve esse pedido. Posso até tentar ver se eu descubro essa informação. Se não houve, é estranho. Porque seria uma tentativa regimental bastante natural.

ABM: Até por ser uma matéria muito polêmica, né?

SFS03: É.

ABM: Teve uma situação que alguns senadores que eram favoráveis à apresentação do 57 e do 59, isso aconteceu tanto na CCJ quanto no Plenário, eles reclamaram da pressão dos assessores da liderança do Governo, que na época era o Senador Romero Jucá, né, que haveria assessores do Senador Romero Jucá fazendo pressão para que os PDS 57 e 59 não fossem aprovados. Eu entendo que este é um movimento normal, porque era interesse do governo, da Presidência da República, manter o decreto, né, então era perfeitamente natural que isso acontecesse. Na verdade, a minha pergunta é se essa pressão foi maior do que o habitual ou se foi de fato algo que seria esperado.

SFS03: Não, acho normal.

ABM: Normal?

SFS03: Normal, não considero que tenha sido exagerado. Quem estava reclamando disso eram os...

ABM: Os próprios autores.

SFS03: Assim, sabe aquela expressão “pau que bate em Chico, bate em Francisco”? O papel do governo seria tentar prevalecer seus interesses, né. Eu acho que... não vi nada exagerado.

ABM: Nada exagerado?

SFS03: Aliás, talvez seja sempre exagerado. [risos]

ABM: Nada fora do habitual, digamos...

SFS03: Isso!

ABM: Na sua percepção, teve algum fator que tenha sido determinante para a aprovação do PDS aqui no Senado?

SFS03: O movimento de bastidores. Isso aí eu te garanto. Garanto não... é a impressão que eu tenho né. A impressão que eu tenho é que foi um movimento muito bem feito de bastidores. Que foi bem construído nos bastidores para que eles tivessem votos suficientes. Porque publicamente... você pode... se você analisar publicamente não teve muita manifestação a favor. Teve no voto só. Quem votou de verdade foram os autores, foram aqueles que defenderam, foram eles que foram a público. Os demais, foram bem silenciosos. Foram votos que... se você analisar, não tinham um interesse direto pelo benefício fiscal. Eles foram convencidos por alguma ação de bastidor.

ABM: Você se recorda de ter recebido uma carta da Aliança para a Alimentação Adequada e Saudável? A respeito da recomendação da Organização Mundial da Saúde para a tributação de bebidas açucaradas como uma medida de combate à obesidade e doenças crônicas não transmissíveis?

SFS03: Eu me lembro.

ABM: Chegou aqui ao gabinete?

SFS03: Chegou. Apesar de não lembrar mais o conteúdo, mas eu me lembro que chegou.

ABM: E depois da aprovação do PDS 57 de 2018, chegou a haver alguma articulação entre senadores desse partido, né, e deputados federais também do mesmo partido em relação à matéria que tramitaria na Câmara? Costuma haver esse tipo de articulação?

SFS03: Eu desconheço o que aconteceu em relação aos senadores [*trecho com conteúdo não relevante para a análise, omitido para preservar a identidade do entrevistado*]. Mas eu não tomei conhecimento dessa articulação.

ABM: Você se recorda do gabinete ter sido procurado por representantes da Afrebras? A associação dos produtores de refrigerantes do Brasil, que representa os pequenos e médios produtores de refrigerantes?

SFS03: Nós fomos procurados. Assim, nós recebemos a cartilha, né? Nós fomos procurados.

ABM: A cartilha foi deles?

SFS03: Foi. Bom, não sei se foi deles... eu recebi uma cartilha.

ABM: Da Abir, chegou alguém a fazer visita?

SFS03: Ou foi da Abir? [em dúvida]. Não sei. Eu não me lembro, eu teria que achar essa cartilha. Não me lembro, de verdade. Foi um desses.

ABM: Algum representante da Aliança para Alimentação Saudável e Adequada chegou a procurá-los? Ou teria sido só essa carta?

SFS03: Então, eles fizeram um contato com a gente. Não me recordo se foi pessoal se foi via e-mail ou telefone. Mas quando a gente recebe esse tipo de material geralmente é alguém que entrega pra gente até pessoalmente, visitando no gabinete. Mas assim... de lá pra cá, centenas ou milhares de pessoas nos procuram... não vou lembrar.

[Fim da entrevista]

Entrevista CDS01

Apresentação e introdução à entrevista.

ABM: Como é determinada a tramitação dos projetos de decreto legislativo? Como se determina por quais comissões eles vão tramitar?

CDS01: Então... essa questão dos projetos de decreto legislativo é exatamente pela temática deles. Por exemplo, um projeto que afeta uma comissão da área da saúde, por exemplo, vai para a Comissão de Seguridade Social e Família... se tem a ver com tributos, vai para a Comissão de Finanças e Tributação... e assim, e todos os projetos passam pela comissão, né, pela CCJ, e se tem a ver com a matéria tributária passam pela Comissão de Finanças e Tributação.

ABM: Certo. E como se define essa ordem de tramitação?

CDS01: Primeiro vai para a comissão que mais... aliás, minto... por exemplo, vai para quatro comissões: passa primeiro pela comissão que tem menos artigos, vamos supor, referentes àquela comissão. Por que? As mais importantes precisam ficar por último, porque se tiver um substitutivo, fica valendo o da comissão que mais é afeta ao tema. E a CCJ fica por último porque teve um determinado momento em que a CCJ ela cuidava da constitucionalidade dos projetos logo no início. Aí, o que é que acontecia: quase nada tramitava. E aí preferiu-se, né, colocar Comissão de Constituição e Justiça pra depois. Assim pelo menos a matéria entrava em tramitação e

era discutida na Câmara. Então a CCJ fica por último. E a Comissão de Finanças [*e Tributação*], se ela vai falar sobre o mérito, e ela é importante praquele tema, ela fica no início. Se não, ela fica antes da CCJ.

ABM: Então um PDC que tivesse que tramitar pelas duas comissões, obrigatoriamente ele passaria pela [*Comissão de*] Finanças e Tributação antes e a CCJ sempre por último.

CDS01: Sim.

ABM: Haveria alguma forma de inverter essa ordem? Ou não, regimentalmente é assim que funciona?

CDS01: Inverter, não. A CCJ é sempre a última porque ela vai ter que fazer a redação final. Agora, existe a possibilidade do deputado pedir para redistribuir e passar por uma comissão que ele ache que deva participar nesse assunto. Por exemplo, incluir uma outra comissão. Por exemplo, incluir uma comissão de Seguridade Social e Família... “ah, esse assunto deveria ser discutido lá também”... aí existe a possibilidade de um deputado fazer um requerimento para o Presidente da Câmara e pedir para redistribuir a matéria.

ABM: Aí esse requerimento seria para o Presidente da Câmara?

CDS01: O Presidente da Câmara.

ABM: E teria que ter apoio de quantos parlamentares, você se recorda de cabeça?

CDS01: Não, não precisa de apoio. Basta o deputado achar que realmente precisa passar por aquela comissão. E esse requerimento também não vai a Plenário. É a Secretaria Geral da Mesa que faz um despacho, né, e decide: a matéria realmente tem relação com o tema tal. Então, aí a Secretaria Geral da Mesa redistribui. Agora, existe também a possibilidade só de ouvir uma comissão. Existe um requerimento que é para você não passar o assunto por aquela comissão, mas ela simplesmente contribui. Existe esse requerimento e também tem essa possibilidade. Por exemplo, não vai passar pela comissão X, mas essa comissão precisa ser ouvida para melhorar o estudo, o entendimento daquela matéria. Tem essa possibilidade.

ABM: Ficou só uma dúvida aqui... em relação a esse requerimento para que tramite por outra comissão ou para que outra comissão seja ouvida... ele pode ser feito por qualquer parlamentar ou tem que ser algum membro dessas comissões em que este PDC está tramitando?

CDS01: Qualquer parlamentar.

ABM: E no caso de um projeto de decreto legislativo que seja rejeitado em uma comissão terminativa, existe a possibilidade de recurso?

CDS01: Sim, existe. Comissão de Finanças e Tributação, né, e a CCJ, que são as únicas na Câmara que dão esse parecer terminativo, existe sim essa possibilidade.

ABM: E aí precisa de apoio de muitos parlamentares? Como funcionaria isso? Tem algum prazo?

CDS01: É um décimo. Um décimo dos deputados, né.

ABM: Um décimo da Casa, e não da Comissão?

CDS01: É, da Casa. Estou com vontade de verificar isso! (risos)... Mas eu creio que sim. Inclusive assim, quando a comissão de finanças ela rejeita, né, quando ela dá pela inadequação financeira sai na Ordem do Dia das comissões. Ou na Ordem do Dia do Plenário? E aí abre exatamente esse prazo, que é um prazo pra recurso. Se você olhar lá na Ordem do Dia, vai estar lá. As proposições, né, que tiveram pela inadequação, e aí abre prazo para os parlamentares entrarem com recurso. E a CCJ também. Dá publicidade, né. Pros deputados entrarem com recurso.

ABM: Esse prazo normalmente é pela reunião da Comissão ou pela sessão de Plenário?

CDS01: São as sessões do Plenário.

ABM: Sendo no final do ano, então assim, se a gente fala de um PDC que tramitou no final de um ano, que era o último ano da legislatura, né. Provavelmente esse prazo ele seria interrompido com o início da nova legislatura? Esse PDC seria obrigatoriamente arquivado ou ainda haveria forma de desarquivar ele depois se fosse o caso?

CDS01: Existe forma de desarquivar. Todos os projetos são arquivados, existem algumas exceções que eu precisaria olhar no regimento. Mas a princípio assim eles são arquivados e aí no ano seguinte o autor do projeto tem 180 dias para pedir esse desarquivamento. Agora, a não ser que ele não tenha sido reeleito, né, que aí não tem jeito de ser desarquivado. Mas assim, geralmente não é muito difícil porque os projetos são apensados, né... então existem muitos autores... é assim... quando isso acontece, do deputado autor não ser reeleito, e aí ele não consegue desarquivar, aí o que é que acontece... o deputado ele pede para um outro parlamentar dar entrada novamente com o mesmo projeto... assim “você dá entrada pra mim, por favor?”... aí ele vai lá e dá entrada nesse projeto novamente. Inclusive até cita, fala assim, na justificção, “esse projeto é de autoria do deputado tal e eu tô dando entrada porque foi arquivado no final da legislatura”.

ABM: Mas esse desarquivamento poderia ser feito mesmo se ele tivesse sido rejeitado em uma comissão terminativa?

CDS01: Não. Se ninguém entrou com o recurso, aí não tem jeito. Aí vai para o arquivo mesmo. Aí tem um prazo, né, tem um prazo no regimento, que pode dar entrada novamente nesse tema. Mas tem um prazo, que eu não sei se é de uma legislatura para outra... acho que é. E aí pode dar entrada assim, não com o mesmo projeto. Mas por exemplo, se deu por inadequação, o deputado... ele ajusta, né, essa inadequação, essa inconstitucionalidade, e dá entrada novamente no mesmo projeto.

ABM: E quando se trata, por exemplo, de um autor do projeto que não faz parte da comissão que esse projeto está tramitando, né... então, tomemos por exemplo, um PDC que deveria tramitar pela [Comissão de] Finanças e Tributação e pela [Comissão de] Constituição e Justiça... e aí o deputado autor ele não é membro de nenhuma dessas comissões... de que forma pode se dar a participação dele? Ele pode participar normalmente, ele pode discutir, ele pode comparecer?

CDS01: Normalmente, inclusive quando o projeto do deputado entra na pauta, a gente avisa. E quando a gente vê que tem alguma resistência dos parlamentares, que tá precisando realmente do deputado ir lá conversar, explicar melhor o projeto para alguns deputados que estão sinalizando que vão rejeitar o projeto, a gente avisa pro autor, ele vai na comissão e ele faz todo esse processo de articulação. Ele vai, conversa, ele pede a palavra, ele participa da discussão, ele explica o projeto. Um não-membro, tem esse artigo, inclusive, o não-membro ele tem dez minutos... pra discursar sobre o projeto. E o membro tem quinze minutos pra usar da palavra.

ABM: E esse não-membro, independentemente de ele ser autor ou não?

CDS01: Independente de ele ser autor ou não, e independente se ele fizer parte ou não da comissão, né.

ABM: Então, só para esclarecer: um parlamentar que tem interesse no projeto, ele não é autor, ele não faz parte da comissão, mas ele tem interesse naquele projeto. Ele pode normalmente, ir àquela comissão, e ele teria 10 minutos pra discutir, pra mostrar seu posicionamento, pra tentar argumentar a respeito?

CDS01: Sim... Além disso, se o projeto não for um projeto conclusivo... aliás, se o projeto for um projeto conclusivo, esse não membro ainda tem a possibilidade de apresentar emendas. Porque abre prazo para emendas nas comissões, né (pausa). Mas eu acho que o PDC é discutido em Plenário, né. Aí não é o caso. Porque o seu é PDC, né?

ABM: Na verdade ele não chegou a passar pelo Plenário. Ele deveria ter sido votado em Plenário, também?

CDS01: Mas no caso é porque o projeto não chegou a ir para o Plenário, né?

ABM: Não...

CDS01: Qual era a tramitação dele? Era Plenário?

ABM: Se eu não me engano era só CFT e CCJ.

CDS01: Mas aí ele parou por conta de um parecer terminativo?

ABM: Ele parou porque ele foi rejeitado na [Comissão de] Finanças e Tributação.

CDS01: É... aí não vai nem pra Plenário.

ABM: Mas se ele tivesse sido aprovado na [Comissão de] Finanças e Tributação e na CCJ ainda assim ele teria que ir a Plenário?

CDS01: Ele vai pra Plenário.

ABM: Porque no Senado, a tramitação é um pouco diferente... no Senado a única comissão de mérito que obrigatoriamente precisa avaliar é a CCJ, e depois o Plenário.

CDS01: É, é diferente lá.

ABM: Eu tenho uma pergunta pra te fazer que eu não sei se você saberia me responder, mas se for o caso eu posso buscar alguém que tenha mais conhecimento sobre isso... para o caso que eu estou estudando, houve um parecer da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira... ele atendeu ao disposto numa norma interna da Comissão de Finanças e Tributação, né. Você tem algum conhecimento sobre essas normas internas, ou não?

CDS01: Então, me parece que a Comissão de Finanças [e Tributação] ela mudou isso. Porque antes... eu não sei ao certo... mas eu acho que aconteceu o seguinte: antes, a Comissão pedia esses pareceres... agora parece que todos os projetos já precisam ter esse parecer. Mas é melhor ver com o secretário da comissão.

ABM: Certo. Eu vou tentar com alguém que tenha relação direta com a [Comissão de] Finanças e Tributação... porque aí está mais familiarizado com essas questões internas, né? Aí é mais fácil...

[Fim da entrevista]

Entrevista CDS02

ABM: Existe alguma estimativa do tempo médio de tramitação das matérias na CFT?

CDS02: Olha, isso no geral é pelo Regimento. Depende de qual é a tramitação do projeto. Se ele tem uma tramitação ordinária, e esse eu não me lembro né... eu teria que ter olhado o projeto, na realidade eu não me lembro qual é a tramitação dele.

ABM: Era um projeto de decreto legislativo.

CDS02: Eu não sei, eu teria que realmente olhar a ficha dele. Porque se for tramitação ordinária, ele tem 40 sessões na Comissão. Aí metade das sessões é [o prazo] para o relator, e metade é [o prazo] para votar. Só que esse prazo, eles não levam muito.... você vê o tempo que esse PDC... é PDC, né? É um prazo que tem no Regimento e tal, mas ele é um prazo que só funciona se provocado. Por exemplo, se o autor por acaso fala assim “ah, já passou do tempo, do prazo de votar na Comissão e eles não votaram, vamos pra próxima”. Aí você tem que pedir para o Presidente

da Casa e ele aceita ou não... geralmente ele estende um pouquinho mais o prazo e depois se realmente não deu aí passa para outra Comissão. Mas qual é o problema disso? Ele fica sem o parecer daquela Comissão.

ABM: E na verdade, pela tua experiência, um PDC que tenha tramitado num período de 6 meses... é normal um PDC ser aprovado ou rejeitado em um período tão curto? Ou não?

CDS02: Não... não... geralmente esses que andam rápido é porque tem interesse político e tem um trabalho em cima do assunto. Se não tiver interesse, ele não anda. E esse PDC em si eu lembro que tinha muito... eu me lembro do [Deputado] Pauderney, é uma pena que ele não está como deputado mais... mas o Pauderney ele ia muito em cima disso... uns queriam, outros não... e geralmente esses demoram anos. E esse é um deles. Mas como eu estava te falando, o tempo na Comissão regimentalmente tem. Se é ordinário, são 40 sessões. Se é prioridade, são 20 sessões. E sempre metade para o relator, metade para a votação na Comissão. E urgência são só 5 sessões. Nem a urgência, que seria algo muito importante, que tem que ser rápido, nem isso é no prazo que estipula. Tem que ser algo assim, de vida ou morte, para conseguir esse prazo.

ABM: Tem que ter vontade política?

CDS02: Exatamente. Tem uns que a gente fica impressionado. No ano que entra lá na Comissão já vota, já sai... mas isso é realmente muita vontade política.

ABM: E você se recorda se o Deputado Pauderney na época estava trabalhando para que o projeto entrasse na pauta?

CDS02: Tava. Ele tinha todo um trabalho porque ele era da região Norte, né? Então ele tinha todo um trabalho em cima.

ABM: Eu vou te perguntar se por acaso você se recorda disso ou não, porque foi uma coisa que me chamou a atenção sobre a tramitação. Na verdade, eles eram dois PDCs, um era de autoria do Deputado Pauderney e o outro era de um outro parlamentar do Amazonas, o [Deputado] Silas Câmara, né. Eles [os projetos] eram praticamente iguais, né, o objetivo era sustar o Decreto do Presidente Michel Temer mas assim... durante a tramitação eu vi que teve uma participação bastante ativa do Deputado Pauderney, mas não teve nenhuma participação ativa do Deputado Silas Câmara, né...

CDS02: Eu só me lembro realmente do Pauderney. Só dele. Trabalhando em cima disso, só me lembro dele mesmo. Sempre que tinha alguma audiência pública, que ele tava em pauta, ele estava presente, porque ele tinha interesse.

ABM: E ele era membro da CFT também na época.

CDS02: Era membro, sempre foi membro da CFT. Aliás, foi uma pena [não ter sido reeleito], porque ele entendia muito. Como é uma comissão muito técnica, quando é alguém que entende muito, é ruim. Porque quando eles não entendem é mais difícil.

ABM: E em relação à relatoria dos projetos, existe algum critério dentro da CFT de como distribuir para o relator, como é selecionado o relator, ou não?

CDS02: É o seguinte: depende muito do Presidente [da Comissão]. Por exemplo, se o Presidente deixa na mão do secretário, “ah, são muitos, eu não quero mexer com isso”, aí a gente vai pelo lado técnico, mesmo. A gente olha, vê a profissão, ou se ele demonstra interesse sobre aquela matéria a gente manda para esse relator. Mas isso acontecia há mais tempo, há tempos atrás. Agora não. É bem político mesmo. Então depende do partido que o deputado tá, assim, eles barganham muito isso. Então assim, não necessariamente vai pra um cara que vai entender bem da matéria, não. E aí surgem os pedidos. Há uns 4-5 anos, o que eu vejo acontecer são os pedidos. Geralmente eles designam pra quem pede a matéria, tendo conhecimento ou não.

ABM: Então se alguém manifestar o interesse, “eu gostaria de relatar esse projeto”, normalmente vai para essa pessoa?

CDS02: Pode ser. É, se não tiver... se não for nada muito polêmico... geralmente o Presidente manda para quem... mas tem alguns que têm vários pedidos, né? Aí [ininteligível] alguma coisa muito direta do Secretário com ele, e aí o Presidente resolve. Aí ele [o Presidente] vê para quem ele quer passar. Mas se tem só um pedido e ele não vê problema, geralmente ele manda para quem pediu.

ABM: No caso desses PDCs, quem relatou foi o Deputado Fausto Pinato. E na época o Presidente da Comissão era o [Deputado] Renato Molling. Eles eram do mesmo partido, os dois eram do PP.

CDS02: Ah, então deve ter tido um pedido. É possível verificar na Comissão se realmente teve [um pedido]. Porque como ficam lá os pedidos, tem as designações, e agora tem um sistema onde se anotam todos os pedidos.

ABM: Para esses PDCs, veio um informativo de adequação financeira e orçamentária da CONOF [Consultoria de Orçamento de Fiscalização Financeira], né. Você sabe me dizer se esses informativos eram de praxe na Comissão ou eles tinham que ser solicitados?

CDS02: Não, eles eram de praxe. Desde... não sei se foi 2015 ou 2016... eles começaram a ser de praxe e foi um projeto inclusive do [Deputado] Pauderney, que pediu isso. Porque vários projetos não eram compatíveis e o relator dava [parecer] pela compatibilidade, falando que tinha orçamento e no fundo não tinha. Então foi um trabalho deles, da Soraia, e acho que do Pauderney também, com a Consultoria, que todos os projetos tivessem. Então todos os projetos que chegam com um parecer, independentemente se foi feito, porque a gente reconhece quando foi feito lá na Consultoria, quando é feito fora, geralmente a gente consegue ver, a gente pede de todos. E mesmo que seja feito pela Consultoria, às vezes o deputado fala “eu quero que você dê um parecer pela compatibilidade”, mesmo não sendo. Aí é uma forma do consultor se resguardar. Sempre tem o parecer da consultoria, ele sendo ou não, todos vão ter. Se você olhar, era uma coisa que eles pediam em alguns e depois virou praxe. Pra todos a gente pede.

ABM: Eu sei que a Consultoria tem um “problema”, que eles têm que atender à demanda do parlamentar. Em relação a esses pareceres da CONOF especificamente, eles costumam ser menos enviesados?

CDS02: São... a Consultoria de Orçamento ela é mais... eles procuram ao máximo não fazer, não dar um parecer assim contrário ao que realmente é, e quando eles são, eles geralmente se baseiam com uma nota técnica e sempre tem a nota... e antes de votar tem esse parecer que você tem, entendeu.

ABM: E esses pareceres normalmente são necessários para a votação? O projeto só é colocado em pauta se tiver esse parecer?

CDS02: Geralmente, sim. O que pode acontecer com urgência, eles podem tentar, mas isso é raro, acontecer um projeto que não tenha parecer e conseguir pautar. Mas acontece, às vezes a gente pauta “pendente de parecer” e na hora da reunião ele apresenta o parecer. Mas é difícil. Não é praxe. Principalmente se for um parecer que tenha substitutivo e a gente tenha que abrir prazo, então não pode pautar... tem uns detalhes. Mas não é comum. Tem que ser algo muito especial para poder acontecer isso. Mas não é comum, se não tiver o parecer a gente não pauta.

ABM: O parecer da CONOF saiu com data de 04 de dezembro, se não me engano ele foi incluído na ficha de tramitação em 05 de dezembro e aí ele entrou na pauta em 12 de dezembro, de uma semana para a outra.

CDS02: É isso mesmo, de uma semana para outra.

ABM: Esse prazo é normal então? Chegou o parecer e ele já entra na pauta?

CDS02: Não, não. Primeiro pelo volume. Não é assim. Tem projetos que ficam com pareceres lá, porque quem define a pauta é o Presidente, ele pauta o que ele quer. O que é interesse dele ou os pedidos que são feitos. Porque

a gente não consegue. No ano passado (2019) a gente deve ter terminado com bem uns 300 prontos para pauta. Você não consegue pautar, entendeu? A gente tem tido até umas pautas menores, por exemplo, a gente já teve pauta muito grande, de 100. Primeiro que você não consegue votar, por causa dos interesses do governo ou da oposição você não consegue votar, e tem coisa que eles não têm, tem parecer e eles não têm interesse em votar. Então os pedidos que vão acontecendo vão sendo votados, mas não é automático, não. E geralmente são os pedidos (...) normalmente é ele [o Presidente] que define. Se não fosse essa parte da política, o natural seria isso. Regimentalmente o natural é isso, se ele tem parecer, você pauta. Se não for um parecer com substitutivo né, porque com substitutivo você ainda abre um prazo de 5 sessões para ver se tem alguma emenda. Mas fora isso... o natural seria isso, mas não é isso que acontece, porque quem define a pauta é o Presidente. Ele pauta o que ele quer.

ABM: Existe alguma forma de se identificar que horas, que data e que horário, um PDC foi incluído na pauta da reunião da Comissão

CDS02: Não, não. O dia tudo bem, mas hora, não. Porque a pauta é assim, a gente funciona de uma semana para a outra, né. A gente tem a reunião na quarta, na quinta a gente já vai juntar tudo o que sobrou da outra reunião, que o deputado quer que mantenha ou não na pauta, e o que chegou novo. Antes dele ir embora a gente senta com ele e “qual é a próxima pauta?”, então até sexta-feira a gente publica isso. Tem que ter publicidade, né? Então, assim, você vai ter o dia. Mas a hora é mais difícil. A gente normalmente consegue fechar a pauta até sexta-feira ao meio dia. Ou seja, publicar. Então que está fechada, publica e aí ela está disponível. Agora, ele [o PDC] deve ter sido entrado normalmente, pelo que você me falou das datas, ele não deve ter entrado em cima da hora na pauta, não. Ele deve ter entrado na sexta mesmo, ele já devia constar da pauta, e aí votaram na quarta. O que a gente evita, só um pedido ou outro, a gente evita. Porque tem que ter a publicidade 24 horas... então até um dia antes ainda dá para receber parecer e colocar na pauta, se o Presidente mandar. Mas a gente evita muito isso, porque dá muita confusão. Geralmente ele vai sair, porque eles [deputados] vão argumentar que não tiveram tempo de ter conhecimento da matéria... É um ou outro que a gente consegue... mas geralmente a nossa praxe é fechar na sexta e não mudar mais. Só tirar. Só se for algum pedido “ah, tirar esse, não vou votar” ou “eu vou resolver um problema no parecer”... A gente tirar, pode ser, mas colocar a gente evita ao máximo.

ABM: Eu assisti ao vídeo da reunião em que o PDC foi votado e eu achei ela muito esvaziada. Claro, a gente sabe que na Câmara os deputados passam, registram a presença e nem sempre estão presentes na reunião. É comum isso acontecer na CFT, de estar muito esvaziada mesmo a reunião, ou não?

CDS02: Dependendo... assim, foi um ano, esse ano do [Deputado] Renato Molling foi um ano eleitoral, né? Então era, mas apesar de que foi já no final do ano, foi em dezembro, né? Acontece, acontece. Não vai estar só um ou dois, mas às vezes acontece. Dependendo de onde ele estava na pauta pode ter começado a reunião mais cheia e foi esvaziando... são vários... mas assim, tem que ter um quórum, não necessariamente o presencial, né... mas se teve o quórum pra começar a reunião, ela vai rolando... até alguém falar “não, eu não quero votar isso porque eu acho que... eu quero votação nominal, eu quero saber se o quórum qualificado tá aqui”... aí geralmente ela [a votação] cai.

ABM: Você se recorda, claro, o presidente da Comissão normalmente se abstém de manifestar a opinião, né... mas você chegou a conhecer a opinião do Deputado Renato Molling sobre esse projeto?

CDS02: Não me lembro... sinceramente, não me lembro. Ele era mais ligado ao setor calçadista, do sul, então não era muito a área dele. (...) Agora, se ele pautou, ele não devia ter nada contra. Já é um indício, entendeu? Mas, especificamente, eu não me lembro dele falar desse assunto.

[Fim da entrevista]

Anexo 5: Participação financeira das indústrias de bebidas açucaradas e seus insumos, segundo grupo empresarial, nas campanhas eleitorais dos candidatos às 55ª Legislatura do Congresso Nacional

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS AÇUCARADAS				
BEBIDAS LÁCTEAS				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
Blueville	Blueville	-	-	3.000,00
Bom Leite	Bom Leite	-	15.000,00	-
Café Moinho Fino	Café Moinho Fino	-	-	15.790,00
CBL Alimentos	Betânia Lácteos	-	-	65.000,00
Cemil	Cemil	-	-	49.241,25
Cocatrel	Cocatrel	-	-	155.000,00
Confepar Cativa	Confepar Cativa	-	-	100.000,00
Cooper Rita	Cooper Rita	-	-	25.000,00
Cooperativa Santa Clara	Cooperativa Santa Clara	-	-	3.000,00
Embaré	Embaré	-	-	200.000,00
Frimesa	Copagril	-	-	49.000,00
Gury	Gury	-	-	665,00
Italac	Italac	-	349.539,97	-
Itambé	Itambé	-	-	100.000,00
Latco	Latco	-	-	4.000,00
Laticínio Saboroso	Laticínio Saboroso	-	-	10.000,00
Laticínios Bela Vista	Piracanjuba	-	875.000,00	955.034,31
Laticínios Friosina	Laticínios Friosina	200,00	-	-
Laticínios Frizzo	Laticínios Frizzo	-	-	5.000,00
Sabor Isis	Sabor Isis	6.000,00	-	-
Terra Viva	Terra Viva	-	-	50.000,00
Tirol	Tirol	-	-	40.000,00
Três Corações	Três Corações	221.000,00	100.000,00	200.000,00
	Café Itamaraty	-	-	5.000,00
Vigor Alimentos	Vigor Alimentos	-	-	1.999.960,00

* Para o ano de 2014, considerou-se o somatório das contribuições diretas e indiretas para os candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS AÇUCARADAS				
BEBIDAS NÃO LÁCTEAS				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
ADM	Wild Amazon	10.000,00	-	-
Ambev	Arosuco	1.170.000,00	749.881,19	2.957.694,75
	Cargnelutti & Cia	-	-	3.500,00
	CRBS	-	2.438.166,50	9.453.569,00
	Londrina Bebidas	-	975.943,31	1.288.932,00
Arbor Brasil	Arbor Brasil	-	-	30.000,00
Bebidas Tio Sam	Bebidas Tio Sam	-	-	241.380,00
Brasfrut	Brasfrut	5.000,00	-	5.000,00
Brasil Kirin	Brasil Kirin	375.000,00	280.000,00	1.249.536,00
Cocamar	Cocamar	70.000,00	-	-
Docile Alimentos	Docile Alimentos	-	-	5.000,00
Fante Bebidas	Fante Bebidas	-	-	1.400,00
Godam Alimentos	Godam Alimentos	-	-	10.000,00
Grupo Coringa	Coringa	-	-	58.300,00
Grupo Petrópolis	Cervejaria Petrópolis	-	2.674.276,50	5.905.334,00
	Praiamar	404.000,00	997.465,00	952.578,00
Indústria de Bebidas Paris	Indústria de Bebidas Paris	-	-	10.000,00
Indústria de Bebidas Pirassununga	Indústria de Bebidas Pirassununga	-	-	20.000,00
KY-Tubaína	KY-Tubaína	40.000,00	-	-
Magistral	Magistral	-	-	423,00
Mariza Alimentos	Mariza Alimentos	-	-	20.000,00
Nutrimental	Nutrimental	-	-	323.100,00
Piraquê	Piraquê	-	-	84.000,00
Psiu Indústria de Bebidas	Psiu Indústria de Bebidas	-	-	57.826,86
Refrigerantes do Triângulo	Refrigerantes do Triângulo	-	-	30.000,00
Refrigerantes Neon	Refrigerantes Neon	-	-	32.500,00
Refrix	Refrix			60.000,00
São Geraldo	Cajuína São Geraldo	20.000,00	-	-
Sucos Suvalan	Sucos Suvalan	-	-	15.000,00
Tatuzinho 3 Fazendas	Tatuzinho 3 Fazendas	-	-	20.000,00
Wow Nutrition	Wow Nutrition	-	-	30.000,00

* Para o ano de 2014, considerou-se o somatório das contribuições diretas e indiretas para os candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS AÇUCARADAS				
BEBIDAS LÁCTEAS E NÃO LÁCTEAS				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
Brasfrigo	CBS Alimentos	-	-	5.000,00
Coca-Cola	Brasal Refrigerantes	-	70.000,00	369.100,00
	Compar	-	42.088,33	544.583,31
	CVI	-	-	78.000,00
	Leão	-	-	30.000,00
	Néctar Mais	50.000,00	-	-
	Recofarma	-	1.914.253,00	3.503.386,00
	Refrescos Bandeirantes	50.000,00	50.000,00	190.000,00
	Renosa	100.000,00	-	-
	Rio de Janeiro Refrescos	-	-	2.694.900,00
	Solar Participações	-	1.820.667,63	799.471,50
	Sorocaba Refrescos	-	-	58.446,67
	SPAL	-	260.000,00	1.934.840,00
	Vonpar	-	150.957,00	24.850,00
Laticínios Jussara	Laticínios Jussara	-	-	50.000,00
Liotécnica	Qualimax	-	-	5.515,00
Unidasul	Vilma Alimentos	40.000,00	-	50.000,00

* Para o ano de 2014, considerou-se o somatório das contribuições diretas e indiretas para os candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

INDÚSTRIAS DE INSUMOS PARA BEBIDAS AÇUCARADAS				
AÇÚCARES				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
Adecoagro	Adecoagro	50.000,00	-	740.000,00
Agrovale	Agrovale	102.000,00	300.000,00	300.000,00
Alcon	Usina Alcon	10.000,00	-	-
Atvos (Odebrecht)	Agroenergia Santa Luzia	-	1.537.500,00	1.060.500,00
	Odebrecht Agroindustrial	-	-	293.490,00
	Unidade Rio Claro	-	605.698,06	1.277.091,63
	Usina Conquista do Pontal	-	827.125,00	832.500,00
	Usina Destilaria Alcidia	-	-	391.500,00
	Usina Eldorado	-	87.500,00	80.000,00
Biosev	LDC Bioenergia	200.000,00	-	-
Bunge	Bunge Fertilizantes	830.000,00	-	-
Cassava	Cassava	-	-	2.000,00
Central Açucareira Santo Antônio	Central Açucareira Santo Antônio	-	-	57.000,00
Clealco	Clealco	-	-	28.967,46
CMAA	Usina Vale do Tijuco	-	-	100.000,00
Copersucar	Caçu Comércio e Indústria	30.000,00	94.000,00	24.998,77
	Copersucar	400.000,00	650.000,00	2.854.687,25
	Usina Açucareira São Manoel	-	-	50.000,00
	Usina Barra Grande	-	-	350.000,00
	Usina Cerradão	20.000,00	-	170.000,00
	Usina Pitangueiras	-	-	50.000,00
Copertrading	Copertrading	450.000,00	-	-
Coprodia	Usina Coprodia	1.562,50	50.000,00	114.200,00
DCBio	Della Coletta Bioenergia	-	-	64.000,00
Destilaria Santa Inês	Destilaria Santa Inês	-	-	20.000,00
ECOM Trading	EISA Interagrícola	-	-	50.000,00
Grupo Agropeu	Usina Agropéu	-	-	20.085,50
Grupo Algar	ABC Agricultura e Pecuária	-	-	265.000,00
	ABC Inco	124.000,00	-	-
Grupo Arakaki	Alcoeste	-	-	100.000,00
Grupo Barralcool	Usina Barralcool	53.125,00	-	243.000,00
Grupo Batatais	Usina Batatais	-	69.782,80	30.000,00

Continua

Continuação

INDÚSTRIAS DE INSUMOS PARA BEBIDAS AÇUCARADAS				
AÇÚCARES				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
Grupo Carlos Lyra	Usina Caeté	140.000,00	100.000,00	170.000,00
Grupo Colombo	Usina Colombo	-	-	283.400,00
Grupo Colorado	Central Energética Morrinhos	-	73.801,91	40.000,00
Grupo Delta	Usina Delta	-	176.000,00	308.000,00
Grupo Farias	Usina Anicuns	-	75.000,00	50.000,00
	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas	-	25.000,00	70.000,00
Grupo Glencane	Unialco	35.000,00	-	-
Grupo Jalles Machado	Jalles Machado	-	135.000,48	64.371,50
	Vera Cruz Agro	-	-	50.000,00
Grupo Japungu	CRV Industrial	-	40.000,00	90.000,00
Grupo Naoum	Usina Santa Helena	5.000,00	-	-
Grupo Pérola	Pérola e Olé	-	-	1.415,00
Grupo São Martinho	São Martinho	-	250.000,00	840.945,50
	Usina Boa Vista	100.000,00	180.000,00	80.000,00
Grupo Sonora	Usina Sonora	-	-	50.000,00
	Rio Corrente Agrícola	-	-	30.000,00
Grupo Usina Goianésia	Energética São Simão	100.000,00	-	-
	Usina Goianésia	45.000,00	62.962,75	40.000,00
Grupo Usina Ipojuca	Energética Serranópolis	-	25.000,00	-
	Usina Ipojuca	-	-	80.000,00
Grupo USJ	USJ Açúcar e Alcool	20.000,00	-	100.000,00
Grupo Vale do Verdão	Usina Floresta	-	50.000,00	50.000,00
Indemil	Indemil	-	-	5.000,00
Infinity Bioenergia	Usina Cridasa	200.000,00	-	-
Itaquara Alimentos	Itaquara Alimentos	-	-	100000,00
Japungu Agroindustrial	Agroval Vale do Paraíba	-	40.000,00	20000,00
Lincoln Junqueira	Usina Alto Alegre	20.000,00	-	140.480,00
	Usina Mogiana	-	-	122.000,00
Miriri Alimentos e Bioenergia	Miriri Alimentos e Bioenergia	70.000,00	-	35.000,00
Pedra Agroindustrial	Pedra Agroindustrial	-	-	10.000,00
Picinin Alimentos	Picinin Alimentos	-	-	1.000,00

Continua

Continuação

INDÚSTRIAS DE INSUMOS PARA BEBIDAS AÇUCARADAS				
AÇÚCARES				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
Raízen	COSAN	760.000,00	-	-
Renuka do Brasil	Renuka do Brasil	-	-	25.000,00
	Renuka Vale do Ivaí	-	-	30.000,00
São Fernando Açúcar e Alcool	Usina São Fernando	-	-	429.000,00
Tereos	Guarani	-	50.000,00	1.900.000,00
	Syral Halotek	-	-	24.890,00
Uruaçu Açúcar e Alcool	Uruaçu Açúcar e Alcool	-	-	120.000,00
Usina Atena	Usina Atena	-	-	15.000,00
Usina Brilhante	Usina Brilhante	-	-	90.000,00
Usina Coruripe	Usina Coruripe	300.000,00	85.625,00	812.000,00
Usina Laguna	Usina Laguna	35.000,00	-	55.000,00
Usina Santo Angelo	Usina Santo Angelo	20.000,00	5.790,00	63.075,00
Usina São Domingos	Usina São Domingos	-	-	64.000,00
Usina Seresta	Usina Seresta	-	-	160.000,00
Usinas Itamaraty	Usinas Itamaraty	70.000,00	25.000,00	190.000,00

* Para o ano de 2014, considerou-se o somatório das contribuições diretas e indiretas para os candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

INDÚSTRIAS DE INSUMOS PARA BEBIDAS AÇUCARADAS				
CONCENTRADOS DE FRUTA				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
Citrosuco	Citrosuco	-	70.000,00	-
Grupo Votorantim	Cutrale	-	1.450.000,00	1.913.067,50
Queiroz Galvão	Queiroz Galvão Alimentos	-	-	834.962,00

* Para o ano de 2014, considerou-se o somatório das contribuições diretas e indiretas para os candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.

INDÚSTRIAS DE INSUMOS PARA BEBIDAS AÇUCARADAS				
AÇÚCAR E CONCENTRADOS DE FRUTA				
Grupo Empresarial	Empresa (nome fantasia)	Senado Federal 2010 (R\$)	Senado Federal 2014 (R\$)	Câmara dos Deputados 2014 (R\$)
Louis Dreyfus	Louis Dreyfus	250.000,00	-	-

Anexo 6: Links para acesso às fichas de tramitação das proposições legislativas relacionadas à tributação de bebidas açucaradas que tramitaram na 55ª Legislatura do Congresso Nacional

PDC nº 630/2012

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=552172>

PLS nº 430/2016

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127624>

PL nº 8.541/2017

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2150996>

PL nº 8.675/2017

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152715>

Apensada ao PL nº 8.541/2017 (proposição principal):

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2150996>

PL nº 10.075/2018

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2172611>

Apensada ao PL nº 8.541/2017 (proposição principal):

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2150996>

PDS nº 57/2018

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133495>

PDS nº 59/2018

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133518>

PDC nº 966/2018

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2178236>

Apensada ao PDC nº 1.011/2018 (proposição principal):

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182043&ord=1>

PDC nº 969/2018

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2178370>

Apensada ao PDC nº 1.011/2018 (proposição principal):

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182043&ord=1>

Quadro: Comparativo entre os encaminhamentos de votação do PDS nº 57/2018 no Plenário do Senado Federal em 04 e 10 de julho de 2018.

Partido	Sessão de 04 de julho		Sessão de 10 de julho		Mudança de Encaminhamento
	Orientação	Justificativa	Orientação	Justificativa	
MDB	Livre	“(…) vamos liberar a Bancada, porque não há consenso (…). Mas há uma maioria do PMDB que apoia a Zona Franca e que apoia o projeto de sustentabilidade da Amazônia”. (Senador Eduardo Braga, MDB-AM)	Livre	“Ouvindo a Bancada e sabendo o quanto ela está dividida, atendendo ao apelo do Senador Eduardo Braga, Presidente, nós estamos liberando a Bancada.” (Senadora Simone Tebet, MDB-MS).	Não
PSDB	Livre	“(…) em função da complexidade dessa matéria e também dos aspectos regionais inerentes a ela, a Bancada do PSDB está liberada para votar de acordo com a opinião de cada Senador.” (Senador Paulo Bauer, PSDB-SC)	Sim	“(…) depois de ouvirmos todas as justificativas acerca deste assunto e considerando ser necessário ter segurança jurídica nos assuntos tributários e também considerando a necessidade de se estabelecerem regras tributárias de um exercício para o outro e não no próprio exercício, o que sempre prejudica os negócios e os interesses econômicos do País, o PSDB encaminha favorável.” (Senador Paulo Bauer, PSDB-SC)	Sim
PT	Livre	“(…) o PT também libera a Bancada. Nós temos Senadores aqui da Região Norte do País. O meu voto é um voto conhecido, é um voto contra.” (Senador Lindbergh Farias, PT-RJ)	Livre	“(…) há questões federativas de Estados, há Senadores da Região Norte, o PT libera a Bancada.” (Senador Lindbergh Farias, PT-RJ)	Não
PP	Livre	“(…) dou por liberada a Bancada, porque há divergência” (Senador Benedito de Lira, PP-AL)	Livre	“A Bancada está liberada.” (Senadora Ana Amélia, PP-RS)	Não
PSD	Sim	“O PSD encaminha o voto a favor.” (Senador Omar Aziz, PSD-AM)	Sim	“O PSD encaminha o voto ‘sim’, e eu espero que os meus companheiros de Partido possam seguir essa orientação, para que a gente possa derrubar, com um decreto legislativo, esse decreto com que o Executivo tanto mal está fazendo à Zona Franca de Manaus.” (Senador Omar Aziz, PSD-AM)	Não

Continua

Anexo 7: Comparativo entre os encaminhamentos de votação do PDS nº 57/2018 no Plenário do Senado Federal em 04 e 10 de julho de 2018.

Quadro: Comparativo entre os encaminhamentos de votação do PDS nº 57/2018 no Plenário do Senado Federal em 04 e 10 de julho de 2018.
Continuação

Partido	Sessão de 04 de julho		Sessão de 10 de julho		Mudança de Encaminhamento
	Orientação	Justificativa	Orientação	Justificativa	
DEM	Sim	“Sr. Presidente, do DEM, só estou presente eu aqui. Voto a favor, voto ‘sim’” (Senador José Agripino, DEM-RN)	Livre	“Libera a Bancada, Sr. Presidente.” (Senador José Agripino, DEM-RN)	Sim
PSB	Livre	“(…) isso aqui que nós estamos discutindo é café pequeno, não tem nenhum motivo (...) para que nos posicionemos contra... Eu sou um homem de palavra, já dei a palavra ao Senador Eduardo Braga e aos demais Senadores do Amazonas. Eu, pessoalmente, votarei favorável, votarei "sim". Agora, a Bancada do PSB está liberada.” (Senador Antônio Carlos Valadares, PSB-SE)	Livre	“Sr. Presidente, o PSB libera a Bancada.” (Senador Antônio Carlos Valadares, PSB-SE)	Não
PDT	Sim	“Presidente, o PDT vota ‘sim’ e parabeniza os três Senadores do Amazonas pela bela defesa que fizeram da Zona Franca de Manaus e da Floresta Amazônica.” (Senadora Ângela Portela, PDT-RR).	Sim	“O PDT encaminha o voto ‘sim’, Sr. Presidente.” (Senador Acir Gurgacz, PDT-RO)	Não
PCdoB	Sim	“O PCdoB, Sr. Presidente, vota ‘sim’. (...) a razão desse decreto presidencial que retira incentivos da Zona Franca de Manaus (...) não é redistribuir recursos pelos Estados ou Municípios brasileiros: é repassar esses recursos para as empresas petroleiras”. (Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB-AM)	Sim	“Eu quero encaminhar obviamente o voto ‘sim’ e, mais uma vez, fazer um apelo aos nossos colegas. Acho que o que nós estamos votando aqui é a derrubada de um decreto presidencial completamente inconstitucional, Sr. Presidente. O Presidente da República não pode, da noite para o dia, atacar a economia de qualquer Estado brasileiro (...). Esse decreto presidencial é parte das medidas para arrecadar recursos e fazer subvenção, repassar recursos para as grandes petroleiras (...) nós não estamos aqui tratando de alimentação saudável. Não é isso.” (Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB-AM)	Não

Continua

Quadro: Comparativo entre os encaminhamentos de votação do PDS nº 57/2018 no Plenário do Senado Federal em 04 e 10 de julho de 2018.
Continuação

Partido	Sessão de 04 de julho		Sessão de 10 de julho		Mudança de Encaminhamento
	Orientação	Justificativa	Orientação	Justificativa	
PV	-	-	Sim	“O Partido Verde, para tranquilizar o Senador Omar, encaminha ‘sim’. É o voto de Roraima. (Senador Rudson Leite, PV-RR)	N/A
PRB	Livre	“(…) libero a Bancada, porque não sei o pensamento do Senador Pedro Chaves.” (Senador Eduardo Lopes, PRB-RJ)	-	-	N/A
PTB	Sim	“O PTB encaminha o voto ‘sim’. (Senador Armando Monteiro, PTB-PE)	-	-	N/A
PROS	Livre	“Como o PROS só tem um Parlamentar e o meu voto vai ser ‘não’, atendendo à Bancada do Distrito Federal, para não ficar um único ‘não’ ali, eu vou deixar livre a Bancada do PROS; mas vou registrar o meu ‘não’, atendendo às pessoas do Distrito Federal que me procuraram aqui para deixar claras as perdas do DF com relação a esse projeto.” (Senador Hélio José, PROS-DF)	-	-	N/A

Anexo 8: Argumentos favoráveis e contrários à aprovação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 no Senado Federal.

Argumentos favoráveis à aprovação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 proferidos durante a tramitação da matéria no Senado Federal.

SF.F1. Vícios jurídicos na edição do Decreto nº 9.394, de 2018
<i>SF.F1.1 Inconstitucionalidade</i>
“Esse decreto trata simplesmente da manutenção e do reconhecimento daquilo que está previsto no art. 40, parágrafo único, da Constituição brasileira. No nosso entendimento, o decreto presidencial fere a intocabilidade, prevista pela Constituição brasileira, dos benefícios já concedidos, portanto, com direitos adquiridos, à Zona Franca de Manaus.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), CCJ, em 13/06/2018.
“Sr. Presidente, nós não estamos discutindo valores. Nós estamos discutindo o que a Constituição permite ou não permite.” Senador Omar Aziz (PSD-AM), Plenário, em 04/07/2018.
“Se, por um lado, é verdade que a Presidência da República pode, por decreto baixar ou aumentar alíquotas de tributos, por outro lado, ele não pode fazer isso quando os tributos são relativos à Zona Franca de Manaus, porque, do contrário, ele acabaria com o Texto Constitucional apenas assinando decretos, unilateralmente. Então, é inconstitucional o que o Senhor Michel Temer está fazendo.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Plenário, em 04/07/2018.
<i>SF.F1.2 Desrespeito à noventena</i>
“É possível ou não que o Governo Federal faça isso por decreto? A análise que faço é que, desde os anos 90, essa alíquota já foi de 40%, já foi de 27%, já foi de 17%, já foi de 10%. Ela sofreu alterações ao longo dessa trajetória histórica, e, em quase todas elas, isso foi feito por decreto, que respeitou, no caso, a noventena, porque é uma condição de previsibilidade, de planejamento.” Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), CCJ, em 19/06/2018.
“O Governo Federal cometeu uma ilegalidade quando não permitiu nem a noventena...” Senador Omar Aziz (PSD-AM), Plenário, 10/07/2018.
“Esse decreto que a Receita Federal urdiu nem sequer dá aos investidores e às empresas do polo de concentrado o direito à noventena. Eles aumentam os impostos sem a previsibilidade para o consumidor.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, em 04/07/2018.
<i>SF.F1.3 Desrespeito ao princípio da anterioridade</i>
“Para além da questão de ordem constitucional, eu identifico um vício objetivo de ilegalidade praticada pelo Governo quando não respeitou o princípio da anterioridade.” Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Plenário, em 04/07/2018.
SF.F2. Necessidade de segurança jurídica para os investidores
“Uma das piores situações que se pode criar é a da insegurança jurídica, o desrespeito aos contratos. Infelizmente, isso vem produzindo para o País prejuízos imensos que se traduzem, por exemplo, numa constatação de que o Brasil não tem um ambiente amigável às atividades empresariais, seja por excesso de burocracia, seja pela instabilidade regulatória, seja sobretudo por esse quadro de absoluta instabilidade do nosso ambiente.” Senador Armando Monteiro (PTB-PE), CCJ, em 19/06/2018.

Continua

Continuação

SF.F2. Necessidade de segurança jurídica para os investidores
“Quanto aos investidores que neste momento olham para o Brasil e olham para a Zona Franca, qual é a segurança jurídica que têm de investir em um projeto se a qualquer momento, por um decreto, podem ser modificados os benefícios fiscais, Sr. Presidente? É óbvio que isso gera uma fragilidade muito grande.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, em 04/07/2018.
“O que estamos aqui analisando é que essa indústria se estruturou na Zona Franca de Manaus, e nada se estrutura naquela região se não estiverem definidos, de forma adequada, com segurança jurídica, os incentivos necessários para que os empreendimentos lá ocorram.” Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Plenário, em 10/07/2018.
“O que vocês, do Governo Federal, fizeram foi quebrar uma regra internacional, que é a segurança jurídica de quem faz investimento.” Senador Omar Aziz (PSD-AM), Plenário, em 04/07/2018.
“Agora, isto não pode se esgotar da noite para o dia, sem considerar que esses empreendedores precisam planejar a sua vida. De fato, esse tipo de improvisação... Isto não aconteceu por o Governo querer fazer uma revisão dos seus incentivos fiscais.” Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), CCJ, em 19/06/2018.
SF.F3. Benefício fiscal da ZFM previsto na Constituição Federal
“O único projeto de incentivo fiscal constitucionalizado na Constituição Federal brasileira, na Constituinte de 1988, é exatamente o projeto Zona Franca de Manaus.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, em 04/07/2018.
“A proteção da Zona Franca, apesar de os percentuais dos benefícios serem determinados por decretos e, portanto, por ações infraconstitucionais, está na Constituição brasileira!” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), CCJ, em 13/06/2018.
“Sem esses incentivos, nós estamos matando esse arranjo econômico e, ao matar esse arranjo econômico, nós estamos, inclusive, violando esse incentivo que está preservado e consagrado pela Constituição Federal.” Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Plenário, em 04/07/2018.
“Mantenham o que o Amazonas tem por direito constitucional.” Senador Omar Aziz (PSD-AM), CCJ, em 13/06/2018.
SF.F4. Benefício fiscal da ZFM reconhecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC)
“O único incentivo fiscal brasileiro que saiu da pauta de discussão da OMC é a Zona Franca, exatamente pelas suas consequências ambientais.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), CCJ, em 13/06/2018.
“Foi colocado aqui muito claramente: nós temos uma distorção. Temos de ter essa distorção, Secretário da Receita Federal! Se não tivermos a distorção, não vamos ter nenhum emprego, nenhuma geração e nenhuma indústria no Estado do Amazonas! Mas essa distorção é reconhecida pela Organização Mundial do Comércio, e não são reconhecidos outros incentivos que o Brasil dá.” Senador Omar Aziz (PSD-AM), CCJ, em 19/06/2018.
“O Brasil tem muitas políticas de incentivo fiscal, questionadas, inclusive, em grande parte, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Quanto a esse que ele mirou, não há questionamento algum, porque o Brasil reconhece o papel e a importância da Zona Franca. Mas o mundo também reconhece isso.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), CCJ, em 13/06/2018.
SF.F5. Renúncias fiscais da ZFM previstas no Orçamento da União
“A renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus está prevista no Orçamento da União, o que é diferente de outros casos. Quando uma determinada renúncia é feita sem a previsão orçamentária, aí os argumentos aqui estabelecidos podem ser alegados. Não é o caso da Zona Franca, não é o caso. Não existe essa hipótese a ser alegada com relação à Zona Franca.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), CCJ, em 13/06/2018.

Continua

Continuação

SF.F6. Benefício fiscal condicionado ao uso de matéria-prima regional
“No Amazonas, para você ter benefício fiscal, você tem que obedecer a um processo produtivo básico, em que está dito, no caso do concentrado, Sr. Presidente, que é possível ter o benefício fiscal tão e tão somente se você tiver matéria-prima regional.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
SF.F7. Geração de empregos pelo setor de concentrados na ZFM
“Se há um produto que gera emprego no interior do Estado do Amazonas, esse é o concentrado. A única produção é de concentrado. Nenhum outro produto faz isso.” Senador Omar Aziz (PSD-AM), CCJ, em 13/06/2018.
“Essa indústria, (...) para ter benefício fiscal da Zona Franca, é obrigada a comprar guaraná produzido na Amazônia – então, gera emprego para os agricultores familiares –, é obrigada a comprar açúcar produzido no Amazonas e, muitas vezes, açúcar mascavo produzido de cana-de-açúcar orgânica no Vale do Juruá.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, em 04/07/2018.
“Perguntaram aqui sobre empregos. Quatorze mil empregos, senhores, é a cadeia! Quatorze mil empregos é a cadeia da produção do concentrado, porque o guaraná vem todo da agricultura familiar do interior.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Plenário, em 04/07/2018.
SF.F8. Geração de empregos pelo setor em outras unidades da federação
“(...) esse concentrado que vai para o Estado do Ceará e lá é engarrafado através de fábricas de refrigerantes que estão no Ceará; que vai para o Rio de Janeiro e é engarrafado, gerando empregos no Rio de Janeiro; que vai para o Paraná e é engarrafado em fábricas de refrigerantes, gerando empregos também no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em todos os Estados brasileiros.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, 04/07/2018.
SF.F9. ZFM como contrapartida pela proteção ambiental
“Então, vamos proibir refrigerantes e bebidas açucaradas e deixar o desmatamento acontecer! Vamos proibir as bebidas açucaradas e permitir que no meu Estado, o Amazonas, os caboclos, homens e mulheres, tenham o mesmo direito que os gaúchos têm de desmatar 80% da sua propriedade! Porque nós não temos esse direito. A nós é proibido desmatar 80%; aos gaúchos e aos brasileiros de outras Regiões, que não da Amazônia, é permitido!” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
“Se há uma forma de preservar a Amazônia, Senador Lindbergh, essa forma é preservando a Zona Franca de Manaus, e eu espero contar com o seu voto na questão da legalidade.” Senador Omar Aziz (PSD-AM), Plenário, em 10/07/2018.
“Porque ou se dá os benefícios para o Estado do Amazonas neste sentido, com subsídios, ou então vai-se acabar com o que resta de preservação ambiental da Floresta Amazônica. Quando se dá incentivo e se mantém a Zona Franca de Manaus com todos os incentivos, está-se preservando o maior patrimônio deste País ou do mundo, que é a Floresta Amazônica, que é o pulmão do mundo e do Brasil.” Senador Otto Alencar (PSD-BA), Plenário, em 10/07/2018.
“Porque a Zona Franca hoje não apenas propicia o desenvolvimento de uma região muito distante dos grandes centros consumidores; uma região rodeada de florestas! Não! Mas é porque a Zona Franca de Manaus também propicia a possibilidade da preservação ambiental.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
SF.F10. Favorecimento à economia de outros estados da região norte
“O Estado de Rondônia é parceiro da Zona Franca de Manaus, é o nosso Estado vizinho, sempre estivemos juntos, e vamos continuar juntos. Temos grandes batalhas para travar. Se nós continuarmos com a Bancada da Amazônia unida, nós vamos conseguir fazer a nossa Amazônia se desenvolver: a Amazônia de Manaus, do Amazonas, a Amazônia do Estado de Rondônia. Dessa forma, nós vamos conseguir trazer o desenvolvimento para essa região tão importante para o nosso País.” Senador Acir Gurgacz (PDT-RO), CCJ, em 20/06/2018.

Continua

Continuação

SF.F10. Favorecimento à economia de outros estados da região norte
“Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus] não beneficia só o Amazonas, não. Se o Governo descontingenciar os recursos da Suframa, ela investe no Acre, investe em Roraima, investe em Rondônia, no Amapá, porque ela é uma agência de desenvolvimento regional. Ela é uma agência de desenvolvimento regional!” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
“E o Estado de Roraima tem uma economia muito dependente da Zona Franca de Manaus, porque a maioria dos produtos produzidos no Estado de Roraima são comercializados na cidade de Manaus. Então, quanto mais forte for a economia do Estado do Amazonas, mais pujante também será a economia de Roraima.” Senador Omar Aziz (PSD-AM), Plenário, em 10/07/2018.
“E não pode um Presidente da República, por um decreto unilateral, tirar, um a um, os incentivos que mantêm toda uma economia; e não é só a economia do Estado do Amazonas, é a economia que ajuda e contribui com o Estado do Acre, com o Estado de Rondônia, com o Estado de Roraima e com parte do Estado do Amapá.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Plenário, 10/07/2018.
SF.F11. Desigualdade nas renúncias tributárias entre as regiões brasileiras
“O Tribunal de Contas levantou onde estão esses benefícios fiscais, essas isenções fiscais, muitas delas ilegais, não medidas e com tempo indeterminado, o que não é possível. Quarenta e seis por cento estão no Sul do Brasil; 16,3%, no Nordeste; 16,2%... Desculpa! Quarenta e seis por cento estão no Sudeste; 16,3%, no Sul; 16,2%, no Nordeste; 11%, no Centro-Oeste; e 10%, no Norte.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
“Se é para fazer corte em renúncia tributária, vamos fazer de forma equitativa, porque mais de 75% da renúncia tributária são dados para beneficiar empreendimentos no Sul e no Sudeste do Brasil, que são as duas regiões mais ricas. E eu falo isso amparado no relatório da Instituição Fiscal Independente desta Casa. Por isso, não podemos aceitar que os cortes na renúncia tributária sejam feitos de forma pontual, sobretudo aprofundando as desigualdades regionais. Por isso, Presidente, eu voto a favor da Zona Franca de Manaus.” Senador Fernando Bezerra Coelho, Plenário, 10/07/2018.
SF.F12. Subvenção para a indústria do petróleo
“Porque é um dinheiro que será tirado da Zona Franca de Manaus, do Estado do Amazonas, para ser repassado integralmente a quem? Às importadoras de diesel, no Brasil.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
“Uma isenção de R\$1 trilhão para a indústria do petróleo, mas é correto dar essa isenção?” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, em 04/07/2018.
“Não é para dar dinheiro para os Municípios. É para manter o lucro dos investidores, é para manter o lucro dos acionistas! O Governo poderia muito bem abrir a caixa-preta da Petrobras!” Senador Omar Aziz (PSD-AM), CCJ, em 13/06/2018.
SF.F13. Perseguição da Receita Federal à ZFM
“A Receita Federal nos deu um golpe, Iágaro [<i>Jung Martins</i>]; era um golpe premeditado há muito tempo. Há mais de dois anos vimos discutindo essa questão com o Rachid, e, na calada da noite, apunhalou um modelo que serve de exemplo para o controle do desmatamento da minha região.” Senador Omar Aziz, CCJ, em 19/06/2018
“A questão do crédito tributário é uma grande mentira. A Receita Federal, desde 1994, tenta nos perseguir, quer acabar com a Zona Franca de Manaus (...).” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, em 04/07/2018.

Continua

Continuação

SF.F14. Possibilidade de redução das vendas de refrigerantes
“Outra questão que eu gostaria de ver a Receita Federal colocando é a questão da perda de mercado que acontecerá com o aumento do custo do produto final, porque isso terá um impacto para o aumento do produto final, do refrigerante. Agora, isso, obviamente, implicará perda de mercado.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
“O aumento do preço obviamente vai ocasionar a diminuição na venda e a diminuição na arrecadação de todos os Estados.” Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), CCJ, em 19/06/2018.
SF.F15. Possibilidade de judicialização da matéria
“Isso pode ser judicializado amanhã. Eu acho que o Executivo e o Legislativo podem resolver esse problema sem a judicialização. Essa é a questão.” Senador Omar Aziz, CCJ, em 13/06/2018.
“Eu estou certo, Sr. Presidente, de que nós teremos um ajuizamento desse tema, porque esse tipo de medida, obrigatoriamente, precisaria obedecer ao princípio da anterioridade.” Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Plenário, em 04/07/2018.
SF.F16 O setor de concentrados na ZFM não se limita à Coca-Cola e Ambev
“E também não é verdade o que foi dito aqui, que lá na Zona Franca só tem a Coca-Cola e a Ambev. Não, nós temos 31 empresas. Uma delas, a ADM, fornece para 41 pequenos engarrafadores de refrigerante, e nós temos 31 indústrias de concentrados.” Senador Eduardo Braga (MDB-AM), Plenário, em 04/07/2018.

Argumentos contrários à aprovação dos PDS nº 57/2018 e 59/2018 proferidos durante a tramitação da matéria no Senado Federal.

SF.C1. Defesa das pequenas e médias empresas de refrigerantes instaladas em outros estados da federação

“Eu estou aqui representando o interesse do Rio Grande do Sul, dos pequenos e médios fabricantes de refrigerantes do meu Estado que trabalham.” Senadora Ana Amélia (PP-RS), Plenário, em 04/07/2018.

“Vários outros Estados têm realidades diferentes, que é o caso do meu Estado, o Estado do Paraná, que tem diversas indústrias pequenas de refrigerantes que hoje sofrem muito em relação ao tratamento tributário dado a grandes indústrias de refrigerantes que estão no Estado do Amazonas.” Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), CCJ, em 13/06/2018.

SF.C2. Geração de créditos tributários a partir da produção de matéria-prima

“Que eu saiba a Zona Franca de Manaus sempre foi direcionada à produção de bens acabados, justamente para não gerar créditos. E neste caso se trata de matéria-prima. (...) não é justo que a Zona Franca de Manaus se utilize de matéria-prima para ter crédito, não pagar imposto e receber mais..” Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), Plenário, em 04/07/2018.

SF.C3. Superfaturamento de produtos para aumentar a geração de créditos tributários

“Como diz o dado que eu recebi do Instituto Justiça Fiscal, diz o seguinte: as multinacionais praticam superfaturamento, de forma vergonhosa, dos preços desses concentrados.” Senadora Ana Amélia (PP-RS), Plenário, em 04/07/2018.

“E eu não estou falando de indústria nacional, eu não estou falando de pequena indústria. Estou falando de multinacionais, a Coca-Cola, por exemplo. Superfaturam a matéria-prima para ganhar ainda mais créditos. E as empresas recebem em crédito por imposto que não pagaram!” Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), Plenário, em 04/07/2018.

SF.C4. Incentivos fiscais a multinacionais cujos lucros são tributados no exterior

“Os maiores e mais lucrativos negócios da Zona Franca de Manaus, R\$9 bilhões de incentivos e desoneração de IPI. E lá estão os mais ricos empresários. E os lucros gerados por essas empresas (...) não são tributados no Brasil, são tributados lá fora, na sede dessas empresas, e são multinacionais do capitalismo americano.” Senadora Ana Amélia (PP-RS), Plenário, em 03/07/2018.

SF.C5. Prejuízo à arrecadação tributária de estados e municípios

“(...) o IPI, é bom lembrar, com o Imposto de Renda são os únicos dois tributos que entram na composição do Fundo de Participação dos Municípios, que, para a maioria dos Municípios brasileiros – eu diria para 70% deles –, representa a maior parte da sua receita de arrecadação, a maior parte da sua receita de arrecadação, o Fundo de Participação dos Municípios. Ele também impacta no Fundo de Participação dos Estados” Senadora Ana Amélia (PP-RS), Plenário, em 04/07/2018.

“Nós precisamos da Zona Franca de Manaus, nós precisamos fazer os incentivos fiscais, nós precisamos desenvolver a Zona Franca de Manaus, mas também temos que calcular a que preço. Eu pedi uma tabela sobre quanto isso iria custar, por exemplo, ao Estado de Mato Grosso. (...). Mato Grosso nunca recebeu nada disso porque os Estados nunca o receberam; passariam a receber.” Senador José Medeiros (PODE-MT), Plenário, em 04/07/2018.

“O Governo do Distrito Federal e empresários do DF nos procuraram, colocando a grande perda que haveria para o Distrito Federal com relação a essa matéria.” Senador Hélio José (PROS-DF), Plenário, em 04/07/2018.

SF.C6. Distorção tributária que gera subsídios a empresas produtoras de refrigerantes

“Eu quero chamar a atenção deste Senado para uma coisa: não estamos falando apenas de isenção; estamos falando de subsídio, porque a isenção já é total. No entanto, estas empresas, a Ambev, a Coca-Cola, ainda recebem créditos tributários.” Senador Lindbergh Farias (PT-RJ), Plenário, em 11/07/2018.

Continua

Continuação

SF.C7. Impacto negativo do consumo de refrigerantes sobre a saúde pública
<p>“Afora o tema de mérito, que trata da questão tributária, existe também o tema da saúde. Tudo bem, podemos até fazer a discussão sobre isso e votar aqui do ponto de vista da constitucionalidade. (...) É lógico que isso tem um conteúdo de mérito e, por isso, tem que ser tratado na CAS e em outras comissões. Portanto, não dá para a gente querer fazer essa discussão assim como está colocada.” Senador Humberto Costa (PT-PE), CCJ, em 13/06/2018.</p>
<p>“E estamos nós aqui dando subsídio para refrigerante, 7 bi para refrigerante! Isso aqui, pessoal, é açúcar, obesidade. Há uma política pública no mundo que cresce. Agora foi aprovada uma legislação no Reino Unido, que é o quê? Aumentar a tributação de refrigerantes. (...) A OMS, Organização Mundial da Saúde, senhores, considera a tributação de bebidas açucaradas como uma das maneiras mais importantes para reduzir o consumo disso, e nós, aqui, estamos indo no caminho oposto. Chamo a atenção dos senhores. Nós temos que tributar mais; nós estamos fazendo o inverso.” Senador Lindbergh Farias (PT-RJ), Plenário, em 04/07/2018.</p>
<p>“Eu creio que nesse debate da audiência pública, temos que trazer também uma vertente: para quem se destina o refrigerante? É em especial para nossas crianças. Então em nome disso eu queria sugerir que participasse da Mesa da audiência pública a Aliança pela Alimentação Saudável. Eu acho que o debate não pode ser só econômico. Tem que ser um debate também para onde o refrigerante vai, para quem consome.” Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), CCJ, em 13/06/2018.</p>
<p>“Vejo o que é muito mais grave: esse é um problema de saúde pública e de política nacional, não de política especificamente de Manaus, não! Não podemos alimentar a tese de que, para haver um incentivo, nós estamos destruindo a saúde da população brasileira. (...) Eu não posso estimular e dar incentivo fiscal para aquilo que realmente nós estamos vendo que todos os países mais desenvolvidos estão duramente penalizando, como cigarros, bebidas adoçadas, e tudo isso que vem provocar as consequências sérias que nós estamos vivendo hoje.” Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), CCJ, em 19/06/2018.</p>
SF.C8. Reduzido número de empregos gerado pelo setor na ZFM
<p>“Também me chamaram a atenção os números que o Subsecretário Iágaro falou sobre o número de empregos nas empresas de sucos concentrados, que foi de 571 empregos diretos. Até para a Afrebras o número é um pouco maior: 797 empregos. De qualquer maneira, não chega a 1.000 empregos. Então, eu acho que a questão social, para o tamanho do incentivo concedido, tem que ser levada em conta nesse processo.” Senadora Ana Amélia (PP-RS), CCJ, em 13/06/2018.</p>
<p>“Será que é justo que todo o País pague essa conta para gerar um número tão pequeno de empregos que essas fábricas e multinacionais geram na região do Amazonas?” Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), Plenário, em 04/07/2018.</p>
SF.C9. Defesa da geração de empregos em outros estados
<p>“Mas o desenvolvimento regional não pode ser com o sacrifício dos empregos para o resto do Brasil. Há que se ter equilíbrio!” Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), Plenário, em 04/07/2018.</p>
SF.C10. Necessidade de avaliação dos incentivos fiscais
<p>“(...) nós precisamos saber quais são os incentivos fiscais que são importantes para o País e também para a qualidade de vida dos brasileiros”. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), CCJ, em 13/06/2018.</p>

Anexo 9: Descrição das condições testadas na Análise Qualitativa Comparativa

1. Condições relativas à região de representação dos Senadores

Condição	Descrição	Codificação
norte	Classifica a representação de Estado da região Norte	0 = não; 1 = sim
norte_ne	Classifica a representação de Estado da região Norte ou Nordeste	0 = não; 1 = sim
suframa	Identifica os Senadores que representam estados com áreas de livre comércio da Suframa	0 = não; 1 = sim

2. Condições relativas aos partidos políticos dos Senadores

Condição	Descrição	Codificação
encaminhamento_voto	Identifica o encaminhamento de votação do líder do partido ao qual o Senador é filiado	0 = voto não ou livre; 1 = voto sim
governo	Identifica os Senadores filiados a partidos da Bancada da Maioria	0 = não; 1 = sim
partido_autores	Identifica os Senadores que filiados aos partidos dos representantes do Amazonas	0 = não; 1 = sim
psdb	Identifica os Senadores filiados ao PSDB	0 = não; 1 = sim

3. Condições relativas ao relacionamento dos Senadores com a indústria de refrigerantes

Condição	Descrição	Codificação
frente_parlamentar	Identifica os Senadores que pertenciam à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Nacional de Bebidas	0 = não; 1 = sim
financiamento_refri	Identifica os Senadores que receberam financiamento de campanha (direto ou indireto) por qualquer indústria de refrigerantes	0 = não; 1 = sim
refri_zfm_total	Identifica os Senadores que receberam financiamento de campanha (direto ou indireto) por indústrias de refrigerantes que tinham interesse na manutenção dos benefícios da ZFM	0 = não; 1 = sim
refri_zfm_direto	Identifica os Senadores que receberam financiamento de campanha direto por indústrias de refrigerantes que tinham interesse na manutenção dos benefícios da ZFM	0 = não; 1 = sim
eleicao_2010	Identifica os Senadores que foram eleitos em 2010 e que poderiam ter recebido financiamento de campanha de indústrias de refrigerantes por intermédio de seus partidos políticos	0 = não; 1 = sim

4. Condições relativas ao interesse dos Senadores na defesa de questões relacionadas à saúde

Condição	Descrição	Codificação
profissao_saude	Identifica os Senadores que possuem formação em profissões relacionadas à área da saúde	0 = não; 1 = sim
pl_saude	Identifica os Senadores que em algum momento já propuseram projetos de lei relacionados à saúde (de forma abrangente)	0 = não; 1 = sim
pl_sus	Identifica os Senadores que em algum momento já propuseram projetos de lei relacionados ao Sistema Único de Saúde (assistência ou financiamento)	0 = não; 1 = sim
pl_alimentacao	Identifica os Senadores que em algum momento já propuseram projetos de lei relacionados à regulação de alimentos ultraprocessados	0 = não; 1 = sim

5. Condição relativa ao interesse dos Senadores na defesa da concessão ou ampliação de incentivos fiscais para sua região de representação

Condição	Descrição	Codificação
----------	-----------	-------------

incentivo_fiscal	Identifica os Senadores autores de pelo menos um projeto de lei em tramitação que tivesse como objetivo conceder incentivos fiscais ou afins que beneficiariam especificamente seu estado ou região de representação	0 = não; 1 = sim
------------------	--	------------------

6. Condições relativas à troca de favores (*quid pro quo*) dos Senadores com os parlamentares diretamente interessados na aprovação do PDS nº 57/2018

Condição	Descrição	Codificação
interesse_autores	Identifica os Senadores que tinham algum projeto de lei de sua autoria aguardando relatório de um dos representantes do Amazonas	0 = não; 1 = sim
interesse_autores_recente	Identifica os Senadores que tinham algum projeto de lei de sua autoria que houvesse sido distribuído para receber relatório de um dos representantes do Amazonas recentemente (em 2018)	0 = não; 1 = sim
pl_CAE	Identifica os Senadores que tinham algum projeto de lei de sua autoria em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	0 = não; 1 = sim
pl_CAE_pronto	Identifica os Senadores que tinham algum projeto de lei de sua autoria aguardando inclusão na pauta para deliberação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	0 = não; 1 = sim
interesse_atendido	Identifica os Senadores que tinham algum projeto de lei de sua autoria que tenha recebido relatório favorável de um dos representantes do Amazonas em 2018 e/ou que tiveram algum projeto de lei de sua autoria pautado para deliberação na CAE após a votação do PDS nº 57/2018.	0 = não; 1 = sim

7. Condições relativas ao interesse dos Senadores na guarda e preservação do meio ambiente

Condição	Descrição	Codificação
meio_ambiente	Identifica os Senadores que em algum momento já propuseram projetos de lei relacionados à guarda do meio ambiente	0 = não; 1 = sim
preservacao_florestas	Identifica os Senadores que em algum momento já propuseram projetos de lei relacionados à preservação de florestas	0 = não; 1 = sim

Anexo 11: Resultados da Análise Qualitativa Comparativa gerados pelo FsQCA

 TRUTH TABLE ANALYSIS

File: C:/Users/Aline/Documents/Doutorado/TESE/Resultados Estudo de Caso - ZFM/Matriz Dados QCA.csv

Model: voto = f(suframa, norte_ne, psdb, refri_zfm_total, eleicao_2010, incentivo_fiscal, interesse_atendido)

Algorithm: Quine-McCluskey

--- COMPLEX SOLUTION ---

frequency cutoff: 1

consistency cutoff: 0.8

raw unique

coverage coverage consistency

```
-----
~suframa*~norte_ne*refri_zfm_total*~eleicao_2010*~incentivo_fiscal*~interesse_atendido 0.08
0.08 1
suframa*norte_ne*psdb*~refri_zfm_total*~incentivo_fiscal*~interesse_atendido 0.08 0.08 1
~suframa*norte_ne*~psdb*refri_zfm_total*~incentivo_fiscal*~interesse_atendido 0.08 0.04 1
~suframa*norte_ne*~psdb*eleicao_2010*~incentivo_fiscal*~interesse_atendido 0.2 0.16 0.833333
~suframa*~norte_ne*psdb*~refri_zfm_total*eleicao_2010*~interesse_atendido 0.08 0.08 1
~suframa*~psdb*~refri_zfm_total*eleicao_2010*~incentivo_fiscal*interesse_atendido 0.08 0.08 1
suframa*norte_ne*~psdb*~refri_zfm_total*eleicao_2010*interesse_atendido 0.08 0.08 1
~suframa*norte_ne*psdb*~refri_zfm_total*incentivo_fiscal*interesse_atendido 0.08 0.08 1
~suframa*norte_ne*~psdb*refri_zfm_total*incentivo_fiscal*interesse_atendido 0.08 0.08 1
suframa*norte_ne*~psdb*refri_zfm_total*eleicao_2010*incentivo_fiscal*~interesse_atendido 0.04
0.04 1
~suframa*norte_ne*psdb*refri_zfm_total*eleicao_2010*incentivo_fiscal*~interesse_atendido 0.04
0.04 1
solution coverage: 0.88
solution consistency: 0.956522
```

--- PARSIMONIOUS SOLUTION ---

frequency cutoff: 1

consistency cutoff: 0.8

raw unique

coverage coverage consistency

```
-----
suframa 0.2 0.04 1
psdb 0.24 0.08 1
refri_zfm_total*~interesse_atendido 0.24 0.08 1
~refri_zfm_total*interesse_atendido 0.24 0.04 1
norte_ne*eleicao_2010 0.48 0.16 0.923077
norte_ne*incentivo_fiscal 0.28 0.04 1
solution coverage: 0.88
solution consistency: 0.956522
```

--- INTERMEDIATE SOLUTION ---

frequency cutoff: 1

consistency cutoff: 0.8

Assumptions:

suframa (present)

norte_ne (present)

psdb (present)

refri_zfm_total (present)

eleicao_2010 (present)

incentivo_fiscal (present)

interesse_atendido (present)

raw unique

coverage coverage consistency

```
-----
refri_zfm_total*~interesse_atendido 0.24 0.12 1
suframa*norte_ne 0.2 0.04 1
norte_ne*eleicao_2010 0.48 0.16 0.923077
psdb*eleicao_2010 0.16 0.08 1
~refri_zfm_total*eleicao_2010*interesse_atendido 0.2 0.04 1
norte_ne*refri_zfm_total*incentivo_fiscal 0.16 0.04 1
norte_ne*psdb*incentivo_fiscal*interesse_atendido 0.08 0.04 1
solution coverage: 0.88
solution consistency: 0.956522
```

Anexo 12: Argumentos favoráveis e contrários à aprovação do PDC nº 1.011/2018 e seus apensados 966/2018 e 969/2018 na Câmara dos Deputados.

Argumentos favoráveis à aprovação do PDC nº 1.011/2018 e seus apensados 966/2018 e 969/2018, proferidos durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

CD.F1. Necessidade de segurança jurídica para os investidores
“A decisão por exemplo da Pepsi Cola [<i>em deixar a ZFM</i>] ela veio não em função deste Decreto que o presidente (...) Temer publicou, mas vem sobretudo (...) em razão da segurança jurídica.” Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), CFT, em 05/12/2018.
“(…) quando ela [<i>iniciativa privada</i>] decide pro investimento de longo prazo, sem nenhuma garantia de que haja retorno do seu investimento, e ela crê nos empregos, crê na nossa nação brasileira. Portanto, insegurança jurídica nós estamos trazendo pela mera discussão desses benefícios.” Deputado Newton Cardoso Jr. (MDB-MG), CFT, em 05/12/2018.
CD.F2. Previsão constitucional e legal dos benefícios fiscais da ZFM
“(…) a despeito do incentivo fiscal que é reconhecido constitucionalmente, é reconhecido por lei complementar, lei complementar 75, é reconhecido por várias leis e também reconhecido por decisões do Conselho da Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus], reconhecido por decisões do Confaz, da Secretaria de Fazenda do Governo do Estado do Amazonas” Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), CFT, em 05/12/2018
CD.F3. Geração de empregos na ZFM e em outras unidades da federação
“(…) tem mais de 30 empresas lá em Manaus produzindo concentrado de refrigerante, não é só a Coca-Cola, nem a Ambev, nem era a Pepsi-cola. São empresas que vão pra lá sim, gera emprego em Manaus, mas gera emprego no Brasil inteiro porque o concentrado de refrigerante que sai de Manaus que vai engarrafar os refrigerantes em todos os estados brasileiros, inclusive no Paraná, inclusive em São Paulo.” Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), CFT, em 05/12/2018.
“Muitos empregos, especialmente no meu estado de Minas Gerais, são garantidos também por conta dessa diversificação econômica que ocorre e que depende da zona franca, que depende desses incentivos que são gerados hoje naquela região.” Deputado Newton Cardoso Jr., CFT, em 05/12/2018.
CD.F4. Pequenas e médias empresas instaladas em outros estados da Federação compram concentrados produzidos na ZFM
“(…) 90%, Senhor Presidente, das empresas de refrigerante no Brasil compram o concentrado lá de Manaus, inclusive os associados dessa Associação Afrebras” Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), CFT, em 05/12/2018.
CD.F5. ZFM como contrapartida pela proteção ambiental
Aquela região [<i>norte</i>] possui demandas de desenvolvimento muito grandes ainda, é uma região em que 80% das terras são preservadas enquanto na região sudeste é o inverso, são 20% apenas preservadas”. Deputado Newton Cardoso Jr., CFT, em 05/12/2018.
CD.F6. Necessidade de redução da carga tributária no país
“Nós temos sim necessidade de revisar alguns benefícios fiscais, revisar alguns incentivos, mas mais necessidade nós temos hoje de reduzir a carga tributária sobre o brasileiro, de reduzir a carga tributária sobre toda a economia para que uma empresa não tenha que sair de lugar nenhum do Brasil e ir para (...) outra nação, com essa absurda notícia de que a Pepsi Cola teria ido para o Paraguai.” Deputado Newton Cardoso Jr., CFT, em 05/12/2018..

Argumentos contrários à aprovação do PDC nº 1.011/2018 e seus apensados 966/2018 e 969/2018, proferidos durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

CD.C1. Defesa das pequenas e médias empresas de refrigerantes instaladas em outros estados da federação
“Por favor, não deixem morrer a pequena e média indústria brasileira e nacional [<i>de refrigerantes</i>]! Os empresários brasileiros estão agonizando.” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 27/11/2018.
“(…) Quero aqui homenagear as empresas de produção artesanal de Santa Catarina. E nós temos várias (...), mas eu quero homenagear um valente: Leonardo Sell, de Rancho Queimado. Ele deve ter rejeitado ao longo da vida umas 20 incursões de grandes empresas que foram adquirir, provavelmente para fechar, a sua empresa, e há 113 anos resiste, fundada em 1905, e produz um guaraná sem concentrado importado, chamado Pureza. (...). Então queria dizer que, apesar de todas essas dificuldades, há quem consiga resistir (...)”. Deputado Esperidião Amim (PP-SC), CFT, em 05/12/2018.
“(…) Mas entre a posição do Deputado Pauderney e a posição do projeto do relatório do Deputado Fausto Pinato, nós preferimos ficar com esse relatório porque ele protege também os pequenos, ou principalmente os pequenos, que são em via de regra muito desprotegido pelas políticas governamentais.” Deputado Vicente Cândido (PT-SP), CFT, em 05/12/2018.
“(…) nesse tema dos refrigerantes, eu tenho me manifestado e tenho trabalhado (...) contra uma injustiça que se comete com os pequenos fabricantes de refrigerantes do Brasil todo. (...) tenho acompanhado o drama da indústria de refrigerantes de pequeno porte, que nos últimos anos praticamente desapareceu (...)”. Deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), CFT, em 05/12/2018.
“(…) estamos falando (...) em permitir que pequenas e médias empresas da área de refrigerantes possam desenvolver-se, possam crescer, mas dentro de uma lógica competitiva. Deputado Enio Verri (PT-PR), CFT, em 12/12/2018.
CD.C2 Constitucionalidade do Decreto nº 9.394, de 2018
“Já tem inclusive um parecer do Ministério Público Federal dando legitimidade ao Decreto [9.394, de 2018]”, Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 05/12/2018.
CD.C3. Superfaturamento de produtos para aumentar a geração de créditos tributários
“É só importante dizer o valor que é vendido o extrato, eles pegam a R\$20 e vende para o Brasil, para os brasileiros que fazem guaraná, as pequenas empresas, a R\$400, a R\$500” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 05/12/2018.
CD.C4. Incentivos fiscais a multinacionais cujos lucros são tributados no exterior
“[os autores dos projetos de decreto legislativo] estão defendendo apenas interesses de multinacionais, que só retiram dinheiro do país e enviam bilhões de lucro para fora, todos os anos.” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 27/11/2018.
CD.C5. Uso de créditos tributários subvenciona indiretamente a produção de bebidas alcóolicas
“(…) eles compra guaraná ali na Bahia tal, faz aquele monte de crédito, aquele monte de crédito, deixa de pagar imposto de bilhões e bilhões e joga inclusive para abater créditos nas empresas de cervejas dos estados, que prejudica todo o país...” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 05/12/2018.
“(…) é injusto o procedimento tributário que se faz com dois grandes fabricantes, Ambev e Coca-Cola, no quesito do IPI que é um crédito que as empresas transferem para o centro-sul, para os seus fabricantes e que reduzem o preço do refrigerante (...) e o pior dessa condição é que o crédito vem para o CNPJ do fabricante (...) em benefício ao fabricante, seja ele de refrigerante e inclusive de bebida alcoólica (...) então ele tem um crédito de IPI que ele abate inclusive na gama geral de produtos que ele tem (...)”. Deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), CFT, em 05/12/2018.

Continua

Continuação

CD.C6. Distorção tributária que gera subsídios a empresas produtoras de refrigerantes
“(…) na verdade nós acabamos tendo que pagar para vender Coca-Cola nesse país... eu adoro Coca-Cola, mas eu adoro meu país, e entre a Coca-Cola e a tributação e recursos pro meu país, eu fico com o meu país.” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 05/12/2018.
CD.C7. Reduzido número de empregos gerado pelo setor na ZFM
“O que não pode é ficar na desculpa de uma marca grande multinacional que gera pouco mais de 700 emprego, ficar falando que é 15 mil emprego (...)” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 05/12/2018.
CD.C8. Defesa da geração de empregos em outros estados
“(…) esses 90% dessas empresas [pequenas e médias] que estão refém deles [<i>produtores de concentrados da ZFM</i>] têm condições de suprir e muito a arrecadação, o emprego, dado pela Coca-Cola” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 05/12/2018.
“(…) nós estamos falando de incentivo de empregos regionais, estamos falando (...) em permitir que pequenas e médias empresas da área de refrigerantes possam desenvolver-se, possam crescer, mas dentro de uma lógica competitiva.” Deputado Enio Verri, CFT, em 12/12/2018.
CD.C9. Prejuízo à arrecadação tributária de estados e municípios
“(…) não prejudica só o estado da Bahia, o Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, prejudica inclusive Manaus, que isso gera efeito no FPM [<i>Fundo de Participação dos Municípios</i>], na arrecadação do município (...)” Deputado Fausto Pinato (PP-SP), CFT, em 05/12/2018.
CD.C10. Benefícios para outros estados da Federação
“(…) me chamou a atenção ele [<i>Deputado Fausto Pinato</i>] falar do estado da Bahia, estado o qual eu represento, e pude ouvir um pouco da discussão aqui de alguns deputados que se manifestaram (...) e acredito que isso venha a afetar o desenvolvimento do meu estado, beneficiar o meu estado.” Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), CFT, em 05/12/2018.
CD.C11. Desigualdade tributária em outros estados da Federação
“(…) há muitos anos venho combatendo privilégios desse país e um dos privilégios (...) são os privilégios da Zona Franca de Manaus (...). Há uma renúncia de 26, 27, 28 bilhões de reais que as empresas da Zona Franca deixam de recolher aos cofres públicos. (...) . Mas veja bem, o que nós queremos de outras regiões é que tenha as coisas também. (...) o Nordeste é a região mais excluída de incentivos fiscais do Brasil.” Deputado Júlio César (PSD-PI), CFT, em 05/12/2018.
CD.C12. Necessidade de avaliação do impacto das renúncias fiscais
“(…) acrescento ao problema dos incentivos fiscais e renúncias de receita um outro tema que esta Comissão enfrentou (...) o conjunto das renúncias fiscais do Brasil. (...) se somar estados, municípios à união, nós temos neste ano renúncia fiscal no total de 550 bilhões de reais, com nenhuma avaliação sobre: emprego... isso gera emprego e quanto? Ou mantém emprego? Segundo: isso contribui para a competitividade do setor? Ou é um arrimo que vem se perpetuando? E finalmente: o que beneficia o consumidor?” Deputado Esperidião Amim (PP-SC), CFT, em 05/12/2018.
CD.C13 Necessidade de estabilidade jurídica
“(…) existe estabilidade jurídica exatamente porque o processo legal não foi devidamente empreendido, o que estamos fazendo agora na aprovação desse relatório. Então aprovado o relatório é um passo no sentido de se criar estabilidade jurídica que ele corretamente demanda.” Deputado Júlio Lopes (PP-RJ), CFT, em 05/12/2018.

CURRÍCULOS LATTES

[Dados gerais](#)
[Formação](#)
[Atuação](#)
[Projetos](#)
[Produções](#)
[Educação e Populização de C. & T.](#)
[Eventos](#)
[Bancos](#)

Aline Brandão Mariath

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/01764125524579881>

ID Lattes: **01764125524579881**

Última atualização do currículo em 12/12/2020

Doutoranda pelo Programa de Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Nutrição pela Universidade do Vale do Itajaí (2006) e Mestrado pelo programa de Nutrição em Saúde Pública (2010) da Faculdade de Saúde Pública da USP. Tem especializações em Saúde da Família pela Universidade Gama Filho (2012) e em Gestão Pública pela Faculdade Integrada JK (2012). Na área acadêmica, tem experiência em Nutrição e Saúde Coletiva, com ênfase em Análise Nutricional de População e na condução de revisão sistemática de literatura. Atua como nutricionista clínica em nível ambulatorial no Departamento Médico da Câmara dos Deputados (DF), onde além de atendimentos individualizados participa de grupos de tratamento e acompanhamento de doenças crônicas não transmissíveis e realiza atividades de educação nutricional. *(Texto informado pelo autor)*

Identificação

Nome: Aline Brandão Mariath

Nome em citações bibliográficas: MARIATH, A. B.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/01764125524579881>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-4084-6486>

[Dados gerais](#)
[Formação](#)
[Atuação](#)
[Projetos](#)
[Produções](#)
[Educação e Populização de C. & T.](#)
[Eventos](#)
[Orientações](#)
[Bancos](#)
[Citações](#)

Ana Paula Bortoletto Martins

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6353246405930384>

ID Lattes: **6353246405930384**

Última atualização do currículo em 29/10/2020

Atualmente é pós-doutoranda na Faculdade de Saúde Pública, pesquisadora do NUPENS/USP (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo) e consultora técnica do Idoc (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Foi Coordenadora do Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Idoc de 2016 a agosto de 2020. Possui graduação em Nutrição pela Universidade de São Paulo (2005), mestrado e doutorado em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (2013). *(Texto informado pelo autor)*

Identificação

Nome: Ana Paula Bortoletto Martins

Nome em citações bibliográficas: MARTINS, A. P. B.; Martins, Ana Paula Bortoletto; MARTINS, ANA PAULA B.; MARTINS, ANA; Bortoletto Martins, Ana; BORTOLETTO MARTINS, ANA PAULA

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6353246405930384>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3560-4472>